



Visconde de Cairu: Óleo de Vieira de Campos.
Associação Comercial da Bahia. Salvador – BA

.....

O DISCURSO AUTORITÁRIO
DE CAIRU



Mesa Diretora
Biênio 1999/2000

Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente

Senador Geraldo Melo
1ª Vice-Presidente

Senador Ademar Andrade
2ª Vice-Presidente

Senador Ronaldo Cunha Lima
1ª Secretário

Senador Carlos Patrocínio
2ª Secretário

Senador Nabor Júnior
3ª Secretário

Senador Casildo Maldaner
4ª Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Eduardo Suplicy

Senador Lúdio Coelho

Senador Jonas Pinheiro

Senadora Marluce Pinto

Conselho Editorial

Senador Lúcio Alcântara
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Carlyle Coutinho Madruga

Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Coleção Brasil 500 Anos

O DISCURSO AUTORITÁRIO DE CAIRU

2ª edição

João Alfredo de Sousa Montenegro



Brasília – 2000

BRASIL 500 ANOS

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do País.

COLEÇÃO BRASIL 500 ANOS

De Profecia e Inquisição – Padre Antônio Vieira
O Brasil no Pensamento Brasileiro (Volume I) – Djacir Meneses (organizador)
O Brasil no Pensamento Brasileiro (Volume II) – Walter Costa Porto e Carlos Henrique Cardim (organizadores) – a sair
Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros – Rubens Borba de Moraes e William Berrien
Catálogo de Exposição de História do Brasil – Ramiz Galvão (organizador)
Textos Políticos da História do Brasil (9 Volumes) – Paulo Bonavides e Roberto Amaral (organizadores)
Galeria dos Brasileiros Ilustres (2 Volumes) – S. A. Sisson
Comunidade e Sociedade no Brasil – Florestan Fernandes – a sair
Biblioteca Histórica Brasileira – Rubens Borba de Moraes – a sair
Rio Branco e as Fronteiras do Brasil – A. G. de Araújo Jorge
Ensaio Amazônicos – Euclides da Cunha
Formação Histórica do Acre (2 Volumes) – Leandro Tocantins
Efemérides Brasileiras – Barão do Rio Branco
Amapá: a Terra onde o Brasil Começa – José Sarney e Pedro Costa
Na Planície Amazônica – Raimundo Moraes
Castilhismo – uma Filosofia da República – Ricardo Vélez Rodrigues
Dom Hélder: o Artesão da Paz – Raimundo Caramuru Barros

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2000

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70168-970 – Brasília-DF

CEDIT@senado.gov.br.

<http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm>

Montenegro, João Alfredo de Sousa.

O discurso autoritário de Cairu/João Alfredo de Sousa
Montenegro. – 2. ed. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editoria,
2000,.

338 p. – (Coleção Brasil 500 anos)

I. Cairu, José da Silva Lisboa, Visconde de, 1756-1835,
discursos, ensaios, conferências II. Título III. Série.

CDD B 869.5

.....

Sumário

APRESENTAÇÃO

De Antonio Paim

pág. 9

BIOBIBLIOGRAFIA

De João Alfredo Montenegro

pág. 13

INTRODUÇÃO

MÉTODO E INTERPRETAÇÃO

pág. 17

1. RETÓRICA E SABER-PODER

O perfil de uma escritura

pág. 47

2. PLANOS DE ELOCUÇÃO OU DESNÍVEIS DO DISCURSO DE CAIRU

pág. 113

2.1. A articulação planetária

pág. 120

2.2. A densidade doutrinária

pág. 142

2.3. A fala parlamentar

pág. 235

3. CAIRU: INFLEXÕES IDEOLÓGICAS DO VOCABULÁRIO POLÍTICO-SOCIAL

pág. 267

4. INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS DE JOSÉ DA SILVA LISBOA

pág. 317

4.1. *Dados Biográficos*

pág. 317

4.2. *Livros publicados*

pág. 317

4.3. *Jornais e panfletos*

pág. 321

4.4. *Discursos parlamentares*

pág. 325

4.5. *Estudos sobre José da Silva Lisboa*

pág. 326

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS GERAIS

pág. 329

6. ÍNDICE ONOMÁSTICO

pág. 337

Apresentação

A primeira edição deste livro apareceu em 1982, publicada pela Universidade do Ceará. Naquela fase, os estudiosos brasileiros da história das idéias discutiam – e até com certo ardor e paixão – a questão do método. Devia haver modalidade específica de investigação ou simplesmente enquadrava-se na teoria geral da História com a qual simpatizasse o investigador? O tema não desapareceu de todo, mas, na prática, deu-se uma certa acomodação. Em matéria de história das idéias filosóficas prevaleceu a proposta do Prof. Miguel Reale segundo a qual cabe descobrir, nas circunstâncias históricas concretas, qual o problema (teórico) que o pensador tinha pela frente. Perdiam o interesse as avaliações da interpretação do filósofo em que eventualmente se apoiasse, porquanto inexistia a interpretação acertada e perene. Adicionalmente, esse tipo de avaliação produzia inevitavelmente o distanciamento da circunstância do pensador brasileiro, justamente onde residia a dificuldade. Tinha-se presente que a filosofia diz respeito ao pensamento e à busca da melhor elaboração conceitual e somente neste plano cabia discutir se o pensador em causa aportara alguma contribuição ou simplesmente se se dispusera a divulgar determinada doutrina.

No tocante ao pensamento político, havia uma complicação adicional. De certa forma, não se podia deixar de ignorar a eficácia (ou ineficácia) da proposta esposada (ou formulada) pelo pensador estudado. Para exemplificar: a interpretação inicial do liberalismo pelos adeptos da Inconfidência Mineira ou da Confederação do Equador – haurido em fontes ruins, como Raynal (1713/1796) ou interpretações próprias do que entenderam como os sinais da Revolução Francesa – levou o país a longo período de guerras civis, cada vez mais cruentas. Em contrapartida, aqueles que formaram seu espírito na pregação de Hipólito da Costa (1774/1823), Silvestre Pignheiro Ferreira (1769/1846) e dos doutrinários franceses (Guizot, Collard, etc.) souberam conceber as instituições requeridas para pôr fim ao empenho de solucionar as divergências pelas armas e elevar (inevitável) conflito social ao nível da negociação civilizada. O ter que se defrontar com circunstâncias desse tipo, exigindo um posicionamento, retirava da análise a possibilidade de valer universalmente. Esse problema parece não ter solução, mas João Alfredo Montenegro, nas acaloradas discussões que mantínhamos na década de 70, vislumbrou uma possibilidade de apaziguar as divergências. Haveria, no próprio discurso político, “estruturas” típicas do conservadorismo ou do revolucionarismo. E aceitou o desafio de comprovar essa hipótese num pensador que começara – para valer-nos do jargão contemporâneo – numa posição “progressista”, mas acabara por transitar para o mais extremado conservadorismo: José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu (1756/1835).

Mas como ninguém manda no curso histórico, o livro de João Alfredo Montenegro encontraria grande acolhida não pelo que imaginávamos. Chamou a atenção para a importância de um fenômeno para o qual até então não tínhamos sido advertidos: o tradicionalismo. Reinava na matéria uma certa confusão. O que então se chamava de “consciência conservadora” era tido à conta de um monolito. Ubiratan Macedo vinha procurando demonstrar a

inconsistência dessa hipótese, distinguindo conservadorismo liberal do conservadorismo tradicional, mas que também recusava fosse simplesmente rotulado de católico.

O fato é que o discurso autoritário de Cairu tornou-se um marco dos estudos que, desde o seu aparecimento, foram dedicados ao tradicionalismo político. Ao longo dos anos 80, conseguiu-se inventariar toda essa vertente graças sobretudo a estes estudos: O tradicionalismo em D. Romualdo Antônio de Seixas (Universidade Gama Filho, 1983), de Dinorah Berbert de Castro; O Tradicionalismo Católico em Pernambuco (Ed. Massangana, 1988), de Tião Adão Lara e O Tradicionalismo na República Velha (Universidade Gama Filho, 1984). Ubiratan Macedo completou esse levantamento ao examinar as publicações contemporâneas daquela índole e estabelecer as diferenças existentes entre o tradicionalismo político em Portugal e no Brasil.

A distinção básica entre conservadorismo liberal e tradicionalismo consiste no fato de que este nunca aceitou as instituições do sistema representativo. Ao longo do tempo tem procurado encontrar uma alternativa para esse sistema, e embora as experimentações que conseguiu efetivar – como o corporativismo na fase mais recente, em suas versões fascista, franquista e salazarista – hajam fracassado redondamente, nem por isto parece haver desistido. O curioso é que essa indisposição com o sistema democrático representativo acabaria estabelecendo uma ponte de entendimento com os marxistas, criando o espantoso fenômeno da mais alta hierarquia da Igreja Católica colocar-se, em países como o Brasil, abertamente ao serviço da agitação política sem a menor visão construtiva.

Como bem observou João Camilo de Oliveira Torres (1915/1973), o conservadorismo liberal no Império não se expressa em termos sociais, mas exclusivamente políticos. Nos importantes estudos dedicados ao Segundo Reinado, demonstra que seus líderes mais expressivos estão à frente da concepção e do subsequente apri-

moramento das instituições que lograram proporcionar-nos meio século de estabilidade política, fenômeno que não mais se repetiria.

A singularidade de José da Silva Lisboa, no mencionado contexto, reside no fato de que tenha apoiado ardentemente a abertura dos portos e haja associado o fato às doutrinas de Adam Smith (1723/1790), que difundiu em caráter pioneiro no país. Em seus escritos procurou demonstrar que a escravidão era um obstáculo à modernização econômica do país. Com o desenrolar dos acontecimentos após a Revolução do Porto, aderiu à monarquia constitucional e colocou-se a seu serviço no Parlamento.

Contudo, na medida em que a crise política se desenvolve, D. Pedro abdica, inicia-se uma franca experiência republicana sob a Regência, extingue-se o Conselho de Estado como primeiro passo para abolição do Poder Moderador e, subsequente, da própria monarquia, alastra-se a guerra civil no país, Silva Lisboa passa a descrever completamente da capacidade do sistema representativo de corresponder a uma autêntica alternativa para o país. Tamanho era o seu desespero e a perda de referências, que se dispôs a publicar um livro destinado a um único leitor, o herdeiro da Coroa, futuro D. Pedro II, evento que temia não viesse a consumir-se (Princípios da Arte de Reinar do Príncipe Católico e Imperador Constitucional, com documentos pátrios, 1832). É sintomática a designação de “príncipe católico” do herdeiro da Coroa. Acreditava então que só a religião católica nos podia salvar. Temia que o Príncipe viesse a ser contagiado pelas idéias “maçônicas” daquele que a Câmara designara como seu tutor: José Bonifácio de Andrada e Silva (1763/1838). Como verá o leitor, é verdadeiramente magnífica a análise que João Alfredo Montenegro empreende tanto da mencionada transição como do discurso autoritário de Cairu.

Rio de Janeiro, junho de 1999.

Antonio Paim

.....

*Biobibliografia de
João Alfredo de Sousa*

Nasceu na cidade de Quixadá, Ceará, em 15 de dezembro de 1930. Bacharelou-se em Geografia e História pela Faculdade Católica do Ceará, em 1952, licenciando-se nessas disciplinas, na mesma Faculdade, em 1953. Concluiu simultaneamente, em 1954, o curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. Ingressou no serviço público estadual e no magistério, tendo pertencido, até aposentar-se, ao Corpo Docente da Universidade Federal do Ceará, onde muito contribuiu para a estruturação do curso de História, de que foi coordenador de 1970 a 1978. Doutorou-se em Direito, pela UFC, em 1961, freqüentando igualmente cursos de pós-graduação no Sul do país, tendo concluído o mestrado em Educação (Faculdade de Educação da UFRJ) e o mestrado em Filosofia (PUC-RJ), respectivamente em 1975 e 1976. Prestou ainda concurso de livre-docente em História na UFC, em 1977. Tendo se especializado no estudo da história das idéias, vem realizando obra notável nessa matéria, especialmente no que se refe-

re à ordenação do pensamento cearense nas mais relevantes esferas da cultura. Faz parte do Conselho Deliberativo do Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro.

Bibliografia:

Finanças públicas e pleno em prego. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1961.

Fenômeno econômico e fenômeno financeiro. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963. (Tese de doutorado).

Do julgamento antecipado da lide no anteprojeto Buzaid. Fortaleza: Escola Industrial Federal do Ceará, 1967.

Do recurso extraordinário. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1969.

Evolução do catolicismo no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1972. 188 p.

Ideologia e conflito no Nordeste rural: Pinto Madeira e a revolução de 1832 no Ceará. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1876. 288 p.

O liberalismo radical de Frei Caneca. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978. 216 p. (Caminhos brasileiros, 4).

História e desenvolvimento: uma abordagem epistemológica. Fortaleza: Edição UFC, 1980. 282 p.

O discurso autoritário de Cairu. Fortaleza: Edições UFC, Brasília: PROEDI, 1982. 274 p.

Fernandes Távora e o tenentismo no Ceará: 1921-1924. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1982. 276 p.

Padre Ibiapina e a Igreja dos pobres. São Paulo: Paulinas, 1984. (Em co-autoria.)

Padre Mororó: o político e o jornalista. Fortaleza: BNB/ACI, 1985. 122 p.

O integralismo no Ceará: variações ideológicas. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1986. 176 p.

Demócrito Rocha: o poeta e o jornalista. Prefácio Rachel de Queiroz. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1989. 192 p. il. (Em colaboração com Moreira Campos).

Movimentos populares no Nordeste no período regencial. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1989. (Em co-autoria).

O trono e o altar: as vicissitudes do tradicionalismo no Ceará, 1817-1978. Fortaleza: BNB, 1992. 295 p.

História das idéias filosóficas da Faculdade de Direito do Ceará. Fortaleza: UFC, 1996. 164 p.

A política do corpo na obra literária de Rodolfo Teófilo: uma antropologia cristã, um positivismo matizado e utópico. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Casa José de Alencar, 1997. 212 p.

A historiografia liberal de Tristão de Alencar Araripe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998. 185 p.

Estudo sobre o autor:

GIRÃO, Raimundo; Sousa, Maria da Conceição. *Dicionário da literatura cearense.* Fortaleza: Imprensa Oficial, 1987. p. 165.

PAIM, Antônio. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro.* 2ª ed. São Paulo: Convívio, 1985. p. 54-83.

.....

Introdução

Método e interpretação

D

ispõe a História das Idéias, hoje, de poderoso e variado arsenal analítico responsável pela riqueza de suas perspectivas, pelo aprofundamento de seu objeto.

Na confluência da metodologia interdisciplinar ela aufere inestimáveis recursos de prospecção do universo ideológico, tornando-o cada vez mais transparente ao olhar do pesquisador no jogo dos determinismos sociais e das criações subjetivas que o cercam.

Entre outras disciplinas, a Teoria da Literatura, a Teoria Crítica das Ideologias e a Teoria do Discurso se têm revelado vigorosos auxiliares na investigação crítica da doutrina política, do pensamento econômico, da reflexão mais abrangente, levando à descoberta de novas faces de problemas complexos, até então visualizados na forma tradicional e quase repetitiva.

Verdade que elas ainda não foram plenamente utilizadas nesse trabalho. Não só pelo caráter da novidade, como também por algumas dificuldades de ordem epistemológica, a impedirem o alcance maior daquela prática de cooperação. Observe-se, por exemplo, a ausência de bem estruturada Teoria do Discurso, provavelmente em razão do crescente alargamento do seu campo, atualmente ponto de cruzamento de múltiplos

saberes e espaço de confluência de práticas metodológicas, sem contar as operações envolventes da hermenêutica, que o toma como eixo privilegiado.

Em que pese tudo isso, a análise do discurso constitui-se instrumento eficaz de devassamento das ideologias. Justamente pelo avanço considerável de suas implicações, pela percepção adensada de seus condicionamentos sociais, pela integração que enseja de campos epistemológicos.

Pena que ela não se faça sentir com peso entre nós, entre historiadores e cientistas sociais, entre filósofos e cientistas políticos, subsidiando, enriquecendo e sugerindo perspectivas, tendentes a se posicionarem de forma globalizante e numa elevada concretitude.

Há todo um imenso terreno a ser cultivado.

O pensamento brasileiro reclama aprofundamento, até mesmo atenção maior. Ele tem problemas específicos, aspectos relevantes a serem particularizados. De sorte que a análise estrutural do discurso, singularizado na sua prática corrente, no perfilamento político-ideológico, no universo semântico de cada autor, de cada pensador, oferece-lhe magnífico recurso.

Afora considerações de ordem geral, atinentes com a própria caracterização do pensamento doutrinário-ideológico, particularidades múltiplas afloram aí para o exame das quais se faz oportuna a dissecação das peças que armam o discurso das diversas correntes, e com a identidade que assume neste ou naquele escritor.

Interessante observar que, no pensamento brasileiro, especialmente até época recente, o Liberalismo e outras doutrinas importadas sofriam intensa reorientação, visíveis inflexões, ao se depararem com circunstância alheia às suas origens, gerando orientações e posturas próprias, quase sempre em contradição com a natureza e os objetivos do ideário originário.

Nessa hipótese, a verificação da formação discursiva prolongada, a retomada da elaboração doutrinária na nova circunstância, os comentários sobre ela externados em livros, na imprensa, no Parlamento, no magistério, compondo discursos que apresentam formas inéditas de estilização, modos próprios de estruturação da narrativa, de enunciação, deixando o vocabulário ganhar mais matizes e significados, auxiliam deveras o julga-

mento do quadro axiológico, dos pressupostos epistemológicos da construção ideológica emergente.

E tal sem descer particularmente à lingüística. Porque aqui “temos em vista o discurso, ou seja, a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da lingüística, obtido por meio de uma abstração absolutamente necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso”.¹

Para mais corroborar a eficácia da análise da formação discursiva, é de se fazer sobressair as conexões que se estabelecem entre ela e a estrutura social, as quais, convenientemente formuladas, abrem espaço para a visão histórico-dialética, estrutural, do pensamento em estudo.

Sem dúvida, isso ilumina significativamente o caráter daquela reorientação ideológica, propiciando a ótica do enlace funcional entre a circunstância e o material doutrinário retrabalhado.

Quer dizer: o método em alusão facilita a investigação acerca da atuação da ideologia num ambiente estranho ao do seu nascedouro, para não falar de outras vantagens que apresenta, tornando-se imprescindível ao historiador das idéias.

Tendo em vista os objetivos deste ensaio, ele se oferece com muita relevância, ajudando eficientemente a entender os mecanismos do chamado pensamento autoritário, profundamente enraizado em estruturas de poder, a formarem os verdadeiros eixos da vida sociocultural, das atividades econômicas, do desempenho político, no interior de um modo de produção agrário-mercantil, marcadamente monopolista, com a apropriação exclusivista do produto, do excedente, pela classe proprietária, obstando a regular diversificação social.

Nessas condições, o monolitismo axiológico e social é uma realidade incontestável, gerando estruturas autoritárias localizadas nos pontos-chaves do Estado e da sociedade civil, intrinsecamente hierarquizadas,

1 – BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro, Forense, Universitária, 1981, p. 157.

dependentes umas das outras, todas, porém, dotadas de forte dose de arbítrio, exercendo nítido controle social.

Então, apontem-se a Igreja, as câmaras municipais, os governadores, os funcionários régios, os magistrados, quer influenciados diretamente ou não pelas facções, pelas “parcialidades”, pelas oligarquias, tudo constituindo centros praticamente incontrastáveis de decisão, núcleos hegemônicos de poder, que se sobrepõem ao povo, aos interesses ou às necessidades das camadas desafortunadas da população, no auge de sua ascendência ao tempo de Cairu.

Aí, as estruturas autoritárias se diversificam, como se vê, algumas delas cumprindo o papel de aparelhos ideológicos propriamente ditos, justificando e consolidando o predomínio de todas elas. E mais ainda: elaborando ideologias, em meio a racionalizações de situações, de conjunturas, geralmente.

Quer dizer: formam-se grupos institucionalizados, com elevada concentração de poderes, de prestígio, em torno de interesses definidos e excludentes, determinando freqüentemente concorrência entre eles, e influenciando fortemente a produção ou a reelaboração do saber ao nível de sustentação velada ou declarada dos mesmos interesses.

Chega-se, pois, à descrição de um dos conceitos analíticos empregados no decurso deste trabalho: o de estrutura autoritária. Como também à do saber-poder, aí subjacentemente posta, mas a exigir alguns acréscimos, por enquanto. Pois no capítulo 1 será demoradamente exposto. Frise-se, por ora, dentro dos objetivos desta introdução, consistir em conceito de ressonância universal, elaborado a partir de situações concretas existentes praticamente em todas as culturas, como bem o demonstra a obra de Michel Foucault. Na circunstância vivida por Cairu ele se articula necessariamente com o de estrutura autoritária, como parece evidente, determinando, aliás, a intensificação do seu teor ideológico, particularmente num período em que a dependência cultural se extremava.

A sociedade brasileira de então desconhecia o diálogo entre interlocutores dos diversos segmentos. O monólogo era constante. A ideologia dos agentes sociais dominantes tendia a cristalizar-se no vazio cultural, e a se impor com a exuberância conceitual de seus “semas”, de suas “lexias”.

Nessas condições, o conservadorismo do período assume dimensão exacerbada, tornando-se arma do poder com muito vigor.

Isso evidencia a importância da identificação deste saber-poder no presente ensaio, como algo profundamente imanente ao pensamento de Cairu. E a ponto de justificar todo um capítulo.

De sorte que é uma questão de grau a transparência do saber-poder. Apresenta-se com esta ou aquela intensidade, com esta ou aquela modalidade, de acordo com a época, com a civilização, com o país.

Ora, tal esclarece a eficácia da análise do discurso para a efetiva compreensão do pensamento ideológico.

Diz Michel Pêcheux:

“... Il faut immédiatement ajouter une deuxième spécificité de l’analyse du discours, à savoir, que l’objet à propos duquel elle produit son ‘résultat’ n’est pas un objet linguistique mais un objet socio-historique où le linguistique intervient comme présupposé.”²

Assim, tem-se aí um instrumento metodológico de largo alcance, franqueando a apreensão de “situações”, de circunstâncias históricas, de papéis sociais cumpridos pelo protagonismo autoritário, etc.

E tal que se vai incorporando crescentemente às pesquisas históricas e sociais, à medida que ganha novos reforços, consubstanciados notoriamente no aperfeiçoamento da teoria e dos vínculos interdisciplinares em torno do discurso, da formação social, da história, das ideologias.

Por isso, uma das tarefas metodológicas mais prementes de hoje é a estruturação de conceitos analíticos a partir da associação do maior número possível de dados-chaves que giram ao redor do discurso, na sua mobilidade prático-concreta, na sua encarnação sociopolítica.

Então, consolida-se um método, na verdade, estrutural, histórico-dialético, captando as articulações entre as relações de produção, as

2 – PÊCHEUX, Michel. “Mises au point et perspectives à propos de l’analyse automa-que du discours”. In: *Langages*, mars 1975, 37, p. 31.

ideologias e a formação social. Pois o discurso representa, com efeito, o “lugar” onde se estabelecem e se desenvolvem as grandes conexões sócio-semânticas, sociológicas. Facilita a percepção dos confrontos ideológicos, dos seus fundamentos materiais, a visão dos ecletismos em decorrência de rearticulações conjunturais.

O discurso autoritário tem a sua uniformidade – traços gerais compostos por estilo, agrupamentos lógico-semânticos, estrutura vocabular, argumentação retórica, narrativa típica, que o diferencia de outro qualquer.

O tom neurótico e exacerbado, passional e auto-suficiente, constitui característica sua, denunciando-o de logo no extravasamento de sua enunciação excludente.

Ao alcançar nível intolerável, ao se fazer discurso único na sociedade de classes, numa apropriação abusiva pelo Estado, que passa a ocupar todos os espaços no interior da sociedade global, torna-se discurso totalitário.

A propósito, afirma Jean Pierre Faye:

“En revanche ce qui a directement agi sur l’histoire réelle, ce fut l’invention d’un langage totalitaire: discours permanent de Mussolini, de ses philosophes et de ses juristes, en termes de ‘féroce volonté totalitaire’ d’ ‘Etat totalitaire’, de ‘parti qui gouverne totalitariamente’... Langage qui visait à légitimer la violence arbitraire et oppressive de l’Etat, et qui a eu pour effet de faciliter la mise au pouvoir d’autres usagers – plus redoutablement efficaces – de l’oppression et de la violence.”³

Nessas condições, a crítica do totalitarismo haverá de se ocupar previamente do discurso totalitário.

Do mesmo modo com relação ao autoritarismo, também ele pressupõe a crítica do seu discurso.

Contêm ambos pontos comuns: sinais evidentes de violência, de opressão, com a ascendência do Estado sobre a sociedade civil materializando a força impositiva da classe dominante, não obstante a autonomia, diria sobretudo a soberania daquele.

3 – FAYE, Jean Pierre. *La Critique du langage et son économie*. Paris, Éditions Galilée, 1973, p. 70.

Aliás, as correlações entre Estado, classes e ideologias, paten-teiam-se na análise do discurso. De sorte que aqueles sinais se exteriorizam na articulação mesma dessas correlações.

Mas, convém deixar bem reiterado, apontar simplesmente aspectos gerais do discurso autoritário não o identifica em plenitude. Como os outros, é um discurso que toma concreção na práxis histórico-social, no conflito de classes, nas relações de produção de determinada sociedade, no desempenho político-ideológico que aí se desenrola. Assim, ele deve ser apanhado na articulação dos conceitos analítico-teóricos e dos conceitos existencial-históricos.

Que significa isso?

Significa que, na prática real, o discurso autoritário vai assumindo a sua forma típica, correlativamente à interpretação esteada particularmente nos seus conceitos teóricos, mas adquirindo modalidades concretas determinadas basicamente por aquela práxis.

Conciliam-se, portanto, prática real, pressupostos metodológicos e exegese na dilucidação das manifestações múltiplas do discurso autoritário.

Esta introdução se propõe a esclarecer essa problemática, deixando para o corpo propriamente dito do ensaio a incumbência de estudar uma daquelas manifestações, expressa no discurso do Visconde de Cairu.

Então, procurar-se-á interpretá-lo de modo a exsurgir ao final, devidamente tematizado, um discurso autoritário.

Ele é construído no desdobramento da circunstância de uma transição histórica. Sublinhado, portanto, pelos determinismos que a envolvem, criando peculiar “situação” político-ideológica, correlativa do discurso cairuense.

Cabe mostrar, agora, já retomando a exposição iniciada, e com maiores elementos, a postura metodológica e a interpretação utilizadas neste ensaio, que estuda um específico discurso autoritário, qual o de Silva Lisboa, o Visconde de Cairu.

Vistos acima alguns dados definidores desse tipo de discurso, faz-se mister alongar-se um pouco nessa matéria, para efeito mesmo de melhor precisão daquela postura e do empenho interpretativo a seguir.

Com isso, de logo se ultimar^á o conceito analítico do discurso autoritário, com notas extensivas existenciais tendencialmente situadas na particularidade do discurso cairuense. O que, de fato, de vital importância para a análise que ora se empreende.

Trata-se de algo profundamente vivenciado e avaliado pelo pensador alemão Theodor W. Adorno.

Foi ele um dos primeiros a denunciar a tomada de assalto do campo da linguagem pela burguesia, através de um jogo que manipula as palavras e os seus significados, instilando nelas como que uma segunda linguagem, tecida de acordo com os seus interesses.

Refere-se a “uma teoria puramente nominalista del lenguaje, en la cual las palabras son elementos intercambiables de juego, en nada afectados por la historia. Esta, no obstante, inmigra en cada palabra y sustrae a cada una de ellas la reconstrucción del supuesto sentido originário que persigue la jerga. Qué es o que no es la jerga lo decide el hecho de si la palabra está escrita en el tono eu que ella se plantea con trascendente frente a su propia significación; de si cada una de las palabras van cargadas a costa de la proposición, el juicio y lo pensado”.⁴

E continua o renomeado filósofo da Escola de Frankfurt dizendo que uma linguagem desse tipo atribui a condição de sentido ao que deseja seja sentido, sem atentar ao verdadeiro conteúdo das palavras.

Fala no que chama “el elemento preconceptual y mimético del lenguaje” fabricando o sentido, o significado, sob férreo dirigismo.

Eis o discurso inautêntico.

Através dele desaparece a necessidade de pensar. Recai-se na coisificação da trama enunciativa e não apenas das palavras.

Ao mesmo tempo ocorre, em operação correlativa, a sacralização de palavras, de expressões designativas de um mundo encantado, que desliza teimosamente entre os campos proposicionais e valorativos de uma sociedade laicizada ou em caminho para uma completa laicização.⁵

4 – ADORNO, Theodor W. *La ideología como lenguaje*. Madrid, Taurus Ediciones, 1971, pp. 15-6.

5 – *Ibid.*, pp. 16-7.

Isso, com efeito, se efetiva sob diversos gêneros literários, sob proclamações políticas, genuínas propagandas, cujas mensagens elaboradas por aquele jogo de palavras, pela vigiada petrificação de significados históricos de vocábulos, já substituídos por outros nos círculos mais abertos da intelectualidade, das organizações abertas ao futuro, ou no consenso das mudanças semânticas.

Nessas condições, é preciso toda atenção para se precaver contra um transcendente, tão presente nas formulações metafísicas e religiosas, desafinadas com o real, com a concreção, consequentemente petrificadas na urdidura enunciativa, na estrutura vocabular, que ciosamente preservam.

Transcendente que confisca a sintonia do discurso com a elaboração histórico-material, conflitiva, com a leitura atualizada das mudanças, do sentido das mudanças.

Falta-lhe uma antropologia que o retire da abstração alienada, fugidia, pressionando-o na direção de valores humanos de Justiça de Convivência Solidária, na edificação de Sociedade Iguatária, tanto quanto possível, na conformidade de práxis que processe a síntese do Imanente e do Transcendente.

Este último, então, se converte no horizonte dos grandes projetos humanos, sociais, advertência lúcida e constante contra os desvios, contra as aberrações multiformes das injustiças, das opressões.

Eis que esterilizada no discurso autoritário a legítima antropologia. Os objetivos do homem “situado” inserido numa estrutura de classes, numa organização social definida pelo monolitismo social e axiológico, como no caso do presente estudo, não são equacionados em termos de sua promoção integral, em virtude, fundamentalmente, de opressivo modo de produção gerando relações sociais injustas.

Daí vem a recorrência continuada do discurso autoritário, conferindo, em jogo artificial, uma dignidade lógico-semântica às palavras, às proposições, a textos de outras épocas, impondo significados que lhe interessam, dentro da proposta ideológica que lhe vai de permeio. De sorte que locuções-chaves como “Civilização Cristã” assumem um sentido inautêntico, desarrazoado. O que faz com que se coisifiquem rapidamente, à medida

que se desenvolve o jogo da linguagem pressionado pelas práticas da dominação burguesa. E não apenas isto. Aflora, ao lado e no cerne desse processo, o próprio encobrimento ideológico do cotidiano, algo que mais revela a transparência da história, transformado em rotina enervante, em coisa sem sentido. O que se intensifica com a crescente monopolização dos veículos de comunicação pelas forças conservadoras.

Tudo se ressentem com isso. Estilização, vocabulário, enunciação, semântica, estrutura narrativa, etc. se despem de suas virtualidades maiores e se fazem impotentes na instrumentalização da mudança, das transformações sociais, no interior de um discurso que prima pela violência, como a sociedade que o inspira, que o retoma, que o reifica.

Como se vê, o discurso autoritário é correlativo da sociedade autoritária. Suas modalidades, seus tipos, modalidades ou tipos da mesma sociedade.

Na história brasileira, na qual o autoritarismo é uma constante, o discurso haverá de refleti-lo, integrando e impondo a sua mensagem.

Importante a pesquisa em torno da conceituação desse autoritarismo, para precisar melhor o discurso autoritário.

O que significa ele?

Qual a orientação ideológica predominante na sua definição?

Há outra ou outras, e qual a eficácia do seu direcionamento, porventura existindo como alternativa viável?

Verdade que as investigações até hoje feitas ao redor do autoritarismo têm como campo delimitado a sociedade plenamente capitalista, vivendo no apogeu de suas realizações, e a mesma sociedade em fase de crise, quando a exegese de Adorno e de outros pensadores da Escola de Frankfurt, relativamente ao fascismo, apresenta-se de grande valia.

A sociedade brasileira, ao tempo de Cairu, deixava descortinar quadro diferente, embora não de todo possuindo, como de fato possuía, um impróprio ou fragilmente regime capitalista, com acentuados traços feudais, o agrário-mercantil.

No entanto, os aspectos gerais do autoritarismo, como racionalizados hoje, encontram-se nesta mesma sociedade, cumprindo ao analista detectar os matizes que o particulariza, o que se fará no momento devido.

As reflexões acerca daquelas duas fases do autoritarismo capitalista muito aproveitam ao objeto deste trabalho.

Tiramo-las essencialmente de preciosa obra de Florestan Fernandes, sociólogo marxista, aparelhado com eficiente instrumental analítico, com visão dialético-estrutural dos problemas, de modo a situar e a avaliar aquele objeto dentro de amplo contexto, no encaixe de uma constelação globalizante de fatores.

Desta forma, exclui-se o perigo da interpretação limitada, restrita, subjugada pela ótica parcelada da consciência burguesa, tendendo, como realmente tende, no ponto em exame, ao unilateralismo.

Diz aquele sociólogo:

“O cientista político tende a considerar o Estado como o *locus* exclusivo, ou principal da relação autoritária. No entanto, há o poder especificamente político e o poder indiretamente político. Além disso, o Estado não é uma entidade autônoma, isolada da sociedade e que se explique por si mesma.”⁶

Mais adiante retoma:

“Do micro ao macro, a sociedade capitalista contém toda uma rede de relações autoritárias, normalmente incorporadas às instituições, estruturas, ideologias e processos sociais, e potencialmente aptas a oscilar em função de alterações do contexto (ou, mesmo, de conjunturas adversas), tendendo a exacerbar-se como uma forma de autodefesa dos interesses econômicos, sociais e políticos das classes possuidoras e dominantes (ao nível institucional ou ao nível global).”⁷

6 – FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo*. São Paulo, Hucitec, 1979, p. 12.

7 – *Ibid.*, p. 13.

Vê-se, pois, que o autoritarismo retém uma dimensão global, embora se manifeste de maneira mais explícita, mais direta, ao nível institucional, geralmente.

E aqui já se pode efetuar a integração entre essa dimensão global do autoritarismo e o que se denomina em capítulos posteriores deste ensaio complexo de estruturas autoritárias no Brasil, no período vivido por Cairu, para ficar apenas aí.

Mesmo porque o conservadorismo que justifica e alimenta tal complexo se compadece com um tipo de sociedade direcionada para a prática capitalista, a despeito de sua insipiência. Um direcionamento que emprega, na expressão ideológica, materiais tradicionalista-feudais, como se verá.

De sorte que o atraso do país, no período, não elimina, antes fortalece ou exacerba a condição autoritária, substancialmente a mesma de uma sociedade capitalista avançada. O que varia é a sua estilização, o seu processamento, refinados com a modernização. Também um mais dinâmico perfil de ação advém com este processo.

Tanto é assim que, no período focalizado, as estruturas autoritárias se compõem harmoniosamente no processo de ideologização, no exercício político, na atividade econômica, na missão pastoral da Igreja, na vida do latifúndio, tudo convergindo basicamente para a formação do excedente econômico nas mãos da classe dominante e para a intensificação da desvalia social.

No fundo, a coisa é a mesma. As variações são secundárias. A própria exacerbação do autoritarismo em favor daquela classe traduz condição mesma do capitalismo, como explicitado na citação retro. Um autoritarismo que representa uma “situação” estrutural, mantida e alimentada pelo sistema capitalista, cuja reprodução é condicionada pelo bloqueio aos segmentos sociais não possuidores. Os quais, por não disporem dos fatores da acumulação, se vêem excluídos do poder decisório, de participação condigna na economia e na sociedade.

Num país recém-egresso do regime colonial, do Absolutismo, sofrendo pesadamente as conseqüências do atraso da desorganização social,

com o predomínio arbitrário e exclusivo dos grandes proprietários, praticamente intocáveis nos seus “feudos”, com a mão de ferro da Igreja em assuntos espirituais e em negócios temporais, com a administração vexatória e opressiva do fisco e de outras atribuições do nascente Estado imperial, que prolongava, por assim dizer, na sua ânsia de afirmação, práticas absolutistas, natural que o pensamento dominante (e alternativo, se por tal se pode conceber matizes libertários, assumidos por correntes ideológicas que representam facções dissidentes, do mesmo pensamento) fosse, como de fato foi, autoritário.

Então, o complexo de estruturas autoritárias, todo ele, e não apenas o Estado imperial, aí inserido, é responsável pela formação do autoritarismo, pela determinação que anima os seus aparelhos ideológicos, os seus ideólogos, de elaborarem doutrinas autoritárias.

A esta altura, parece suficientemente situados alguns conceitos analíticos fundamentais para este trabalho.

Ficou plenamente demonstrado que tais conceitos, inclusive o do discurso autoritário, se fazem imprescindíveis a qualquer tentativa de racionalização válida do conservadorismo, qualquer que seja a sua coloração.

Tal transfere ao campo do discurso as mais lúcidas tentativas de interpretação da história das idéias. Mais enfaticamente entre nós pela convergência de preciosos dados para a área dos escritos doutrinários, como suprimindo a carência de outras fontes, mais abundantes e organizadas nas nações adiantadas.

Trata-se de um campo praticamente inexplorado, de grandes potencialidades, à espera de pesquisadores que o valorizem devidamente, assumindo projetos prioritários na esfera do pensamento brasileiro, tão carente de assistência, até mesmo nos círculos universitários do país.

De sorte que esta elaboração recebe melhormente a denominação de ensaio. Tal a impossibilidade de exaurir, até mesmo de tratar a problemática que acomete de forma mais perfeita e completa. A empresa é difícil e arriscada. O enfoque que se pretende concretizar envolve, inicialmente, os percalços que resistem à edificação sólida da teoria do discurso.

Ressalte-se que ela por si, principalmente pelas suas incidências sociopolíticas, não se estruturou, como de desejar, na prática multidisciplinar, recebendo fundamentalmente subsídios do domínio da lingüística, da semiologia, da teoria da literatura, disciplinas afins, não obstante as incursões efetuadas no campo dos valores notória e eficazmente pela segunda daquelas mencionadas, de que dão prova alguns títulos produzidos por expressivos nomes da intelectualidade francesa.⁸

Daí que o aperfeiçoamento de iniciativas como esta fica na dependência do pioneirismo, da institucionalização mesma da cooperação entre especialistas, materializada ou não em trabalhos de equipe, mas com a conseqüente busca de integração ou de síntese de saberes orientados para o objeto em exame. O que pressupõe a qualificação de pessoal e mecanismos institucionais, notadamente universitários, propulsores de atividades interdepartamentais.

Há muito que fazer nesse setor, a reivindicar o amparo fundamental.

Isso não impede que empresas deste porte sejam promovidas, embora por escritores solitários, que muito refletiram e continuam a refletir sobre o problema.

Tudo que se fizer em prol do despertar de consciência científica que motive empreendimentos desta ordem é válido, e merece apoio.

O importante é rasgar perspectivas, abrir horizontes às tarefas do historiador das idéias, o que interessa aqui mais de perto.

Esta, aliás e detenha-se na relevância dessa afirmação, uma promoção que colabora extraordinariamente para a superação da crise radical dos tempos atuais, especialmente nas nações que se encontram num impasse, que se defrontam com o nó górdio dos empecos à mudança estrutural, como o Brasil, a crise de perspectivas, de sentido. Crise de sentido de que fala Paul Ricoeur.

8 – BAUDRILLARD, Jean. *Pour une critique de l'économie politique du signe*. Paris, Gallimard, 1972.

A abertura de novas perspectivas (ou a descoberta),⁹ especialmente no campo do discurso, auxilia bastante a construção do sentido indispensável às interpretações lúcidas e abrangentes da realidade nacional, do pensamento brasileiro.

O exame das ideologias, os problemas de hermenêutica, os critérios de interpretação, a verificação do recondicionamento das doutrinas importadas, as posturas ecléticas nas fases de transição, tudo posto no recinto da história sociológica, beneficiam-se por demais quando integrados na análise do discurso, aberta ao processamento unificador dos saberes.

É que o discurso contém por propriedade maior a de estruturação de todos os elementos léxicos, sintáticos e lógico-semânticos, resultando numa coordenação exemplar dos materiais procedentes dos múltiplos saberes e que passam pela mediação desses elementos, na narrativa.

Por isso, todo discurso é globalizante. Constitui uma síntese, passível de constantes aperfeiçoamentos à proporção que aumenta a consciência de suas potencialidades, a capacidade que possui de se abrir às contribuições distribuídas pela nova história, pela teoria crítica das ideologias, pela filosofia da linguagem, pela hermenêutica, pelas ciências humanas em geral, pelo pragmatismo utópico do presente, pelos sinais do tempo, pela semiologia, enfim pelo aparato científico disponível e por apurada consciência social.

O melhor juízo parece ser o que vê no discurso o *locus* por excelência do método e da interpretação utilizados pela história das idéias, dada a natureza específica desta.

Com efeito, ocupando-se fundamentalmente com doutrinas, com ideologias, com filosofias, com as mais diversas representações mentais, com toda uma tipologia de mentalidades que oscilam, mudam e se reproduzem no percurso histórico, condicionadas por sucessivas estruturas sociais, o discurso constitui o espaço privilegiado de integração da formação social, do pensamento doutrinário e das práticas discursivas, particularizadas nas classes, nos estamentos, nas “ordens”.

9 – RICOEUR, Paul. Le Projet d'une morale sociale. In: *Christianisme Social*, maio-out. 1966, p. 292.

Nessa integração, as estruturas de poder, as estruturas autoritárias, têm o seu desempenho melhormente compreendido como emissoras de mensagens ideológicas, como órgãos constituintes do saber-poder.

Assim, o discurso autoritário forma uma síntese-tipo, que particulariza aquela integração no interior de uma determinada sociedade global.

Através dele, como projeção do universo capitalista, veiculados os pensamentos conservadores-liberais, numa gradação que vai desde o tradicionalismo liberal, do período de transição dentro do qual nasce o Estado nacional brasileiro e atua o Visconde de Cairu, e com a presença marginal do liberalismo radical, até o liberalismo que interrompe conquistas suas pela emergência das exceções, pelo fechamento do regime político em atenção ao maior atendimento da acumulação capitalista, em represália aos incidentes da mudança social.

Nesse quadro abstraiu-se deliberadamente o liberalismo mais decantado, o dos países de capitalismo avançado, as chamadas democracias ocidentais, em que pese o autoritarismo aí presente nas articulações socioeconômicas, nas pesadas estruturas de poder.

Elegeu-se nesta investigação um peculiar discurso autoritário, o que se tipifica numa nação subdesenvolvida, e num determinado período de sua história, sem omissão dos aspectos gerais que o revestem.

Nele, de forma bastante acentuada, a linguagem se apresenta multifacetada, com elevados desníveis criando por assim dizer mais de uma estrutura vocabular, narrativas que se intercalam, juntamente com estilizações que acompanham os respectivos perfis doutrinários, dentro de amplo painel representado por um ecletismo típico.

Nesse caso, poder-se-ia até falar em vários tipos de discurso na obra de Silva Lisboa, destacadamente o panfletário, o doutrinário, o parlamentar.

As influências que pesam sobre o seu pensamento são múltiplas, provenientes de até conflitantes linhas doutrinárias, as quais levam consigo os seus léxicos com peculiares significados, gêneros literários que se difundem e variam na proporção em que são acolhidos por este ou aquele

perfil doutrinário, por este ou aquele plano de elocução, maiores ou menores conteúdos retóricos em atinência com as mudanças estruturais do discurso.

As articulações entre a episteme clássica e escolas ou gêneros literários e acentuações retóricas, o fenômeno da superposição do pragmatismo e de seus padrões filosófico-literários em extensão ao discurso ou discursos permeados pela mesma episteme clássica, com as suas incidências sociopolíticas, históricas, representam constantes no discurso de Cairu, no qual a dimensão autoritária, já revelando conotações com as estruturas de poder, é a sua essência.

Basta isso para caracterizar com propriedade a importância da análise do discurso no estudo do pensamento de Silva Lisboa. É um indicativo evidente de quanto o método ajuda a trazer ao cenário da história das idéias aspectos e particularidades dos escritos do Visconde, relevantes até para a valorização, mesmo o descobrimento de linhas temáticas importantes, e sem o qual aquele estudo não alcançaria a amplitude desejada.

De outro ângulo, grife-se que o discurso do notável brasileiro se exercita num período de mudanças significativas, atingindo todas as instâncias da realidade social, dentro naturalmente dos parâmetros elitistas assegurados pelas estruturas autoritárias do país.

Que significa isso?

Significa o surgimento de lexias, de semas, de padrões científicos, com o reflorescimento do pragmatismo português que vinha da época dos descobrimentos marítimos, agora acasalado ou reorientado na mentalidade da ilustração pombalina e transportado para o Brasil pela plêiade de doutores formados em Lisboa, em Coimbra; significa a oscilação de ideologias, de doutrinas, num momento de fundo conflito axiológico, de luta entre concepções do passado e de um presente que tentava firmar-se, entre orientações políticas que porfiavam em sintonia com os interesses econômicos de facções, de proprietários rurais, de comerciantes, da elite dirigente, com os objetivos de afirmação do Estado nacional nascente; significa o advento de justaposições no campo dos saberes, com a praticamente impossível síntese filosófica na fase em foco, com as imensas dificuldades de integração dos valores, com a coexistência das mais contrastantes posturas

em situação disfuncional, na falta do pluralismo sadio, revigorante da cultura intelectual, do pensamento, correlativamente à ausência de pluralismo político e econômico.

Tudo isso constitui precioso alimento para uma pesquisa que pretenda levantar em termos estruturais o pensamento de Cairu, que objetive dissecá-lo na confluência dos determinismos gerados pelas estruturas autoritárias, pelos percalços e pelo direcionamento da transição, pela síntese que não escapa àquelas justaposições, pelos condicionamentos institucionais e sociais dos aparelhos ideológicos, pelos “modelos” de escrituras em vigor.

Ora, nada melhor que a análise do discurso para instrumentalizar a realização de tão portentosa empresa. Ou, pelo menos, para cooperar eficazmente na produção de sólida exegese do pensamento do mestre baiano.

Observe-se que os estudos da história das idéias no Brasil não dispõe de tradição, não conta com o apoio sistemático de denso acervo analítico, de diversificados “modelos” lógico-epistemológicos.

Do que se deduz a oportunidade e a exigência de criatividade nesse ramo da historiografia com vistas a dotá-lo de maiores recursos.

Então, toda tentativa de acréscimo de novos métodos aos já praticados, desde que demonstrada a sua viabilidade e eficiência, é perfeitamente válida, merecendo estímulos.

É o caso da análise do discurso, já profusamente testada em vários países.

Demais: trata-se de um método de larga flexibilidade, ele próprio acondicionando-se aos enfoques assumidos, à orientação axiológico-epistemológica dos intérpretes, dos pesquisadores. O que está na sua essência, com o pluralismo de perspectivas que enseja, com a enorme faixa de operacionalização que a confluência em si de múltiplos elementos concreto-formais favorece.

De sorte que o historiador poderá sem dificuldades adaptá-lo às suas tendências ideológicas, até mesmo ao “modelo” epistemológico que já vinha adotando, sem prejuízo do mesmo, antes com o seu enriquecimento.

Sobretudo se esse historiador perfilha “modelo” estruturalista, na ampla acepção do termo, no sentido totalizante, de mobilização do maior número possível de articulações do real. O que, com efeito, se traduziria no enriquecimento destas articulações, estilizadas em articulações de signos. Portanto, mais clarificadas na sua expressão ideológica, no seu travejamento cognoscitivo.

Ressalte-se que, nessas condições, se revela enfaticamente o caráter fetichista da ideologia. Ela é desnudada de suas máscaras ocultantes do real, quando a serviço dos grupos autocratas, das estruturas autoritário-conservadoras.

O método em objeto tem o mérito elevado de distinguir o reino da materialidade e o reino dos valores, sem instaurar separação radical entre ambos, notoriamente na comunicação ideológica, no universo das idéias.

O primeiro essencialmente de natureza econômica.

Tal o grande contributo da Semiologia.

Veja-se o notável testemunho de Jean Baudrillard:

“Il faut rappeler que la vision traditionnelle de l'idéologie avec sa distiption artificielle de l' 'économique' et de l' 'idéologique', outre la gymnastique désespérée ('superstructurelle' 'dialectique', 'structurelle à dominante', etc.) qu'elle entraîne, entraîne aussi l'impossibilité de saisir la fonction 'idéologique' de la culture et des signes ainsi séparés autrement qu'au niveau des signifiés. L'idéologie (de tel ou tel groupe, de la classe dominante), ce sont toujours de grands thèmes, de grands contenus, de grands valeurs (nation, morale, famille, humanisme, bonheur, consommation) dont la puissance allégorique vient jouer, on ne sait comment, sur les consciences pour les intégrer. Ce sont les contenus de pensée qui viennent jouer sur des situations réelles etc., dans l'ensemble, l'idéologie se définit comme le ressac de la culture sur l'économie. Alors qu'il est clair que l'idéologie, c'est cette forme même qui traverse aussi bien la production des signes que la production 'matérielle'”¹⁰

10 – BAUDRILLARD, Jean. *Pour une critique de l'économie politique du signe*. Paris, Gallimard, 1972, pp. 173-4.

Ora, a ilegítima superposição em referência constitui prática tradicional e rotineira do conservadorismo, da dominação burguesa, de certos estereótipos marxistas, de todo alheios à inspiração desalienante de Marx, ao corte epistemológico por ele gerado, que distingue unificando os campos ideológico e material.

É aquela forma que faz o traço-de-união, ensejando a grande articulação que permeia a produção de signos e a produção material pela mediação da ideologia.

Porque aceitar a separação absoluta entre as duas, pratica-se uma autêntica operação racionalista de privilegiamento da alegoria, da metáfora, do simbolismo, extensões arbitrárias daqueles “grandes conteúdos”, daqueles “grandes temas”, daqueles “grandes valores” retirando das consciências alternativas de transparência do real integrado no jogo criativo das atividades materiais e do universo de significados. De tal sorte que se obtenha a forma, a ideologia.

Eis aí uma tese plena de conseqüências.

Ela vem justamente corroborar o que se afirmou páginas atrás a respeito da capacidade de a análise do discurso suscitar sínteses, vastos conjuntos articulados, nos quais a ideologia, o pensamento recebem o seu papel de elementos de integração, de expressão do real, ainda no processamento inicial deste, tornando-se uma questão de grau a sua maior ou menor formalização.

Isso ocorre concomitantemente com a denúncia daquela superposição ideológica, com a absolutização de valores ou de temas, numa manobra estratégica de ocultação da realidade a visar a justificação ou o fortalecimento de estruturas de poder, de estruturas autoritárias.

Impressionante como esse processo de reversão ideológica adquire elevado *status* com a corrente tradicionalista-conservadora, da qual Cairu foi o principal representante, o principal ideólogo no Brasil imperial, deixando, nas pegadas da pouca sistemática de seus escritos, a tendência solta, mas constante da superposição ético-religiosa, do que adveio a sacralização, por via de potenciação alegórica ou metafórica, da propriedade, da pessoa do Imperador, da classe dominante, das estruturas de poder, da Igreja, como uma destas estruturas e como prestigiado aparelho ideológico.

Mais: tal processo de reversão ideológica dá-se por meio de toda uma reorientação axiológico-epistemológica, ainda com base na criatividade racionalista, produzindo um ecletismo correlativo de uma organização formal que adapta a geração de signos ao substrato material da ordem dominante.

O saber-poder, o exacerbamento retórico, o recrudescimento dos valores tradicionalistas, a correspondência entre signos léxicos e signos ideológicos, numa estruturação morfológico-valorativa que atesta a indecisão característica de um período de transição, mas sob o controle das instâncias autoritárias, tudo isso que constituirá objeto dos capítulos que seguem se desenrolam na dinâmica daquela reversão.

Aí se esclarece funcionalmente a importação e o remanejamento das doutrinas estrangeiras, a serventia de cada uma delas no objetivo pragmatista a que se filia o projeto modernizador do país. Do mesmo modo a função especial da metáfora, numa ordem do discurso que apela continuamente para valores e para conteúdos dogmatizados, impermeáveis ao contato imediato direto com o mundo, com a realidade circunstancial.

Mas, muito salientemente se conformam neste quadro os diversos planos ou desníveis do discurso cairuense, elevando a percepção do processo em referência e da qualidade do pensamento que veicula.

Aliás, a absoluta divisão entre o econômico (material) e o ideológico corresponde, na prática burguesa-conservadora, à divisão entre razão e práxis, na qual se efetiva a superposição ontológica da primeira sobre a segunda, descaracterizando a história. O que constitui o núcleo básico da episteme clássica, a permear o Racionalismo, as doutrinas por ele inspiradas, entre as quais a de Silva Lisboa.

Todo um divisionismo daí tem seguimento, projeção ideológica da fragmentação da realidade em decorrência da montagem de estruturas autoritárias, de centros hegemônicos de poder, com vista aos interesses capitalistas.

Assim, o discurso, “a língua em sua integridade concreta e viva”, representa um dos campos lógico-epistemológicos mais fecundos, compondo a sua análise notável método de prospecção doutrinária, de captura

das grandes linhas do pensamento ideológico, mercê daquela integridade que revela globalizantes e significativas conexões formal-concretas.

É indiscutível a primazia deste método sobre outros que se alinham no campo da linguagem, do discurso mesmo, mas sem capacidade suficiente de devassamento crítico, não obstante abrangentes.

Pois se fundam substancialmente na visão funcionalista, que deu nova extensão sofisticada àquele divisionismo sob a capa enganosa de uma contextualização globalizante.

O importante não é apenas colocar o pensamento, o ideário, no interior do contexto, mesmo o socioeconômico de maior amplitude, porém, fazer emergir do mesmo contexto do campo global unificado as funções discursivas de racionalização, de produção de signos, já no âmago mesmo da produção material da práxis histórica. Sem o que não se evidenciará a gama de determinismos que pesa sobre o pensamento, não se apreenderão as notas dominantes da cultura política que o condiciona.

Uma cultura política, por sinal, insuficiente, pelas limitações que sofre, para apresentar a completa racionalidade do período, que atravessa sem desfazimento todas as instâncias socioinstitucionais.

Por importante, é preciso atentar sempre para a articulação que vai realizando a forma, numa travessia prático-concreta, do desempenho socioeconômico, das atividades políticas, das tarefas culturais, o elo ideológico unificador, nas suas manifestações circunstanciais, matizadas, na postura de classe, no conflito integral.

A não ser assim, fácil incidir na generalização artificial da simples contextualização, ainda acentuando as relações de poder, de notória relevância.

Eis que, diante do exposto, se oferece com limitações estruturais a concepção do cientista político inglês J. G. Pocock, voltada para a fundamentação metodológica da história das idéias políticas.

Ainda nesse campo, presumidamente limitado, também sofrendo os percalços do divisionismo, não se deve eximir o analista de expor aquela forma, a ideologia nos vínculos gerais e integrativos, nos desdobramentos co-essenciais, correlativos, da mesma realidade.

Diz aquele cientista político:

“Political speech does not refer alone to the structure of political activities, institutions and values conceptualized as the subject matter of political theory, and conceivable as theoretically constant in a wide range of political societies. It refers also to all those activities, together with their institutions and values, which it is the business of politics to order and coordinate and which may, in the specific society whose language and thought we choose to study, have been seen for so long as relevant to politics that their vocabularies and values have entered the political language and become part of it.”¹¹

A transcrição vem muito a propósito deste estudo introdutório sobre método e interpretação na reflexão crítica sobre o pensamento de Cairu.

Este, como se examinará detidamente, nas suas conexões autoritárias, é essencialmente político, qualquer que seja a face com que se apresenta: econômica, religiosa, jurídica etc.

Tal significa a amplitude maior que se deve dar ao político. O que vem apoiar o expandido há pouco a respeito da ideologia como forma, como algo subjacente e transparente em todas as manifestações emergentes da sociedade global.

Daí a prioridade a ser atribuída ao método da análise do discurso, de características estruturais-dialéticas, operacionais. E com a vantagem de dispor de alto poder crítico, sem abdicar da condição de “setorizar” o objeto da investigação, o terreno estritamente político-institucional, por exemplo, conservando as suas notas universais.

A transcrição ora feita reconstitui uma contextualização que apenas estabelece algumas aproximações funcionais entre dados teóricos, axiológicos, institucionais e lingüísticos (entre estes últimos, o léxico).

11 – POCOCK, J. O. *Political, language & time*. Londres, 1972, p. 21.

A linguagem forma aí o *locus* de integração desses dados, especificamente a linguagem política, abrangendo evidentemente mais do que abrange a teoria política.

É claro que o universal pode ser daí extraído, nas suas grandes conotações culturais. O nó górdio do problema reside, porém, na incapacidade do método para realizar essa operação.

Certo que o autor em exame chega a ir mais adiante, progredindo na sua análise.

Assim, adentra-se no estudo do contexto da linguagem de forma criativa, apontando aí “sistemas”, conceitos analíticos operacionais, que têm a sua serventia.

Sustenta:

“Men think by communicating language systems; these systems help constitute both their conceptual worlds and the authority-structures, or social worlds, related to these; the conceptual and social worlds may each be seen as a context to the other, so that the picture gains in concreteness.”¹²

Veja-se que Pocock valoriza o discurso sobremaneira indicando que nele se firmam estruturas conceituais correlativamente ao vocabulário que emprega, o que se produz na particularidade de cada sistema. E não só correlativamente ao vocabulário diretamente, mas também às estruturas de autoridade e aos universos sociais.

Nisso ele reconhece a influência, aliás, sobre a história do pensamento político, do que chama “linguistic analysis”, que não parece ser a mesma análise do discurso, pelo menos na concepção que a anima, perfilhada pelo presente trabalho. E com um caráter ainda incipiente, ou não definitivamente estruturado.¹³

Faltou-lhe, na verdade, estabelecer o profícuo enlace entre a inerência ideológica do discurso, fomentando a manutenção e a ocupação de espaços pelas estruturas de poder, com gradação de maior ou menor

12 – *Ibidem*, p. 15.

13 – *Ibidem*, p. 12.

autoritarismo entre elas, especialmente nos casos das exacerbadas estruturas autoritárias dos países atrasados ou em desenvolvimento, e os campos de historicidade em determinado período e em determinada sociedade, gerando protagonismos sociais em meio a conflitos de classe ou intragrupais.

Quer dizer: aquela inerência ideológica já transporta consigo cargas de poder distribuídas por diversos planos discursivos ou até por tipos de discurso, estes últimos gerados freqüentemente por situações sociopolíticas novas. Planos e tipos que refletem uma problemática complexa, envolvendo essencialmente aspectos da dinâmica social da práxis histórica, das crises conjunturais, de longa duração, impulsionando reformulações conceituais, alterações em concepções do mundo. Coisas assim que a mera contextualização não opera, nem explica.

Vem daí a insistência numa mais estreita aproximação entre o marxismo e a teoria do discurso para mais funcional racionalização e alcance pragmático das conexões entre o discurso (social, em toda a sua amplitude) e a formação social em si, pressupondo de antemão a co-essencialidade de ambos, jamais expressa separação. Co-essencialidade manifestada em todos os níveis das articulações sociais.

Sobretudo, ganharia considerável relevo a projeção multiforme das estruturas de poder, com a revelação de gestos, de posturas, de práticas, a integrarem rede complexa dos discursos das classes, de estamentos, dos messianismos, dos localismos, com as suas hierarquias, com as suas organizações formais, com os seus objetivos pragmáticos, auxiliando a percepção e o aperfeiçoamento daquelas articulações em nível de macro e de micro-sociedade.

Em outras palavras, o jogo complexo das instituições das estruturas, das conjunturas, na e mediante a mediação do discurso, e sob o protagonismo histórico dos agentes sociais, receberia melhor compreensão e lucidez, com o descortino no maior do desdobramento dos significados a partir da produção material.

Fica, pois, justificada a utilização da análise do discurso em moldes aproximados ao aqui proposto, considerando, como visto, a não definitiva consolidação deste método.

É que possui básicas condições epistemológicas a teoria do discurso, capazes de viabilizar empresas de monta na esfera da história das idéias, para não ir adiante, crescendo mesmo nessa viabilização, ensejando o amadurecimento do método.

A tarefa é árdua, principalmente no domínio pouco explorado da história das idéias no Brasil, na qual o influxo das estruturas autoritárias se faz sentir de um modo todo peculiar, procriando formações discursivas diversificadas no emaranhado das práticas socioeconômicas e políticas, no desempenho das instâncias do saber no comportamento das instituições, na vigilância dos aparelhos ideológicos.

Tarefa tanto mais complexa quanto amplamente dilatados os espaços ocupados por tais estruturas autoritárias, cobrindo praticamente todas as instâncias e níveis nacionais.

E a ponto de, para não aludir aos dias atuais, elas condicionarem, substancialmente, uma forma mais consistente e sistemática, dado o avanço da modernização, do pensamento autoritário na Primeira República. Este, segundo Bolívar Lamounier, assenta no “modelo” da ideologia de estado, elaborado em função de “uma resposta bastante específica aos problemas da organização do poder no país”.¹⁴

Dessa ideologia de estado extrai oito componentes, alguns dos quais, a maioria mesmo, já predominantes ao tempo de Cairu, num estado, o imperial, que também se organizava.

Eis os mais persistentes: “visão autoritária do conflito social”, “não organização da sociedade civil”, “não mobilização política”, “elitismo e voluntarismo como visão dos processos de mudança política”, “o Leviatã benevolente”.¹⁵

Ver-se-á, nos capítulos que seguem, como o discurso de Silva Lisboa acentua o papel do Estado como estrutura autoritária-máter e

14 – LAMOUNIER, Bolívar. “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República”. In: *História geral da civilização brasileira*. Direção de Boris Fausto. São Paulo, Difel, 1977, v. 9, p. 358.

15 – *Ibid.*, p. 359.

articuladora das grandes linhas de ação, da linguagem política, dos segmentos dominantes, dos aparelhos ideológicos, como a Igreja, em meio ao monolitismo social e axiológico do período, com efeitos evidenciados naqueles componentes apontados.

Quer-se, assim, mostrar a relevância de um método e de uma abordagem interpretativa que buscam, na configuração de determinado “modelo”, elucidar a manifestação pioneira de coerente e estruturado pensamento autoritário. Na verdade, uma lacuna na história das idéias no Brasil que se procura preencher.

Se ainda não se firmou uma tradição de estudos, de esquemas interpretativos, de procedimentos metodológicos, nesta área do saber, com mais ênfase se pode dizer que, nesse sentido, pouco se fez relativamente ao pensamento autoritário.^{15a}

A tentativa mais válida parece haver sido a de Bolívar Lamounier, há pouco referida, e especialmente voltada para a Primeira República.

E mesmo que, admitir a crítica de Wanderley Guilherme, não tenha ele fugido à falta de melhor estruturação conceitual,¹⁶ forçoso é reconhecer a sua louvável preocupação epistemológica, o ânimo de assegurar uma base metodológica àquela ordem de estudos.

Sem dúvida, apenas uma parte da crítica endereçada a Lamounier tem procedência. Pois a elaboração de consistente organização conceitual e de métodos seguramente eficazes na história do pensamento brasileiro é produto de demoradas pesquisas, de ensaios ousados de prática teórica, de experimentos com vias, com instrumentos analíticos, e a cargo de várias tendências, de equipes que se vão formando. com a institucionalização crescente das investigações historiográficas, sociológicas.

Então, é trabalho para décadas de dedicação, de esforço permanente. Trabalho que apenas se iniciou, por assim dizer graças à abnegação de alguns, ao pioneirismo de um grupo de pesquisadores, de professores, enfrentando a incompreensão de muitos, até mesmo obstáculos colocados

15a – BARRETO, Vicente. *O Estudo do pensamento político brasileiro*. IUPER, s. d. (mimeog.).

16 – GUILHERME, Wanderley. *Paradigma e história*. 1975. (mimeog.).

por universidades do país. Poucas, muito poucas delas deram acolhida a esse objeto do saber nacional.

Observe-se inclusive que o progresso aí está muito a depender do amadurecimento maior da produção historiográfica entre nós por razões ligadas à pouca ou escassa reflexão sobre a epistemologia histórica, à ausência de práticas interdisciplinares, geralmente, ao precário incentivo à pesquisa histórica, longe ainda da desejada institucionalização.

De modo que ensaios como o ora apresentado, empregando um esquema interpretativo presumidamente original, a partir da análise do discurso, podem pleitear atenção mais detida. Principalmente ao se considerar a sua convergência para focos centrais de irradiação exegética de alcance comprovado: a prospecção ideológica na sua co-essencialidade socioeconômica, a integração das formações discursivas na objetividade pragmática.

Por isso, a perspectiva que segue, espera-se, recolhe novos dados, não dispersiva ou isoladamente, mas embutidos em articulações funcionais a formarem sínteses despidas das abstrações vagas e revestidas de capacidade operacional.

Tal sem pretensões outras que a de dilatar o espaço ainda angustiado da semiótica voltada para a história das idéias no Brasil.

Reitere-se o fato de haver a semiótica de, necessariamente, caminhar ainda bastante para atingir a sua plena afirmação, a sua irrecusável dignidade epistemológica.

Compreende-se. Ela se situa na própria confluência da perspectiva trabalhada pelo historiador, na qual centros nevrálgicos, de inflexão semântico-valorativa, de organização sintática, modulações vocabulares, regras estratégicas tecidas de objetivos pragmáticos, inerentes a uma cultura, a um grupo político, fazem despontar uma antropologia, um modo de produção, relações sociais, tudo isso se articulando num “modelo” de interpretação.

Esse “modelo” de interpretação faz-se, pois, extremamente complexo, inerência mesma do discurso, não havendo como explicá-lo, não havendo como estudá-lo apenas buscando extrair-lhe leitura(s) do objeto histórico, da circunstância da trama conjuntural, de episódios significativos. Pois, co-essencial ao discurso, nele e por ele se constituindo, não deve

prescindir do conhecimento da organização discursiva dos campos temáticos, dos suportes lingüístico-morfológicos que os mantêm, das estilizações, das formas e dos acentos retóricos, das sociológicas que armam as estratégias da argumentação.

Assim, o “modelo” em foco, por este modo, tende a aumentar a sua capacidade de leitura da realidade, ao resistir à tentação do acesso imediato, direto, ao mundo objetivo. Exatamente passando pela mediação de um tipo ou tipos de discurso, ou de planos de elocução que lá traduzem linha ou linhas de orientação valorativa, objetivos pragmáticos, campos epistemológicos.

Então, percebe-se lucidamente que a produção de signos é co-essencial e correlativa à produção material, à práxis histórica, à prática teórica, e que aquele “modelo” instrumentaliza a reprodução de signos por meio de novo discurso em atendimento a fins do presente.

Daí a complexidade elevada da atividade exegetica.

A análise do discurso representa, sem dúvida, a sua própria extensão operacional: a apropriação que faz de valiosos recursos com vista ao seu maior alcance.

Em assim pensando, julgou-se de bom alvitre a utilização do eficiente método na perquirição da estrutura ideológica do visconde de Cairu.

Então, pertinentes as palavras de Eliseo Veron:

“... Necesitamos considerar la dimensión de lo ideológico, como una dimensión analítica propia a todo discurso social. El concepto de ‘ideológico’ designa entonces, no un tipo de discurso, sino una dimensión de todo discurso, a saber, aquella determinada por la relación entre las propiedades discursivas y sus condiciones de producción. Del mismo modo, en el polo del reconocimiento, necesitamos el concepto de ‘poder’ como concepto analítico que designa la dimensión del efecto de un discurso.”¹⁷

17 – VERON, Eliseo. “Discurso, poder, poder del discurso”. In: *Anais do primeiro colóquio de semiótica*. São Paulo, Edições Loyola, 1980, p. 86.

Tratando-se de um discurso tipicamente autoritário, como o de Silva Lisboa, em tão íntima correspondência com a rede de estruturas autoritárias do seu tempo, conclui-se pela pertinência do método, do enfoque analítico, assumidos no presente ensaio.

.....

1. Retórica e saber-poder: o perfil de uma escritura



s escritos de Cairu, como um todo, guardam notável coerência ideológica, não obstante as modalidades que assumem.

Estruturam uma tipologia complexa, em conseqüência dos exercícios pragmáticos que abraçou no magistério, na imprensa, no parlamento, na pública administração.

Preside-os a produção articulada de estratégias de ação num discurso identificado como campo privilegiado de afirmação autoritária. E trabalhado sob a urdidura da episteme clássica. Pois esta o permeia completamente, qualquer que seja a sua manifestação, aparecendo como instrumento operacional de valia no período de atuação do erudito baiano, as três primeiras décadas do século XIX, ao unificar signos lingüísticos e signos ideológicos de extração feudal e de origem burguesa.

Estes conviviam harmoniosamente naquele período de transição, graças a processo de integração teórica encetado pela Contra-Revolução em França, mas recriando-se com certa originalidade no discurso de Cairu.

O pronunciamento retórico clássico, remanejado pela corrente reacionária, refunde conceitos tradicionais que operacionalizam o homem, o mundo, a sociedade global, em bases estáticas, e ternas, obstruindo a

comunicação verbal em sintonia com as estruturas sociais, com os modos e relações de produção, numa intercorrência dialética, transparente, dinâmica.

As instâncias do real ficam distanciadas daquele pronunciamento, às vezes até marginalizadas.

Nisso vai expressivo direcionamento ideológico de dominação, que refaz o estilo das velhas estruturas de poder.

Assim, a retórica agilizada pela ilustre personalidade em exame está na raiz de uma mentalidade dominante.

Ela se presta à análise detida, movendo-se num jogo de enunciados próprios cujo conhecimento ajuda a desvendar os determinismos do saber-poder numa faixa contínua de longa duração.

Evidente que o saber-poder de que se cuida representa uma dimensão autoritária característica, a empolgar as estruturas de dominação no Brasil, desde a Colônia.

O escritor, objeto do presente ensaio, nessa linha, nítido protagonismo desenvolve.

Ele articula, de modo abrangente e complexo, mais que qualquer outro no período, como lançador de fundamentos, a ideologia autoritária.

E o faz recorrendo a materiais de procedência vária, num mistão em que o conservadorismo e o tradicionalismo entram como os impulsionadores estratégicos da mensagem.

Aí, o jogo de enunciados se desloca ao longo da escritura que se recorta em textos múltiplos, conforme a natureza do tema, o lugar institucional do locutor, a circunstância emergente.

E a linguagem alcança vigorosas afirmações de dogmatismo, em tom às vezes de exasperada violência, ao se postar numa pauta apologética, numa defesa intransigente da religião, da ordem política e social sacralizada.

No entanto, ela se reveste da finalidade pedagógica ao fazer ciência, até onde o permite a epistemologia clássica, na qual a retórica se insinua na argumentação silogística, axiomática, que edifica os saberes do tempo.

É preciso ver que a retórica constitui um elemento autônomo, fora do contexto lingüístico. Nisso de que a sua presença não se faz imprescindível. Mas, ao advir, completa e direciona a significação obtida, de forma a enfatizar uma necessidade individual, um componente de desejo.¹

Nessa operação, firma-se com propriedade o nível autoritário do discurso.

O sujeito-pensante é o sujeito-locutor, que se apropria arbitrariamente da enunciação ao atribuir força prevalecte aos seus valores objetivados.

Daí a sua preferência pelo jogo, no qual se compraz em encerrar o mundo, imprimindo-lhe o sentido que julga único e definitivo.

Nisso se expõe “una teoría puramente nominalista del lenguaje, en la cual las palabras son elementos intercambiables de juego, en nada afectados por la historia”.²

Nesse encaixe, os enunciados contêm uma mescla de empirismo e de moralismo, de passagens tiradas da Bíblia, de elocubrações filosóficas, muito ao sabor da atitude racionalista.

Isso, naturalmente, dá uma dinâmica própria ao longo dos enunciados, que se apresta à recepção de todas as contribuições, das novidades burguesas ou liberais, auxiliando, aumentando a viabilidade do projeto aristocrático de Cairu.

Essas contribuições sofrem o condicionamento retórico, desbastando-as de quaisquer veleidades jacobinas ou conotações libertárias.

Trata-se, aliás, de recurso semântico-ideológico empregado pelas autocracias.

Conhecido o exemplo do Iluminismo que, em Portugal, com Pombal, assumiu perspectiva condizente com o regime político, tornando-se

1 – OSAKADE, Haquira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo, Kairós, 1979, pp. 131-3.

2 – ADORNO, Theodor W. *La ideología como lenguaje*. *Op. cit.*, p. 15.

mero instrumento do pragmatismo modernizador, do conservadorismo refinado, atento às conquistas das ciências naturais e das matemáticas, para melhormente manter as estruturas socioeconômicas na transição.³

Ora, o Visconde educou-se, formou o seu espírito, adquiriu portentosa erudição, sob o modelo universitário pombalino.⁴

Absorveu, como não poderia deixar de ser, o Iluminismo português, mas também aquele recurso semântico-ideológico que o possibilitou.

Assim, percebe-se com mais clareza que tal doutrina se acomode com outras de extração diversa, tradicionalistas, e mais as hauridas nos clássicos economistas ingleses, para aludir apenas ao núcleo central de um pensamento assente, em última análise, nas estruturas autoritárias, nos interesses da dominação.

É um projeto que se faz possível em um sistema também híbrido, o da monarquia constitucional.

Os seus objetivos?

Convergiam, através de complexa racionalização ideológica, para a justificação de um modelo de transição para o país, o qual agilizado sob a “performance” autonomista e modernizante daquelas estruturas de autoridade, representadas basicamente pelo Estado e pela elite proprietária.

Aí se delineava uma organização política com vivo sentido hierárquico-paternalista, expressão sociocultural da dependência interna.

A ela correlata e imanente a estrutura autoritária intercorrente no discurso.

Trata-se do discurso elitista, dominante, que busca a cooptação das camadas sociais dominadas.

Pode-se, nesse caso, falar de um saber correlativo ou carregado do poder.

3 – DOMINGUES, Mário. *O Marquês de Pombal, o homem e a sua época*. 3. ed. Lisboa, Liv. Romano Torres, 1970, pp. 360-1.

4 – DANTAS, Francisco Clementino Santtiago. “Cairu protagonista de sua época”. In: *Figuras do direito*. Rio de Janeiro, J.Olympio, 1962, p. 4.

Eis aí uma colocação fundamental, a induzir outras importantes como hipóteses de trabalho, como a que se configura na formação de instâncias do saber, correlacionadas ou imanentes às instâncias do poder.

O divisionismo estipulado pela Epistemologia Clássica, especialmente na elaboração cartesiana, seria o modelo a inspirar tais instâncias de saber, por igual assentes numa postura política autoritária, como demonstra Adorno.

Nesse ponto, convém verificar até onde o *ego cogito*, o ego transcendental, concentrando criatividade e decisão no sujeito, projetar-se-ia das estruturas autoritárias, máxime da centralizadora do Poder Monárquico, ao mesmo tempo, refluindo sobre ele, numa sutil racionalização ideológica.

A instância do Poder Monárquico, ao tempo de Cairu, constituía-se o único centro orgânico de institucionalização do Saber.

Mesmo porque a Igreja integra indiscutivelmente esse centro, canonizando-o praticamente. O que se quer afirmar a partir das bases epistemológicas monolíticas que o sustenta em intimidade com valores político-morais.

A começar daí, ir-se-iam dedutivamente fabricando corpos de enunciados configurativos de saberes, de instâncias de saber que não equivaleriam propriamente a uma classificação de ciência, o que viria posteriormente, mas, mui provavelmente, em níveis operacionais de retórica, tipicamente ação pela linguagem.

E ainda que deixasse campo aberto para a prática empírica, para a apreensão do real, ao se voltar a escritura para o encontro com a História, para o exercício pragmático da economia, da produção material.

A coisa começava por se deslocar do eixo da estrutura social, ao se fixar nas relações de produção, nas relações sociais, nas relações de poder, com a demarcação do campo básico da moral, da religião, caracteristicamente religião secularizada, para maior eficácia ideológica.

Intensifica-se, então, a ocultação do real, de fundas raízes nas mentalidades, mesmo as que se diziam revolucionárias.

Exemplo: o de Frei Caneca.⁵

As instâncias do saber instrumentam o grande corte na produção teórica, impedindo a apreensão globalizante da sociedade, da nação.

O Cartesianismo trouxe, com o privilegiamento do sujeito pensante, a contrapartida inevitável: o privilegiamento da linguagem como lógica, como lugar epistemológico absoluto, numa extensão original da lógica aristotélica, sob o controle da qual se desenvolve o jogo dos enunciados, numa rígida combinação de axiomas, de silogismos, de princípios, fundando, a partir da proposição autoritária, toda uma construção de significados, subjacente às proposições deduzidas.

Então, o apriorismo se instala *ab origine* no contexto do discurso.

As idéias preconcebidas, eternas, formam o campo semântico fundamental, dominante, ao qual se subordinam e do qual derivam os significados das instâncias menores dos saberes, unificados sob tal campo.

Recai-se no intelectualismo. Razão e Vontade, conjuntamente, em estreita colaboração, como estabeleceu Descartes, tecem a união dos juízos, dos enunciados.

Isso significa que a nivelção das instâncias do Saber corresponde ao influxo criativo das instâncias do Poder.

A vontade, ao reforçar a razão na construção da verdade, torna-se concomitantemente instrumento de saber e base das instâncias do poder.

Destarte, esclarece-se a afirmação segundo a qual o Poder é correlativo e imanente ao Saber.

Veja-se a aplicação no terreno da moral e da política.

A primeira, mais acentuadamente, se faz princípio obrigatório, sistema de deveres prevalecentemente, por determinação do núcleo de enunciados, de proposições dogmáticas, nascidas do logicismo, que desenrola a hierarquia de saberes em cujo cimo fica a Teologia, Deus, o universo como ordem preestabelecida, a destacar a harmonia reinante entre os seus elementos.

5 – MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *O Liberalismo radical de Frei Caneca*. *Op. cit.*

Daí o conceito de Ordem Social.

A imagem daquela se projeta sobre essa.

Teologia, Metafísica, Moral, Física compõem a cadeia hierárquica. São as instâncias do saber que se compenetraram, se entrecruzaram na atividade da imaginação. Esta, aliás, é o centro projetor das metáforas que também fazem o seu jogo num espaço no qual o formalismo irrompe como desdobramento da linguagem fechada sobre si mesma, e apenas recolhendo do mundo exterior impressões soltas ou observações amputadas do dinamismo social.

Em outras palavras, as instâncias do saber e do poder se confundem na produção lógico-epistemológica clássica.

Mas, paradoxalmente à primeira vista, se distanciam nas práticas socioeconômicas e políticas.

É natural que assim ocorresse, dado o corte abrupto entre a teoria e a práxis na postura racionalista: a práxis, como visto, exaurida aí no quadro do discurso.

O imobilismo institucional se nutre dessa postura. Ela atravessa, sem exceção, as instâncias do poder. E elas próprias se comprazem e se glorificam nesse imobilismo, compartilhando do imobilismo social, de extração feudal. E que persiste na ordem social burguesa, a conservar a mesma episteme clássica, não obstante as modificações introduzidas com as novas filosofias, a de Bacon, a de Locke, etc.

Ainda que, com estas, se tenha superado o caráter espúrio atribuído à matéria, ao mundo, ao corpo, assegurando-lhes um tratamento mais positivo, o Iluminismo, o Liberalismo, ainda absolutizam a Idéia, a Razão, mantendo o corte abrupto com a práxis, malgrado o impulso que dá à História. Eis que determinam a continuidade da identificação do saber com o poder, segundo a mesma concepção elitista, prova exuberante da manutenção do que havia de essencial nas estruturas de poder da Sociedade. Esta continua fornecendo o modelo da teoria, como bem o comprovou Macpherson.⁶

6 – MACPHERSON, C. B. *La teoría política del individualismo posesivo*. Barcelona, Ed. Fontanelia, 1970, pp. 17 e ss.

Observe-se, contudo, que a preponderância da episteme clássica se faz sentir na obra política de Cairu engrossando as suas bases feudais, conservadoras e instaurando o grande corte entre as suas manifestações senhoriais e o seu protagonismo burguês.

Esse parece ser o ponto-chave da produção teórica do Visconde. O que oferece a compreensão da sua ideologia caracteristicamente una, uniforme, coerente, apesar da diversificação dos níveis do seu discurso.

E esta uniformidade encontrá-lo-á na composição dialética que promove entre a postura tradicionalista, base de sustentação do Feudalismo sobrevivente, empolgando o período de transição, e a conservadora embutida no Liberalismo econômico. Posturas essas que, afinal de contas, recobrem as múltiplas variantes do jogo de enunciados, jogo do poder, da burguesia brasileira que retinha fortes traços de Feudalismo, numa formação híbrida que explica toda a particularidade daquele jogo de dupla face, ou melhor dizendo, de uma mesma atitude, de um mesmo pensamento, que atravessa a formação social do país e instrumentado estrategicamente nas instâncias do poder e do saber. Saber que é poder. Poder que é saber.

No fundo, o saber é a ideologia do Poder; é uma extensão do poder institucional; é a fala do poder institucionalizado também na Igreja, os órgãos da sociedade global. Tudo expressando o mesmo discurso. O que se explicitará no capítulo seguinte ao se estudar a articulação entre a ideologia autoritária, a formação social, sofrendo os determinismos da Colônia, é a prática discursiva.

Porque, na verdade, através de uma epistemologia estruturalista, globalizante, é que se poderá com mais eficácia interpretar o jogo do saber-poder, alcançando todos os setores e instâncias do social.

Esse jogo desenvolve-se sob o tempo da longa duração, de que fala Braudel. É o tempo das sociedades tradicionalistas, onde as reformas emergentes revigoram a conservação do existente.⁷

7 – São perfeitamente válidas para a elite imperial as palavras dirigidas pelo jovem Tancredi ao Príncipe, seu pai: “Se queremos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude.” LAMPEDUSA, Giuseppe Tomace di. *O Leopardi*. São Paulo, Abril Cultural, 1979, p. 40.

Aí o discurso do saber-poder se quer incontrastável, eterno, não encontrando o confronto, desconhecendo-o mesmo. Mantém-se hegemônico. Julga possuir a verdade. Ai de quem o afrontar. Será punido por crime de lesa-majestade.

Daí a reação violenta do governo monárquico, ainda o constitucional, que fortalece a sua hegemonia ao patrocinar a classe dominante. E esta o alimenta e, paradoxalmente, o teme, porque tocada pelo encantamento mítico dele desprendido. O que a ideologia feudal tão bem explora, elevando o monarca ao plano da irresponsabilidade, conforme o demonstra a criação e o funcionamento do Poder Moderador entre nós.

O discurso autoritário é produto dessa situação estrutural.

Mas, também, o seu sustentáculo, contrapondo-se violentamente ao discurso revolucionário, o qual, numa ordem social sacralizada, veicula a obra do demônio, da impiedade, da maldade.

Quanto mais a enunciação é religiosa, moralista, mais violenta a reação que carrega.

Está-se diante de um tema de profundas implicações estruturais-funcionais, qual o da violência do discurso autoritário, com modalidades típicas para cada período.

A imprensa panfletária, a prática em larga escala, cobrindo várias décadas no decurso da vida de Cairu e após a sua morte.

Inconteste que se trata de uma violência que se enraíza no moralismo, próprio do partidarismo exacerbado, do dogmatismo das posições políticas, sob a capa do Liberalismo.

O autor deste ensaio já teve ocasião de mostrar como a ideologia liberal sofreu peculiares inflexões no Brasil, com o entrechoque dos interesses regionais, acentuadamente.⁸

8 – MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *Ideologia e conflito no nordeste rural*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1976.

As circunstâncias locais, as conjunturas peculiares a áreas socio-culturais, fabricam determinismos que reorientam as doutrinas alienígenas, os valores importados ou originários de outros contextos.

Então, eles sofrem sensível esvaziamento de sua essência, de sua articulação semântico-ideológica, por não se coadunarem aos condicionamentos materiais, sociais, da formação axiológica, dos horizontes vibrativos do ambiente, da região para onde foram transportados.

Ingressam forçosamente no jogo de enunciados do autoritarismo inerente às sociedades subdesenvolvidas, amorfas, pouco integradas, sem o necessário bafejo institucional para a produção teórica ou doutrinária criativa, original.

Com efeito, o autoritarismo que percorre todas as instâncias do social, do político, do econômico e do cultural, transparece naturalmente na linguagem, reflexo do quadro axiológico que antagoniza rigidamente as posições, numa radicalização específica de uma estrutura social fechada, na qual a circulação dos valores, das idéias, a troca recíproca de suas influências, não se davam mediante suave recepção.

A violência do discurso autoritário integra a mobilização do monopólio cultural através de suas práticas retóricas e rústicas (estas no confronto de famílias poderosas, no exercício disperso da dominação política, na marginalidade do banditismo, do messianismo agudo, na opressão dos vigários, do proprietário), anatematizando os desvios e discordâncias, nem sequer capazes de descer ao fundo da questão, a da própria violência.

Basta que os interesses de potentados, de prestigiosos proprietários, componentes do mesmo grupo socioprofissional, se contraponham, para se transmutar toda uma estrutura vocabular, as suas significâncias, a semântica que a embasa dentro do universo doutrinário recolhido de fora, em função da apropriação agudizada dos posicionamentos políticos, correspondendo ao monopólio da terra, dos cargos públicos, aos privilégios sociais.

Em tudo vige o poder monolítico, por natureza violento, nas suas manifestações gerais, no exercício da opressão, no primarismo de suas atitudes, quase sempre se nutrindo do irracionalismo das práticas sociais em ambientes agrestes, com modos e relações de produção desumanos, firmados na escravidão.

A violência corre solta numa sociedade desse tipo. E dela não se pode eximir a linguagem, suportando um trabalho ambíguo de criação lógico-semântica, por pressão das conjunturas regionais, e de acomodação passiva ao se sentir marginalizada na intimidade dos intelectuais, dos homens de conhecimento erudito.

Nessas condições, a violência do Poder mais uma vez se evidencia como a violência do saber.

Porque este saber é o da classe dominante, que conta com aparelhos ideológicos: a Igreja, o Sistema Educacional e a Imprensa mais notadamente, de fundas bases moralistas e religiosas.

Eles constituem um depósito importado geralmente da França, da Inglaterra, de Portugal, dos Estados Unidos da América, de Roma, e que converge para o apoio da "ordem". E esta, em momento algum, sofre análise crítica.

Numa sociedade assim estruturada, a violência ideológica que a justifica eficazmente é a da linguagem estática nos seus signos, uniforme na sua lógica, na sua sintaxe.

Para tanto haveria de utilizar o instrumental dominante na época, o da Retórica, que se constitui o exercício violento por excelência do discurso.

Ela mantém a responsabilidade direta pelo discurso autoritário, ao iniciar ação que aí se precipita e aí termina, obstruindo a comunicação funcional com os mecanismos socioeconômicos, político-culturais.

Eis o discurso congelado, feito mundo à parte, um universo cioso de sua autoperpetuidade no jogo da dominação.

Ele tem as suas regras próprias, estrategicamente empregadas ao sabor das conveniências, das circunstâncias disciplinando as modalidades que assume.

Fabrica comandos, forja imperativos, constrói enunciados num jogo ideológico que recobre o contexto estrutural e que se intensifica, ganha matices bruscos, crispações momentâneas, na efervescência de uma conjuntura, no crescimento do ritmo temporal, quando o monopólio do saber-

poder determina que apenas uma classe é interlocutora, emissora e destinatária da mensagem. Como pretendendo justificar-se a si própria, ou harmonizar os seus segmentos, ainda que no conflito, no calor da contrastação.

E tal jogo é imperialista: carrega uma violência com objetivo certo, o de impor os seus valores, a sua filosofia, a sua dominação como de interesse geral. E a violência reduz tudo a essa dominação.

Os valores cristãos, arrimados no amor, na libertação humana, opostos à violência do autoritarismo opressor, são reorientados contraditoriamente nela e por ela, mediante operação semântico-ideológica, que transfigura o discurso, e efetuada pela retórica.

Da mesma forma com referência ao Liberalismo, robustecendo deste os parâmetros conservadores.

Convenha-se que o Liberalismo se presta à maravilha a este papel redutor da violência retórica, pelo seu caráter elitista, burguês. E às vezes alcançando “modelos” mercantis de sociedade, como se vê em Hobbes e Locke. O que provém de uma filosofia individualista que adapta ou prolonga o ego cogito cartesiano.⁽⁹⁾

O subjetivismo, já o disse Adorno, reflete a dominação burguesa do proprietário dos meios de produção.

E ao lado deste todo um rol de proprietários: o que exerce o poder político, o que detém o poder eclesiástico, o que revela erudição, etc.

Para destaque à parte: o proprietário do discurso, o que dita as regras do dizer e que coonesta, no plano ideológico, o poder econômico, político e social.

Eis o fulcro da correlação poder-saber na sociedade de classes, principalmente na tradicional, subdesenvolvida.

9 – MACPHERSON, C. B. *Op. cit.*, pp. 15 e ss.

A retórica agudiza-se, através de suas variáveis, na sociedade profundamente recortada por instituições e por práticas feudais, pela exacerbação do estamento proprietário; conduzindo em prol de seus interesses os aparelhos ideológicos da organização política e da sociedade civil.

Quanto mais opressora a sociedade global, mais se revigora a retórica.

Isso é regra universal que se tem aplicado sem tergiversações, apenas com adaptação ao contexto sociocultural do país, desde os regimes absolutistas até os autoritários.

Entre os últimos se alista o discurso de Cairu, no qual a retórica constitui amplo pano de fundo do jogo dos enunciados, ainda quando estes aparentemente se deslocam do solitário e fechado círculo feudal autoritário, e se encontram com fragmentos ou aspectos da estrutura social, do sistema econômico.

Porque é condição do jogo de enunciados a utilização de campos da realidade, para fazê-lo recurso de comunicação social. Como também condição sua a recomposição de frases, de proposições, numa postura axiomática para sujeitar aqueles campos à base ideológica preexistente e, ao mesmo tempo, componente do desdobramento do discurso, de conformidade com aquela típica afirmação autoritária do emissor.

Os autores importados participam fortemente dessa operação que os reduz a material compósito ou híbrido de intensa versatilidade, no engrossarem a espessura retórica do discurso, e “demonstrando” com sua autoridade e eficácia ideológica que o nutre.

Quer o texto tenha fonte iluminista-liberal, quer se apóie na tradição feudal-religiosa, afinal de contas, ao se completar a convergência dessas procedências no contexto do discurso ocorre a palavra ideológica plena, dir-se-ia conclusiva, enquanto a partir daí não se retoma o mesmo processo redutor.

Tal muito visível no *Manual de Política Ortodoxa* do Visconde, no qual entram textos de diferentes origens, documentos pontifícios, escritos de Vieira, a doutrina da Restauração, a de Burke, comentários do próprio autor, nos quais se estabelece o vínculo entre o material importado

e o que ele observa no país, numa atitude que tem muito de pessoal, embora, em parte, prática da cultura política do tempo. Mas sem que se obscureça o posicionamento ideológico do escritor.

No caso de Cairu, a prática se faz relevante, especialmente quando se ocupa diretamente da justificação doutrinária, ou de ordenar os princípios da monarquia constitucional, para ele, ponto de apoio da “ordem”.

E a retórica domina a comunicação desses princípios, notoriamente ao se considerar a procedência feudal de quase todos numa espessa correlação entre poder e saber.

É que o documento feudal justifica plenamente a “ordem”, com intensidade maior que o documento liberal, principalmente ao fundá-la na monarquia, mesmo a constitucional, implantada num país atrasado, tradicionalista, com um modo de produção agrário-mercantil voltado para o exterior, engendrando relações de produção de dependência, de fortes traços feudais.

Tendencialmente, o condicionamento sociológico desse porte propiciaria a ideologia reacionária ou autoritária.

Como pretender fundar doutrinariamente o regime escravocrata, que sustenta a produção, o modo de produção, e que tinha na organização política monárquica a superestrutura, senão através do discurso retórico que encobre a realidade social, a opressão, as injustiças estruturais, os gritantes poderes da classe dominante?

O discurso alternativo não era possível senão imerso na práxis revolucionária, na revolta dos escravos, periodicamente perturbando a “ordem”, no levantamento de indígenas, de “caboclos”, vivendo um universo cultural próprio, singular, e que se encontravam atônitos diante do desmoronamento acelerado desse universo, por efeito dos assaltos constantes e reiterados aos seus valores, às suas práticas, ao patrimônio indígena, num trabalho de exploração sistemática do homem.

Tal a imposição violenta da cultura, do regime econômico-social, do sistema político do dominador.

Aí se elaborava o discurso da revolta, da contestação, publicado apenas em testemunhos esparsos, jamais codificado em nível formal, erudito.

E, ainda assim, embebido do material ideológico dominante, como no exemplo dos cabanos, conservando o culto ao “adorado Imperador”.

É que, no fundo, dá-se o encontro entre as duas posições em torno da imposição autoritária, violenta.¹⁰

A diferença se formaliza ao nível de racionalização da retórica, que assimila a dominação ao discurso. Discurso que contém todas as categorias do Saber, todos os saberes, transparentes na medida da ocorrência, do episódio. Sem, porém, fugir aos signos permanentes, de longa duração, que fabricam a retórica, malgrado se esquivarem à passagem dos signos mais integrados no episódio, na conjuntura, maleáveis, abertos ao nascimento de significados novos no interior da estrutura vocabular.

Eis que a retórica é a lógica que guarda os valores permanentes, eternos, na formulação axiomática, no silogismo.

Como desligar retórica e lógica formal na produção teórica da época?

Impossível de fazê-lo.

Note-se que a dedução aí se efetua num contexto moralista, de uma antropologia religiosa que desacredita o homem, o mundo.

10 – Em belo trabalho, que representa um dos marcos da revisão historiográfica no país, e justamente sobre a revolta dos *cabanos*. *Os Guerrilheiros do Imperador*, diz Décio Freitas: “Aquele era um sistema de produção historicamente bloqueado, desprovido de fatores imanentes de progresso e mudança. A dominância do sistema escravista erguia um obstáculo intransponível a qualquer tipo de desenvolvimento: a produção estava rigidamente limitada pelas necessidades igualmente rígidas do sistema escravista.” (p. 33)

E pouco adiante:

“A ideologia dos moradores era um produto necessário do imobilismo e da rigidez de sua vida econômica. A inércia dos instrumentos materiais e técnicos produzia a inércia dos instrumentos intelectuais e culturais, ou seja, uma ideologia marcada pelo imobilismo e pela rigidez. O mundo ideológico daquela massa era tão arcaico quanto seu mundo material, tornando-a conservadora e tradicionalista.” (p. 34)

FREITAS, Décio. *Os guerrilheiros do imperador*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978.

Sim, porque numa sociedade sacralizada, como a de então, a verdade é a religiosa.

O mais, o mundano, reveste a nota do perecível, do efêmero.

E o governo compartilha do poder religioso. E é agente da “ordem” política como “ordem” moral, de sólidos fundamentos religiosos, ordenamento compulsório das atitudes, do comportamento dos homens, sempre “súditos”, “sujeitos”, dominados, obedecendo à fala da norma, da disciplina autoritária,

O crime de lesa-majestade é típico para compreender essa dominação, ou melhor dizendo, a relação entre dominantes e dominados.

Os dominantes abrangem uma numerosa gama: o monarca, o governador, o capitão-mor, o bispo, o pároco, o funcionário régio, o proprietário. Os dominados: o cidadão “fiel”, o “agregado”, o “escravo”, artífices; todos que integram grupos socioprofissionais inconsistentes, desvalidos, “sujeitos”, enfim.

Assim, as autoridades, no sentido amplo e realista do termo, são os depositários da verdade, os guias seguros dos súditos.

O crime de lesa-majestade assume, portanto, o caráter de sacrilégio, de delito gravíssimo, o que acarreta maior pena nas Ordenações do Reino, no Código de Processo Penal do Império.

Os revolucionários, os subversivos, os rebeldes recebem os epítetos de “irreligiosos”, de “impiedosos”, de “malvados”, pessoas destituídas de religião e de moral, que violentam os preceitos eternos, na realidade preceitos retóricos. E, na sua subjacência mais latente, mais essencial, axiomática, dogmática do poder, feroz ideologia da dominação, fechando os caminhos para a libertação evangélica, para a libertação humana.

Então, a dimensão da Fé, do Transcendente, a abertura para o absoluto, não funda a religião, produto sociocultural e institucional.

A religião se torna justificação ideológica das estruturas autoritárias que envolvem o social, o econômico, o político, o cultural.

E aqui cumpre observar quanto Cairu mobiliza a herança colonial.

É de toda conveniência a percepção dessa herança no quadro do seu pensamento, e em conexão com o Iluminismo português.

Adota perfeitamente os componentes feudais, que jamais abandonaram a sua Ideologia.

Defende inclusive a união permanente de Portugal e do Brasil, com as conseqüências políticas, econômicas e sociais daí advindas, embora mantendo-se o segundo na condição de reino, com alguns privilégios.¹¹

Nessa situação, cresceria a dependência do país, recrudescendo até o paradoxismo o autoritarismo das suas estruturas.

O erudito Visconde, o que vários historiadores confundem com servilismo, usa do estilo ritual, cerimonial, suntuoso, respeitoso, que o faz grandiloqüente ao falar do imperador, da alta nobreza, dos dignatários eclesiásticos, sinal manifesto da linguagem feudal, tradicionalista.

Exprime o bom-tom de um discurso também sacralizado, a pugnar pela “ordem”. A qual estabelecida basicamente na sintaxe, na hierarquia semântica daquela linguagem.

O autoritarismo atravessa toda a “ordem”, político-social e lingüística, fecundando a ideologia tradicionalista e conservadora.

Sintoma disso é o uso da expressão “ordens”, para qualificar os grupos socioprofissionais, certas camadas sociais que se distinguem pelas atividades e pelos valores que assumem. Como que sugerindo que as pessoas que aí se inserem se plantam definitivamente numa posição social, para não se abalar a estabilidade das coisas. Assim como a ordem do universo é imutável pela vontade de Deus, também o é a ordem social formada por aqueles agrupamentos.

Ainda no período colonial, Cairu completa a sua educação superior em Portugal sob a égide dos padrões universitários implantados pelo Marquês de Pombal.

11 – É o que se vê com evidência. In: *Despertador Brasiliense, Reclamação do Brasil, Memorial Apologético das Reclamações do Brasil*. Todos da lavra de Silva Lisboa.

Tais padrões se inspiraram no Iluminismo mitigado, segundo a orientação de Luís Antônio Verney.^{11a}

Junto a D. João VI, no Brasil, o erudito baiano já começa a emitir conceitos e a fazer avaliações sobre os problemas da nação no tom do pragmatismo pombalino, expressão prática daquele Iluminismo, ansioso por reformas na agricultura, na infra-estrutura, na economia, tentando a sua modernização e escoimando-a de uma mentalidade e de práticas que a enrijeciam, que dificultava a produtividade e outras coisas mais. Isso na linha ou acabando na linha do Liberalismo econômico e político, conservada a herança feudal.

Vale dizer: era determinante a estrutura socioeconômica correlativa a tal herança, prevalecente o influxo conservador que exercia sobre a organização política.

Nessas condições, não há como evitar a influência marcante dessa estrutura na elaboração ideológica do Liberalismo, via Iluminismo português, já produto das condições socioeconômicas e políticas tradicionais de Portugal, ou por elas atenuado.

Em outras palavras, o país luso buscava integrar-se às transformações do Capitalismo, e um tanto tardiamente, quando a Inglaterra, com a sua liderança incontrastável, já o levava a grande avanço, dentro do qual Portugal e Brasil cumpriam papéis dependentes específicos.

Este esforço de adaptação os conduzirá ao Liberalismo.

O Iluminismo já prepara a recepção dele.

Nesse quadro, forma-se uma cultura política na qual se inscrevem não apenas tradicionalistas e conservadores, mas também liberais de toda espécie, desde o que pauta o Conservadorismo até o que, sem se desligar de todo este, assume formas extremadas, revolucionárias, como Frei Caneca.

11a – FERREIRA, Joaquim. “Luís Antônio Verney e o verdadeiro método de estudar”. In: *O nascimento da moderna pedagogia: Verney*. Rio de Janeiro, PUC, 1979.

Importante o reiterar esse *background* conservador da cultura política luso-brasileira, como reflexo da imobilidade social, da continuidade histórica, da ordem econômica escravocrata, dependente.

Elementos feudais subjazem no contexto ideológico da época.

Basta dizer que não há nas posições mais avançadas contraposição durável ao regime escravocrata.

Não é de admirar Cairu adote, não obstante o seu liberalismo, toda uma estrutura feudal de pensamento, tão patente no seu discurso, qualquer que seja a sua modulação ou qualidade.

Pode-se afirmar, pois, que transparece densa conotação autoritária no discurso iluminista-liberal, entre nós, apesar de conter esse discurso subsídios franceses, os mais radicais.

Isso ficou claro em Frei Caneca.

Mas o autoritarismo do discurso do Visconde encerra singularidades.

A “descoberta” dessas singularidades constitui o objeto do presente estudo.

Provavelmente seja aí a composição feudal mais abrangente e permanente, servindo aos objetivos estratégicos e pragmáticos da estabilidade social da “ordem” questionada, quando não ameaçada, pelos revolucionários, pelos subversivos.

E aqui se acentua o tom autoritário da linguagem recobrindo-se de proposições fortemente axiomáticas, de dogmas religiosos (entre os quais os políticos), de doutrinarismo, com predominância do elemento retórico.

E esse tom autoritário ainda está presente no discurso da economia, cuja estrutura epistemológica também é a clássica, matizada de reflexões morais, de aforismos, de citações enormes tiradas da Bíblia. Como a socorrer-se de instâncias “superiores” para a demonstração dos princípios, até das práticas econômicas aconselháveis.

Nem poderia deixar de ser assim, quando a realidade social ainda não se abria de todo ao universo do discurso. Este, caracteristicamen-

te auto-suficiente, fundado em “permanências” a todo instante estrategicamente coordenadas no jogo autoritário da enunciação, respondendo aos fins de revigoração institucional.

Nesse passo se põe algo de importante para a percepção do problema do discurso autoritário.

É que, em Cairu mais notavelmente, o tempo institucional é dominante em toda a extensão desse discurso, oficializando-o, aumentando-lhe o teor de formalização.

Ele representa o escritor oficial, o que nada escreve sem a chancela imperial, sem o *nihil obstat* da Igreja; sem o aprove-se da censura régia.

O seu pensamento se circunscreve ao campo assimilado ou que pode ser assimilado pelo poder público, pela monarquia.

Ainda os seus escritos mais criativos, os da Economia, não se afastam jamais da postura ideológica oficial.

Nisso se apresenta como bom partidário do Iluminismo português, aprofundando, no sentido do aprimoramento institucional objetivado pela Monarquia, o saber ou os saberes vigentes.

Como tal, desfrutava de muito prestígio e do agrado das autoridades, ansiosas por cumprirem com eficácia certas tarefas que vinham contribuir para a conservação do *status quo*, dos privilégios monárquicos, oficiais. Tarefas essas que requeriam o embasamento dos saberes.

A deficiência destes no Brasil, na época, gerava a prática dos pedidos oficiais a alguns escritores com vistas a elaborarem melhores instrumentos cognitivos, condição precípua de maior controle e de rentabilidade de atividades básicas, como o comércio.

Neste exemplo assoma o mesmo Cairu, ao escrever um tratado de Direito Mercantil, vasta e admirável codificação, de orientações e de leis sobre o comércio.

Com isso procurou cobrir o fosso existente entre práticas mercantis obsoletas, regulamentos e diplomas legais afeitos ao monopólio colonial, extremamente minuciosos e responsáveis por extensa e envolvente burocracia, e o acesso do Brasil, com a abertura dos portos, ao dinamismo

das trocas capitalistas, adaptando-se a uma nova situação econômica.

Tudo na pauta do espírito e das programações inspiradas pelo Iluminismo português por nós absorvido com evidentes propósitos pragmáticos.

E como se acasalam pragmatismo e autoritarismo, pragmatismo e institucionalismo no discurso de Cairu, sob a égide do tempo institucional!

É de se notar que o tempo institucional, num sistema autoritário, ou numa sociedade entrecortada por uma rede de poderes autoritários, se faz bastante excludente do tempo social.

Aquele comanda este.

O tempo social é o tempo da longa duração, naquela sociedade. Portanto, tempo pouco dinâmico, contendo a duração das práticas e dos hábitos seculares.

O autoritarismo consolida essa duração, especialmente porque breca a possibilidade do conflito, da discussão entre os grupos sociais, do que sai a mudança.

Não há aí o movimento social, no sentido dado por Alain Touraine.¹²

Além disso, o autoritarismo da classe dominante, quando precaríssima a estrutura de classes no país, ainda emergindo da Colônia, com pesada herança privatista, deixa-a distanciada da participação nos negócios públicos, na organização política imperial, a não ser que lhe acarretem favores, privilégios, para alimentar o privatismo.

Por via de consequência, a instituição pública é que toma todas as iniciativas, que programa as atividades do interesse coletivo.

Daí não encontrar o comando do tempo institucional força concorrente. Por isso, na sociedade autoritária, ele é a dimensão, ou dá a

12 – Escreve o sociólogo francês: “J’entends en principe par mouvements sociaux l’action conflictuelle d’agents des classes sociales luttant pour le contrôle du système d’action historique”. (*Production de la société*. Paris, Du Seuil, 1973, p. 437.)

dimensão do trabalho coletivo, do projeto monárquico cuja centralização já é um sinal do seu monopólio, do seu fortalecimento.

A modernização da máquina administrativa, aumentando-lhe o rendimento, recrudescer a burocracia, por outro lado. Ela assimila crescente soma de prerrogativas, ou a facilidade maior do exercício delas, antes, de fato, sob controle privado.

O Iluminismo português vem nessa linha, e é imanente ao autoritarismo pombalino, fortalecendo a elite mais diretamente ligada ao poder, a burguesia.

Não logrou a nobreza, nesse contexto, a ascendência de antes.

Com efeito, a política pombalina excluiu a concorrência da nobreza, revigorando o poder do Estado, numa tendência que leva ao pragmatismo, que não é outra coisa senão a ideologia autoritária convergindo para a modernização do Estado, do seu aparelho político-administrativo.

Aí, a elite do poder, crescentemente compartilhada pela burguesia, está no poder precipuamente engajada em realizações materiais, em reformas tendentes ao aperfeiçoamento institucional, à atualização do arcabouço econômico da nação.¹³ O que, no fundo, não deixava de favorecer à classe latifundiária. Pois, provavelmente a médio prazo, o tempo institucional há de se conciliar com o tempo social, numa manobra estratégica própria da estrutura política autoritária.

Cairu caminha, mesmo quando aluno e professor em Portugal, no tempo institucional e, em função dele, constrói a sua obra de escritor, de parlamentar, de conselheiro, de professor, forjando a sua ideologia autoritária haurida no “modelo” político do Iluminismo pombalino. Este aqui entrou avassaladoramente, assaltando a monarquia constitucional, já no luso Império amarrada àquele. Entre nós, tal ideologia, conservando o seu autoritarismo, haveria de nutrir o projeto do pragmatismo monárquico, que vinha a propósito no período de afirmação do Estado nacional brasileiro.¹⁴

13 – KENNETH, Marxwell. *A devassa da devassa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, pp. 84 e ss.

14 – Ver a exegese de Raimundo Faoro sobre a organização do Estado Nacional Brasileiro. In: *Os Donos do Poder*. Porto Alegre, Globo, 1975, v. 1, pp. 279 e ss.

Essa colocação ajuda bastante a perceber o discurso autoritário do Visconde, compondo um jogo de enunciados a se mover estrategicamente no espaço daquela afirmação, na exclusão dirimente do discurso social. Nisso de não alcançar nuclearmente o espaço concorrente das instituições privadas, a não ser para fazê-las refluir para o leito do tempo institucional público, ou por ele mediatizado.

Eis que o ilustrado baiano acaba, não obstante as influências do Liberalismo econômico, de incidir no Estatismo, no controle, em última instância, pelo Estado, da vida econômica.

E nisso não pratica ele a tradicional conciliação entre os interesses privados e os interesses públicos?

Não é aquela conciliação final entre o tempo institucional e o tempo social?

Porque ele, na trilha do oficialismo, pretende que o Estado assuma, sem abdicar da iniciativa privada, tanto assim que erige a indústria como um dos fatores essenciais da atividade econômica, a orientação e as prerrogativas de controle do destino nacional.

Mas de uma forma que prorroga a participação concreta, eficaz, da classe proprietária no processo político, na condução desse destino, estimulando o privatismo, os valores moralistas, o familiarismo, numa típica projeção de uma sociedade amorfa, sem a consistência dos grupos intermediários, sem a consciência crítica das camadas sociais, fechadas no seu universo restrito.

O Estado passa a ocupar então todo o espaço político operacional, que produz mudanças conservando a estrutura social, numa postura paternalista, tão a gosto do tempo.

O discurso autoritário de Cairu reflete essa estrutura de autoridade, sempre no velho estilo de conciliação, reservando ao Monarca um papel que extrairia da retórica feudal, com ingredientes do constitucionalismo da Restauração, modelo de conciliação.

A retórica está na base de tal discurso. O que por si só justifica ou explica a alienação do discurso autoritário, não se prestando à assimilação do real.

Ocorre aí uma fetichização da palavra. ^{14a}

Ela vale como coisa permanente, como sendo ela própria o que afirma, o objeto de que fala.

A elocução se torna, assim, uma comunicação da verdade, contemplada no seu desenrolar sintático-semântico.

A linguagem não é só pensamento. É o próprio real sem necessidade de descer até ele, porque, inconscientemente, se arranca o real da linguagem, das suas construções léxico-sintáticas.

A semântica compreende diretamente a Ideologia, o pensamento, e é autoprodutora.

A axiomática é algo imanente a esse processo que se realiza no interior da linguagem.

Daí se falar em coisificação dessa linguagem e, por via de consequência, do discurso.

A retórica, portanto, assume a mediação desse discurso ou se torna o próprio discurso, servindo admiravelmente à perpetuação da “ordem”, do *status quo*. O que calha muito bem numa sociedade de fortes traços feudais, como a do Brasil da época.

Certo que a retórica não assoma em todos os níveis do discurso do Visconde. Mas se convenha que ela não compactuava de todo com as produções teóricas de fundo liberal, ou entre elas se esmaecia. Tais produções decorrem da Economia Política clássica, do Iluminismo, mesmo o português que atenuou um tanto a força da retórica, em função da epistemologia que o ampara.

No entanto, Isso não diminui nem um pouco o que se disse até aqui sobre a predominância da retórica no discurso em análise.

14a – Oportuno o magistério autorizado de Roland Barthes: “... La rhétorique fut elle aussi la recherche d’un code second, d’une langue artificielle, élaborée à partir d’un idiome donné; l’orateur antique disposait de règles (de sélection et de succession) pour trouver, rassembler et enchaîner les arguments propres à atteindre l’interlocuteur et obtenir de lui une réponse”. (*Sade, Fourier, Loyola*. Paris, Ed. Du Seuil, 1971, p. 51).

Incontestes a persistência da retórica como “Código segundo” ao tempo de Cairu.

O que é importante assinalar a esta altura: o caráter de transição da obra de Cairu. Como ela contém elementos retórico-feudais e elementos descritivo-liberais, num aparente conflito de posturas.

Veja-se, porém, que os segundos somente captam um aspecto do real, aquele do interesse oficial, institucionalizado. Nele se abre uma janela para o real no discurso autoritário. Mas, por isso, não deixa de ser ou de continuar autoritário.

Isso atende aos objetivos do pragmatismo.

Como assim?

É que este, patrocinando a modernização da máquina administrativa, da incipiente infra-estrutura econômica, não prescindia de certo domínio do real. Daí a necessidade do seu estudo. Explicam-se então a fundação da Escola de Minas, de Ouro Preto, a assistência a pesquisas mineralógicas, de botânica, agrícolas, etc., na labuta de se alcançar aquele domínio. Tudo agilizado pela plêiade de cientistas, alguns significativamente políticos, como José Bonifácio, formados sob o pálio do Iluminismo português e da reforma pombalina do Ensino que inspirou.¹⁵

Evidente que a retórica cede o lugar, nesse plano, à descrição simples, às vezes intuitiva, direta, dos fenômenos da realidade, caracteristicamente realidade natural.

A realidade social não servia de campo para tais estudos.

Conseqüentemente, sobre ela prevalecia outro discurso, o tradicionalmente retórico.

Considere-se que este último é o lugar político da “ordem”. A sua justificação. A sua racionalização.

Então, mesmo, não prevalecendo em todos os aspectos ou níveis do discurso, a retórica não perde o seu posto, a sua função de controle

15 – Amostra lúcida da mentalidade ilustrada exercitada nos domínios da mineração, da botânica, etc., no-la dá José Ferreira Carrato. In: *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo, Ed. Nacional, Brasileira, 1968, p. 237.

das relações socioeconômicas, da estrutura social. Porque ela encerra os critérios, a dimensão, os valores da ideologia dominante, feudais-tradicionais, recapitulando com outra estratégia a velha ordem colonial.

Eis que se mostra interessante a indagação concernente aos limites e à reestruturação no discurso de Cairu do espírito daquela velha ordem, malgrado se levantar ele contra o monopólio e outras práticas econômicas da Colônia.

Porque, rigorosamente, da Colônia rejeita o Mercantilismo, sistema oposto ao do Liberalismo econômico que esposou.

Não permanece, no fundo, o mesmo espírito, as estruturas autoritárias plenamente aceitas, ainda que manifeste o seu apoio à Monarquia Constitucional?

O paternalismo que está no cerne dessas estruturas não o defende ardorosamente nos seus escritos?¹⁶

Em última análise, resta uma contradição no pensamento do erudito Visconde ao querer conciliar aquele paternalismo com livre iniciativa do comércio, da indústria, com a liberdade ampla do *homo oeconomicus*.

Ou seria apenas uma contradição aparente, considerando que não perfilha tal liberdade de forma absoluta, atribuindo ao Estado um papel destacado de orientação e até de desempenho na vida econômica?

Parece que a contradição, ainda assim, persiste.

16 – Entre muitas manifestações desse teor, aponte-se a que se contém nos dois primeiros parágrafos da *Memória dos Benefícios Políticos*.

“Se Bemfazer he o mais bello attributo dos monarchas, que imitão o omnipotente Dador de tudo, o bem-dizer he divida exigivel dos que não só participão dos communs beneficios da Proteção do Throno, mas também vivem das honras e Graças da Soberania.

“A aclamação do Paternal governo d’El Rey Nosso Senhor D. João VI, pela sua principal Solicitud e Glória do Estado, feita por hum estrangeiro (de paiz antes hostile) acreditado na República das Letras, em obra que circula o mundo, he estímulo e lição aos naturaes do Reino Unido, para desempenharem o dever patriótico de reconhecerem e publicarem a Bondade e Beneficência do Pio Soberano, com que Deos presenteou a Nação”. (pp. 1-2). (*Memória dos Benefícios Políticos do Governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI por José da Silva Lisboa*, na Impressão Régia, 1818).

Não se observa que qualquer exercício consciente da liberdade traz responsabilidades, exige criatividade, numa atitude que invalida o paternalismo?

Nessas condições, não há como recusar a tese da conciliação precária em Cairu do feudal e do liberal-burguês, no círculo fechado do discurso estrategicamente centrado na retórica.

Esta se projeta das estruturas de autoridade dominantes coisificando-se como autoritarismo, como poder ao nível de saber, e deste não se separando ideologicamente, a não ser nas instâncias lógico-epistemológicas, compondo-se no jogo complexo dos enunciados que promove.

Acompanhe-se o aprofundamento da retórica, nesse jogo.

Ela engloba unidades de significados, articuladas com estruturas vocabulares, com estilos formais, com ideologias religiosas, políticas, econômicas. Ideologias essas que se somam e às vezes se confundem com aquelas unidades de significados, com aquelas estruturas vocabulares, constituindo um pensamento compósito, modulado, cuja uniformidade se obtém nas subjacências do discurso.

Porque parece ser particular à retórica a apropriação artificial de elementos formais e de conteúdo na sua prática formalizante.

Ela é imersa num mundo singular de formas, que obedece a um processo de ideologização do discurso. Nisso de que este se nutre da produção formal, que a tudo submete, lexias, campos conceituais, reformulando-os ao longo dessa produção. Ela se faz numa operação totalizante e engendra, ao completar o seu ciclo a leitura dos temas, mais do que a leitura do real. Pois não procede a retórica a uma constante elaboração temática no círculo da formalização, dispensado o concurso ativo do real?

Por isso, relevante a constatação de que a retórica, nessa elaboração temática, operacionaliza a simbologia, a metáfora, de modo a materializá-las como entes, como objetos reais, fazendo com que o leitor se remeta para eles plenamente, e o faça apoderar-se da verdade.

O jogo dos enunciados, através da retórica, se faz numa prática de elaboração temática infinita no interior do universo formal, que dispõe

de um arsenal inexaurível de recursos de reprodução, de combinação, de teses, de ensinamentos clássicos, da retórica greco-latina, através da dedução silogística, da experiência e da razão.

Estas duas últimas são construções formais iluministas,¹⁷ a primeira feita de uma certa história, a visualizada pelo humanismo, a que eterniza feitos memoráveis; a segunda, a estrutura axiomática-dedutiva, que promove substancialmente a continuidade, o desdobramento do jogo da retórica, circunscrevendo o seu âmbito de reprodução. De sorte que a retórica vai ocupando o espaço da realidade social, ou dos signos que com ela se compõem, tornando-se um instrumento fácil da usurpação político-ideológica, quando o universo do discurso, estimulado por acontecimentos, por conjunturas, é projetado pelo jogo retórico, numa violência institucionalizada, típica manifestação autoritária das estruturas dominantes.

Essa violência institucionalizada é generalizada, é verdade, sob o peso da opressão estrutural.

Como fenômeno sociocultural, o discurso não escapa a tal violência, sob a mediação da retórica, a qual, em diferentes períodos históricos, desde a Antiguidade, sempre se constitui prática de violência.

Natural, portanto, que as estruturas autoritárias constantemente a utilizassem, mormente quando de todo domina o sistema colonial.

Assim, a retórica é a elocução que preenche por antecipação a própria ação das classes dominadas. Ela “concilia” as várias perspectivas originárias da estrutura social no discurso que engendra. Pois ela, sendo linguagem em ação, usurpa os papéis e os discursos dos agentes sociais passíveis de desenvolverem projetos alternativos.

O discurso retórico contém e uniformiza, por isso, o saber-poder, constituindo a base ideológica mais segura das estruturas autoritárias. Nisso de bloquear a emergência do pensamento de classe, de segmentos sociais inteiros, no exercício da técnica de dominação, e de dominação violenta, oficializada.

17 – CASSIRER, Ernst. “A Conquista do mundo histórico”. In: *Filosofia de la ilustración*. México, Fondo de Cultura Económica, 1943.

A retórica, na verdade, oprime, paralisa o vôo ascensional do pensamento, do conhecimento.

Mediatiza “aberturas” apenas a favor do recrudescimento de poderio da classe dominante. Monopoliza os signos, a estrutura semântica mais profunda, aquela que funda o processo lógico-semântico, e que articula axiomas, toda uma dogmática. E esta se dimensiona no tempo da longa duração, o tempo do lento movimento das estruturas.

Assim, a retórica é arma ideológica poderosa para a manutenção do *status quo*. E, mesmo transcorrido o tempo de longa duração, ela se reorienta e persiste a serviço das estruturas autoritárias, quando não totalitárias.

Ainda em concorrência com discursos alternativos, contra os quais investe arrogante e furiosamente, indica claramente o seu caráter violento, usurpador.

Esses discursos alternativos emergiram na época de Cairu, também retóricas, haurindo a mesma cultura política, com o mesmo tom autoritário, e, paradoxalmente, enfatizando a liberdade, a revolução.

A alternatividade produzia-se, aí, superficialmente, no contexto do conflito político entre segmentos da mesma classe dominante.

Era como uma tentativa de revezamento no poder, apoiada em projetos diferentes, é verdade, mas sem abalar as estruturas autoritárias.

Daí, imprescindível a verificação acerca da aparentemente maleável retórica, a qual, contudo, no discurso autoritário mais conservador, é radical nos seus encaixes lógico-epistemológicos. Nisso de não se abrir para um jogo mais flexível de enunciados, com outra estratégia, absorvendo certa quebra da hierarquia de valores tradicionais, feudais, como a “ordem”.

Porque o discurso retórico alternativo rompe, manifestamente, alguns axiomas que obstam certa mudança.

Na realidade, uma mudança parcelada, excepcionalmente mudança global mas utópica, a partir de movimentos como a Revolução dos Alfaiates, a Revolução Baiana de 1798.

E é justamente esse traço utópico que impedirá a ruptura do discurso retórico, reorientado, de conformidade com os limitados e parcos horizontes sociais do tempo.

Eles travavam o acesso à mudança pretendida em virtude dos bloqueios montados pela retórica, qualquer que fosse ela.

Como visto, os signos reificados, por falta de dinâmica social, de conflitos intergrupais geradores de transformações significativas, permanecendo no fundo estrutural do discurso, portanto, controlando-o, sustentavam o desdobramento conseqüente de novas perspectivas político-sociais. Pelo menos, reduziam ou atenuavam a força das estruturas autoritárias.

Vêm daí as descontinuidades no discurso retórico quando recepciona mensagens revolucionárias, sem, significativamente, abalá-lo.

Como se dava essa recepção sem alteração da estrutura autoritária subjacente à retórica?

Como tal poderia ocorrer, permanecendo intacta a construção léxico-sintática?

O que mudava, e notavelmente, era o horizonte semântico embutido no contexto vocabular.

Quer dizer: as palavras mudavam de sentido, de acordo com o padrão ideológico do locutor, padrão esse, porém, que não abalava a tradicional concepção do mundo vigente, a visão senhorial da sociedade.

É a eficácia funcional da retórica que faz preservar as grandes marcas de tal visão senhorial, própria das estruturas autoritárias.

Há, com efeito, uma “reserva preservada” de autoritarismo nos desvãos da retórica, ainda que no meio dela se introduzam discursos alternativos. Estes o não são de todo, porque ela própria se confunde com a estrutura semântica fundamental que lhe é inerente, responsável pela estratégia do jogo de enunciados, consentindo até certo ponto na elocução desviante, marginal ou rebelde, em decorrência de esta mesma se produzir na expressão retórica, com pouca ou nenhuma abertura para o mundo exte-

rior, sem um comprometimento duradouro de grupos ou de movimentos sociais.

Assim, transparece meridianamente a retórica como estrutura léxico-sintática, lógico-semântica, auto-suficiente, como universo fechado, autoprodutor de valores e de epistemologias, confluindo para a organização política dominante, e dela se realimentando, numa intercorrência dialética permanente e correlativa da estagnação, da atonia social.

Poder-se-ia até fabricar um quadro de articulações estratégicas entre a produção dos saberes, condicionando o jogo dos valores imanentes aos enunciados axiomáticos, silogísticos, e os interesses estruturais-conjunturais da classe proprietária, e mais os do Estado que, num país subdesenvolvido, faz as vezes dessa classe pouco sedimentada, quase completamente desorganizada.

Daí o Estado patrimonialista.

Tudo isso se compõe no espaço da retórica.

Ela representa, pois, a opressora voz da dominação autoritária, espécie de ego expropriador dos bens da comunicação social, humana (das relações sociais justas).

Aqui se recapitula o que se disse linhas acima a respeito do *ego cogito*, modelo do ego proprietário, do ego poder, do ego docente, a se contrapor ao ego marginal, que desliza pelas franjas do social, detendo-se no seu limiar, sem vez, sem voz, sem poder.

Assim, o discurso retórico, ao excluir o conflito, o diálogo, pois é essencialmente monólogo, artificializa a comunicação intergrupala, e prenuncia o isolamento do poder, instaurando a sua sobre-imposição ao próprio grupo social dominante, nos termos já definidos há pouco, dado o concentracionismo a que é levado.

Nesse ponto, ao atingir o seu pico, as estruturas autoritárias, que vão do Estado às camadas sociais dominantes, alargam os seus desníveis de poder, favorecendo a eclosão de conflitos entre elas, ou entre algumas delas e o poder estatal. Do que são exemplos patentes sedições, revoltas.

Aí, e também na constância de desacordos menos graves, subjaz o “modelo” de estrutura autoritária que obsta a emergência de qualquer estrutura alternativa.

Cabe agora expor os matizes desse “modelo”, para concluir pela presença afirmativa do Discurso, a síntese de todos os discursos.

Nessas condições, saliente-se primeiramente o critério racionalista, cartesiano, de demarcação das “classes” de discurso, numa manobra ideológica sutil de mascaramento da base autoritária comum a elas.

De sorte que existe uma rígida articulação entre os discursos.

Ela é montada pela perspectiva política de dominação, que, numa sociedade indiferençada, agiliza as instituições no sentido da propagação e da consolidação da mensagem retórica, a encerrar o universo de significados propenso ao corte brusco, violento, da linha da História, ou da linha de ação histórica, o campo da historicidade, no dizer de Alain Touraine.

As falas do trono de Pedro I formam lapidar exemplo da seriedade retórica, com acento dogmático, a se demorar na dignificação da autoridade legítima, na exaltação das posturas da nobreza.¹⁸

Acentue-se, por outro lado, o vazio institucional e a sua influência na problemática do Brasil colonial e imperial, que é o Brasil de Cairu.

As instituições petrificadas carregam a pesada herança colonial. E se limitam a transmitir essa herança, cumprindo papéis subalternos, dependentes, costumeiros, levando-se ainda a débito a sua pouca funcionalidade, o despreparo generalizado de pessoal e a sua restrita viabilidade social.¹⁹

De modo que o complexo institucional integra a geral atonia, ele próprio desarticulado dentro da desarticulada ordem social.

18 – Ver *Coleção das leis do império do Brasil*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional.

19 – VITA, Luís Washington. *Escorço da filosofia no Brasil*. Coimbra, 1964, pp. 17-21.

Num quadro desse tipo, os papéis sociais não dispõem de operacionalidade. Assumem apenas a rotina.

A instituição do saber (dos saberes) é naturalmente conservadora, tradicionalista, avaliando com horror as inovações, a renovação das suas práticas, dos seus “modelos” importados.

Sabido quão rigorosa a censura, a proibição de livros considerados oficialmente “perigosos”, a vedação de tipografias, dado o receio que tinham as autoridades de se propagarem idéias “impiedosas”, “irreligiosas”, “perversas”, na Colônia.

Então, no período da Contra-Reforma, tal funcionou rigorosamente.

A tradição da repressão no país vem de longe!

O período iluminista, não obstante as modificações introduzidas, abrandando o rigor da censura, das proibições ao alternativo, conduz a “estrutura profunda” do autoritarismo com as suas seqüelas de institucionalismo apático, resistindo às idéias novas não passíveis de assimilação pela ideologia conservadora do poder.

Aquilo de que se falou antes: a retórica, através de tal “estrutura profunda”, que representa o seu núcleo semântico-ideológico, filtra, seleciona os materiais ideológicos, absorvendo os com que mantém afinidade axiológica, no afã de consolidar uma ordem política e socioeconômica iniciada com o perfilhamento do Liberalismo, da monarquia constitucional, pela nação, cumprindo uma transição suave dentro dos parâmetros conservadores.

Eis que Cairu, desempenhando o próprio papel institucional, não podia fugir a esse “modelo” de transição, que é o da época em que viveu e produziu.

E ele o assimilou com perfeição, cumprindo o papel de agente proeminente dessa transição.

Justiça se lhe faça: e o faz até com criatividade, promovendo a absorção de autores ingleses, franceses, partidários da Contra-Revolução, do Liberalismo Conservador, do Iluminismo Português, do Catolici-

cismo da Contra-Reforma, em perfeita harmonia com conceitos e perspectivas que forja na órbita da Economia Política, do Direito Comercial, do Direito Econômico, nas observações sobre pessoas, instituições e riquezas do país.²⁰

É quando às vezes a “estrutura profunda”, a retórica, chegam a ceder lugar inteiramente à narrativa simples, ao relato cru, seco, da realidade.

Note-se, contudo, que, no conjunto da sua obra, a parte caracteristicamente retórica define a estratégia do discurso, assume o “comando”, o fundo ideológico.

Na verdade, trata-se de obra marcada pelas descontinuidades: a da linguagem, a da estrutura narrativa, a do quadro conceitual até, indicando o seu caráter fragmentário, sem espírito de sistema, como o determinava a época. Um pouco mais tarde é que Silvestre Pinheiro empreenderia a construção sistemática do Liberalismo moderado, entre nós, a partir das bases lógico-epistemológicas.

Assim, prima pelo caráter assistemático a produção teórica de Cairu, como a de outros autores, seus contemporâneos.

Primeiramente, não se demorava pela fundamentação filosófica de seus escritos.

Depois, a sua obra, como a de Caneca, teve muito de circunstancial, o que contribuiu deveras para a visível descontinuidade das influências, dos temas, sob o espírito conservador.

20 – CABRAL, Alfredo do Vale. *Vida e escritos de José da Silva Lisboa*. Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1881; CARVALHO FILHO, Aluísio de. Cairu, político e intelectual. MACHADO, Augusto Alexandre. “Cairu e a escola liberal”, trabalhos publicados na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, (62) 1936, por ocasião do Primeiro Centenário de falecimento de Visconde de Cairu; AMZALAK, Moses Bensabat. “Economistas brasileiros, José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu”. *Revista Brasília*, Coimbra, 2, 1943; LIMA, Alceu Amoroso. *Introdução histórica aos princípios da economia política de Cairu*. Rio de Janeiro, Ed. Pongetti, 1956; SILVA, J. M. Pereira da. *Os Varões ilustres do Brasil, durante os tempos coloniais*. Paris, t. 2; BEZERRA, Alcides. *O Visconde de Cairu*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1937.

Tal se compunha com os grandes critérios da cultura do tempo.

Por fim, incrementando tal descontinuidade, o Visconde pratica profundo corte entre a sua produção política e a sua produção econômica. Demonstração de que não pretendia estrita linha de coerência em termos de saber, de uniforme organização lógico-metodológica.

A coerência que exhibe está presente nas subjacências, na “estrutura profunda”, na ideologia retórica. O que revela até a extrema variedade das atitudes de Cairu na explicitação do saber (dos saberes), segundo o instrumento ditado pelas conveniências, pelas circunstâncias, pelos objetivos.

Ora o panfletário desabrido, ora o parlamentar objetivo, ora o economista lúcido. Em todos esses níveis mostra-se posicionado ideologicamente. Modalidades várias da prática do saber, umas mais rigorosas, outras mais difusas no calor da luta político-ideológica.

O que se deve ter presente: um saber predominantemente, densamente ideológico, um saber-poder autoritário, elitista, às vezes acentuadamente oligárquico, de tendências retrógradas em matéria política, preferencialmente. Um saber carente de uma epistemologia elaborada em consonância com o momento brasileiro. O que, então, praticamente impossível.

Em conseqüência, estrutura-se um saber circunstancial, político, por um lado, e outro a ele se sobrepondo ou a ele se colando, axiomático, já produzido no exterior. O qual, se não dispõe de fundo retórico, concentra-se no contexto do discurso retórico, impregnando-se dele, servindo aos seus propósitos estratégicos.

O fato mesmo da transferência de um componente de saber para ambiente estranho, para outro país mais atrasado, traz uma defasagem temporal considerável, retirando-lhe, subtraindo-lhe a ligação com o meio onde foi gerado, concebido, e tornando-o presa fácil da operação retórica. Inclusive, disso resulta o recondicionamento da estrutura lógico-semântica montada no arcabouço vocabular por força do jogo dos enunciados que inventou.

De sorte que a importação do saber compõe recurso de mobilização político-ideológica, inaugurando a instituição pedagógica, aparelho

reprodutor das estruturas autoritárias, especialmente numa nação atrasada, sem vias de produção original do saber.

Daí se criarem dois Brasis, o oficial, institucional, formal, retórico; e o real, o do discurso direto, desconexo, na dança das empiricidades, mas afeito ao jogo do cotidiano, do comportamento marginal dos dominados, dos oprimidos.

Mas, como coexistiam e se tocavam os dois discursos sob o domínio da mentalidade colonial?

É algo a merecer aprofundamento, para o bom entendimento do discurso retórico.

Dita mentalidade colonial percorre a obra de Cairu.

E, basicamente, ela obscurece a periodização histórica e se adentra pelo Império.

A cultura retórica explica tal continuidade, porque é cultura colonial, dominante enquanto não for produzido de forma originária o saber no país. Mesmo a se admitir ela atenuada em alguns setores da instituição do saber.²¹

Como se pretender ela desaparecida a curto ou a médio prazo, se ainda hoje sobrevive na exaltação autoritária, nas manifestações de saber-poder no país?

A cultura retórica fincada na mentalidade colonial participa do tempo estrutural, da longa duração.

Ela, com efeito, cimenta uma mentalidade de profundas raízes no inconsciente coletivo, projetando-se no patriarcalismo, numa concepção

21 – Analisar os traços gerais do pensamento na Colônia In: VITTA, Luís Washington. *op. cit.*, pp. 21-40.

MARTINS, Wilson. “Gramática do mundo”. In: *História da inteligência brasileira*. São Paulo. Ed. Cultrix, 1976. v. 1, pp. 49-56, a mostra de elaboração de um componente retórico do período colonial. Outras amostras interessantes ao longo do mesmo volume, como índice de mentalidade, p. 206-13, e a “Rejeição do mundo”, pp. 213-25; BEZERRA, Allicides. “A filosofia na fase colonial”. In: *Moralistas do século XVIII*. Rio de Janeiro, Ed. Documentário. p. 30.

hierárquica do homem, na formação do código de honra, da moral intimista, nos valores de dependência.

Desse modo, a cultura retórica facilita a dominação, o poderio da classe proprietária.

Não é sem razão que adota o código moral de acentuados traços feudais.

Nesse código, que não se separa da religião, contendo-a em seu núcleo, o discurso retórico se compraz no clímax axiomático, dogmático.

Daí ele retira os fundamentos do arrazoado sobre a política, predominantemente, espraiando-se pelo econômico.

Não se constituiria o discurso retórico, pois, a partir da moral, da religião?

Ou, antes, não seria a religião o espaço de sua constituição originária?

O estudo de Hughes Portelli²² a respeito do problema da religião, segundo o enfoque de Gramsci, esclarece os mecanismos básicos da atividade ideológica da Igreja no Feudalismo:

“Mais la fonction essentielle de l’Eglise reste la fonction idéologique: la religion catholique est la conception du monde officielle de la société féodale...”

Assim, o discurso sobre a religião, nos seus fundamentos retórico-feudais, cobriria os espaços da sociedade global.

Tal discurso se constituiria dialeticamente ao se encontrarem as bases existenciais, materiais, dessa sociedade, e a necessidade de justificá-la.

Enquanto perdura o discurso retórico, ele se apóia na religião, fazendo dela um aparelho ideológico do Estado. Tanto assim que a Igreja lhe oferece cobertura no período feudal.

22 – PORTELLI, Hughes. *Gramsci et la question religieuse*. Paris, Editions Anthropos, 1974. p. 74.

Rigorosamente, apenas a partir do Concílio Vaticano II recusa-se ela a continuar respaldando as estruturas autoritárias. Precisamente no momento em que deixa de ser uma delas.

É quando rompe com o discurso retórico, após a aproximação entre a Teologia e as ciências humanas, a realidade social, levando-a a descobrir a perversão daquelas estruturas autoritárias, pesados óbices à libertação humana.

Aliás, nesse aspecto, há que se sublinhar rupturas, descontinuidades, na história religiosa, ao se lançarem grupos marginais, populares, de cristãos, tocados pelo profetismo, em movimentos sociais de libertação, utilizando um discurso direto, dramático, esteado no sofrimento do povo, na opressão repelida, e captando o real como saber.

Portanto, não aparece aqui o saber como poder.²³

Vale dizer: basta a religião descer ao plano dos movimentos sociais para ela se tornar autêntica, evangélica; com opção pelos pobres.

Mostra-se, então, sintomático o esvaziamento da retórica; fazendo ruir a dogmática, a axiomática, a silogística, todo o racionalismo do *ego cogito* transcendental, o transcendental da autoridade, da elite dominante.

Na esteira, vem a hominização do discurso; despindo-o do véu mistificador, ilusório; fabricado pelos interesses que ditam o jogo dos enunciados.

Nesse jogo, o eterno se converte em permanências sociais, na convergência do bem comum, que nada mais representa que o fruto da conciliação na ordem, no imobilismo da dominação.

Tais permanências são estereótipos, “modelos” completamente acabados e utilizados aprioristicamente pelas circunstâncias, pelas conjunturas, que em nada contribuem para o encadeamento lógico do discurso. Antes, constituem ocasiões, acidentais, que não afetam a substância, o discurso retórico, pré-formado.

23 – COHN, Norman. *En Pos del milenio*. Barcelona, Barral Editores, 1972.

Nisso vai uma concepção da história herdada de Aristóteles.

A História é o palco do transitório, do fugaz, do que se esvanece, do que não tem consistência ontológica.²⁴

Daí a verdade residir no ser-pensamento, no ser-discurso, no ser-axioma.

A verdade está no discurso que descobre, que revela a “ordem” eterna das coisas, a constância da “ordem” social.

Essa a ideologia, esses os fundamentos da ideologia autoritária, que justifica as estruturas dominantes.

Os agentes sociais devem concorrer para a permanência daquela “ordem”, artifício que faz inscrever a moral, a religião, nas relações intergrupais, sobrepondo-se à História, ao conflito de classes.

Há, por conseguinte, no discurso retórico, uma incapacidade nata de tratar com a circunstância, com a conjuntura, com os eventos, com o cotidiano. Estes ficam como que à margem do discurso.

Quer dizer: não compartilham da produção enunciativa. Na verdade, são submetidos à dominação retórica, e passam pela operacionalização da argumentação semântico-ideológica.

Não tem aí a História nenhuma transparência a revelar senão o fundo axiomático, que procria os significados, os valores, a visão sociopolítica.

Esclarece-se, desse modo, o quadro articulado, pelo discurso, da História, da argumentação retórica, do poder.

No fundo, conjugam-se na assimilação perfeita argumentação retórica, saber e poder, ficando a História como instância dominada, governada, uma história invertebrada, que deve imitar o “modelo” da eternidade, da “ordem” perene, perfeita, detida no tempo.

O tempo é congelado nessa concepção da História. Ele se converte no tempo da dominação, no tempo das instâncias hierárquicas, que é a “ordem”.

24 – DUJOVNE, León. *La Filosofía de la historia en la antigüedad y en la edad média*. Buenos Aires, Ed. Galatea-Nueva Visión, 1958. p. 73.

A História só tem sentido, e, nesse ponto, assoma o papel da hermenêutica, através da leitura do não-sentido, do que não possui referente, dos enunciados produzidos pelo círculo vicioso das “verdades” retóricas. E estas formam um tecido único com a “ordem”, profundamente (até o inconsciente) mentalizada pela elite dominante, e transferida impositivamente às camadas sociais dominadas.

Impressionante como sintonizam a ordem do discurso e a ordem social e política. Melhor precisando, como ambas defluem do mesmo centro, apenas mudando ou diferenciando-se a posição estratégica, a manifestação de poder em cada uma.²⁵

Daí se retornar sempre ao saber-poder, para identificar todo um complexo de articulações sociolingüísticas, políticas, convergindo para a dominação.^{25a}

Impõe-se verificar melhor esse complexo de articulações, que estrutura o funcionamento do modo de produção, das relações sociais, num estágio da economia que está saindo das práticas monopolistas do Mercantilismo.

Então, o acento sobre a “ordem” já denuncia o momento de transição, a ser vencido sem “revoluções”, sem conflitos.²⁶

Todo aquele complexo de articulações vai ganhando modulações, matizes, ao nível fundamental da “ordem”.

25 – Muito pertinente o estudo de Régine Robin sobre as condições extralingüísticas, sócio-ideológicas, de produção do discurso. Como a retórica se inscreve aí, objeto do capítulo 4, intitulado “Formação social, prática discursiva e ideologia”. In: *Histoire et linguistique*. Paris, Armand Colin, 1973, pp. 79 e ss.

25a – Ninguém melhor que Michel Foucault para mostrar o poder-saber ou o saber-poder. “Ora, eu tenho a impressão de que existe, tentei fazer surgir uma perpétua articulação do poder sobre o saber e do saber sobre o poder. Não basta dizer que o poder precisa de tal ou qual descoberta, de tal ou tal forma de saber, mas que exercer o poder cria objetos de saber, fá-los emergir, acumula informações, utiliza-as. Nada se pode compreender do saber econômico se não se souber como se exercia, na sua quotidianidade, o poder econômico. O exercício do poder cria, perpetuamente, saber, e inversamente o saber provoca efeitos de poder”.

FOUCAULT, Michel. “Os jogos do poder”. In: *Políticas da filosofia*. Lisboa, Moraes Editores, 1977, p. 139.

26 – As palavras, as ideologias, as relações sociais. A palavra como registro das mudanças, das transições.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia de linguagem*. São Paulo, ed. Hucitec, 1979, p. 27.

Cairu apresenta exemplo concreto.

Faz suas as palavras de Burke:

“Boa ordem é o fundamento de todas as coisas. O verdadeiro político, na reforma dos Estados, deve sempre ter em vista fazer que o povo, sem ser servil, seja sempre tratável e obediente.”²⁷

Nessa premissa básica se harmonizam ou se integram o discurso político, o discurso religioso, o discurso econômico, compondo eles um só discurso.

Cada um deles é um momento da grande estratégia discursiva que expressa e veicula o saber-poder.

A comunicação se faz, como a fala desse saber-poder, o grande monólogo autoritário.

Por isso, essencialmente acrítico, não suportando o discurso alternativo. Não abdica dos seus parâmetros de ordem, garantidos pela pressão inconsciente até do *statu quo*.

Tal discurso alternativo se detém nas franjas da enunciação autoritária, lugar possível de distensão dos valores libertários, que se esboroam no anteparo da estagnação, do controle severo da transição.

Eis que aquela comunicação representa o *alter ego* do poder, tecendo o saber-poder.

Assim, não ocorre propriamente um desenvolvimento crítico do discurso-base, do complexo de articulação expostos.

Esse discurso-base é autodemonstrável, como desdobramento axiomático, marginalizando os objetos sociais, os quais, legitimamente, configuram-se referentes reais, que refluem sobre o discurso, direcionando-o.

Isso porque o eixo da autodemonstração axiomática está no sujeito, no proprietário do discurso. Este, no seu autoritarismo, o cobre

27 – LISBOA, José da Silva. “Direito político”, n. 3. In: – *Extratos das obras políticas e econômicas de Edmund Burke*. Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1812. p. 10.

todo, tornando aqueles objetos projeção de sua densidade ideológica, ou deles fazendo guias, indicações de posicionamentos estratégicos.

É a caracterização da parada da História.

Perceba-se: a detenção da práxis social nos domínios do discurso faz deste uma prática reiterada de rituais, de símbolos, de metáforas, que coroa a retórica, obscurecendo a consciência social e fechando os caminhos epistemológico e político para o alargamento do real.

Converge, então, para aquele complexo de articulações o que se diz da política, da religião, da economia, da sociedade.

O discurso econômico, por exemplo, acaba, nas “aberturas” do *laissez-faire*, do Liberalismo, no fortalecimento do poder estatal, como o grande guia da vida econômica do país, como o mediador da grande corporação que articula Estado e industriais no jogo da acumulação capitalista. E na qual o Estado preenche o imenso vazio da iniciativa privada, ou as suas lacunas, num período de transição.²⁸

Vale dizer: o Estado também é o príncipe, o pai. De modo que não se lhe atribua, na concepção corporativista de Cairu, o caráter de Estado socialista. O que demandaria uma participação consciente das grandes camadas da população no processo econômico, social e político.

28 – Escreve o Professor Augusto Alexandre Machado: “Na evolução histórica da escola individualista a doutrina de Stuart Mill constitui o chamado ecletismo liberal, em que se pronuncia, acentuadamente, a tendência para assegurar ao indivíduo o livre exercício de sua atividade, sem relegar, para plano inferior, a defesa dos interesses coletivos.

“Foi essa realmente a diretriz política e econômica de José da Silva Lisboa, que, embora discípulo de Adam Smith, dele se emancipou para, até certo ponto, se filiar, com mais simpatia, ao ecletismo do sábio economista e filósofo, onde se adaptara, melhormente, a coexistência de um governo forte a serviço coletivo, com a relativa liberdade do indivíduo, no campo de suas atividades políticas e econômicas.”

MACHADO, Augusto Alexandre. “Cairu e a escola liberal”. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, (62): 377, 1936.

Ele constitui órgão de encaminhamento da transição.²⁹ Daí os seus componentes feudais, predominantemente, travestidos no autoritarismo do príncipe, no poder moderador, no controle incontestável da política. E, descendo a hierarquia, armando a articulação, nesse tônus ideológico, com a Igreja, com a cultura, com os quadros da economia, com as instâncias do social, com a linguagem, contrapondo-se à linguagem dos dominados, dos oprimidos, para dominá-la, para marginalizá-la.

Tudo desemboca no Estado, peça central no aparelho político, representando um de seus posicionamentos estratégicos, numa postura de modulação da “ordem”, entre outras que se produzem como campos delimitados de discurso.

Aquele complexo de articulações percorre, na verdade, múltiplos campos de discurso, fechados alguns, mais abertos outros, sob o jogo sutil de manipulação do *novum* e do velho, através daquela modulação da “ordem”.

De tal sorte que a realidade se torna uma cópia do discurso, e não o inverso.

O discurso já contém todo o real. E lhe vai mais além, ao se apresentar como a própria ação, ou o que determina o desdobramento possível da ação, num contexto em que o ritual, o formalismo a fazem reiterativa, ainda nas práticas concretas, como a do mundo econômico.

Brecada aí a mudança social, não ocorrem mudanças no discurso senão a concatenação de eventos rotineiros no discurso, em termos de justaposição, de aglutinação dosada pela “ordem”, e não mediante um processo dialético em que a mensagem seja o trabalho acabado de intercorrência entre as categorias e o real, a história.

29 – Elucidativa a intervenção de José Murilo de Carvalho:

“Na ausência de poderosa classe burguesa capaz ela própria de regular as relações sociais através dos mecanismos de mercado, caberia ao Estado, como nos primeiros passos das próprias sociedades burguesas de êxito, tomar a iniciativa de medidas de unificação de mercados, de destruição de privilégios feudais, de consolidação de um comando nacional, de protecionismo econômico. E o Estado agiria principalmente através da burocracia que ele treinava para as tarefas de administração e governo.”

CARVALHO, José Murilo de. “A Construção de Ordem”. *A Elite política imperial*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1980. p. 177.

E vem de novo o que se afirmou antes: sem história a fazer, sem história participada, construída, não há discurso histórico, mas sim discurso do poder-presente, da verdade que ele projeta.

Daí o artifício a que é compelido esse último discurso, o de se apropriar da experiência, representada por exemplos típicos da Antiguidade, transpostos indevidamente para o presente, a este assimilados, e pela voz da autoridade, dos mestres, dos filósofos do passado, da Idade Média, da Idade Moderna, numa igual assimilação de diferentes períodos históricos, tudo por obra da Razão universal, contida no sujeito pensante, o sujeito do discurso.

Veja-se como se posta, nesse contexto, o pragmatismo de Cairu, de extração iluminista portuguesa.

E mais uma vez vale o artifício.

Aqui a demora sobre os objetos não embaraça o jogo do discurso.

Este não perde a sua expressão do poder. Apenas, numa particular colocação estratégica, não o exalta diretamente. Fá-lo no intervalo dos enunciados de maior relevância retórica, quando a matéria já recebeu boa dosagem de tratamento realístico, fenomenológico, sem pretensões outras que a de despi-la, de a revelar na sua face crua.

Ao se ocupar do problema da mineração, *verbi gratia*, ele o examina com simplicidade, sem se enredar nos significados metalingüísticos, que lhe dão uma dimensão ideológica.

Contudo, em alguns trechos, ou, num corte abrupto da enunciação descritiva, pode, e o faz com frequência, introduzir aqueles significados, posicionando-se politicamente, entrando numa enunciação valorativa tipicamente conservadora, realizando a conexão entre os objetos e a matriz retórica, ideológica, do discurso.

É possível que não o faça num texto corrido, não muito alongado, e de qualificação bastante pragmática.

Porém, no discurso geral que o amarra, as matrizes ideológicas aparecerão sem falta.

Ademais, é preciso ver na comunicação pragmática, subjacentemente posta, aquelas matrizes, quando ela, obrigatoriamente, se afirma

como ideologia, embora desvinculada da retórica. Porque esta só aparece diretamente, explicitamente, não havendo como percebê-la nas entrelinhas do discurso, mesmo naquela estrutura profunda que dita, em última análise, a linha da enunciação.

Com efeito, transparente a manifestação retórica. Não se desdobra ela nos mecanismos formais, nos símbolos, nas metáforas, no estilo grandiloqüente, na constituição do discurso?

Então, é possível este se manifestar ideologicamente, e o deve fazer sempre, não valendo isso para a retórica.

O grande complexo de articulações já visto, fundamentalmente, refletindo aquelas subjacências da estrutura profunda, comunica o teor ideológico matizado, desnivelado, com rupturas, com cortes lógico-semânticos, epistemológicos, do discurso. E isso se faz comum na enunciação pragmática, detendo-se diretamente sobre objetos materiais, a ponto de encobrir a elaboração do *cogito* proprietário, autoritário, enquanto durar o momento objetivo.

Um texto que se ocupa desta realidade empírica, das empiricidades, que circundam o eu-locutor, poderá ser excluído do contexto no qual se insere, considerada a captação pura e simples de tais empiricidades, e perfeitamente avaliado como a imagem de uma situação concreta, que cumpre desvelar, não importa a escola ou a posição ideológica do emissor.

Entretanto, o fato mesmo de essa descrição real emitir o contexto da dominação, restringindo-se ao esboço das empiricidades, sem as situar no interior dos modos e das relações de produção, sem relacioná-las com as estruturas de dominação que os atravessam, alcançando a superestrutura política, religiosa, etc., traduz uma postura ideológica.

A história da economia brasileira é a história do jogo complexo de articulações do poder no enfrentamento das empiricidades, da modernização, revigorando as estruturas autoritárias.

Compreende-se, assim, que o pragmatismo seja uma sutil ideologia, adensada pelo refluxo mesmo da modernização, de profundo sentido conservador.

Tal pragmatismo, tão inerente aos valores do Iluminismo português, integra-se na acriticidade, e se enreda no saber-poder, com ele se fortalecendo.

Pergunta-se, então, até que ponto essa acriticidade não levará ao enfraquecimento da tematização.

Não resultará dela o empenho de erudição, mais do que o de criatividade científica?

Na verdade, o complexo de articulações do saber-poder num país de empedernidas estruturas autoritárias fabrica o eruditismo, clara manifestação ideológica conservadora, que se desenvolve no acúmulo de conhecimentos importados, estranhos às circunstâncias nacionais, estimulando a técnica de sobreimposição de níveis, matizes diversificados de estilo, de linguagem, de aspectos formais, e também de conteúdos (político, religioso, moral, econômico), que arma um texto sumamente formal, artificial, não poucas vezes.

Como proceder ao levantamento crítico, já não diria, mas a uma tematização que não deixa de se apoiar nesse levantamento?

Somente no discurso econômico, no qual muito atenuado semelhante procedimento, encontra-se em Cairu criatividade, portanto um notório desenvolvimento crítico.³⁰ Sem, contudo, ultrapassar os limites permitidos pelo autoritarismo dominante. Ainda aqui se impõem as exigências de transição.

O pragmatismo, embasando ideologicamente a modernização carecida, trouxe a necessidade de dar mais rigoroso respaldo científico aos programas administrativos, econômicos, no mais amplo sentido, com o conseqüente revigoramento da combalida infra-estrutura do país, notadamente nos centros estratégicos da economia.

Vem daí o esforço de homens como Cairu, fruto da melhor tradição pombalina-iluminista, dirigido para a elaboração de conhecimen-

30 – Dele diz L. Nogueira de Paula. “E de resto, em toda a obra impregnada de senso crítico e originalidade, mostra ou evidencia a interdependência entre a agricultura e a indústria e lança os fundamentos de inúmeras nações clássicas da Ciência Econômica...”

PAULA, L. Nogueira de. *Arquitetura do pensamento econômico*. Rio de Janeiro, Oficina Gráfica da Universidade do Brasil, 1961. p. 30.

tos nos campos da mineralogia, da botânica, da agronomia, da hidráulica, no que realmente deixaram notáveis resultados para a época.

A obra de codificação do Direito Comercial devida a Cairu, o seu tratado de Direito Mercantil constituem-se extraordinários feitos na esfera das ciências jurídicas, propiciando os instrumentos de trabalho requeridos pela economia, pelo comércio, pelas práticas capitalistas que se implantavam no Brasil (especialmente o comércio exterior).

Os escritos econômicos do preclaro baiano merecem atenção à parte, pelo fato de, buscando atender às exigências do novo período histórico nacional, se revestirem de forte caráter da transição, numa modulação típica da ciência econômica clássica, da qual são tributários.³¹

Então, combinam eles enunciações de cunho religioso, moral ou político, numa articulação que agiliza a ideologia da “ordem”. Ao mesmo tempo que, ao se fixar mais de perto no realismo da vida econômica, atendem aos reclamos de orientação teórica, científica.

Interessante observar como se harmonizam ciência e ideologia na racionalização do econômico, em Cairu.

A partir de material em grande parte importado, tomado dos economistas clássicos ingleses, também profundamente ideologizado, atendendo a igual período de afirmação do Capitalismo, ele prolonga com alguma criatividade a sua enunciação sobre a economia, numa atitude tipicamente pragmática. Embora em menor escala que no discurso político, também mobilizando os ingredientes axiológicos.

Ciência e ideologia caminham, pois, de mãos dadas, nele não havendo sequer clara distinção entre ambas, a não ser em momentos isolados, que acabam vencidos pela ideologia pragmática.

Observa-se que a economia, melhor precisando, a teoria econômica na época respondia à necessidade de controle sobre a transição, em grande parte responsável pelo seu cumprimento.

31 – Vejam-se os ensaios retrocitados de Augusto Alexandre Machado, Moses Bensab Amzalak, Alceu Amoroso Lima, Santiago Dantas.

Para tanto se revestia de significado ético.

Nisso, Cairu esteve atento, procurando preservar cautelosamente o acervo tradicional no meio do empenho modernizador, o qual poderia abrir perigosamente novos horizontes, levando a insubmissão às camadas sociais desfavorecidas, com o pleito de benefícios socioeconômicos.

Essa manobra político-ideológica, originária do complexo de articulações autoritárias do país, valer-se-ia do processo compósito e ambíguo dos valores políticos e sociais, para assegurar a transição segura. Na certeza de que, assim, o controle do poder não lhe escaparia.

Em tudo isso ressalta o caráter instrumental das proposições ideológicas, descartando muito do real e ganhando absoluta autonomia na sua estrutura lingüística.³²

Cairu, como outros escritores seus contemporâneos, adota tais proposições ideológicas sob a forma de enunciações religiosas e éticas, principalmente, de mistura com proposições não-ideológicas, voltadas para a realidade objetiva. De modo a caracterizar à sua maneira, à maneira da época, aquele jogo de enunciações, instaurando as possibilidades semântico-lógicas em sintonia com as possibilidades reais, na perspectiva autoritária. E de uma forma que as possibilidades lógico-semânticas, por destituídas de traços utópicos, se nivelam rigorosamente às possibilidades reais, aquelas abertas pelo projeto autoritário de modernização.

Não se deixe, porém, de atentar para o seguinte: a presença, ora mais, ora menos, da retórica, no discurso de Cairu, determina o exacerbamento da estrutura de proposições ideológicas, em maior detrimento das proposições não-ideológicas, um tanto marginais na articulação do saber-poder. O que é facilitado pelo caráter da episteme clássica que está na base do discurso do Visconde, estimulando a construção ideológi-

32 – Nesse sentido a tese de Theodor Geiger:

“Deben classificar-se como ideológicas todas aquellas proposiciones que; según su forma lingüística y el sentido jue se expresa en ellas, se presentan como proposiciones teóricas y objetivas, pero que contienen elementos a-teóricos ajenos a la realidad objetiva de conocimiento”.

GEIGER, Theodor. *Ideología y verdad*. Buenos Aires, Amorrorty Editores, 1972. p. 60.

ca no desempenho do *ego cogito*, do racionalismo que, através dele, se desenvolve.

Aliás, esse aspecto de elevada importância para a melhor percepção do discurso em estudo precisa de ser aprofundado.

Vai-se armando e desdobrando o jogo dos enunciados aí, num “modelo” lógico-epistemológico que privilegia o ideológico, sob níveis sobreimpostos típicos, segundo o espírito da época, mas maiormente condicionado pela postura autoritária.

Por outro lado, cumpre advertir para a permissividade ideológica da cultura do tempo, ainda distante daqueles critérios universais, daquela metodologia científica de pesquisa do real, no campo político e social, dificultando a elaboração de proposições não-ideológicas, especialmente dentro de um contexto discursivo a lhes garantir larga operacionalidade.

A grande dificuldade é justamente esta: a ausência de um discurso articulado estruturalmente por proposições não-ideológicas, que fosse dotado de possibilidades reais plenas, funcionais, no sentido de agilizar a mudança exigida pelos graves desníveis socioeconômicos do país.

Não aflora sequer consciência disto no período, prova de que não se abriram possibilidades lógico-semânticas em correlação com possibilidades reais.³³

É tal o controle monopolístico de articulado saber-poder, que o saber-poder alternativo não existia, praticamente. O que existia eram correntes de pensamento liberal radical, mobilizando frágeis possibilidades reais, a serem mantidas as tradicionais estruturas de autoridade.

Portanto, também constituíam uma dimensão do saber-poder reorientado para certos valores democráticos ou de liberdade, com base na Constituição política, nas leis.

33 – Sem dúvida, distendia-se ao máximo o enunciado de Frédéric François, segundo o qual “el campo de la posibilidad lógica es más amplio que el de la posibilidad real”.

FRANÇOIS, Frédéric. “Filosofia analítica, lingüística e ideologia”, In: JOKOBSON, Roman et alii. *El Lenguaje y los problemas del conocimiento*. Buenos Aires, Rodolfo Alonso Editor, 1971. p. 117.

Era, na verdade, um liberalismo legalista e, no fundo, conservador. Mesmo o Liberalismo radical.³⁴

Justifica-se: deixava-se ele absorver predominantemente por proposições ideológicas, num plano de valores metafísicos, instrumentando estrategicamente o enfrentamento de conjunturas opressoras, imbatíveis no espaço nacional de então. Porque com foco naquelas estruturas de autoridade.

Ele também compunha um discurso distanciado da História, da realidade social, detendo-se na trama episódica, na conjuntura política, e sobre ela falando, enunciando, numa atitude de resistência panfletária ou retórica. E longe de perceber os mecanismos socioeconômicos que se punham no cerne da conjuntura, dos eventos.

Os produtos da episteme clássica, a representação, o radicalismo respondem por isso.

Eis que o Liberalismo deliberadamente conservador de Cairu não lhe vai fazer retroceder de sua posição autoritária, jamais esmaecida.

Tal ideologia se harmoniza com a enunciação tradicionalista feudal do seu discurso.

Ela reforça mesmo essa enunciação, dando-lhe um aspecto moderno, atualizando-a, na pauta da transição, que é, tipicamente, conciliação.

Não há, com efeito, melhor instrumento de conciliação no tempo do que o Liberalismo, afeito a acomodações pelo seu caráter normativo-abstrato,³⁵ sempre racionalizando situações autoritárias, procedimentos de força, no contexto socioeconômico, na vida política. É quando a violência política comanda, modela a violência estrutural.

34 – Ver. MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa – *O Liberalismo radical de Frei Caneca*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978, especialmente o capítulo “Privilegiamento do elemento utópico-prospectivo num contexto de mentalidade conservadora”. pp. 157 e ss.

35 – Di-lo com argúcia Karl Mannheim:

“O liberalismo burguês estava demasiadamente preocupado com as normas para interessar-se na situação social vigente. Construiu, pois, necessariamente, o seu próprio mundo ideal. Elevado, desprendido e ao mesmo tempo sublime, perdeu todo o sentido das coisas materiais, bem como todo contacto real com a natureza. Nesse contexto, natureza significava, em grande parte, a razoabilidade, estado de coisas regulado pelas normas eternas do bem e do mal.”

MANNHEIM, Karl – *Ideologia e utopia*. Porto Alegre; Ed. Globo, 1952. p. 206.

Em conseqüência, fica no domínio das leis, da norma moral, de toda uma configuração axiológica embutida nas proposições ideológicas, retóricas.

Institucionaliza, portanto, artifícios jurídico-morais de dominação através da prática da liberdade sem poder, sem suportes econômicos, para a maioria da população, e, com tais suportes, para a minoria privilegiada, com poder, com saber-poder.

Como liberal, Cairu não deixa de ser autoritário.

Os dois perfis estão presentes numa mesma ideologia, formando a conciliação no plano do discurso, em resposta à conciliação intentada nas instâncias política, econômica, cultural e moral, a qual, como se viu, representa instrumento de controle da transição, dos conflitos, tão encontrados nesse período de instabilidades de toda espécie.

Daí a conciliação se voltar contra a anarquia, contra os antagonismos de classe, buscando ocultar o confronto de universos socioculturais, de grupos sociais.

E tal ocultamento é exercício arbitrário, autoritário, mistificador.

Paulo Mercadante desenvolve excelente estudo a respeito.³⁶

Nada melhor que o Liberalismo para instrumentar ideologicamente a conciliação. Pois se sabe que ele não associa a problemática estrutural, a história sociológica aos mecanismos de organização política ou político-jurídica, a estes se restringindo, dentro dos quais situa e isola o dado da liberdade.

Nesse quadro se define o Liberalismo político, reservando-se o Liberalismo econômico para o livre e sem embaraços comportamento dos homens de negócios, dos industriais, dos produtores, segundo o conceito de liberdade individual.

36 – MERCADANTE, Paulo. *A Consciência conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

Os dois se acasalam na prática.

É preciso convir, porém, que, em Cairu, como entre os que fazem a elite dominante do seu tempo, no afã de controle político-ideológico da transição, o Liberalismo não é recebido *in totum*.

Examinou-se que componentes tradicionais integram o sistema político, a ordem social, dando o tônus identificador das estruturas autoritárias, e constituídos também por elementos liberais, na medida em que estes vinham fundar “aberturas” para o desempenho mais desembaraçado do comércio, da economia brasileira, que se ajustava aos padrões em vigor do capitalismo internacional, notoriamente ao comércio exportador, às necessidades de captação de recursos externos.

E, nesse ponto, fazia-se um corte profundo entre essa prática e o tradicionalismo do modo e das relações de produção no interior do país.

O Liberalismo só tinha condições de atuar, e assim atuou, na esfera da superestrutura, com a modernização da organização política, administrativa e jurídica, sem correspondência funcional nas estruturas.

E ainda ali se inseriam suportes, pilares tradicionais, autoritários, como o Poder Moderador, o Senado Vitalício, numa demonstração de que o complexo de articulações autoritárias, descendo da cúpula até as bases, mostrava-se incontestável, afirmativo, por falta de integração social, de sólida estrutura de classes, instaurando e desenvolvendo conflitos, questionamentos amplos, críticos, da vida nacional.

A elite dominante era a única classe com voz, com representação, não havendo como efetuar-se a conciliação ampla, fruto do pluralismo, de visões diferentes dos segmentos sociais, coisa própria de uma sociedade de classes, inexistente no período entre nós.

Nessas condições, a conciliação no Brasil de então se produziu no bojo das estruturas de dominação, unindo o velho e o novo.

A visão da conciliação é unidimensional. No sentido de que se faz com os ingredientes socioculturais, com os valores, com os rituais, com as práticas daquelas estruturas.

Mesmo o Liberalismo, importado, se recondiciona, se reorienta, sob a força de tais ingredientes, acabando sendo domado pelo autoritarismo.

Por isso, o discurso autoritário vem a ser a sua tônica, em qualquer momento e em qualquer lugar do país, cristalizado notoriamente através do Liberalismo centrista, no qual o conservadorismo encontra a mais direta e expedita via de manifestação.

É, com efeito, na prática centralizadora do monarca que as estruturas autoritárias conquistam o cimento que as articula. E numa conciliação particular, na qual ou através da qual os interesses privados, fortemente autoritários, se combinam com os interesses do Estado, num compromisso político que preside a história do Império e a da Primeira República.³⁷

Efetuada esse compromisso, o conflito só se torna viável entre segmentos das mesmas estruturas autoritárias, entre os representantes de oligarquias na disputa de posições de mando.³⁸

O autoritarismo engrossa, pois, a maré montante que flui dele próprio: o movimento de uma dialética *sui generis*; o de um reiterado afrontamento por mais poder.

Este, de fato, é tudo numa estrutura autoritária, justificando todos os processos, retirando a ética da confrontação, exasperando (a *disputatio* da retórica) o discurso.

Assim, o panfleto faz parte obrigatória deste quadro. Discurso panfletário que será objeto de análise em outro capítulo. Mas que, de logo, cumpre situado, para entendimento lato do discurso autoritário.

Constante da vida política, das questões religiosas, da atividade jornalística, o afrontamento ríspido, violento, numa civilização em que a palavra ainda não logrou refinamento, em que ainda não foi trabalhada pela criatividade cultural, só possível numa sociedade aberta, em função de projeto de mudança social. Coisas que não atinavam com uma sociedade

37 – Mostra-o exuberantemente: DUARTE, Nestor. *A Ordem privada e a organização política nacional*, São Paulo, Ed. Nacional/Brasília, 1939.

38 – Exemplo saliente de conflitos no interior do segmento dominante:
PINTO, Luís de Aguiar Costa. *Lutas de famílias no Brasil*. 2ª. ed. São Paulo, Ed. Nacional/Brasília, 1980.

visceralmente autoritária, fechada, estática, autocomprazendo-se no jogo do poder pelo poder. Poder econômico, poder político, poder religioso, poder que emerge de todas as instâncias sociais.

Dir-se-ia que o discurso é tecido pelo não-sentido, pela obstinação do ritual, da rotina, pela alienação das formas de vida humana, pelo acanhamento das propostas políticas, num universo social desarticulado na práxis utópica de teimosos idealistas, porque sem horizontes de redenção até a longo prazo, sob o tempo estrutural.

De novo vem a propósito o eruditismo, para recobrir os vazios socioculturais, políticos, instrumentando, agilizando projetos de encaminhamento da transição.

Ele contribui para dimensionar de maneira bem característica o discurso autoritário. Dá-lhe a *facies* formalista, o colorido retórico, o estilo clássico, numa estrutura que pré-molda o desenvolvimento da argumentação, o ímpeto da mensagem, a força do desejo que faz o seu itinerário sutil.

A sobreimposição começa, aí, já fabricando o corte entre as proposições e os objetos, entre o eu falante, autoritário e o mundo exterior, a realidade circundante. Sobreimposição que dilacera a comunicação originária entre o homem concreto, problemático, angustiado, oprimido, e os que detêm o poder.

Decorre disso o erigir o poder como valor supremo.

Numa sociedade desse tipo tal a prática absoluta.

Poder inerente à propriedade, suporte material primeiro da prevalecente condição política, econômica, social e cultural.

Propriedade dos cargos públicos, do cabido religioso, das dignidades eclesiásticas, nobiliárquicas, da cátedra, da acumulação capitalista, em meio a exercício violento, excludente.³⁹

39 – Usual na linguagem do Direito Canônico no Império a expressão “Vigário Proprietário”. Usa-a, v. g., o bispo de Pernambuco; em visita pastoral ao Ceará: “Nesta data escrevi ao vigário proprietário desta freguesia”. CAMPOS, Eduardo. “Itinerário das visitas do Bispo de Pernambuco, 1839”. In: – *As Irmandades religiosas do Ceará Provincial*. Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 1980, p. 103.

Como não ser autoritário o discurso em semelhante quadro?

É o peso maior da história brasileira: a estrutura autoritária, presente em todas as instâncias da sociedade global!

O diálogo inexistente numa dominação desse tipo, perdurando a voz monolítica, incontestável dos agentes do poder, dos ocupantes de cargos vitalícios, do magistrado, do pároco, do militar, do chefe político, dos panfletários, todos enredados no exercício da opressão.

A disputa entre eles é ferrenha, porque se empenham em luta por mais poder.

Há, na verdade, o que se chama o mais-poder: o objetivo do prestígio maior, de mais elevado posto na hierarquia das dignidades, da vida política, da administração.

Trata-se de uma categoria básica na mentalidade autoritária, no discurso autoritário, que o impulsiona, que o faz auto-suficiente, que lhe fixa horizonte no próprio círculo dos enunciados em correspondência com aquela disputa acesa do cotidiano. Portanto, numa circunstancialidade que não passa da conjuntura armada pela exacerbação da luta.

Isso significa que a categoria do mais-poder viabiliza o fortalecimento de uma postura política, predominantemente, mas também econômica, social, no seio da estrutura autoritária, de modo a excluir a força antagônica.

A retórica assume aqui papel saliente, ao se considerar que ela agiliza a *disputatio*, sendo ela própria a sua dimensão principal, não raro.

Aumenta ao nível do mais-poder a tensão, a acrimônia, o tom panfletário, a virulência da linguagem, o artifício da argumentação, a ponto de produzir estranhos condicionamentos das ideologias tradicionalistas e liberais-conservadoras a serviço da ambição, do servilismo, dos interesses privatistas na refrega política, nos assuntos eclesiásticos, nos negócios da administração, etc.

O universo dos significados é distorcido, manipulado, para justificar, para fundamentar as pretensões de mando, de mais-poder, criando-se a sua particularidade, o seu partidarismo, em confronto com outro, o

“outro” antagônico universo de significados, de valores, forma-se uma modalidade de comunicação do *ego cogito* arbitrário, que exclui outros sujeitos que também o querem excluído.

Estranho círculo vicioso que não leva a nada de produtivo, a nenhum progresso, apenas ao mais-poder que se cava, que se promove acirradamente.

Os grupos oligárquicos assim se excluem entre si, quando em disputa, e freqüentemente o estão, no afrontamento de objetivos, de interesses.

O privatismo se alimenta desse jogo do mais-poder.

Nisso, ele constitui o complexo sociocultural de apropriação reiterada de novas posições, de mais vantagens. Ou de recuperação das perdas pelos grupos familiares poderosos, através do exercício constante da violência, da astúcia, de pertinácia na perseguição, para a reafirmação do mando.

O privatismo prevalece sobre tudo, e invade a esfera pública, dela também se apropriando, naquela disputa.

E, no desdobramento do processo, o Estado se vê na dura contingência de impor-se, primeiramente na luta diuturna com os poderosos oligarcas; depois, fazendo o compromisso com eles, mas continuando incapaz de gerar o discurso público pleno, então fragmentado, ambíguo, também artificial, valendo-se muito do retórico para ocultar tal artificialismo.

Assim, ele tem de ser por igual autoritário, e se compeço diretamente com o privatismo no apoio dado a uma das facções oligárquicas, e enredando-se na *disputatio* com o adversário do seu aliado.

Isso num plano subjacente, encoberto pelas conveniências do poder público, numa declaração permanente de princípios de constitucionalidade, de legalidade.

A distonia instala-se no discurso público autoritário.

Pois, numa dimensão formal, retórica, ele se enquadra no “modelo” político-jurídico da monarquia constitucional, sem arrepiar normas e intenções legalistas, dizendo da harmonia entre as práticas políticas e tal “modelo”.

Nesse ponto, se patenteia a fenda, a distonia entre ambos. O discurso é vazio, por isso artificial, travestido do arranjo ideológico, feito com ingredientes liberais-conservadores e com elementos feudais-tradicionais, mascarando a verdadeira prática.

Vale dizer: o discurso político autoritário, originário do poder público, é impregnado de alto teor ideológico-retórico, auto-suficiente, distanciado dos reais circunstanciamentos socioeconômico e político, sobreimposto, portanto, ansioso de afirmação.

E não padece dúvida de que aí se faz marcante a participação do mito, de uma simbologia feudal-monárquica, no fortalecimento retórico-ideológico, transfigurando aquele discurso ao nível do inefável, com a sacralização inevitável da pessoa do monarca, da “ordem”.⁴⁰

É interessante e pertinente analisar isso no bojo de frágil complexo institucional, dominado pelo ritual da burocracia asfixiante, do familiarismo, do rotineiro modo de produção, das tirânicas relações de produção.

A fragilidade do complexo institucional induz a extrema permeabilidade sua à simbologia mitológica, ao avanço, ao envolvimento do privatismo, do tradicionalismo, levando-o a incrementar, a apoiar a ideologia, a retórica do discurso autoritário. Especialmente o complexo institucional público, num período de busca de identidade do Estado nacional, não havendo como os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, na cúpula desse complexo, se eximam de conotações privatistas, convergindo, fundamentalmente, a ação deles para a cobertura da classe dominante, representada pela aristocracia latifundiária.

O discurso autoritário é, assim, um prolongamento rebuscado do discurso dessa aristocracia e de seus representantes, principalmente quando o complexo institucional se revela monolítico, monocrático, sem dissonâncias, unidimensional, apesar dos confrontos políticos no seu interior, confronto de segmentos, o qual não abala tal uniformidade.

40 – MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *Ideologia e conflito no nordeste rural*. op. cit., pp. 60-1.

Percebe-se que não existe nítido corte entre o público e o privado, no período. Aquele sendo facilmente permeável ao influxo deste.

Ora, a carga mitológica, semântica, simbólica do privatismo invade com facilidade a esfera das instituições públicas, perturbando-a consideravelmente, na explicitação de sua identidade própria, no universo instrumental e simbólico que deve ser produto de sua elaboração diuturna ao se confrontar com os poderes privados. Não a ponto de sufocá-los, mas na medida de uma distância necessária com relação a eles, prestando-lhes embora apoio, condição de autonomia institucional que só as nações adiantadas conseguem.

Assim, o Estado deve ter o seu discurso próprio, garantia de firmeza e de estruturação ideológica consistente, para orientação da sociedade global e, sobretudo, para o controle das viabilidades, das possibilidades de programas de interesse coletivo.

Na época de Cairu, o discurso conservador, emanado da monarquia constitucional, é tipicamente autoritário, por, paradoxalmente, revelar-se privatista. Nisso de que a indiferenciação larga entre o público e o privado estenderia ao discurso público a conotação privatista, caracteristicamente autoritária.

O mais-poder surgiria nesse momento.

Vale dizer: o nível autoritário do discurso privado seria trazido ao sistema de coação político-jurídica de que dispõe a monarquia constitucional no Brasil, para se contrapor, *a latere* da sua afirmação necessária, ao avanço irracional, à expansão sem peias do privatismo.

Para que se firmasse um centro de decisões acima dessas contendas estéreis, aglutinando o esforço de todos com vistas ao desempenho possível do Estado nacional, tal a alternativa do contexto.

O autoritarismo se faz mister nessa afirmação do poder público, justamente porque ainda incipiente a sua estrutura, a sua organização, o seu funcionamento, dentro de longa tradição privatista que perdurou durante a Colônia, e que continuava após.

O Estado não possuía, longe estava de possuí-lo, essa densidade de tradição. Ele, por isso, haveria de recolher dados axiológicos centrais do meio privado para compor a sua ideologia. A mesma ideologia que tira dos círculos institucionais ativos a Igreja, a organização monárquica, o paternalismo, o autoritarismo dos potentados, grandes linhas direcionais.

Nessas condições, a ideologia autoritária teria aí sólidos materiais do circunstanciamento sociocultural, notadamente privatista.

Porém, a fim de a ideologia alcançar os planos formais da doutrina, haveria ela de acolher os dados da cultura feudal-monárquica, do constitucionalismo liberal, do Liberalismo centrista, conservador, na falta mesma de tradição cultural no país, acabando por produzir a compósita formação ideológica autoritária. E esta alimentando todo o complexo de articulações autoritárias da nação.

Tendências axiológicas acentuadas, sedimentadas práticas formais no contexto lingüístico, verdadeira *mimesis* feudal, colaboram para a formação do “modelo” ideológico autoritário, de tal modo que ele surge como projeção sociocultural do país e como acervo doutrinário estrangeiro.

Cairu absorve esse “modelo” e o torna mais sofisticado, com aquele padrão de complexidade resultante de várias influências recebidas, com o direcionamento peculiar que imprime ao Liberalismo econômico, enquadrando-o dentro do fortalecimento do Estado nacional, e num exemplo manifesto de que não foge um instante sequer à intenção primordial de privilegiamento autoritário.

O erudito baiano, sem dúvida, desenvolve extraordinária *performance* no sentido do robustecimento do Estado monárquico.

Ele é um dos seus mais ilustrados agentes. Toda a sua obra, uma parte dela mais influentemente, conflui para esse propósito.

Os seus escritos econômicos e jurídicos, notadamente, vêm reforçar o aparato institucional-administrativo, tanto teórica quanto praticamente. E o faz sempre entremostrando os valores básicos do autoritarismo, como a “ordem”, numa pauta axiológica que vincula a enunciação

técnica ou científica. Por outro lado, a doutrina política que manifesta é mais vinculada ainda, aparecendo maior o espaço axiológico no qual caminha, diretamente relacionado com o Poder, com as estruturas autoritárias.

Já o seu discurso parlamentar se aproxima do seu discurso econômico, ainda que apresente linguagem mais direta e simples, com abordagem ampla do pragmatismo iluminista, abrindo diferentes campos de saber, ciências política, jurídica e econômica, mais comumente, mercê da erudição nele revelada.

Também nesse aspecto o discurso autoritário ganha apreciável reforço, adensando o teor ideológico da afirmação monárquica, e fazendo esmaecer o teor retórico. Porquanto a elevação do grau de cientificidade da obra de Cairu transfere esse teor retórico para o setor panfletário, para o induzimento axiológico, liberando largo espaço do discurso para a absorção de maiores áreas do real. De qualquer modo, a conquista dessas áreas se constitui imperativo da afirmação estatal, levando a monarquia a controlar setores e práticas socioeconômicas, a aperfeiçoar as instituições públicas. Embora paulatinamente, levemente, mas, em todo caso, realizando o reconhecimento, a conscientização de papéis de vanguarda do regime.

É um dos pontos-chaves da boa compreensão da obra de Cairu o esclarecimento da articulação entre o campo axiológico e a narrativa direta, mais aproximada do real, das coisas, o chamado campo fático. Em outras palavras, os julgamentos de valor em conexão com os julgamentos de fato. A verdade é que há, nesse passo, um profundo envolvimento dos fatos pelos valores. E de maneira tal que a percepção nítida do real se vê bastante comprometida pelo condicionamento axiológico, como aliás próprio da cultura, da racionalidade do período.

Em Cairu isso adquire aspectos mais radicais no âmago do autoritarismo que agudizou mais que qualquer outro, na esfera do saber. O que se explica principalmente em função da episteme clássica, da representação, em que se envolveu, como outros. Se bem que com ele de maneira peculiaríssima, tendo em vista a articulação do seu pensamento no conjunto de uma obra vária, descontínua, desnivelada, em obediência a sutil estratégia.

No Visconde assoma uma vontade de poder que induz o desdobramento de um saber-poder tendente, como se viu, a alcançar o mais-poder, no afã de robustecimento do Estado monárquico.

Tal vem ao encontro da tese neste ensaio esposada, a de que, dado o seu engajamento nos círculos do poder monárquico, defensor intransigente que sempre foi de sua causa, não explícita, não constrói sistematicamente um saber bem articulado, com elaborações travejadas pelo processo de legalidade científica. A não ser em alguns aspectos de sua obra econômica, de seus discursos parlamentares voltados para o levantamento pragmático de problemas da agricultura, da mineração, etc., bem no estilo do pragmatismo iluminista português.

Já se falou acima da falta de uma Filosofia no Brasil de então, que ministrasse as bases epistemológicas seguras do saber, dos saberes. Isso, com o complemento do engajamento político de Cairu, a ponto de enredá-lo nas malhas da ideologia ao fazer saber, ao produzir saberes, manipulando o acervo de sua imensa erudição.

O preclaro baiano sempre esteve, após a formatura em Coimbra, a serviço da monarquia brasileira, da “ordem” por ela instaurada, sacramentada. Não haveria necessidade de realçar o caráter de “intelectual orgânico” de Cairu, na expressão de Gramsci?⁴¹

É um ponto carente de aprofundamento.

A leitura da biografia do Visconde mostra o quanto se vincula o exercício do saber com o exercício de funcionário da Corte, numa comovente abnegação, mas com limitação ingente do poder crítico. Mergulhou profundamente no autoritarismo e dele assimilou e perfilhou as grandes coordenadas axiológicas.

Parece ser um caso à parte no mundo das letras do Primeiro Império: um escritor fecundo, como ele, de dimensão extraordinária para o

41 – GRAMSCI, Antônio. *Obras escolhidas*. São Paulo, Liv. Martins Fontes, 1978. pp. 350-1.

seu tempo, servir ao Estado, curvando-se acriticamente aos objetivos político-ideológicos do grupo que o dirigia. E ainda no que se poderia classificar como a parte mais científica de sua obra, através da qual deixou marcos profundos, as bases de um direito econômico, de uma Economia Política. Justamente porque privilegiou o pragmatismo científico dentro de ampla contextura, preso ideologicamente aos padrões autoritários, mas, de imediato, trazendo contribuição nova, benéfica a setores do conhecimento. Exatamente aqueles cuja neutralidade os elevaria a respeitável dignidade, propiciando, por isso mesmo, mediante sutil estratégia política, maior dominação, o fortalecimento das estruturas autoritárias, também compreendendo o mundo econômico em geral e a infra-estrutura em compasso de modernização.

Imensa, na verdade, a contribuição de Cairu, ainda só tomando como ponto de referência a sua obra econômica, para aquele fortalecimento pela via do Estado, da monarquia constitucional.

Não sem razão ele o privilegia na sua obra econômica. Certo de que poderia assumir crescente papel na ordem política e social, enfrentando, melhormente aparelhado, os possíveis contratempos da anarquia e, também, preenchendo o vazio causado pela nenhuma caracterização da classe industrial, incipientíssima, às voltas com a ausência de consciência de seu autêntico papel na economia e na sociedade.

Provavelmente, Cairu tinha a intuição de que, nessa situação, o Estado cumpria função prioritária, de guia, não de árbitro propriamente dito, numa sociedade onde imperava a atonia, a anomia, sem conflitos de classe em torno da acumulação, do excedente.

Não entraria de novo o pragmatismo na cena, desta vez reforçando o poder do Estado dentro da percepção autoritária, segundo a qual, somente através de tal reforço, a nação encontraria o caminho da prosperidade na “ordem” e se fariam exequíveis os projetos da pública administração?

Isso ao mesmo tempo que se mostraria forte para conciliar os interesses dos segmentos da classe dominante ao redor daqueles projetos que os beneficiavam de modo exclusivo.

Uma sociedade desse tipo, talada pelas lutas de famílias, pelas agitações “revolucionárias”, pelos desacordos violentos entre as facções, não estimulava a concepção autoritária?

O mais-poder estatal viria, dessa forma, contrabalançar, conciliar, gerir até certo ponto a esfera privada, sustando o desenvolvimento desmesurado dessa esfera, com risco da segurança social enfeixada no Estado.

Certo que as instituições privadas, desarticuladas *in totum*, o familiarismo, o patriarcalismo feudal, tudo isso não contribuía em nada para a segurança social, voltando-se egoisticamente para si próprios.

Eis que o conhecimento em Cairu sofre o influxo desse condicionalismo sociológico, fazendo-o inclinar-se vigorosamente para a causa da monarquia constitucional em bases autoritárias. Como o instrumento de salvação pública, como o centro originário de reformas nos mecanismos da economia, nos saberes, nas instituições, conservadas no essencial, com vista à prosperidade nacional.

A visão autoritária do Visconde é profundamente talhada no esforço do aperfeiçoamento institucional, de aparelhamento do Estado, para deter a anarquia e operar o bem comum.

Tal não significa o alijamento das classes dirigentes da esfera do poder público; antes, o recrudescimento do comando dessas classes, dentro de estratégia de diferenciação um pouco mais nítida entre o público e o privado. O que de grande valia para elas.

Com efeito, o aperfeiçoamento institucional, na órbita da monarquia constitucional, trazia mais expeditos recursos político-jurídicos, formais.

Em outras palavras, a monarquia firmava as suas prerrogativas, com o auxílio do Poder Moderador, que assegurava a preeminência do Imperador entre os outros poderes.

A elite proprietária passava a contar com um aparelho político-administrativo que lhe servia melhor.

Escreve o renomeado baiano:

“O Governo deve atender à opinião pública das classes ilustradas: mas não condescender com a população móvel e mudável, agitada por ambiciosos demagogos.”⁴²

Distinguia entre governo e classes ilustradas.

Porque autônomo e soberano o poder público. Mas isso não obstava que ele se compusesse ideológica e politicamente com tais classes ilustradas, numa manifestação típica estudada por Poulantzás.⁴³

O Estado se revelava “eqüidistante” e, ao mesmo tempo, manipulado pela elite proprietária. Sem que disso resultasse incompatibilidade de funções, de papéis, entre ambos. E de modo agudo e avassalador num período em que o Estado ainda mal estruturado, não dispoñdo de condições plenas para se impor em face daquela elite, sumamente poderosa.

Interessante o uso da expressão “classes ilustradas”.

Parece significar, segundo os melhores padrões do Iluminismo, aquelas classes que reuniam saber e poder, o binômio saber-poder.

O Iluminismo acreditava, indo nas águas de Descartes, do clássico Racionalismo, que o conhecimento, a Razão se articulava necessariamente com a Vontade, com o Poder. Ou a este engendrando, num autoritarismo inevitável.

Nessa concepção, “classes ilustradas” compõem-nas a elite proprietária e todas aquelas categorias já realçadas, o chefe político “proprietário”, o vigário “proprietário”, o cabido “proprietário”, o fazendeiro “proprietário”, o magistrado “proprietário”. Sobre as quais recaem as responsabilidades coletivas, numa generalidade a serviço de uma estratégia, a da operação ideológica da dominação.

Só tem vez quem é proprietário.

Portanto, quem tem propriedade tem saber. Indissociáveis poder e saber, nesse quadro. É perfeita a articulação do travejamento ideológi-

42 – LISBOA, José da Silva. *Manual de política ortodoxa*. Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1832. p. 137.

43 – POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Martins Fontes, 1977. pp. 111 e ss.

co no eixo poder-saber com a apropriação continuada da riqueza, do *status* social, dos cargos públicos, na consolidação das estruturas autoritárias.

E esse travejamento ideológico é sensivelmente reforçado pela religião, que se constitui forte componente ideológico a expressar outra linguagem, mas a integrar o discurso autoritário.

Assim, diz Cairu:

“União Política e Religiosa é necessária para a honra e prosperidade da Pátria.”⁴⁴

Nessa proposição, essencialmente ideológica, a religião dá o seu aval ao poder público, aos interesses que ele veicula, sempre na generalidade representada pela pátria. Manobra estratégica de conciliação sob o domínio da elite proprietária.

Honra, vocábulo de extração feudal, associado à nobreza, à elite dominante, é valorizada, arrogando-se atributos nobres, virtudes, saber, sob o moralismo, com base na vontade-poder.

O homem virtuoso, bom, é o proprietário. Descaracterizar, “desmoralizar” alguém é atribuir-lhe a condição de não-proprietário. Neste reside o não-sentido. O sentido está com os que fazem a “prosperidade da pátria”, entendida como a prosperidade dos proprietários, garantida pelo Estado. O não-sentido, retornando à penúltima citação, está com a “população móvel e mudável”, o grande grupo dos marginalizados, dos oprimidos, daqueles que vivem à margem da propriedade, alheios à concepção do mundo da Igreja “proprietária”, formal, oficial, do senhor do engenho, do proprietário da Fazenda, dos cargos públicos.

O discurso autoritário recobre o discurso proprietário.

Ou melhor dizendo: ambos se identificam no fundamento ideológico, retórico, diferenciando-se na especialização, na divisão do trabalho, o grande artifício que oculta o conflito de classes, o antagonismo entre proprietários e não proprietários, na conciliação, na comunidade da pátria.

44 - *Ibid*, p. 137.

O discurso autoritário, ao adotar por categoria básica a propriedade, faz dela instrumento de racionalização política, de submissão dos não proprietários, compulsoriamente, na medida do não-sentido deles, da apropriação da rede institucional.

Tal categoria básica confere significados determinados e expressivos aos vocábulos, na ordem das conotações de toda sorte, enrijecendo o tecido social, abafando os conflitos, reduzindo o perfil de discussão dos assuntos, unidimensionando as aspirações do homem, desumanizando-o crescentemente. Pois fica ele sem alternativas viáveis de afirmação, de respeito.

O discurso de Cairu se enquadra nessa visão, que é a das subjacências do domínio autoritário.

Porque, no tom expressivamente contundente de sua retórica, no seu clamor pela “ordem”, pela paz, pela prosperidade nacional, pela institucionalização crescente da atividade econômica e social, no afã de modernização pragmática, ele contribui para o fortalecimento do domínio proprietário, das estruturas autoritárias.

O seu discurso é ambigualmente circunstancial, conjuntural e estrutural, como dito antes, pondo o tempo episódico e o tempo conjuntural a dependerem do tempo estrutural. O que se comprova através da enunciação seguinte:

“Tudo tem seu tempo. O medíocre é firme. Às vezes o ótimo é inimigo do bom.”⁴⁵

Quer dizer: é preciso esperar, para reformar, que amadureçam as coisas, que chegue o momento propício de acolher o novo. Colocação essencialmente conservadora, autoritária.

É preciso esperar que, na conciliação, na “ordem”, no *statu quo* advenha a modernização, as mudanças de pouca ou nenhuma profundidade, ao se manifestar favorável a conjuntura, a “vontade geral” da nação.

45 – LISBOA, José da Silva. *Manual de política ortodoxa*. Op. cit., p. 137.

.....

2. Planos de elocução ou desníveis na estratégia do discurso em Cairu

Estudados os vínculos que prendem os escritos de Cairu às estruturas de poder montadas na Colônia e reorientadas no Império, justamente compreendendo o período em que viveu e atuou, procurar-se-á neste capítulo levantar os matizes, as modulações, as descontinuidades que o seu discurso apresenta.

Tal ocorre em virtude de funções discursivas que cumpre, e desenvolvidas em meio a atividades político-intelectuais relevantes, bastante mobilizadas pela elite pensante do tempo, a se confundir com as estruturas autoritárias dominantes.

Em assim procedendo, estar-se-á trazendo à cena elementos que possibilitam maiores esclarecimentos acerca do discurso autoritário, no país, e mais particularmente em Cairu.

Porquanto ele se produz obedecendo a normas, a critérios, que ditam determinadas práticas de comunicação, rigidamente institucionalizadas no panfleto, na tribuna parlamentar, no exercício doutrinário.

São práticas que constituem mesmo os canais de expressão do saber-poder, quando a unidimensionalidade da enunciação retórica, de mistura com o dizer pragmático da mentalidade ilustrada, faz época, plantando os horizontes axiológicos da transição.

Então, sob o comando dessa enunciação compósita, conciliatória, executa-se a missão de fundação do Estado nacional brasileiro, na qual protagonistas as premissas do iluminismo português.

Trata-se de missão que domina o período, e que plenifica aqueles horizontes axiológicos, numa impressionante linha de continuidade, ainda hoje agilizando as propostas da elite dominante.

Nesse passo, importa examinar mais detidamente as características da mentalidade ilustrada, como a pedra de toque de toda uma composição ideológica, a partir da qual se evidenciam as articulações entre as atividades panfletária, parlamentar e de puro exercício doutrinário, como correspondência entre as práticas institucionais de saber-poder e o “modelo” de transição a seguir.

Na verdade, a mentalidade ilustrada representa a viga mestra da formulação daquela missão, da produção teórica que a acoberta, ainda que dispondo também do Classicismo francês, do Arcadismo, etc., numa tradicional formação retórico-axiomática, submetendo-se aos guias valorativos operacionais, providos de comando, da ilustração, notoriamente da vertente lusa. E esta tem raízes longínquas, como bem o mostra Joaquim Carvalho. Vem das bases ideológicas do plano das navegações, que inspiraram um tipo de conhecimento experimental, com tônica sobre as ciências físico-matemáticas, naturais, as quais fortalecidas com a necessidade de manutenção das terras descobertas.

Diz o ilustre ensaísta português:

“Até ao fim do Século XIV são raras as notícias e memórias da Cultura das ciências físicas; mas na primeira quadra do Século XV surge a época gloriosa das nossas descobertas e conquistas marítimas. É de crer que os estudos físicos e matemáticos, que tantos serviços prestam à arte náutica, fossem cultivados com esmero nesta época, como o atestam a ampliação dos estudos universitários pelo infante D. Henrique, e a célebre junta dos matemáticos no tempo de D. João II. A grande atividade intelectual, que caracteriza o Século XVI, também se manifestou em Portugal por feitos brilhantes na Cultura das ciências.”⁴⁶

46 – CARVALHO, Joaquim Augusto Simões de. *Memória histórica da Faculdade de Filosofia*. Coimbra, Imprensa Universitária, 1872, p. 13.

Note-se, contudo, que a conciliação entre o antigo e o novo, entre a cultura feudal-retórica e a cultura experimental, decorreu em Portugal sempre de um peculiar imperativo: o da modernização do país, a partir mesmo daquele momento em que opta pelo projeto das descobertas, da colonização.

Isso porque ele se fazia sob uma mudança tipicamente conservadora, onde o essencial da sociedade tradicional era mantido. E, portanto, o seu discurso permanecia com o mesmo contexto semântico-ideológico, apenas adquirindo inflexões na forma da enunciação, para mais expedita manifestação dos recursos da ilustração, do pragmatismo que constitui a sua básica dimensão. O que vale também para o Brasil.

Os valores ético-religiosos que revestiam a política da dominação, que justificavam as estruturas autoritárias, eram irrenunciáveis, e compunham o cerne ideológico sob o controle do qual se esboçam as variações dos comandos, dos imperativos, do projeto de modernização.

Integra tal axiologia a própria garantia de efetivação, de viabilidade desse projeto, numa sociedade global de fundas bases conservadoras-autoritárias, a depender o seu campo de historicidade de uma elite proprietária com poderes quase absolutos, fechando qualquer abertura de ascensão de camadas sociais oprimidas, marginalizadas, como ficou bem claro na Inconfidência baiana de 1798.

Nela, ao comentarem as autoridades repressoras os depoimentos de revolucionários no processo-crime contra eles instaurado, aludem à intenção subversiva de se promoverem de condição social os homens de cor, os pardos, os que não têm propriedade.

Na verdade, estava-se diante de um movimento inédito na história das revoluções brasileiras, por encarar funda perspectiva de igualdade social.

Isso se encontra bem esclarecido no acórdão condenatório dos réus desse movimento.⁴⁷

47 – “Devassas e seqüestros, ano de 1778”. In: *Anais da biblioteca nacional*. v. 45, pp. 321-46.

Pois bem, vêm nisso manifestações criminosas, estimuladas por doutrinas “depravadas” e “perversas”, presentes sobretudo em pasquins “ímpios”, armados contra a religião e o Estado.

Transparece, pois, acentuado maniqueísmo político-ideológico, que deixa patenteada a existência de dogmas políticos, absolutistas, a cindirem a nação em duas partes: a das “ordens” ilustres, ordeiras, boas, e a da “ordem” ínfima, inferior, sem princípios e sem propriedade, refletindo elas a ordem dos cosmos, eterna, imutável.

Essa assimilação aumenta o teor ideológico da discriminação social. Bloqueia, portanto, a ascensão social.

Garantido o imobilismo da estrutura de classes, as reformas modernizadoras se fazem viáveis.

Em razão desse legado histórico, explica-se a qualidade do pensamento de Cairu: uma composição de elementos tradicionalistas-feudais e de subsídios liberais-iluministas.

Quando se trata de profligar as investidas “revolucionárias”, “anarquistas”, nem sequer de longe ameaçando o *statu quo*, a sua pena se torna incandescente na defesa da “ordem”; quando se ocupa de propagar providências progressistas para a época, como a da abertura dos portos, sob o controle régio, mostra-se liberal, aberto, inovador.

Observe-se que, para ele, toda mudança a se concretizar deve sê-lo sob a tutela do monarca, sob a sua inspiração direta, uma das características do Estado patrimonialista, que tudo provê, que tudo empreende com a assistência da camada dominante, da elite pensante.

Essa também uma das características da mentalidade ilustrada, a da mesma elite, constantemente voltada para tarefas de fortalecimento institucional e de fundação de uma infra-estrutura econômica que lhe dêem suporte.

Eis a motivação fundamental do estímulo oficial aos estudos científicos. Eles possibilitam as reformas modernizadas, dentro do contexto da realidade brasileira, como acentua Maria Odila da Silva Dias, imprimindo-lhe uma marca de ação até hoje persistente, a do pragmatismo con-

servador, que continua o projeto modernizador das instituições e da infraestrutura.

Nisso houve o mérito incontestável de promover ele o levantamento em grande escala das nossas riquezas, da nossa botânica, da nossa economia, através de missões nacionais e estrangeiras.

Notável por todos títulos e estudo da historiógrafa citada, *Aspectos da Ilustração no Brasil*.⁴⁸

Algo de positivo também deriva daí: a elaboração de uma linguagem científica, cuja narrativa é simples, sem os atavios retóricos da linguagem tradicionalista, feudal, indo diretamente aos objetos, descrevendo-lhes os seus vários e múltiplos aspectos reais.

Isso ao concernir à matéria que não envolve imediatamente valores político-religiosos, éticos.

Nesse último caso, a linguagem é compósita, promovendo a articulação de dois universos de significados, na qual a enunciação básica, direta, assenta as premissas maiores, a densidade maior do pensamento. Então, reproduz-se o conteúdo retórico. Porém, muito mais esmaecido que antes, na integridade de sua textura tradicionalista.

Nesse ponto é que se vai ajustando o “modelo” à recepção da cultura brasileira, permitindo um crescente domínio sobre ela da parte do pragmatismo ilustrado. Ao mesmo tempo que dada a sua ambigüidade, vai ensejando, nesse encontro do discurso com o real, o desdobramento de potencialidades e até mesmo um rol de proposições não ideológicas, integradas nas necessidades concretas da sociedade brasileira, especialmente no domínio da oposição política.

Não resta dúvida de que, à medida que se estabelece o confronto entre as proposições ideológicas de fundo religioso, de extração contra-reformista e as proposições ideológicas ligadas ao pragmatismo iluminista, tal se vai fortalecendo, diminuindo até o controle axiológico

48 – DIAS, Maria Odila da Silva. “Aspectos da ilustração no Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 278: 105-70.

no discurso, agora mais autônomo, nos limites de seus objetivos práticos. O que se vincula ao processo de secularização advindo com o Renascimento, que favoreceu as descobertas marítimas, o projeto de colonização. Eis aí, e no âmbito da civilização ocidental, os fundamentos do conflito entre a Igreja e o Estado, a se acirrar justamente no período da fundação do Estado nacional brasileiro, quando este, para atingir sua grande finalidade, via-se na contingência de diminuir os poderes seculares da Igreja, os quais concorriam pesadamente com a esfera institucional pública.

Com Cairu essa posição radical não tem vez. Mesmo porque com Pedro I não chegava ao clímax aquele confronto. Depois, a conciliação presente no momento político e no espírito do Visconde fazia a Igreja compartilhar do projeto do Estado nacional.

De fato, o elemento religioso compartilha muito do projeto político desde a Colônia, contribuindo decisivamente para a formação de uma mentalidade de submissão, paternalista, útil ao encaminhamento ordeiro da transição.

E. L. Berlinck é taxativo a propósito:

“A nosso ver, a origem das nossas deficiências (analfabetismo, baixa produtividade, opressão política) e que se podem resumir na fórmula: falta de valorização do homem brasileiro, provém da nossa formação colonial.”⁴⁹

E pouco além:

“De fato, devia ser incompreensível para brasileiros nascidos e criados no regime do servilismo político, da opressão econômica o sentimento de uma vida diferente.”⁵⁰

Ambos, Igreja e Estado, se compõem, mormente no cuidado de preservação da herança colonial, em termos dominantes de estruturas autoritárias.

49 – BERLINCK, E. L. *Fatores adversos na formação brasileira*. São Paulo, IPSIAS, 1948. p.9.

50 – *Ibid.*, p. 12.

Isso se faz patente nas manifestações de Cairu, o grande artífice ideológico da união das duas instituições no trabalho de continuidade linear daquela herança, sem prejuízo do empenho modernizador do país.

Dizia há pouco que a mentalidade ilustrada abria espaço para os planos de elocução do discurso do Visconde. Planos, na verdade, desnivelados, multifacetados, modulados na articulação panfletária-parlamentar-doutrinária. Nisso de que a própria diferenciação de estruturas narrativas que tal determinava, os estilos que ensejava, juntamente com a composição vária do universo semântico-ideológico em escritos com formalizações distintas, produziavam a variedade de tipos escriturísticos, uma disseminação sutil da ideologia autoritária, multiplicando os modos de sua atuação.

Daí não vem que esses tipos houvessem sido criados em função da mentalidade ilustrada. De que é prova a contextura retórica que facilitou alguns deles, como aspectos relevantes da produção doutrinária.

Quer-se asseverar, antes, que aludida mentalidade, em conluio e até em composição com o dado ético-religioso, de extração medieval, e portando maneiras, canais próprios de expressão, de comunicação, abria espaço para a variação de tipos escriturísticos, para a articulação de planos de elocução sob o controle unificador da ideologia autoritária prevalecente.

De modo que cumpre detectar nessa articulação a dialética sutil que resulta do encontro entre a mentalidade ilustrada e a mentalidade tradicionalista.

Tendo em vista as exigências da nova ordem capitalista no Brasil, levando-o gradualmente à modernização, em atenção aos determinismos econômicos que aqui pesavam, passou a dominar o objetivo de reorientação da estrutura axiológica a direcionar o complexo institucional-social, de conotações contra-reformistas.

Daí a emergência ou a retomada larga da mentalidade ilustrada, como que contida após a exaustão do projeto das descobertas marítimas.

No entanto, a sociedade brasileira se construía sob os mais vivos parâmetros tradicionalistas-conservadores, assegurando a predominância da ideologia contra-reformista.

A mentalidade ilustrada converge para os projetos tipicamente modernizadores, elaborados para a abertura econômica, para a edificação de fábricas, para o aproveitamento de riquezas, para o exercício científico.

No tocante às instituições político-sociais, em parte ela se aplica. Sabe-se que a ideologia iluminista liberal entra em combinação com a ideologia feudal-autoritária, predominando esta última.

Conforme diz Antônio Paim, perplexa com a série de revoluções que rebentou no país, sobressaltando a “ordem”, a elite pensante também acata a corrente tradicionalista, se bem que no sistema econômico influísse mais o liberalismo, centrado que estava nos mecanismos de exportação, na dependência do mercado externo, onde o liberalismo econômico comandava.⁵¹

Em função da bifurcação da *praxis* no Brasil, ora de contornos nitidamente autoritários, ora de bases notadamente liberais, desenha-se a articulação dos planos de elocução expressos na atividade panfletária, no exercício parlamentar, no empenho doutrinário.

2.1 – A Articulação Panfletária

Contém ela em alta tensão os dogmas autoritário-feudais, contra-reformistas, mobilizados em defesa da “ordem”, da causa imperial, verberando acicamente contra a “anarquia”, a subversão, promovidas pelos revolucionários adeptos de Rousseau, de Mably, daqueles que repelem o liberalismo moderado, conservador, e preconizam o liberalismo radical.

De um modo geral, a articulação panfletária cobre toda a doutrina política e religiosa de Cairu, deixando transparecer uma concepção senhorial, hierárquica, da sociedade.

Apenas essa doutrina situa-se aí mais em decorrência de uma circunstância, de uma atitude tida como ferina do adversário ou coisa semelhante, provocando uma resposta imediata, igualmente ferina, dura, como

51 – PAIM, Antônio Ferreira. *Bibliografia filosófica brasileira (1808-1890)*.

se estivesse a dirigir-se a inimigos poderosos, contra os quais é preciso precaver-se com princípios sólidos e com força segura.

Observe-se este trecho:

“Quando a Honra Militar se eclipsa em gentes de guerra, que, pérfidas no juramento de suas Bandeiras, se deixam seduzir por levantadas cabeças da Facção Democrática, que ora macula o feliz território, que em tempos perigosos foi consagrado por acrisolada lealdade dos Chefes de Famílias patriarcais dos Albuquerque, que exterminarão os invasores do seu país, e reintegração a Monarquia legítima, é do dever patriótico interpor Apelo à HONRA BRASILEIRA, a fim de, com reunidos esforços de pena, e espada, se destroncar a Hydra do Jacobinismo, que ousa de colo alçado insurgir com o ESPECTRO DE FEDERALISMO, para iludir os ambiciosos, perverter os néscios, e amedrontar os fracos..”⁵²

O maniqueísmo, de fundas raízes moralistas, instala-se aí como em todos os escritos tradicionalistas da época. O Bem está com a causa da “ordem”, da tradição nacional, com os verdadeiros patriotas, os que defendem a integridade da pátria, com os homens dignos, obedientes às autoridades, leais ao regime político. O que, na realidade, faz proeminente na produção panfletária.

É a escritura do confronto rude, áspero, às vezes violento, quando o exacerbamento ideológico assume o primeiro plano, desnudando as posições políticas, filosóficas, as raízes do comportamento das facções, deixando à mostra o ideário que perfilham.

No calor da refrega partidária, pois, se desenrola a atividade panfletária. Representa a dimensão escriturística da objurgatória endereçada aos adversários, verdadeiros inimigos.

Tal dimensão, provavelmente, entende com o poder mítico da palavra,⁵³ numa apologia da representação clássica, do *continuum* estabelecido entre a palavra e a ação.

52 – LISBOA, José da Silva. *Apelo à honra brasileira contra a facção dos federalistas de Pernambuco*. Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 29 de julho de 1824. pt 1.

53 – Compartilha, nesse ponto, com o seu adversário Cipriano Barata, fundador do Liberalismo Radical no Brasil, de uma cultura político-filosófica comum. Ver o meu *O Liberalismo radical de Frei Caneca*. *Op. cit.*, pp. 85-?

Nesse caso, sendo o panfleto o receptáculo mais vivo da ação política através da palavra no período, a ele se destinava a missão de mover os leitores, os destinatários de sua mensagem, a conduta contrária à dos “anarquistas”, enfrentando-os denodadamente.

De qualquer modo, atribuía-se o caráter de remédio forte ao panfleto numa sociedade conflitada, concitando a posições decididas, prontas, até violentas, contra os “perturbadores da ordem”.

Em última análise, detinha ele a força ideológica máxima, suprema, capaz de resguardar os interesses da pátria. Valiam por verdadeiros comunicadores de anátemas, de iras sagradas, as folhas volantes que incendiavam as opiniões, o facciosismo.

O caráter retórico do panfleto é condicionado pela exacerbação ideológica. E ora toma aspectos de pesado formalismo, ora assume linguagem simples, direta. Variação essa típica da estrutura narrativa que comporta.

Possui, assim, uma escritura ao mesmo tempo simples e complexa, com modulações claras de sintaxe e de semântica dando-lhe uma particularidade ideológica definida. Porquanto a mensagem se distribui assimetricamente no jogo dos enunciados. O que é próprio de uma composição livre.

Vem daí que ele com freqüência se omite como panfleto e passa a ser escrito em outra modalidade, durante longos trechos, quase sempre espaçados: a dissertação doutrinária pura, a peça didática, a demonstração de um arrazoado jurídico, etc. Tal a flexibilidade que encerra.

Qualquer que seja, porém, a hipótese aventada, não perde ele a unidade que o caracteriza propriamente como panfleto.

Poder-se-ia afirmar sem tergiversação que a circunstância justifica a sua produção, a liberdade de sua composição formal, o dogmatismo subjacente ou exposto ao tom de sua enunciação ideológica. Numa situação de confronto, exerce ele o papel da defesa, atacando. Ocupa o espaço da denúncia ríspida, da incriminação intolerante, da apologia exagerada, inflexível, da causa que sustenta. Faz uso do sarcasmo de quem vê a verdade, o bem, afrontados, e da arma fulminante do aviltamento do inimigo.

Veja-se o que segue:

“A Legitimidade da Realeza de invisível mágica, e misterioso talismã, que em todos os séculos, países, e grãos de civilização, espontânea, perene, e, irresistivelmente, impele os povos a venerar, seguir, e obedecer os Príncipes naturais do Estado, com tanto mais amor e acatamento, quanto é mais antiga e ilustre a sua prosápia e genealogia, tendo Ascendentes monarcas de Dinastia celebrada na História por extraordinários e grandes Atos de transcendentais afeitos em Estabelecimentos Políticos, e benefícios Populares.”⁵⁴

Anota-se aí a aura com a qual Silva Lisboa reveste a realeza, uma aura de mistério, de inefável, de muita serventia no universo feudal. Atribui-se, nesse universo, uma conotação mística, de veneração, de sacralidade, a pessoas ou instituições privilegiadas. Tal o influxo da religiosidade que cobre também a esfera do poder secular, numa idade do século na qual o institucional vale tudo, e as pessoas comuns são massa de manobra dos poderes.

Num país nascido e vivido sob o signo da Contra-Reforma, isso não representa uma novidade, mas uma projeção natural desse estado de coisas.

Registre-se também na citação há pouco avocada a valorização especial do que vem provido com o estatuto da origem distante, da maior antigüidade, concepção lidimamente mitológica, revelando bases tradicionalistas profundas. E nisso, como em outras coisas mais, Cairu faz profissão de fé tradicionalista, ladeando o conservadorismo ou formas de conservadorismo que perfilha ao longo dos seus escritos.

Há mais no passo comentado: a celebração dos feitos heróicos das grandes personalidades, sempre monarcas ou poderosos de alta estirpe, os únicos capazes de distribuírem benesses com o povo, com a nação. Vai nisso uma atitude paternalista, reforçando o tradicionalismo que mobiliza todas as vezes que faz a apologia da realeza, da nobreza que detém o poder.

54 – LISBOA, José da Silva. *Honra do Brasil desafrontada de insultos da astréa espadaxino*. 17 de junho de 1828.

Reitere-se a liberdade de movimento que se concede ao panfleto, mudando de conteúdo ou de forma segundo as circunstâncias, o tema, a preocupação mais imediata ou mediata do autor.

Então, ora pratica ele a doutrina pura, afastando-se um tanto da circunstância que o impulsiona, ora se amarra ao acontecimento, que dá os lineamentos da enunciação.

Com efeito, reúne notável capacidade de compor situações, de armar cenários doutrinários com evidentes intuitos pedagógicos de juntar os mais variados recursos para enfrentar o adversário. O que demonstra muito bem ser dotado de natureza estratégica, servindo aos mais diferentes fins, mas sempre conservando as suas singularidades básicas: a circunstancialidade, o apologismo, o dogmatismo explícito ou implícito.

É, pois, estratégico o panfleto, dado o seu caráter precipuamente circunstancial. Isso o leva a mudar de tom, de estilo, a aumentar ou diminuir a tensão que o atravessa, a efetuar uma distribuição medida de significados, de valores, de modo a privilegiar ora uns, ora outros. Sem que, ao final, resulte prejuízo para a unidade axiológica dos escritos do autor.

Assim, num momento e num determinado espaço, enfatiza a realza no melhor estilo tradicionalista, como se viu há pouco; em outro acentua o conservadorismo, o liberalismo conservador, quando, por exemplo, exalta o corpo eleitoral elitista, no qual a propriedade funciona como craveira absoluta.

Não apresenta o panfleto qualquer caráter sistemático, circunstancial como o é.

Quer dizer: não nutre a pretensão de formar um quadro orgânico de teses, de proposições hierarquicamente ordenadas num conjunto que representa o coroamento de um longo processo de demonstrações silogísticas rigorosamente encadeadas. Se bem que, na estrutura panfletária, entre algo disso. Porém sem a demora e o aspecto de globalização que vem a distinguir a obra doutrinária, puramente doutrinária, posta acima de qualquer circunstância.

Cabe afirmar que, em última análise, a produção teórica de Cairu é essencialmente circunstancial.

Deve-se, contudo, sublinhar uma circunstancialidade especial no panfleto. Enquanto na obra teórica definida como tal, a circunstancialidade decorre da incapacidade ou de despreocupação pelo sistema, no panfleto, a circunstancialidade se põe necessariamente, como o ambiente próprio de sua existência, do desenrolar de suas potencialidades, de seus objetivos, de sua metodologia, do seu perfil estratégico. A ponto de, como se observou, comportar intensa variação de movimentos, de conteúdo, de formas.

É o produto de um período de transição. O que vem explicar de certo modo essa gama de modalidades, até aguda polissemia, quando culmina o confronto ideológico entre o antigo e o novo, estimulando as paixões, a tomada violenta de posições, o tom agressivo das objurgatórias, o recrudescimento da apologia. Acaba por ser a atividade que desenvolve palmilhada de incidentes, de recriminações. Tal hipostasia aqui e acolá as proposições ideológicas, axiomáticas, facilitando sobremaneira a sobreimposição de todas elas numa circunstância viva e dinâmica, que as sugere ou acolhe, e definindo, então, a ambigüidade que carrega como um fardo inevitável.

Porque não se deve deixar de reconhecer que o dogmatismo inerente ao insano comprometimento político-ideológico obscurece a visão real das coisas, especialmente na defesa intransigente dos valores tradicionalistas, do Estado monárquico, das estruturas autoritárias.

Lógico, portanto, no jogo de enunciados que se pratica nesse quadro, que a ideologia da “ordem” vista também a roupagem autoritária. O panfleto constitui um instrumento eficaz de disseminação autoritária, dogmática. Ele não induz o diálogo. Fabrica o monólogo castrativo, todopoderoso e auto-suficiente. Tranca o processo livre e solto da enunciação. Mesmo a silogística que tende a levar adiante, a desdobrar as premissas primeiras, não obstante tocadas pela força mágica do logicismo, que por igual se faz auto-suficiente. Mas com muito menor intensidade, se as motivações e os intentos que inspiram o discurso colocam-se acima dos meros interesses políticos, das estritas manobras do poder.

O fechamento da linguagem panfletária inibe o discurso na sua essência, restringindo o vigor da comunicação que está no alongamento de sua mensagem. Alongamento esse que tipifica o haurir perene de suas potencialidades, que não deixam de ser as potencialidades do real.

É da natureza do panfleto a pobreza da *démarche* enunciativa. E da enunciação global, que exaure ou prolonga até o possível a análise do objeto, unificando-a pelo jogo alternativo da argumentação.

A enunciação que completa é parcial em relação ao real. E no sentido do partidarismo, afetando sensivelmente a demonstração que pretende empreender das teses que sustenta.

Assim, o panfleto, ainda quando assuma a particularidade doutrinária, encurta as possibilidades desta, reduzindo-a ao campo demonstrativo de uma só posição. Um arrazoado jurídico que exclui outros, principalmente os antagônicos, os divergentes.

Pode-se falar num campo epistemológico característico da articulação panfletária. E consistente basicamente na presença de cânones lógicos que vinculam a mensagem pela mediação de forte voluntarismo. A própria mensagem se dobra a esse voluntarismo que se faz Razão absoluta, segundo a técnica cartesiana mais extremada. Esta esvazia o rigor da argumentação, a certeza proposta. Quer-se apenas convencer juridicamente, mas pela afirmação peremptória, excludente, num sistema de argumentação em que se impõe a verdade, toda acabada para sempre. O começo da série proposicional apenas reforça tal conclusão. Jogo regressivo da argumentação que torna a mensagem pleonástica ao longo de sua exposição. O argumento da autoridade está na base de tudo isso. Tem-se de início, por firmadas, teses como a da irresponsabilidade do monarca, para justificar privilégios que usufrui. O que Cairu, aliás, defende intransigentemente. Na verdade, está-se diante de um dogma que apenas cumpre reconhecer e não demonstrar. Ele passa a integrar uma tese que exclui a demonstração lógico-silogística ou outra qualquer e em torno dela, fazem-se comentários esclarecedores, ou ela própria instrumentaliza deduções que apóiam outras teses. E prossegue, assim, o jogo das enunciações, constantemente a dispor de teses-verdades, armando as vigas mestras da argumentação. Convém repetir que o voluntarismo aumenta o teor de arbítrio delas.

A liberdade panfletária acaba sendo contraditória ou paradoxal, porque a sua pretensa informalidade cai nas malhas da forma autoritária.

Quer dizer: a liberdade é a de condenar o adversário, inclusive com doestos, com deselegância, com acusações não provadas (o que paten-

teia a ausência de demonstração rigorosa no panfleto), não propriamente por leviandade do emissor, mas em virtude de as afirmações panfletárias correrem desligadas de um contexto lógico-epistemológico rigoroso.

A fala que veicula tais afirmações é a projeção emocional da postura autoritária.

Às vezes, há toda uma demonstração que invoca fatos, até seqüências históricas, mas, com certeza, demonstração aparente, vazia na enunciação que não dispõe da consistência do real.

As proposições ideológicas, ou mais precisamente retórico-ideológicas, se mesclam com a distorção deliberada ou não dos eventos, qualificando claramente a intencionalidade política da mensagem, o sentido que lhe é inerente no interior de uma estrutura léxico-sintático-semântica bastante peculiar.

No panfleto afloram linhas axiológicas exasperadas, marcando a orientação do discurso, vincado pelo vocabulário duro, até de baixo nível.

Isso enfraquece e por vezes anula ou substitui a retórica congenial à linguagem do período, e atribuindo-lhe certa popularidade ao adotar o estilo mais acessível às camadas não ilustradas.

Dessa forma, ele desce mais ao alcance do povo, desfrutando de maior divulgação que outro escrito qualquer.

A estrutura narrativa do panfleto se faz no confronto, na repulsa a pessoas ou idéias; mas – uma constante – peça protagonista de gesto ou comportamento político.

O objetivo proposto é o aniquilamento moral dessas pessoas, o bloqueio dessas idéias por degradantes.

Então, a estrutura narrativa se despe da moldura formal, toda vez que envereda pela orientação francamente ética, quando alcança o clímax da liberdade, da flexibilidade, afastando-se até da sofisticação doutrinária.

Ela ganha uma seqüência bastante natural e factualiza ao máximo a História, nessa linha.

Eis um ponto que merece destaque.

A factualização da História sob um ângulo particular.

De certo modo, isso constitui uma postura da imprensa panfletária.

Os fatos históricos aí se analisam e se afastam do controle de uma crítica segura, científica.

Eles são postos no plano do sarcasmo, da volúpia, da destruição, da ironia ferina, malévola. Porque se visa em tudo isso o descrédito político e moral de pessoas, de partidos, de facções, de idéias.

O complexo de articulações autoritárias, que recobre a sociedade brasileira do período, não tolera o pluralismo ideológico, político.

Os eventos que o envolvem, a partir das grandes personalidades do poder, encimando o Imperador a hierarquia das instituições monárquicas, decorrem das tarefas normais de uma “ordem” social natural, criada por Deus como imagem da ordem cósmica.

É importante perceber essa concepção dos fatos, a conferir uma singular composição ao panfleto, à sua estrutura narrativa.

Eis um exemplo dilucidativo tirado da pena de Cairu:

“Três Revoluções têm havido em Pernambuco em pouco mais de século, com tentativa de abater a Monarquia, e levantar República, por furores de estúpidos anarquistas, afinal destruídos pela sua materialidade, não calculando com o Patriotismo dos Cidadãos de honra, e com as Baterias da Força Pública da Suprema Autoridade estabelecida no Estado.

“A 1ª foi em 1710, que, por ser menos conhecida, pelos que não são tão vistos na circunstanciada história do Brasil, é conveniente, que agora se refira com exacção.

“A 2ª foi em 1817, de que se erigiu Cabeça o Malandrino (Martins) levantado com a fazenda alheia, que mal escapou da Força de Londres, onde fez quebra fraudulenta, vindo ao Recife fazer cabala com padrecos, râbulas, pataos, e tranca-ruas, que o Aclamaram PRÍNCIPE DA

LIBERDADE, mal durando-lhe por trimestre a Prebenda, expiando logo sua perfídia na Bahia, onde forão arcabuzados por Sentença do Conselho Militar, como Perturbadores Públicos, e traidores infames.

“A 3ª é a que neste ano rebentou na mesma Praça, tendo por Chefe outro farfante peralvilho, difamado de Contrabandista de Pau-Brasil, foragido à America Inglesa na dita Revolução com escápula do patíbulo, levando (valha a verdade) o cofre da Confraria...”⁵⁵

A estrutura narrativa se constrói aí em torno de fatos “repulsivos”, compondo uma história malsinada. O maniqueísmo é a nota dominante da axiologia que destila. O inimigo, o adversário se situa mal no texto, recebendo doestos, increpações violentas. Não há como nele se interpretar mesmo de leve os fatos. Eles são “reduzidos”, extraídas as suas significações conjunturais, e até essenciais. Entram na esfera dos interesses partidários do panfletário, a eles se acorrentando.

O vocabulário pesado condiciona a descrição factual, acentuando-se nos pontos cruciais, lugares destacados que identificam toda a extensão do espaço discursivo.

Através deles se arma a geometria axiológica que direciona o ataque, a investida contra o adversário.

Tal a importância da organização lexicográfica no discurso panfletário, que ele será objeto de estudo do capítulo seguinte.

Diga-se apenas de passagem, agora, que essa organização representa um dos mais sólidos esteios da estrutura semântico-ideológica daquele discurso, a reclamar aprofundamento.

Sem o que não se apreenderá na sua plenitude epistemológica e política o papel do panfleto no discurso autoritário.

Retomando o exemplo exposto, note-se como a manipulação arbitrária dos fatos se extrema ao se posicionar facciosamente o emissor.

55 – LISBOA, José da Silva. *Pesca de tubarões do Recife em três revoluções dos anarquistas de Pernambuco*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1824. p. 2.

Primeiro não há, pelo grau do arbítrio referido, demonstração das afirmações, a não ser em raros momentos, quando a increpação inerente à descrição se põe em meio a orientações formais ou axiológicas mais atenuadas ou diferentes.

No caso, *verbi gratia*, de documentos mais voltados para a doutrinação pedagógica.

Aqui, a intencionalidade pedagógica existe, mas dominada pelo furor partidário, pelo extremismo ideológico.

Isso realça o caráter nitidamente político do panfleto.

Veja-se no trecho precitado como a descrição privilegia a qualificação “má” dos personagens revolucionários, dos “anarquistas”.

A história das três revoluções destacadas é a história das ações imorais de tais personagens, culminando no desfecho frustrado dos movimentos sediciosos, desacreditados ao máximo.

Ao mesmo tempo, no bojo dessa mesma história, faz-se o confronto entre os “patriotas” e os “anarquistas”. O maniqueísmo aí emerge fortemente. Algo de caráter moralista, inerente à rigidez axiológica do discurso panfletário.

Nesse ponto, localiza-se o fundamento principal da investida contra o adversário, contra a doutrina contrária, atribuindo-lhes adjetivos pejorativos ou maus, derrisórios, segundo os parâmetros ideológicos da dominação, com isso levando-os ou tentando levá-los ao descrédito, à anulação, à marginalização.

Eis aí o distintivo implacável, freqüentemente perverso do discurso panfletário, pela radicalidade axiológico-política que agiliza. Somente se justificando numa sociedade profundamente marcada pelo autoritarismo, pela unidimensionalidade social, com a ausência de posições outras firmadas na diversificação de estruturas ou de grupos compartilhando dos poderes econômico e político.

Ele alcança outro nível numa sociedade amadurecida, onde pontifica aquela diversificação. Pois, então, o pluralismo estabelece a con-

vivência de posturas várias, sem atropelos e sem malferimento dos discordantes. Não está em jogo a quebra dos princípios norteadores da dominação, tidos como incontrastáveis.

Naquela outra, qualquer oposição a tais princípios representa um insulto, uma profanação da “ordem” sacralizada, a qual imposta. E ela dispõe de âmbito totalizante, não admitindo a emergência de outra. Ou de critérios, de normas, de idéias que a contrariem, dentro de um *continuum* que vai do Estado, passando pela Igreja até o indivíduo, malgrado não se configurar aí a expressão totalitária. Principalmente ao se considerar a pouca integração social do país.

Havia, então, avultada indiferenciação entre o público e o privado, impedindo uma completa absorção da “ordem”, na sua regular formalização. Essa se insinuava, porém, ideologicamente, com comportamento mesmo privatista, ainda quando em desobediência aos padrões oficiais das instituições públicas.

De qualquer modo, o complexo articulado das estruturas autoritárias absorvia o unidimensionalismo axiológico em objeto.

Em outras palavras, o importante era a preservação da ortodoxia, o cuidado com a ideologia da “ordem”, a qual se compunha consigo mesma e não com os eventos, com a conjuntura.

Tal o esforço de mantê-la como o suporte axiológico do nascente Estado monárquico.

A verdade se sustentava por si mesma, sobrepondo-se à História. O fundo conservador-tradicionalista animava-a.

Não se levava rigorosamente em conta a distonia, até o contraste, que a ordem privada encarnava face àquela verdade, pela sua conduta freqüentemente autônoma, senão rebelde, ao desafiar o poder público, a organização política nacional, não obstante a pretensa submissão formal.

O que se fazia realmente prioritário era a unidade ideológica, que reunisse o governo e a sociedade civil. Ou o governo e a classe dominante.

O mal consistia no desafio à verdade, na ruptura da ortodoxia, através de manifestações que acabavam no confronto político, na conjuntura revolucionária.

Assim, toda a luta que Cairu trava no cenário político tramita em função dos movimentos de 1817 e de 1824, e da Revolução Francesa, que os impulsionou, direta ou indiretamente.

Então, o tom violento da linguagem, a objurgatória solta assomam com maior evidência, provocando o rebelde, aquele que ousara divergir da verdade política dominante.

Esse o momento culminante do discurso panfletário, como se vê do trecho último trazido a lume.

Pois as matrizes da “ordem” são questionadas pela primeira vez, e com sérias repercussões. A defesa se faria necessariamente violenta. Diferentemente da articulação panfletária em países adiantados como França e Inglaterra do período, onde a violência discursiva se circunscrevia ao espaço político da enunciação, não se compoem com o contexto geral da nação, com as instâncias mediadoras da vida nacional. Daí não possuir a nota de absorção do discurso panfletário na ordem autoritária. A ortodoxia que permeia o último se revela mais exigente, dependendo, para se resguardar, de cânones científicos, de metodologia que lhe direcione seguramente os passos.

Isso já se encontra subentendido na definição de panfleto corrente na Grã-Bretanha.

“A brief treatise or essay, printed and published without a binding, and usually on a subject of current interest.”

Ou:

“A printed work stitched or pasted, but not permanently bound.”⁵⁶

56 – *DICTIONARY of the english language*. International edition. Chicago, Encyclopaedia Britannica Inc., 1964, v. 1.

Vale dizer: trata-se de publicação constante de matéria sem obrigatoria sistemática, com precisos objetivos, circunstancial, veiculando interesses atuais.

Reúne elementos de convencimento impositivo, violento. O que se mostra claro na definição francesa:

“Court écrit satirique, qui attaque avec violence le gouvernement, les institutions, la religion, un personnage connu. Diatribe, libelle, satire.”⁵⁷

Assim, o discurso panfletário dispõe de uma base comum, de um “modelo” universal. E pode-se afirmar que tal “modelo” foi transplantado para as nações subdesenvolvidas no bojo do colonialismo cultural. Projeta-o a cultura clássica, exportada pelas metrópoles do Ocidente europeu. E tanto isso é verdadeiro que operacionaliza o silogismo, a diatribe que repousa numa dogmática inseparável do Racionalismo, do Cartesianismo, na certeza absoluta da tese demonstrada, das idéias preestabelecidas, ou construídas pelo *ego cogito* autoritário, como visto no capítulo anterior.

Aliás, uma das alternativas conceituais do panfleto, e de fundo histórico, fornece-a aquela mesma fonte francesa, ao exprimi-lo como “comédia en vers latins du XIIe s”.

É uma indicação provável da origem clássica do panfleto, e trabalhada pelo Classicismo moderno, produzindo os aspectos da violência, da liberdade de movimento, de enunciação, e o propósito de atingir instituições ou pessoas, numa linha de oposição muito ao gosto do Iluminismo, do Liberalismo, servindo de útil recurso de contestação, de derrubada de governos absolutos, de apoio revolucionário. Se bem que igualmente útil aos de convicções opostas, os conservadores, os reacionários, os tradicionalistas, na luta ideológica que travaram com os revolucionários, conforme demonstrado à plena evidência no caso de Cairu.

57 – ROBERT, Paul. *Dictionnaire alphabétique & analogique de langue française*. Paris, Société du Nouveau Littré, 1968.

E mais: o Visconde comprova a eficácia do panfleto na condução do processo político e econômico da transição no Brasil, assumindo uma forma em que se conciliam os interesses tradicionalistas e os interesses iluminista-pragmáticos, na absorção pela mentalidade ilustrada dos valores da Contra-Reforma, do feudalismo português, em apoio ao modo de produção vigente.

Conservou ele, entre nós, para não aludir a outros países do mesmo estágio de civilização, o “modelo” do panfleto clássico, com as variantes de conteúdo, ditadas pela circunstância nacional.

De fato, ele ganhou corpo e dimensão no Brasil em meio às turbulências do período de implantação do Estado nacional. Justamente quando Cairu desenvolve a sua veia panfletária, publicando várias folhas e papéis, dentre os quais se destacam “Atalaia”, “Apelo à Honra Brasileira contra a Facção dos Federalistas”, “Vigia da Gávea”, “Desforço Patriótico contra o Libelo Português”, todos constituindo autênticas verrinas contra os “anarquistas”, os “maçons”, os “revolucionários”, aqueles que nutrem sonhos e projetos de federação, de eliminação do autoritarismo imperial. Luta político-ideológica aberta, desabrida, na qual não ficam atrás na linguagem solta, ferina os regressistas, os conservadores mancomunados com o governo, liberais de centro e de direita.

A atividade panfletária cobre toda a imprensa brasileira, qualificando-a substancialmente, a ponto de Vítor Viana dizer:

“A imprensa era então panfletária e atrevida. Nos períodos de tolerância ou de liberdade, atingiu a grande violência de linguagem e as polémicas refletindo o ardor apaixonado das facções em divergência, chegavam a excessos, a ataques pessoais, a insinuações maldosas.”⁵⁸

Daí não se distinguem tons, modos e virulência da linguagem panfletária, a linguagem própria da Imprensa no período em objeto, entre situacionistas e oposicionistas.

58 – SODRÉ, Nelson Werneck – *A História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. p. 97.

Diante disso, cabe ressaltar a especial utilização e adaptação da imprensa panfletária no Brasil de então.

Relevante o debate ao redor da tese ora levantada: a de que tal tipo de imprensa se mostra extremamente operacional num período de grandes instabilidades, geradas por uma conjuntura longa, quando as instituições políticas procuravam firmar-se numa direção coerente, estável, decisiva.

E o questionamento em torno desse problema não encontrava o respaldo da maturidade sociocultural, política, dado o estado de atraso do país, resvalando naturalmente para o entrechoque, para o conflito das paixões homéricas, para o confronto de interesses políticos extremados, a girarem em volta de posições de mando, as quais, como visto, mantidas como verdadeiras propriedades privadas.

Isso se harmoniza com a natureza fechada ao diálogo do panfleto, com as suas características autoritárias, com a virulência de sua linguagem, com a pouca ou nenhuma sistemática de sua construção, com a enunciação direta e circunstancial, presa aos episódios do momento, ao comportamento situacional de personagens históricas, políticas, numa clara delimitação das pretensões do discurso, não se prestando, por isso mesmo, à doutrinação elevada e processada com rigor lógico, a partir de um ordenamento normativo de alta inspiração, de qualidade superior.

Assim, não abordava o panfleto os problemas de modo global, abrangente, sistemático, deixando-se levar pela efervescência política do momento.

É essencialmente voltado para o episódio, para o evento quente, extraindo-lhe conotações significativas ditadas pela ideologia do panfletista, e direcionando-as para objetivos políticos.

Certo que não poucas vezes alcança a conjuntura através do episódio. Mas o faz nos limites da visão facciosa e buscando ampliar o vigor dos valores proclamados, ardorosamente, apaixonadamente. Sem, portanto, produzir interpretação razoável do quadro conjuntural.

Tal entende logicamente com a restrita densidade lógico-epistemológica do panfleto, com o arbítrio de sua construção, de suas arti-

culações. O que começa pela ausência de uma teoria prévia que oriente dita construção, que expendam cânones normativos de suas manifestações.

É realmente um escrito solto, livre, não destinado às ocasiões solenes das academias, do parlamento, da tribuna eclesiástica, do magistério. Malgrado poder conter algo desses exercícios. Pois o anima o propósito de atingir o povo.

Na prática européia habitual, corrente a fixação das folhas panfletárias em locais públicos, numa intensa propagação que, de logo, denuncia a pouca ou nenhuma base formal a sustentá-la.

Até a violência dos seus doestos explica-se pelo uso de uma linguagem simples, sem rodeios, sem arrebiques, sem adornos literários, quase sempre, condição mesma do atingimento do público.

Tal fica bem patenteado a respeito de Cairu.

Escritor de possante erudição, versado nos clássicos greco-latinos, no humanismo, habituado ao estilo grandiloquente dos filósofos e dos publicistas, ao fazer literatura panfletária assume outra modalidade de linguagem, mais chã, direta, sem rodeios, sem digressões cultas, entrando de cheio, de frente, nos assuntos, deitando fortes objurgatórias contra doutrinas e pessoas subversivas, envolvidas no jogo dos acontecimentos, nas extremadas querelas políticas. Vai imediatamente aos fatos, emprestando-lhes a sua versão partidária. Se não perde ocasião de deitar doutrina, o faz com menos complexidade do que no escrito estritamente doutrinário ou erudito, mesmo pragmático, ao produzir conhecimentos, como na hipótese de seus trabalhos de Direito ou de Economia.

Eis que o discurso panfletário não carrega o envolvimento, que diria maior, com os problemas gerais, nacionais, regionais, com equidistância das arremetidas facciosas, apaixonadas, apenas tendendo para a análise serena e fria da realidade, ensejando a tessitura de enunciados logicamente rigorosos.

Muito ao contrário.

Quer-se envolvido no imediatismo das querelas partidárias, pugnando por interesses, senão vis, pelo menos pouco qualificados ou socialmente restringidos no teor de suas projeções.

O *facies* retórico, às vezes jocoso, que expende, já revela essa limitação, reduzindo-lhe as possibilidades, a área de alcance.

Nessas condições, Silva Lisboa não estaria fadado a concentrar o que há de mais valioso na sua obra de escritor na articulação panfletária.

Relevante, porém, o salientar a função pedagógica que lhe imprime, abrindo uma via de comunicação com a doutrina, com a produção erudita. Ao mesmo tempo que vai cavando desníveis no discurso. Ora mais hermético, na enunciação lógico-axiomática, ora mais aberto, descendo ao plano comum das coisas.

Num mesmo texto observa-se esse desnivelamento. Inclusive com repercussões na estrutura vocabular, o que, na verdade, está a demandar maiores pesquisas. Cabe aqui e agora o debuxar um pequeno quadro a propósito, como a despertar interesse para o problema.

Esse, de certo modo, dificulta a nítida separação dos campos do discurso.

Até onde, desencadeado o desnivelamento em cena, vai o espaço ocupado pela doutrina, pela articulação panfletária, pela obra científica, pela peça parlamentar?

Guardaria, então, cada uma dessas manifestações as suas peculiaridades?

Aí está um problema um tanto analisado no capítulo anterior. Cumpre abordá-lo com mais vagar relativamente à enunciação panfletária.

Sem dúvida, obedece o dito desnivelamento a objetivos estratégicos do discurso, mormente os de ordem pedagógica. O que, em última análise, se compreende a partir da crença racionalista na eficácia da palavra escrita, da idéia, como instrumento de ação.

Não se concebia qualquer lacuna ou vazio entre a Razão e a Vontade. Crença compartilhada por quantos hauriam os mesmos pressupostos filosóficos, o mesmo universo cultural. Ainda que em agrupamentos políticos opostos conservadores-tradicionalistas, liberais, radicais, etc.

Linhas acima focalizou-se a concepção de Cipriano Barata, o fundador do Liberalismo Radical entre nós, ao expressar a eficácia instantânea, imediata, da palavra. Sem quaisquer mediações, no comportamento das pessoas.

Disso se alimentava bastante o pedagogismo, ao qual imbricada a produção panfletária.

O desnivelamento que o cercava entrava também aí.

Há o afã de, através da prefalada produção, se transmitir a verdade, condição do comportamento natural e social dos agentes, das classes.

A divulgação do panfleto se relaciona, pois, com aqueles objetivos pedagógicos. Os quais transcendem as fronteiras dos grupos sociais, alcançando a nação inteira, vista como um todo harmonizado.

Aliás, o pedagogismo de Cairu corre na busca de integração, de conciliação, como estratégia de dominação autoritária. O que, por sinal, uma constante na evolução política brasileira.

E a maneira de se obter a conciliação na prática, segundo o espírito da Razão, é realizando a conciliação dos princípios.

A respeito, escreve o Visconde:

“Compensamos, conciliamos, balanceamos. Deste modo somos habilitados a unir em um todo coerente as várias anomalias, os princípios contraditórios, que se acham nos escritos e regulamentos dos homens. Daí se origina, não a excelência na simplicidade, mas (o que lhe é superior) a excelência na composição.”⁵⁹

Nesse aspecto, note-se a primazia, no erudito baiano, do ecletismo, o que será examinado mais adiante.

Por ora, basta apontá-lo, seguindo o que se colocou no capítulo anterior, como arma de dominação ideológica do autoritarismo, numa sociedade aguadamente indiferenciada, sem representatividade axiológica dos estamentos “inferiores” ou das camadas não proprietárias, as quais,

59 – LISBOA, José da Silva. *Causa do Brasil*. Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1822. Pt. 2, p. 20.

consequentemente, absorvem a ideologia do estamento preponderante, a deter o controle do poder econômico e do poder político.

Havia, desse modo, relativa facilidade de conciliação entre “princípios contraditórios”, na realidade divergências ideológicas sem profundidade, sem raízes estruturais, entre segmentos de uma mesma classe, a dominante, cuja tendência o revezamento no governo.

A “conciliação” seria inviável noutra situação estrutural: aquela em que as bases econômicas ou a propriedade constituíssem apanágio ou dado concreto de outras classes, organizadas como tal, quando se cimentaria a diversificação ideológica, o pluralismo axiológico.

Ao final, o pedagogismo autoritário detinha uma finalidade identificada. No bojo do panfleto ele intensificava o arbítrio pela violência, que significa também violência aos fatos, às pessoas, às doutrinas, com a distorção reiterada da realidade, enquadrada na verdade.

A definição dada por Cairu a esta esclarece bastante o aspecto em relevo.

Pois a verdade é construída no âmbito do discurso, numa operação lógica que racionaliza os interesses dominantes, canalizando-os para a causa autoritária.

O jogo dos enunciados se faz em meio a um jogo político, fabricando a verdade, segundo a vontade do locutor, do panfletista.

Ele intenta a conciliação para alcançar a submissão, numa campanha que, pelo desnivelamento, pela amenização da linguagem, colhe todo o público letrado, que acaba sendo o da elite proprietária e burocrática, não chegando à grande maioria da população, composta de escravos e de camponeses analfabetos.

Tanto assim que o caráter polêmico do panfleto já atesta a confrontação entre segmentos da mesma classe dominante. São segmentos seus que se digladiam por questões políticas.

E esse confronto se acentua nas quadras revolucionárias, nos impasses da vida política, como na fase de edificação do Estado nacional brasileiro.

Exemplos frisantes os dá Hélio Viana, ao apontar violentos panfletos de Cairu referentes à Confederação do Equador.⁶⁰

Tal autoriza a assertiva segundo a qual o erudito escritor, na esteira de outros de sua época, vale-se da polêmica como meio de demonstração da verdade, em conformidade com o “modelo” jurídico de argumentação, de arrazoado.

E numa forma processual em que os interesses em causa não são compostos, mas julgados.

Veja-se a presença marcante do autoritarismo aí também.

Porque a própria decisão conserva a sua lógica processual e axiológica, sobrepondo-se às peças respectivamente da propositura da questão e da contestação. As quais, por sua vez, guardam por igual, na extensão de suas argumentações inconciliáveis, a mesma lógica.

A diferença é que, na polêmica panfletária, a sentença não vem prolatada por juiz a cumprir a prestação jurisdicional.

Cada panfleto (cada peça) é parte e juiz no estilo copiado das estruturas autoritárias do país. Um reflexo delas.

A sua demonstração (arrazoado) se torna verdade (sentença), dentro do espírito de operacionalidade lógica do Racionalismo a serviço do arbítrio preponderante.

Não há, nessas condições, possibilidade de diálogo na articulação panfletária.

A exaltação, o exacerbamento partidário que ressuma, aumentando o tônus autoritário do discurso, fazem tensa e solitária a mensagem, genuíno solilóquio, no entrecho da polêmica.

É assim que difere do conflito aberto, de qualquer modo um instrumento de relacionamento, violento, com certeza, mas tendente a resolver uma questão, um problema responsável por agudos desentendimentos.

60 – VIANA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945. p. 417.

A violência panfletária não instaura jamais no seu plano, o do discurso, o da possibilidade lógica e não real uma solução da divergência, do confronto.

Padece de uma destinação: a da verdade impositiva, que ironiza, que avilta a verdade do adversário, da outra facção, não a aceitando jamais, nem sequer se prestando a examiná-la mais friamente no seu encadeamento lógico.

Eis que a conciliação que preconiza não se aplica aos materiais, às teses propagadas pelo panfleto de outra coloração ideológica, contra os quais se volta em duras arremetidas.

Em outras palavras, não valem propostas de conciliação, de ecletismo, em termos de duas ou mais articulações panfletárias em confronto.

Isso por motivos estritamente político-ideológicos e não lógico-epistemológicos.

A conciliação se efetua, no estilo autoritário de Cairu e dos demais conservadores do seu tempo, em torno de princípios, de idéias, colidentes, opostos, a partir mesmo de seus pressupostos.

No entanto, ocorria com vistas à necessidade de acompanhar a transição, as transformações econômicas, harmonizando-se o antigo e o novo elementos tradicionais e modernos. Principalmente porque não mais subsistiam o perigo e os riscos de uma subversão da propriedade, dos seus interesses, dos “direitos adquiridos” da instituição monárquica. E de maneira mais saliente quando o Estado disso carecia.

A tese de Cairu é peremptória: cumpre promover a edificação do Estado sob critérios e princípios da ciência experimental, não se furstando aos princípios apriorísticos.

Trata-se de uma experiência profunda e sedimentada, especialmente tendo em mente a causalidade moral.

Da riqueza dessa experiência depende a prosperidade dos povos. Ei-la na íntegra:

“A ciência de construir um Estado, ou de reformá-lo e renová-lo, é como toda outra ciência experimental, que não se ensina *a priori* (isto é, só

pelas causas originais, e por abstratos princípios de análise metafísica, não combinados com observações práticas do modo de viverem os homens na sociedade) nem uma limitada experiência nos pode instruir em cousas de ciência prática; pois que os reais efeitos das causas morais não são sempre imediatos... Nos Estados há muitas vezes algumas escuras e quase escondidas causas, de que depende grande parte das prosperidades ou adversidades das nações que aliás consistem em cousas à primeira vista de pouco momento.”⁶¹

Esse o tipo de conciliação haurido pelo panfleto, após todo um processo de elaboração doutrinária concluído fora dos seus quadros lógicos.

Ele recebe o material já pronto das instâncias doutrinárias que lhe proporcionam os indicadores axiológicos fundamentais.

Nesse sentido, Hélio Viana cita os escritos panfletários de Cairu “dedicados à conciliação entre as novas diretrizes constitucionais e a velha tradição realista”.⁶²

São eles: “Conciliador do Reino Unido” e “Sabatina Familiar de Amigos do Bem Comum”.

Justamente por constituir campo de polêmica, de sátira, de afirmação autoritária, de confrontação violenta e impeditiva do processamento ambíguo e dialético das verdades, o panfleto, apenas em termos pedagógicos, o que aliás atende às suas finalidades, viabiliza a conciliação, servindo ao seu público. Divulga-a, jamais a realizando no espaço que ocupa.

Dadas as incertezas, as imprecisões epistemológicas ao redor de suas fronteiras, pode, entretanto, fazer doutrina, mas sempre naqueles termos pedagógicos, e com a brevidade e a síntese da folha de divulgação, instada a focalizar problemas candentes da vida nacional.⁶³

2.2 – *A Densidade Doutrinária*

Os escritos de maior densidade doutrinária do Visconde de Cairu,

61 – LISBOA, José da Silva. “Direito político”. In: *Causa do Brasil*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1822. pp. 15-6.

62 – VIANA, Hélio. *Op. cit.*, p. 403.

sem perderem o teor ideológico, integram-se em esferas dos saberes (político, moral, econômico, religioso, etc.), que, concomitantemente, se superpõem aos objetos reais e se relacionam com as circunstâncias imediatas.

Aliás, uma ambigüidade própria da cultura intelectual do tempo. Provém da conciliação sobre que repousa: a do apriorismo e do empirismo, a das bases tradicionalistas e de propostas selecionadas do Iluminismo.

A concepção da História desse determinou uma certa adesão da doutrina, do pensamento, aos eventos, como ensina Cassirer. Não a gerar de logo uma integração coerente e funcional entre teoria e *praxis*. De modo que brotasse uma reciprocidade dialética entre ambas. Pois, na verdade, o empirismo sempre ficava ao nível do apriorismo no tocante à ineficácia na tradução correta das conjunturas, da História.

Vale dizer: o discurso de ambos, ou o da conciliação daí resultante mantêm o fundo racionalista, responsável por aquela superposição, pelo ingente distanciamento entre a linguagem e a realidade, pelo recobrimento daquela sobre essa. E isso ocasionava o tom ainda retórico da enunciação, da argumentação, pela ênfase axiomática, autoritária, que deixava expender, não havendo como obstar a supremacia das possibilidades lógicas sobre as possibilidades reais.

A inserção ideológica se fazia mais pronunciada nesse tipo de discurso, aumentando até as dificuldades de separação entre as proposições ideológicas e as proposições não-ideológicas.

De qualquer modo, já se pode a esta altura ver mais nítida a diferença entre a articulação panfletária e o desdobramento doutrinário.

Comentou-se linhas acima a aproximação maior da primeira à circunstância, ao episódio do momento, embora com os mesmos e até mais acentuados ingredientes autoritários do discurso. Como também o

fato de aquele desdobramento pairar acima da História, da conjuntura, e com mais saliente axiomática, sobreposta às meras disputas particulares, ocasionais. Ele ocupa o espaço da indagação propriamente dita, da reflexão pesada, que constrói o pensamento, que lança os fundamentos da filosofia que o permeia, da epistemologia que o embasa.

Através dele se conhecem mais conscientemente as tendências do discurso autoritário de Cairu. Inclusive os motivos da diversificação linguística ou os desníveis do discurso que urdiu (planos de elocução).

Aí aflora uma ideologia a se compor com os aparelhos institucionais de comunicação social, e por eles se manifesta basicamente.

Melhor dizendo: a ideologia se põe na articulação orgânica do poder-saber, que mediatiza os discursos, o panfletário, o parlamentar, o doutrinário, o científico com apoio nas técnicas e nos veículos tipificados – o periódico, a tribuna, o opúsculo, a folha volante.

De sorte que, no desdobramento doutrinário, se reúnem os pilares e o processo de publicização, de manifestação central, de criatividade, de assimilação de um pensamento. O qual se irradia em campos específicos de formalização, de elaboração lógico-epistemológica, de propagação de mensagens.

Para o entendimento claro dessa colocação, necessária se faz a análise detida das grandes teses do pensamento de Cairu, a partir das quais se estrutura articulação de planos de elocução.

A primeira se arrimará na religião, o grande suporte da concepção tradicionalista-feudal, que o Visconde conservara com a mesma forma lógico-axiomática, com o mesmo apriorismo.

Ver-se-á o quanto de expressivo daí advirá para a *démarche*, para o andamento da demonstração silogística, dogmática, para a própria formação discursiva, ideológica, do erudito baiano, como de outros escritores da época.

Expõe ele:

“Ainda que não seja o objeto deste trabalho examinar os fundamentos da Religião do Império, por me dever restringir à Exposição dos princípios morais, manifestos pela consciência, razão, e unanimidade dos

sentimentos das Nações mais civilizadas, contudo sempre terei por Guia a Revolução Evangélica, que não veio abolir, mas preencher, a Religião Natural (Base da Moral Pública) dando Autoritativa Sanção às Verdades Capitais da mesma, sobre que antes vacilaram os Sábios da Gentilidade, trazendo (como diz o Apóstolo das Gentes) vida e imortalidade à luz, e propondo Mandado Novo, e sistema de Excelência Moral, para erguer a decaída Constituição da Humanidade, e segurar a felicidade dos obedientes à Lei do Criador na vida eterna.”⁶⁴

Observe-se que a religião já encontrara em Descartes o ponto de apoio para a aceitação de verdades preestabelecidas, imanentes à Razão, intuitivas, dispensando demonstração.

Aí está a base de todo um edifício filosófico, que perduraria incontrastável até Kant, que excluiu a crença, a matéria da fé, da especulação filosófica.

O tradicionalismo revigora a tese de Descartes, contrapondo-se, porém, ao Liberalismo, nos idos da Revolução Francesa, embora se harmonize com ele em alguns publicistas, como Burke, considerado o pai do mesmo Tradicionalismo e o grande influenciador de Cairu.⁶⁵

É aí na esteira do pensador inglês que ele formula a sua concepção de religião, portanto, num enfoque tradicionalista-liberal.

Daí ele admitir a religião natural, ao mesmo tempo autônoma e sustentada pela religião revelada, numa estranha simbiose que dá a entender a sua postura conciliatória, abrigando os influxos tradicionalista e liberal-conservador, efetivamente um produto ideológico básico na racionalização da vida social, da organização política.

64 – LISBOA, José da Silva. *Constituição moral e deveres do cidadão*. Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1824. p. VIII.

65 – Sobre o tradicionalismo consultar um grande estudioso do Brasil, o Prof. Ubiratan Borges de Macedo, especialmente o seu trabalho *A Liberdade no Império*. São Paulo, Ed. Convívio; 1977; p. 54-8 também LA CROIX, Jean. *Posições do ateísmo contemporâneo*. São Paulo. Ed. Herder, 1965 (*Tradicionalismo e Racionalismo*); p. 98 e ss.

Na verdade, a religião natural insere-se numa pauta de justificação do crescente pragmatismo que, com o Iluminismo, transparece enfaticamente na mentalidade modernizante imanente ao processo de secularização que vinha do Renascimento.

A religião natural, por isso, em Cairu, se torna eficaz expediente de conscientização do empenho modernizante no Brasil, que nascia como nação politicamente independente.

Ele a tem como “a base da moral pública”, fortalecendo extraordinariamente como suporte da autoridade, do governo, a “ordem”.

O poder público, ao receber a sanção religiosa, se faz absoluto, ganha o sinal da infalibilidade, e o cidadão, o *súbdito*, cultiva como dever fundamental a obediência ao monarca, às estruturas dominantes.

Atente-se para a ambigüidade: a religião se robustece ideologicamente nesse processo, ao sofrer também os efeitos da secularização. Ela adquire mais presença como recurso ideológico de sanção, de apoio à autoridade. Mas, como religião natural, perde a sua seiva originária, a instância da fé, por se apresentar como mera instância ideológica, presa ao imanente, aos interesses terrenos. Entretanto, se mantém em tensão com o pólo sobrenatural, com a Revelação, com o transcendental, com o absoluto, no círculo do dualismo religião revelada-religião natural, engenhoso artifício com vistas à obtenção de maior sofisticação ideológica da dominação.

Vale dizer: a religião se dimensiona em dois planos: o sobrenatural e o da ordem política, integrando a sua rede de aparelhos ideológicos, numa exacerbada instrumentalização.

Assim, a religião natural servia como aparelho ideológico propício à transição no mundo ocidental, ainda a preparar a completa passagem de uma idade histórica sacralizada para outra na qual a secularização já tivesse vencido as últimas etapas daquela religiosidade de extração feudal medieval, possibilitando vias para a marcha ascensional do capitalismo mercantilista.

No Brasil, tal calha a propósito, embora com certo atraso, dando ao Estado monárquico um importante instrumento de modernização, de apoio à consolidação de uma economia agromercantil voltada para o mercado externo.

Pois a religião natural configurava uma ética política e social, de radical contextura, propondo guias valorativas para toda a nação, instada a obedecer, a cultuar deveres, obrigações para com a estrutura autoritária monárquica. O que, por sua vez, fortalecia a rede de estruturas autoritárias do país.

Então, ela operava sem criar traumas ou resistências nos diversos setores e camadas da sociedade global, principalmente ao se observar que o subdesenvolvimento era agudo aí, sendo considerável o grau de religiosidade do povo, dominantes os valores da Contra-Reforma, as tradições que deitavam raízes na concepção do mundo católico, a impregnar profundamente os quadros socioculturais.

Assim, a religião natural significava, nos contornos de uma evolução social gradual, um passo adiante na formulação axiológica de que carecia o Estado nacional brasileiro com vistas ao processo de consolidação institucional.

E se prestava à maravilha, no bojo da ordem política, no interior da organização social, para corroborar o autoritarismo, ao enaltecer os valores de obediência, de submissão.

Nesse ponto é fácil efetuar a integração com a religião revelada, intensificando o reforço, porquanto esta fala de uma ordem social em harmonia com a ordem cósmica, determinada por Deus.

Eis as palavras de Cairu:

“O Universo criado é um Sistema, organizado de partes, que estão em harmonia entre si, e com o Grande Todo, e é regido por Leis Imutáveis da Ordem Cosmológica, que a Inteligência Eterna determinou, e que invariavelmente se executam no Mundo Físico. A constância e imutabilidade dessas Leis é o fundamento de todos os nossos conhecimentos.

“Entrando a espécie humana naquele Sistema não pode deixar de ser sujeita a essas Leis, e observá-las na sociedade civil, para sua própria felicidade, e progressiva perfeição de sua natureza.”⁶⁶

66 – LISBOA, José da Silva. *Estudos do bem-comum e economia política*. Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1819. (Edição reproduzida pelo IPEA/Rio, 1975.) p. 177.

Encontra-se aí um profundo embasamento racionalista apriorístico, da ordem social autoritária e de expressão imobilista.

O tradicionalismo marca a sua presença no parágrafo trazido à colação, compondo uma enunciação típica da ideologia feudal, reacionária.

Com efeito, forte o teor arbitrário do jogo das proposições que nivela objetos e mundos divergentes, relações impossíveis.

A violenta Razão tudo pode e tudo resolve, absolutizando as suas criações como coisas eternas. E nela persiste a conotação religiosa, encarnando Deus na plenitude de sua força criadora.

É a inteligência perfeita que, ao pensar, age, opera dispensando a colaboração do homem na História. Também é providencialista. O monarca, ao constituir-se Absoluto, apenas sintoniza com a ação invisível da Providência.

Horkheimer pesquisou em profundidade essa Razão absoluta.⁶⁷

Nela emerge a palavra de Deus, de uma forma a indicar o completamento da secularização em um estágio de civilização ainda sensivelmente tocado pelo sagrado.

Por conseguinte, relevante o não deixar de sublinhar essa conotação religiosa da Razão, projetada na Lei natural, para precisa identificação do seu significado no processo de fortalecimento ideológico da ordem social autoritária.

Essa começa, portanto, na construção autoritária do discurso apriorístico, retórico, de origem tradicionalista, que fica na base da elaboração semântico-ideológica, renitentemente estacionária, a controlar a evolução, as transformações do discurso até a integral exaustão do sistema racionalista que o mantém.

Na dita evolução o arbítrio faz concessões à realidade objetiva, sem se escusar de mistificá-la, numa atitude ambígua, dialética, sinal do gradualismo que adotou.

67 – Ver do pensador alemão especialmente *Crítica de la razón instrumental*. Buenos Aires, Ed. Sur, 1973. pp. 7 e ss. (Ver na página seguinte sobre a p. 53.)

A cultura política, haurida por Cairu, detinha essa postura, tão afim aos propósitos da transição na qual viveu e pontificou.

Aí, a metáfora desempenha papel importante, responsabilizando-se pelo incremento do arbítrio proposicional.

Aliás, tal papel é saliente no Racionalismo, sistema no círculo do qual se expande sensivelmente o logicismo, a extrema distensão transcendental da palavra-imagem.

Daí o se conferir abusivamente a vocábulos-chaves como “ordem” significações que ultrapassam os limites definidos de suas possibilidades semânticas.

O poder metafórico deles sofre grande dilatação, a ponto de afetar essas possibilidades.

Acompanhados de adjetivos o vocábulo “ordem”, por exemplo, oferece meios de integração de diferentes planos, de coisas distantes, num espaço contínuo, como se uma fosse prolongamento da outra.

Nessa linha de idéias, “ordem cosmológica”, “ordem eterna”, “ordem social”.

A esfera da sociedade, a dimensão do universo, o plano da eternidade constituem uma só configuração.

Trata-se de uma espacialização forçada de campos diversificados, em decorrência de uma totalização arbitrária realizada pela imagem.

A tal chega o caráter autoritário de um discurso, a usar constantemente, sistematicamente, artifícios de “conciliação”, de composição lógico-semântica, ludibriando o real.

E dessa composição se extraem premissas éticas, preceitos que se arrogam fundamentais, no disciplinamento das relações sociais, na institucionalização dos mecanismos políticos.

A força da imagem é de tal natureza num discurso desse tipo, que escamoteia até as próprias “demonstrações” lógicas. Pois o apriorismo, as dispensa freqüentemente como prática sistemática, arrimado naquela força.

O uso da distensão da imagem representa por assim dizer a suprema violência do discurso apriorístico-autoritário, levando de roldão a emergência natural ou procurada da realidade objetiva.

Ela tem a sua parte considerável no modo como se constrói e apresenta a doutrina, quase naturalmente, como o encadeamento das proposições se fizesse no fluxo espontâneo de uma lógica, que, decerto, hipostasia a linguagem e suas estruturas, em detrimento da captação do real, das instâncias sociais.

Cabe dizer de Cairu que foi, sobretudo, um divulgador das doutrinas da Restauração, da transição, sem se haver basicamente preocupado com a construção original, com a criatividade, embora esta não lhe tenha faltado.

Contudo, necessário que se observe aquela prática elidente da demonstração silogística, para aceitar o argumento segundo o qual muito do que apresentou o fez com originalidade, utilizando o “modelo” racionalista-autoritário de elaboração doutrinária.

O modo sutil como compunha quadros ideológicos, argumentos retóricos, mobilizando um processo todo especial fazendo a matéria caminhar no interior de uma organização formal, e com a utilização de determinadas práticas institucionais, leva ao resultado de uma produção doutrinária criativa, não obstante aparentemente repetitiva, estritamente importada.

Não se esqueça de que Cairu intentou e consumou um grande projeto de conciliação no plano do discurso para chegar à conciliação no campo político.

Isso por si só é uma demonstração de criatividade, já exige alguma originalidade.

É uma conciliação que traduz o jogo da assimilação da política pela lógica. O que é próprio do logicismo. Mas que no erudito escritor se produziu num vasto painel integrado, com desníveis formais significativos e com arranjos de material. E tudo convergindo para uma unidade grandiosa.

A antes comentada inclusão de Cairu entre os pensadores que não edificaram “sistemas” sanciona essa tese.

Ainda quando ele promove estranha mescla de textos de diversos autores, como se verifica no *Manual de Política Ortodoxa*, deixa impressa aquela criatividade.

E os elige com perspicácia, muito a propósito da temática explorada, e num cotejo pedagógico eficaz com a sua escritura, como a incorporar as fontes ao pensamento que desenvolve, fontes que representam, na realidade, o pensamento íntegro dos “seus autores”, devidamente prestigiados como pródromos, como “modelos”. O que não induz a que falte a Cairu o seu “modelo”.

Páginas e mais páginas de Burke, de Montesquieu, da Sagrada Escritura, etc., são trazidas ao contexto geral da escritura, sedimentando-a numa impressionante inteireza lógica, que acaba por dar ao leitor a impressão de tudo ser obra de um só escritor.

Vai aí não apenas uma metodologia de apresentação formal ou de desdobramento do conteúdo, mas sobretudo uma atitude lógico-epistemológica de alcance: uma operação criadora de perspectiva abrangente de vários escritos, que dispõem também de perspectivas próprias, ensejando o prefalado painel integrado, e numa correlação de descrições históricas, de exegeses doutrinárias, de demonstrações político-jurídicas, filosóficas, que enriquecem sobremodo o contexto escriturístico.

Dessa forma, todo o pensamento do autor se dimensiona com mais eficácia, nas suas implicações semântico-ideológicas gerais, pois muitas delas se encontram fora da dissertação do mesmo.

Trata-se de operação que dilata o espaço particular dessa dissertação e recolhe influências e “modelos” doutrinários, de escolas, compartilhando da produção de conhecimentos, da estabilidade de um pensamento, o qual, assim, dissimula e decompõe a sua hegemonia, conservando-a íntegra.

O discurso autoritário, nesse caso, é o da unanimidade, mistificando o arbítrio do escritor.

Forma-se uma estrutura de pensamento com essa postura.

Toda uma carga de textos se acumpliciam e recortam um complexo discurso, que fabrica ao mesmo tempo uma multifacetada e coerente mensagem ideológica. Tanto mais trabalhada quanto mais realiza o propósito de conciliação.

Então, não há surpresa na convivência do apriorismo e do empirismo pragmatista, dentro do painel plenamente integrado. Como não há entre as diversificadas posições apriorísticas, em quadro menor. Ou ainda: entre proposições empiristas pragmáticas e proposições apriorísticas no recinto de um único texto.

A descontinuidade recobre a estrutura narrativa, mercê dessa composição, da disritmia da enunciação, do desnivelamento dos parágrafos, ao constituírem genuínos grupos semântico-ideológicos de imediato contrastantes, mas mediatamente interligados na conciliação do texto completo.

Em Burke, sobretudo, colheu Cairu tal descontinuidade, ou melhor dizendo, a descontinuidade em narrativas autônomas, a urdirem a conciliação na narrativa corrida de um tema, de um assunto.

Eis uma amostra típica:

“Boa ordem é o fundamento de todas as boas cousas. O verdadeiro político, na reforma dos Estados, deve sempre ter em vista fazer que o Povo, sem ser servil, seja sempre tratável e obediente. Jamais se deve por arte desarraigá-lo dos seus espíritos os essenciais princípios da subordinação civil. Deve-se-lhe permitir que alcancem, por meio de seu trabalho, tudo que se pode obter pela energia da indústria honesta, mas deve-se-lhe sempre ensinar o religioso sentimento de que, achando (como é mais comum) os seus esforços desproporcionados a conseguir melhor sorte, esperem para consolação de suas fadigas o obterem na vida futura as proporções compensatórias da Divina Justiça.”⁶⁸

Encontra-se aí uma descrição unívoca, íntegra na sua linha semântico-ideológica, toda ela fundada no apriorismo tradicionalista com nítidos matizes religiosos.

68 – LISBOA, José da Silva. *Direito político*, n. 2. *Op. cit.*, p. 10.

Ela prossegue assim sem quebrar a continuidade que a caracteriza num espaço de algumas páginas, até ingressar no tema do Estado, quando irrompe a descontinuidade no meio da uniformidade, sem contudo ferir a estrutura completa da narrativa que forma o capítulo.

Atesta-o claramente a citação alusiva à “ciência de construir um Estado”, e exposta nas páginas 23-24 desse ensaio.

Nela aflora a demonstração palpável de conciliação entre o apriorismo tocado pela ética e o experimentalismo, a arregimentar o pragmatismo, conciliação que se tece no seio de uma lógica que é metafísica, e em que se insinua uma filosofia da História.

Em Cairu esse “modelo” recebe total acolhida. Mas não se universaliza a ponto de excluir outros. O que vem a assegurar criatividade à sua obra. Pois, como se anotou pouco acima, múltiplas as “posições”, as combinações de alinhamentos doutrinário-filosóficos, de matizes epistemológicos, sob o controle de uma teoria do conhecimento que, prevalecentemente logicista, deixa aberturas para uma gradual absorção do real, particularidade essa própria da transição dentro da qual isso ocorre.

Em Cairu o espaço dessas aberturas se faz maior nos seus estudos econômicos e jurídicos, quando o conteúdo doutrinário se esvazia bastante para permitir o afloramento da mentalidade ilustrada na sua pujança pragmática, produzindo conhecimentos objetivos mesmo no meio da conciliação entre o apriorismo e o empirismo. Conciliação essa a resultar mais atenuada, possibilitando o domínio dos aspectos científicos sobre os doutrinários.

Trata-se de matéria a ser melhormente dissecada adiante.

Agora fica apenas a observação.

Ao se fazer tal colocação, naturalmente vem a pêlo o “modelo” lógico-epistemológico apresentado por Edmund Burke, que parece constituir a influência maior exercida sobre o Visconde.

Em primeiro lugar, também publicista da transição na velha Inglaterra, temerosa das repercussões em suas plagas da Revolução Francesa, abalando tradicionais instituições.

Isso explica a construção por Burke de um pensamento liberal conservador.

Foi ao mesmo tempo um liberal e um conservador, conforme se vê em seguida:

‘Deux autres traits résumant son caractère: il est à la fois un homme d’ordre et de tradition et un libéral. D’une part, il a horreur des changements brusques dans les institutions, parce qu’il en sort un bouleversement des mœurs il est impossible de calculer les effets; d’autre part, il a horreur du despotisme qui détache les hommes des institutions et les fait retomber dans l’anarchie.’⁶⁹

Na verdade, o denodado publicista inglês não poupou esforços na defesa intransigente do que chamava a experiência dos séculos, mestra incomparável dos governantes, da classe dirigente do país, apontando-lhe vigorosas diretrizes no enfrentamento das crises, na condução dos problemas, no revigoramento institucional, pela preservação dos hábitos ancestrais, da religião que fundamenta o comportamento moral dos homens, que consola os pobres.

As reformas, quando necessárias, ainda assim dever-se-iam acostar nesse acervo tradicional, como condição de servirem aos seus objetivos primordiais, entre os quais avulta a conservação do existente, da ordem social consolidada pelo tempo da longa duração.

Por isso, Burke elabora um pensamento sobretudo conservador, a partir mesmo do axioma segundo o qual para conservar é preciso reformar.

Aliás, o liberalismo constitui uma ideologia conservadora, como já verificado no capítulo anterior, porque não tem propostas de largo alcance social, no fundo atendendo os interesses da burguesia, da classe dominante, seja no campo político, seja na esfera econômica.

A liberdade que aquele escritor proclama situa-a no espaço da circunstância, como também qualquer outro princípio político, censuran-

69 – BURKE, Edmund. *Réflexions sur la révolution française*. “Introduction”. Paris, Nouvelle Librairie Nationale, 1912. p. IX.

do os teóricos, os ideólogos da Revolução Francesa, que a expunham no seio da abstração metafísica:

“Ce sont les circonstances – ces circonstances que quelques-uns jugent négligeables – qui, en réalité, donnent à tout principe politique sa couleur propre et son effet particulier.”⁷⁰

Ora, irretorquível que, ao assim se pronunciar Burke, no que seria bem imitado por Cairu, susta as possibilidades lógicas expressas nos enunciados políticos (ditos metafísicos), fazendo retrocedê-las aquém das possibilidades reais.

É uma atitude marcadamente conservadora, pois firma a orientação de acordo com a qual os princípios, em última instância, se subordinam às situações sociais, calcificadas pelo tempo da dominação elitista, feudal ou burguesa, que absorveu os parâmetros superiores da hierarquia social.

Na realidade, um artifício ideológico com vistas à manutenção dos poderes vigentes.

Interessante que tal orientação venha sempre em primeiro plano no pensamento conservador, desde Burke até os dias atuais.

Como não observar aí a profunda carência da utopia, da ultrapassagem antecipada dos lugares sociopolíticos e econômicos dando oportunidade, ainda no nível da consciência, à emergência de outros, a novas estruturas que resultem da mudança social?

A circunstância, com efeito, na ideologia conservadora, é a conjuntura de fato, hipostasiada, não aceitando a discussão do seu fundo estrutural, apelando para o decurso estritamente cronométrico do tempo para justificar a legitimidade da propriedade, das instituições.

Nessas condições, o tempo institucional se hipostasia por igual, constituindo o caminho único da viabilidade social, política e econômica.

Vale dizer: as reformas se fazem inerentes a essa viabilidade, pressupondo a conservação da essência das instituições.

70 – *Ibid.*, p. 11.

O que é passível de modificação são os seus métodos, processos e políticas, jamais consentindo que se destruam, que desapareçam na voragem dos despropósitos humanos, ou mesmo na consciente iniciativa de mudança.

Em sintonia com esse pensamento, ou integrando-o, destaca-se uma concepção estática da História, a sofrer a ação criadora dos seus agentes, pela inversão dos fins da autêntica liberdade, adensada e diligente no explicitar, no manifestar as potencialidades do homem situado numa circunstância, é verdade, mas numa circunstância condicionada por uma estrutura de classes e pela hierarquia de interesses que a permeia, movimentando os cordões da História, da sociedade, de tal modo que os que se encontram no topo da hierarquia reúnem as reais condições de apropriação do produto social em detrimento dos outros.

O passado, então, eleva-se à categoria de norma ético-política, urdindo os determinismos sociais.

O culto da tradição vem daí.

Como proceder diante do surgimento de situações novas, impostas pelas lutas políticas, pelos conflitos de classe, em redor de alterações incontrolláveis dos modos de produção, gerando, por exemplo, a ascensão de uma burguesia, para se ficar em determinado período da História?

O reformismo emerge como resposta imediata e cabal.

Ele é a manifestação mais lógica do conservadorismo, que se robustece ideologicamente na circunstância mesma da transição correlativa daquela ascensão, coroada pela Revolução Francesa.

Eis que Burke adota pertinentes idéias sobre reformas, fortalecendo o conservadorismo.

Escreve:

“Las reformas oportunas son arreglos amistosos con un amigo que está en el poder; las reformas tempranas se hacen a sangre fría; las tardias, en un estado inflamatorio.”

E quase em seguida:

“Una reforma moderada es permanente.”

Continua afirmando que em princípio se deve tender a conservar a instituição, a não ser quando não oferece mais razão alguma de existir.⁷¹

Disso ele deu prova exuberante em 1780 ao apresentar ao Parlamento inglês um projeto de lei com vistas à melhor independência do órgão e à reforma econômica.⁷²

Outra característica do pensamento de Burke é a conciliação, postulado básico do conservadorismo.

Não sem razão que tanto ele como Cairu assumem, influenciados ou levados por tal postulado, posições semelhantes.

O primeiro preconizando um amplo acordo com a América inglesa, já em franca rebelião contra a metrópole; e o segundo sugerindo o mesmo entre Brasil e Portugal, pelos idos de 1821, quase em idênticas circunstâncias.

O próprio título do impresso do visconde, “*O Conciliador do Reino Unido*”, assim o indica.

Pois bem. O publicista inglês quer a concessão de maior liberdade às Colônias, por meio de reformas na legislação e na administração tributárias, e de uma forma a privilegiar, a enaltecer o conservadorismo:

“Así pues, Señor, por esas seis fuentes capitales que son la descendencia, la forma de gobierno, la religión en las provincias del norte, las costumbres en las del sur, la educación y la lejanía del primer motor del gobierno – por todas estas Causas se ha desarrollado un fiero espíritu de libertad.”⁷³

Ao final, ele pretende que se estabeleça uma conciliação com base naquela concessão, na segurança de que aí se tem uma liberdade robustecida na tradição, na experiência da vida local, ordenada segundo a lei e instituições transplantadas da metrópole inglesa.

71 – BURKE, Edmund. *Textos políticos*. México, Fundo de Cultura Económica, 1942. p. 17.

72 – *Ibid.*, p. 16.

73 – BURKE, Edmund. “Discurso sobre la conciliación con América”. In: *Textos políticos. Op. cit.*, p. 325.

De sorte que Burke aparece sobretudo como um conservador, subordinando ao empenho em preservar a ordem os seus princípios liberais.

A eleição da ordem com o valor supremo na sua concepção filosófica e política é o dado fundamental para identificá-lo como um conservador.

A sua pregação reformista não tem outro propósito.

Dele diz outro publicista inglês, também eminente, e de período mais recente, Harold Laski, que o tema central que acalentou e sustentou se enquadra na frase “preserve in order to reform”.

Assim, ele pôde ser ao mesmo tempo um liberal e um conservador:

“It is not that Burke evades labels like ‘conservative’ or ‘liberal’ by simply taking a middle road. Instead, his career actively subsumes both and, by reminding us of their larger meanings, restores their value – as he restores the value of so much else.”⁷⁴

Primeiramente, veja-se o sentido do desenvolvimento implícito naquela frase: “Preserve in order to reform.”

É um desenvolvimento que ocorre sob aquela concepção estática da História. Integra um trabalho de prolongamento do passado numa continuidade que quer obscurecer e impedir as descontinuidades.

A tradição, nessas condições, representa todo o legado histórico. E a “ordem” uma situação coletiva de equilíbrio entre o já constituído socialmente e a força inovadora do tempo. Essa se vê contida nos limites das concessões do estamento dominante, que arbitra a extensão das reformas, jamais produzindo rupturas no *status quo*.

Portanto, o equilíbrio em foco preserva-o, fortalece-o.

E o tempo institucional recapitula na história factual os valores e as práticas recorrentes da sociedade global, fechando a emergência do *novum*.

74 – BURKE, Edmund. *Selected works*. “Introduction”. Edited by J. Bates. New York, The Modern Library, 1960, p. 1.

Em segundo lugar, observe-se a dialética que aproxima os termos “liberal” e “conservador”, e instaura mais uma vez a prática conciliadora, projeção de sua essência, ensejando a intercorrência entre aberturas do sistema, institucionalizando mecanismos ou canais jurídico-políticos de direitos da pessoa ou de grupos sociais e a manutenção de aparelhos político-administrativos e legais da velha ordem. O que traduz também a intercorrência dialética entre matizes distintos da axiologia profunda, articulada com as estruturas autoritárias, e que integram manifestações diversas da ideologia autoritária dominante.

Nunca demais o reiterar a compatibilidade saliente entre “liberal” e “conservador” em tal ideologia, e num período de transição entre a velha ordem feudal e a nova ordem burguesa.

Na verdade, como diz Harold Laski, da aproximação ou assimilação entre os dois termos se toma o caminho do meio, o caminho da conciliação.

A própria origem e circunstâncias que cercam o Liberalismo atestam o seu fundo conservador, sobrepairando os mecanismos da vida social, as estruturas socioeconômicas, contribuindo para a preservação deles, o que já esclarece a sua motivação conservadora, surgindo para garantir a ascensão de uma classe, agente de um novo modo de produção, mas que absorvia e chamava a si o modo de produção remanescente do Feudalismo, dando-lhe participação na economia que desenvolvia, a capitalista.

Daí a conciliação como postura tipicamente conservadora, compondo os mecanismos socioeconômicos e políticos da velha ordem com os da nova ordem.

E, assim, explica-se o aparecimento da Monarquia Constitucional, coisas desse tipo que comprovam a prática conciliatória.

Porque o conservadorismo se distingue fundamentalmente do tradicionalismo num ponto, no trabalho de absorção dos elementos tradicionais ou da ordem social passada, ao lado de criações, de instituições emergentes, atuais, de valores novos, operacionais, no afã da fixação do ponto de equilíbrio ótimo, que significa o controle eficaz da transição, levando-a a termo sem rupturas, sem descontinuidades, naturalmente, gradualmente.

A monumental empresa de conciliação entre o legado tradicional e as inovações históricas, constituindo um vasto quadro não apenas de mecanismos políticos, de instituições econômicas e sociais, mas também de uma bem estruturada concepção do homem e do mundo, de tal modo que se logre uma elaborada ideologia, com sofisticada formulação acadêmica, epistemologicamente bem urdida, com objetivos claros e definidos, é obra de Edmund Burke.

Assim, afirma Russel Kirk:

“Conscious conservatism, in the modern sense, did not manifest itself until 1790, with the publication of *Reflections on the Revolution in France*: In that year the prophetic powers of Burke defined in the public consciousness, for the first time, the opposing poles of conservation and innovation.”⁷⁵

Mais explicitamente se teria manifestado o autor se houvesse acrescentado o vocábulo “dialética” à oposição entre os dois precitados pólos. Porquanto, ao definir “conservação” e “inovação”, já firmava uma composição dinâmica entre ambas, uma alimentando e sustentando a outra em processo histórico contínuo e linear.

Contudo, retenha-se o que foi dito anteriormente com respeito a Cairu, mais precisamente no capítulo precedente: o predomínio das antigas tradições morais da humanidade na ideologia conservadora, ou melhor dizendo, no conservadorismo social como a sua própria essência.⁷⁶

O matiz ou o pólo da inovação vem na intenção de assegurar a continuidade delas.

Tal aponta para uma direção idealista do conservadorismo, acabando por subestimar as transformações materiais da sociedade global como determinismos que pesam decisivamente no aparecimento de novos valores, de novos estilos de vida e de pensamento, de novas instituições.

75 – KIRK, Russel. *The Conservative mind from Burke to Santayana*. Chicago, Henry Rognery, 1953. p. 5.

76 – *Ibid.*, p. 7.

Por isso se faz precário e contingente o equilíbrio entre a velha e a nova ordem: a conciliação posta em função desse equilíbrio constitui algo imposto, mero artifício da dominação, uma projeção dos poderes temerosos da Revolução, dos conflitos de classe que levem ao definitivo aniquilamento dos seus interesses e privilégios.

A inclinação para o passado, para as “antigas tradições morais” compõe manobra ideológica com vistas à ocultação da consciência crítica da História, desvendando os móveis dinâmicos das mudanças, mudanças globalizantes, e descartando a possibilidade concreta de primazia da Idéia ou mesmo da Matéria exclusiva, desvinculada dos processos de racionalização, de representação das condições existenciais.

Assim, o conservadorismo prega “inovação” com o fito maior de se manter íntegro e imperturbável no palco das lutas humanas, vendo como natural a persistência secular de um patrimônio sociocultural que teve a sua serventia na Antiguidade, na Idade Média.

Eis que as idéias são eternas, os verdadeiros comandos da atividade histórico-social, sancionando gestos, instituições e práticas que lhes são coetâneas.

Nessas condições, a religião desempenha um papel axial nessa ordem de coisas, tudo assimilando à sua essência.

Os problemas políticos são problemas religiosos ou morais.

Como não os tratar então sob o prisma da ideologia religiosa, incapaz *ab origine* de assentá-los em bases funcionais, ou concretas, em conexão com os dados estruturais-conjunturais da realidade nacional?

O apriorismo constrói essa perspectiva, cuidando da continuidade histórica como extensão do passado.

Modela a condenação do igualitarismo social, sublinha o igualitarismo moral e exalta o providencialismo em decorrência do protagonismo histórico dos homens se haver exaurido no passado, ao erger aquelas tradições morais.

“Ordens” e classes são necessárias e provêm do período em que se forjaram tais tradições.

O elitismo de Burke se encaixa nessa sua concepção da sociedade de classes, como não poderia deixar de ser.

E está patente no conceito que tem do povo.

Diz Russel Kirk:

“What constituted the people? In Burke’s opinion, the public consisted of some four hundred thousand free men, possessed of leisure or property or membership in a responsible body which enabled them to apprehend the elements of politics.”⁷⁷

Então, para Burke, apenas uma pequena parcela da população, aquela que dispunha de determinadas condições econômico-sociais, podia ter acesso à política.

Era preciso que as pessoas reunissem a titulação de proprietários ou pertencessem a entidades sociais de escol, apresentando os requisitos econômicos, sociais ou culturais, de uma percepção clara do *munus* público, para exercitá-lo, como eleitores, como membros das instituições políticas.

Aliás, essa propositura se encontra também, com pequenas alterações, mantendo a sua essência, em Locke e em outros filósofos do Liberalismo inglês. O que indica uma constante conservadora, elitista, em todos eles.

O certo é que se acha também aí a projeção de uma concepção idealista, tocada por denso apriorismo, da sociedade, vista como um ente espiritual.

Os costumes, as tradições recebem o selo do sagrado, instaurando uma continuidade que realiza a espiritualidade do organismo social.

A História constitui a mediação ordenada, moral, da encarnação do espírito no cumprimento do dever-ser, de antemão depositado naqueles costumes, naquelas tradições.

Portanto, ela também se antecipa, o futuro se contém no passado. E o presente é a recapitulação desse axioma, dispondo os coetâneos para assumirem as normas derivadas da norma fundamental expressa no dever-ser.

77 – *Ibid.*, p. 17.

A mudança se opera assim sob rígido controle, não se realizando senão sob o vínculo da dialética entre os termos do princípio básico do conservadorismo, o da conservação e o da inovação. O que mantém a sociedade íntegra, na sua constituição e hierarquia de classes, com as mesmas desigualdades, com a mesma estrutura de poder, com as mesmas relações de produção.

É a imortalização do ser social.⁷⁸

Nisso se transpunha para o domínio em objeto os valores de perenidade, de eternidade, atribuídos pela religião à Igreja.

Compreende-se, então, a extensão da ameaça que representam para a nação, para a Igreja, a Revolução Francesa, a “anarquia” que por sua inspiração começava a lavar nos países ocidentais.

Num ambiente inteiramente sacralizado como esse, comparava-se o influxo revolucionário a algo demoníaco, a abalar os princípios instituídos por Deus.

A ordem social imanente à ordem do cosmos, à ordem divina, se via, pois, em perigo.

Isso criava terrível tensão na época e suscitava o temor de um verdadeiro cataclismo universal.

E se procurava conjurar o perigo por meio de constante pregação da doutrina tradicionalista e conservadora.

Tal ocorria principalmente nos escritos que se ocupavam de temas constitucionais, de reformas políticas liberais, como a buscar controle sobre as mudanças.

O temor era persistente. Queria-se por meio de intensa doutrinação, da prática racionalista do uso da palavra escrita, evitar que aquelas mudanças se afastassem da concepção da sociedade como ente espiritual, com travejamentos perenes, com hierarquias eternas, e degenerassem em alterações substanciais da “ordem” construída por Deus.⁷⁹

78 – *Ibid.*, p. 18.

79 – *Ibid.*, pp. 28-9.

Num universo ideológico dessa natureza as criações liberais, consubstanciadas principalmente em mecanismos político-constitucionais e em instituições econômicas mais desembaraçadas de controles rígidos, no comércio aberto e franco, a liberdade, cerne mesmo da idéia liberal, se inclui na estrutura dialética daquela tese conservadora, distendendo-se entre a conservação e a inovação. E com lógicas conseqüências de preservação do legado tradicional, da prática imemorial da organização política inglesa, na sociedade hierárquica que lhe servia de base.

Isso se tornava viável pelo hábito de obediência a todo um complexo normativo inerente àquela sociedade.

Aí usual uma liberdade que se harmonizava com um ideal de justiça profundamente arraigado, plantado no legalismo, na lei pela lei, por se integrar naquele complexo normativo que se pretendia completo, porque hipostasiado pelo teor de sacralidade. Na lei que se justificava por si própria, por já conter a essência ideológica da tradição, da composição hierárquica dos direitos e dos deveres, do comportamento estamental, da dominação. O que, numa sociedade antiga como a inglesa, induzia o respeito, o acatamento aos direitos, às leis, favorecendo, dentro dos parâmetros do sistema, os servos contra os nobres, e ambos os estamentos contra possíveis abusos de poder do rei.

Esse o ensinamento de Burke fundado na prescrição.

Preconiza a liberdade sob a lei, levando-o a defender as liberdades dos americanos contra o rei e o parlamento, dos hindus contra os europeus.

De novo, elucidativo Russel Kirk:

“He had defended those liberties not because they were innovations, discovered in the Age of Reason, but because they were ancient prerogatives, guaranteed by immemorial usage.”⁸⁰

Ora, tais argumentos entendem com os caracteres socioculturais da sociedade britânica, ciosa de suas prerrogativas de liberdade, de suas tradições jurídicas, do espírito de legalidade que permeia as suas instituições, desde a célebre Carta Magna, elevando-a ao primeiro plano das na-

80 – *Ibid.*, p. 19.

ções. O que só seria conquistado na França e em outros países depois de lutas sangrentas, com a Revolução, e a partir de outro quadro ideológico, a do Nacionalismo apoiado na Metafísica, na Razão abstrata.

Assim, muitas das conquistas liberais logradas desde 1789 já existiam vários séculos antes na Grã-Bretanha.

Compreende-se, pois, a afirmação de que Burke foi um liberal porque foi um conservador.⁸¹

O que vale dizer não haver recebido nada do Liberalismo francês, do Constitucionalismo de Montesquieu, de Locke e de outros publicistas liberais.

O inverso é que se deu.

Ele influenciou vários deles, considerando que, como se analisou sobejamente, o Liberalismo mantém fortes componentes conservadores.

Não era possível que, assim, o pai do Conservadorismo, Burke, deixasse de emprestar as suas teses a filósofos e a publicistas ocidentais.

Montesquieu foi um deles, também um pensador da transição, um conciliador. Grande a contribuição que bebeu no inglês. Não há mesmo contradição séria entre as doutrinas de ambos.

Diz-se de Montesquieu que punha mais fé em Burke do que nos reformadores franceses, seus compatriotas.⁸²

A concepção da História do publicista inglês é providencialista. Há uma revelação progressiva de Deus na História por meio do comportamento humano.

Sobrepõe-se, destarte, ao determinismo, mas admite a prevalência da lei natural imanente ao caráter humano e à conduta, mediante a qual trabalha a providência.

Tal induz que o agente maior é a natureza e não a História.⁸³

81 - *Ibid.*, p. 19.

82 - *Ibid.*, p. 20.

83 - *Ibid.*, p. 36.

Para conhecer essa, para extrair lições dela, o importante é observar e registrar as constantes, as permanências, as regularidades que se inscrevem na continuidade das tradições morais, dos preconceitos e das prescrições, que fazem a história real.

Desse modo, explicita-se a subordinação desta à natureza, à lei natural.

Os homens alcançam as mudanças sociais sem esforço, bastando pôr em prática aquelas constantes. E tais mudanças surgem da própria tendência de conservação que conduz às inovações, às reformas, acolhendo fatos e situações novos sob o controle do ente espiritual perene que é a sociedade.

Daí por que julgava Burke o advento de formas de economia, de comércio, etc. como algo esteado nas regularidades, nas tradições morais, no acervo espiritual da civilização, ainda que configurassem um emergente modo de produção a romper a continuidade histórica. Regularidades que significam a preservação da estrutura social montada ao longo daquela continuidade, caracterizada pela “ordem”, inerente à qual a harmonia entre o real e a natureza eterna.

Fora disso tem-se a anarquia.

E “physical and moral anarchy is prevented by general acquiescence in social distinctions of duty and privilege”.⁸⁴

As desigualdades sociais obedecem à lei natural. Seguem o plano da Providência. Traduzem desigualdades naturais entre os homens.

Aliás, a lei natural constitui categoria básica do pensamento de Burke. Cumpre examiná-la mais detidamente.

Ela se dimensiona por igual na tradição.

Deriva do acervo legado por clássicos como Aristóteles, Cícero, e pela escolástica de Santo Tomás de Aquino, de Bracton e de Hooker.⁸⁵

84 – *Ibid.*, p. 59.

85 – STANLIS, Peter J. *Edmund Burke and the natural law*. Michigan, The University of Michigan Press, s. d. p. XI.

E forma elementos básicos do pensamento moral, jurídico e político do século XII.

Fazem-lhe oposição o racionalismo dos filósofos, a sentimental emancipação de Rousseau, o utilitarismo de Bentham, o materialismo de Marx e o positivismo de Comte.⁸⁶

Opina Peter J. Stanlis:

“Burke never treated the natural law merely as an abstract code ethics perceived directly by the naked reason. To Burke the spirit of the natural law was embodied in the rules of equity which governed English common law, and was transmitted through legal precedents and prescription.”⁸⁷

Isso se encaixa no consenso em torno da tese de que o seu pensamento foge à abstração e se apóia em valores éticos, nos sentimentos morais, em criações religiosas, no senso comum inerente às práticas tradicionais, aos costumes, aos precedentes, aos preconceitos, aquilo que a sociedade sente, sem necessidade de altas racionalizações.

Mas nem por isso deixa de ser racionalista, com suporte numa razão religiosa, inspirada nos mitos, na fabulação das crenças.

Nisso a influência das peculiaridades culturais da sociedade inglesa fez-se marcante. O que motivou no seu espírito uma atitude de extrapolação, ao generalizar para o mundo ocidental, para todas as épocas aquelas ou muitas daquelas peculiaridades.

A concepção de lei natural, central no seu pensamento, abre ou dilata espaço para a generalização em objeto, ao se revigorar nas regularidades específicas das decisões judiciais inglesas, balizadas nos precedentes, no direito costumeiro, no critério de prescrição, generalização articulada com o legalismo, esvaziando a riqueza dos fatos, a singularidade das conjunturas, ocultando os movimentos estruturais, situações dotadas de causalidade, de legalidade próprias.

86 – *Ibid.*, p. 3.

87 – *Ibid.*, p. 38.

A lei natural, por conseguinte, resulta de transposição arbitrária do modelo de práticas institucionais para o campo do conhecimento filosófico, político e moral, da razão.

Ou melhor dizendo: tais práticas ensejam o “modelo” gnoseológico de reflexão racionalista sobre as instituições, o todo social, a política, etc.

Conveniente lembrar que o conceito de lei natural em Burke reveste-se do qualificativo ético.

Na verdade, insere-se no terreno da ética, confundido por sua vez com a religião, com os princípios transcendentais, divinos.

Mais uma vez oportuno o auxílio de Peter J. Stanlis:

“Throughout the Reflections the spirit of the Natural Law and Burke’s conception of the divine contract which binds all men appears in various forms – in his discussions of the English constitution, in his principle of political sovereignty, in his idea that civil liberty is an inheritance and private property is secured by prescription, and above all, in his conception of the divine and social functions of Church and State.”⁸⁸

Com efeito, a lei natural, nesse entendimento, se alça ao plano transcendental articulado com o domínio social. Mas numa articulação um tanto dialética. Porque ao mesmo tempo em que toda a sociedade é vista como um ente espiritual, ela não deixa de gozar de autonomia em face do poder religioso, de desenvolver as prescrições civis, de valorizar os costumes, as tradições morais, a constituição secular do ordenamento social e político, de determinar regras pragmáticas para o comércio, para as colônias, tudo no bojo de procedimentos, de dispositivos e de orientações rigorosamente leigas, mundanas.

É conhecido o velho pragmatismo britânico.

Emerge em tudo isso um jogo racionalista, marcadamente ideológico, em que a razão, correlativa da lei natural, percorre o caminho entre

88 – *Ibid.*, p. 73.

as bases sociais e o universo transcendental, estabelecendo aí uma intercorrência. Sem que, porém, se chegue propriamente a uma síntese integrativa entre o imanente e o transcendente. Antes, termina na construção de imperativos éticos, de uma ordem do dever-ser, de obediência ao *status quo*.

Assim, os conceitos básicos têm os seus significados alterados ou mantidos numa polissemia que realiza os objetivos de controle social.

É o caso do vocábulo “ordem”, com conceitos nele embutidos conforme os adjetivos que o acompanham: física, social, cósmica, divina. Artifício de permanente intercorrência entre aqueles dois planos, e sem necessidade de separá-los.

Ocorre, então, uma superposição de níveis lógico-metafísicos e empiristas no discurso de Burke. O que particularmente constitui ato racionalista, com singularidades no pensador inglês.

Trata-se de um publicista cuja epistemologia merece atenção maior, pelos seus passos pioneiros no sentido de construir um pensamento com componentes românticos, empírico-realistas e utilitários e metafísicos, fecundando outras correntes doutrinárias a partir da circunstância.

E sempre está a dizer que a abstração das teses revolucionárias, do ideário enciclopedista, reside justamente na distância que mantém com a circunstância.

Aqui se explicita maiormente o método da intercorrência entre a conjuntura, o quadro social vivo e atuante, e os princípios, o transcendentalismo, a axiomática. De modo que estes se iluminam, se esclarecem, ganham corpo, no contexto institucional, na matéria social, política e econômica. Assim como a recíproca igualmente se impõe. Isto é: esse contexto institucional, essa matéria social, recebem explicitação coerente e global do transcendentalismo apriorístico. Em última instância, contudo, acaba prevalecendo o transcendentalismo, que dá a explicitação maior, mas de caráter todo especial. Pois ele encampa elementos os mais díspares: mitos, preconceitos, costumes, o mistério, a razão já trabalhada desde o pri-

meiro momento nesse fundo cultural, nas raízes da religiosidade difusa e confundida nos valores, nas tradições, no legalismo, no moralismo, de mistura com atitudes utilitárias tão inerentes ao gênio da Inglaterra. Tudo isso transfigurado pelo logicismo metafísico, ao que se atrela a herança clássica e escolástica, e produzido ao sabor da circunstância ou em atinência com a circunstância.

O conservadorismo é dessa forma estruturado pela vez primeira. Uma sistemática se pode extrair daí. Não, porém, um “sistema” logicamente construído.⁸⁹

Ele enfeixa um pensamento compósito, com grandes articulações e conceitos-chaves esteando uma argumentação logicista que tece um painel de imagens, de símbolos, de metáforas, de realidades históricas, de fatos, de instituições, de práticas imemoriais, na unidade representada pelo ente social espiritual, que se continua no tempo, na tarefa de conservação do existente.

Burke é, na verdade, um contra-revolucionário de bases tradicionalistas, opondo-se ao racionalismo puro e à “sensibilidade” do seu tempo.

Nutre uma concepção do homem como ser racional e emocional. Assume uma postura que se origina na experiência histórica e na filosofia que via o homem condicionado pelas engrenagens da dinâmica social, envolvido no dinamismo da sociedade civil, tida como entidade orgânica.

Então, o homem é um ser corporativo nas suas atitudes e experiências, atos e conquistas, em todas as suas manifestações de vida.⁹⁰

Assim, a “razão não consistia em deduções lógicas imediatas dos indivíduos, mas em revelações complexas, históricas, corporativas de toda a raça humana, solidificada na continuidade histórica e nas instituições prescritivas.”⁹¹

89 – SABINE, George. *História das teorias políticas* Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961. v. 2, p. 397.

90 – STANLIS, Peter J. *Op. cit.*, p. 161.

91 – *Ibid.*, p. 162.

A sua concepção orgânica do homem e da sociedade teria profundas repercussões na percepção que guardava do Estado, visto como ente orgânico que se eleva sobre a vontade dos indivíduos, com missão sagrada, com vinculação no eterno.

Para Burke o estado é uma comunidade não só dos vivos, mas dos vivos, dos mortos e dos que ainda não nasceram.

“Todo contrato político é apenas uma cláusula do grande contrato da sociedade eterna que liga o mundo visível ao invisível. Não está sujeito à vontade daqueles que, obrigados por um dever mais alto, estão sob as suas leis.”⁹²

Recusa, assim, a democracia, com argumentos metafísicos, apoiados sobretudo na crença, recaindo na textura das proposições ideológicas.

O pensador inglês, na sua estrutura narrativa, no seu estilo, deixa patente a articulação dessas proposições, desligadas de um “sistema”. O que já atesta a variedade de formas de seus escritos, principalmente em matéria política, e de base circunstancial.

São cartas, aforismos, discursos e panfletos, com extravasamentos emocionas, líricos, direcionados a problemas do momento, do presente, com vistas a resultados práticos.⁹³

Nota-se em Burke o esforço ingente de acomodar os acontecimentos do seu tempo, a sua circunstância histórica, no “modelo” conservador de pensamento que edificou.

Para tanto, é compelido a assumir a conciliação. O que vem a caracterizar propriamente o seu conservadorismo.

O “modelo” que perfilha se faz na prática epistemológica já referida, e consistente na racionalização do binômio tradição-inovação, que significa o processamento de enunciados na imobilidade da axiomática. Pois, no fundo, sanciona ou acolhe a marcha da História, a imposição dos fatos,

92 – TEHIMER, Walter. *História das idéias políticas* Lisboa, Ed. Arcádia, s.d. pp. 260-1.

93 – TOUCHARD, Jean. *Historia de las ideas políticas* Madrid, Ed. Tecnos, s.d. p. 373.

do *novum*: a reflexão conservadora se harmoniza com a ação política ao encetar um constante e reiterado movimento de defesa, de preservação do *status quo*, manifesto na exacerbação ideológica, na repulsa violenta à revolução, à “anarquia”, às “desordens”. É quando se obriga a aceitar as novidades ideológicas ou institucionais que ajudam àquela preservação.

Conquistas liberais, formas do constitucionalismo, adota-as, dando esteio ao capitalismo ascendente, impulsionado pela Revolução Industrial, pelo colonialismo. E Burke é o ideólogo da Inglaterra colonialista.

Nessas condições, permanecem os privilégios, a hierarquia de classes, o acatamento às desigualdades sociais, como algo natural e irremovível, não obstante o figurino novo trazido por reformas políticas e econômicas.

Há em última instância um controle do pensamento, da “inteligência” sobre a direção dos acontecimentos, das reformas, canalizando-os em prol do *status quo*.

É a manifestação mais cabal do idealismo próprio do conservadorismo. Isso que Cairu assimilou tão profundamente a ponto de fundamentar inclusive o seu pragmatismo econômico. Inteligência essa que se reveste de moralidade, realizando o binômio razão-vontade do racionalismo.

Portanto, a inteligência é elevada ao plano político, funcionando como controle ideológico do curso da História. Ela aparece como a própria ideologia conservadora. Pois define previamente os pressupostos fundamentais da política, da arte de reinar, de agir. Os quais convergem para a “estabilidade das instituições fundamentais da sociedade”, na verdade assegurando os interesses básicos da dominação, da elite dirigente, a manipular o excedente econômico, a acumulação, as posições sociais e políticas.

Expõe Salvandy, da constelação de ideólogos proeminentes do conservadorismo:

“No mundo só há dois cursos do político: um é regular, legítimo, prudente; ele tem por objeto dirigir a nação, não pela força física, mas pela força moral da inteligência: ele concede mais influxo aos conhecimen-

tos do que aos números; mais à estabilidade das Instituições Fundamentais da Sociedade, ao amor da ordem, aos bons serviços das classes iluminadas, do que às inovações imaginárias dos presumidos Reformadores, que aspiram a exorbitar de sua esfera. Ele conduz o gênero humano, lenta e gradualmente, aos melhoramentos que Deus tem destinado como o prêmio dos nossos esforços, e compensação das nossas misérias... O outro curso de Política tem regras absolutamente diferentes, e método de obrar totalmente diverso. Força, e bruta força, são os constitutivos de seu sistema, e do seu código. Eles em todas as contestações entre cidadãos, partidos e estados, em todo o tempo e lugar negam a autoridade da Justiça.”⁹⁴

Tal o mesmo pensamento de Burke, o pai do conservadorismo.

Vem justamente corroborar a supremacia da “inteligência” na caminhada da História, nas mudanças sociais.

Ela parte de uma ordem social havida como justa, porque realiza a harmonia entre os homens, entre as instituições, conciliando todas as coisas.

O conhecimento dessa ordem estabelecida justifica a ação política, a vontade que impulsiona os aperfeiçoamentos gradualmente determinados pela natureza daquela ordem, sempre se autopreservando, ainda quando acolhendo esses aperfeiçoamentos.

O conservadorismo, pois, se apresenta com forte tendência de defesa, levando-o a refinada justificação do *status quo* para se prevenir contra o avanço da Revolução Francesa.

Daí por que se posiciona terminantemente contra qualquer ativismo, contra a utopia que desata os nós que prendem a idéia, a razão, às bases tradicionais da sociedade.

Chama de “metafísicas” as idéias revolucionárias, a doutrina da Revolução Francesa, as quais se contrapõem ao “realismo”, aos fundamentos sociais, tidos como dogmas, como axiomas, da ideologia conservadora.

94 – Transcrito por Cairu – *Manual de política ortodoxa, op. cit.* pp. 61-62.

Vale dizer: o realismo em objeto é peça essencial da argumentação, da reflexão sobre o homem e a sociedade. E a ponto de nele encerrar as circunstâncias.

E numa atitude ideológica toda particular, que propicia o domínio dos acontecimentos, da História, constantemente amarrada às bases “eternas” da ordem social vigente.

Nessas condições, os acontecimentos não representam o *novum*, algo com definição e fisionomia próprias. Não passam de projeções da mesma ordem social, de sua vontade como ente espiritual e eterno, que progride com o tempo. Mas de forma que o progresso não contém nada de essencial. Compreende realizações do ente espiritual, que é a sociedade, a nação. É uma extensão do *logos*, da razão-vontade que a anima no círculo fechado do estabelecido.

Não sem lógica se vê na linguagem do conservadorismo da época a grande frequência do vocábulo *estabelecimento*, com conotações semântico-ideológicas evidentes, afinadas com a ordem dominante.

Assim, as inovações não são imaginárias no âmbito dessa ordem. Porque complementos postos nela. As reformas formam anexos do estabelecido.

Um pensamento dessa qualidade não pode prosperar sob os pressupostos gnoseológicos do Iluminismo, da filosofia da Revolução Francesa. Ou mesmo sob pressupostos gnoseológicos de rigorosa legitimidade, apoiando-se nos “modelos” de racionalidade estrita. Ou num conhecimento que se digna de devassar novas áreas do real. Ou tentando superar o imobilismo de um pensamento que se faz prevalentemente ideológico para se impor, para sobreviver.

Isso explica em grande parte o caráter defensivo do conservadorismo, apelando constantemente para proposições ideológicas na sua formação originária ou por cristalizações de proposições não-ideológicas. E de uma forma que legitima mitos, afirmações autoritárias, e reitera, oferecendo-lhe nova dimensão formal, o racionalismo aristotélico ou platônico, perpetuando o jogo ideológico. Numa postura lógico-epistemológica de ten-

dências dispersas, às vezes conflitantes, estruturando um amálgama de estilos, de filosofias, que acaba na chamada conciliação, às voltas com dificuldades imensas de justificação.

É a amostra viva da natureza compósita, justaposta freqüentemente, do material doutrinário conservador.

O importante não é tanto a uniformidade dos arcabouços lógico-epistemológicos, mas a coerência ideológica manifestada na conciliação. Coerência em torno da defesa intransigente do *status quo*, das estruturas autoritárias que o mantêm, do espírito dialético do binômio tradição-inovação.

Um conservador típico é reconhecido por essa postura. E assim não importa que formule por conta própria ou de sua iniciativa a organização dos seus materiais discursivos.

Ele pode ser mais inclinado ao privilegiamento das tradições, dos valores, da cultura feudal. Ou propenso a manipular prioritariamente a religião, no quadro formal da conciliação, trazendo a si também os elementos liberais apenas indispensáveis ao reforço da ordem político-social.

Autores diferentes, de tendências por vezes até conflitantes, se compõem na mesma moldura epistemológica, desaparecendo qualquer possibilidade de nítida uniformidade ideológica, ou lógica.

Tal não vem ao caso.

O importante é o fio ideológico subjacente, ao redor da medula central do conservadorismo, a ordem social tendencialmente revigorada no encaminhamento da transição.

Em Cairu, tal postura se evidencia plenamente no decurso da sua obra, produzida segundo parâmetros formais descontínuos, não uniformes, acatando tipos discursivos vários ou sobrepostos, e forçando uma conciliação de escritos tradicionais e modernos, de mensagens algumas vezes contrapostas. Mas que, no geral, concordam no ponto axial do seu projeto: a conservação da ordem estabelecida.

Veja-se, por exemplo, como ele justapõe Burke e Montesquieu, publicistas que não apresentam completa afinidade ideológica e epistemo-

lógica, não obstante os pontos comuns, seguramente os que ancoram na tese fundamental do conservadorismo.

O constitucionalismo do francês forneceria a armadura técnico-doutrinária de atualização da monarquia, uma instituição tradicionalista, no Brasil. O que ocorre em socorro da assertiva de que o material compósito na obra doutrinária e política da transição brasileira é maior, de elevada densidade, mais do que na Inglaterra de Burke, tornando esta mais coerente e uniforme no desdobramento ideológico e gnoseológico dos seus escritos. Isso a ponto de se colher a impressão de que em Cairu, como em outros escritores que haurem a mesma cultura política, e fundamentos filosóficos comuns, a aglutinação opera mais que a conciliação de teses, de proposições. O que faz de sua obra doutrinária, permeada por modulações várias, por diversos tipos de discurso, algo a exigir uma interpretação mais profunda, capaz de detectar o nítido arcabouço de um pensamento que descontinuamente se arma, complexo e multifacetado.

Pois bem. Ao utilizar Cairu também o “modelo” político-institucional proposto por Montesquieu, revigora o seu esquema de conciliação, pois o pensador francês foi um conciliador.

Sabe-se que tal “modelo” muito serviu ao projeto político de Pedro I.

Aí está um sistema constitucional que trabalha sob o mecanismo da separação dos poderes, impondo limitações e contrapesos ao desempenho de cada um deles, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Desse modo, a classe dominante, ansiosa por instrumentos políticos legais de proteção ao exercício de atividades econômicas estimuladas pelo liberalismo econômico inerente ao capitalismo do período, assegurava-se direitos, extensivos, pela generalidade da lei, aos outros segmentos sociais, malgrado estes, na prática, não os desfrutassem, mercê do autoritarismo que se compunha com a apropriação exclusiva do excedente por aquela classe.

O “modelo” político-institucional em objeto vinha, pois, atender a reformas ou a nova etapa da economia brasileira, instrumentalizando a modernização das estruturas políticas, tornando viável ou funcional aquela etapa.

Mais uma vez se evidencia o caráter modernizador da transição, assistida por Cairu. O que bem diz do seu conservadorismo.

Numa ordem social fundamentalmente autoritária, persistindo em algumas de suas esferas o absolutismo, registre-se o quanto era festejada pela classe proprietária iniciativa desse jaez, que acabava de vez com os entraves disciplinares, legais, criados pelo sistema de monopólio na Colônia.

Inserida numa rede de estruturas autoritárias, constituindo ela própria uma delas, ainda assim, em função mesmo das contingências da hierarquia social, sente-se compelida a se libertar do jugo austero da Corte, dos funcionários régios, da organização político-jurídica, a fim de lograr livre exercício.

Certo que não se copia de todo o “modelo” político-constitucional de Montesquieu.

Algumas alterações tiram àquela classe a possibilidade de, a curto ou a médio prazos, alcançar uma plena garantia e o exercício completo dos direitos políticos, através de representação no Congresso. E de modo a se igualar essa representação em poderes ao Imperador. Ou, pelo menos, com os ditames da mesma divisão de poderes, quando então qualquer um deles ficava em condições de contrabalançar o outro.

No caso, o Executivo, através da introdução do Poder Moderador, no aparelho da monarquia constitucional, o qual criação de outro publicista francês, Benjamin Constant, se postava acima do Legislativo e do Judiciário.⁹⁵ O que vale dizer haver ido a conciliação entre a velha e a nova ordem até certo ponto, preservando o forte legado autoritário do Imperador.

De novo, a tradição feudal triunfava.

Isto é: a classe proprietária é contemplada no novo período da história brasileira com benefícios, com direitos, que robustecem a sua posição. Mas, em maior grau, o Imperador, o personagem político que encarna o topo da hierarquia, segundo a melhor concepção do Feudalismo, fazendo com que ele personalize a autoridade incontrastável, irresponsável, que pre-

95 – Sobre a matéria leiam-se os clássicos:

VASCONCELOS, Zacarias de Góis e. *De Natureza e limites do poder moderador*. SOUSA, Brás Florentino Henrique de. *Do Poder moderador*. Brasília, Senado Federal, 1978.

side o complexo das articulações autoritárias, embora não desça, na prática, ao controle total da ordem social num país continental, com numerosos municípios dispersos e distantes, bastante isolados, afetados ao máximo pelas dificuldades de comunicação, numa situação de débil integração social, verdadeiros “feudos”, com organização própria.

E não há dúvida que o mito que cerca a pessoa do Imperador, as honras e prerrogativas, as “prescrições”, os costumes, as antigas tradições, que a reforçam continuamente, integram uma poderosa simbologia, uma prática política e um influxo aliciante sobre a nação, redefinindo o velho paternalismo colonial e conferindo-lhe lugar todo especial e proeminente na organização política.

Percebe-se que o “modelo” de constitucionalismo proposto por Montesquieu sofre limitações diante do “modelo” mais coercitivo, mais representativo para a ordem imperial, que coincidia com a fundação do Estado nacional brasileiro, e materializado em Burke, não propriamente no mero aparato político-jurídico, mas no espírito conservador, autoritário, que impregna o monarca, Cairu e tantos da elite dirigente.

Bastante significativo o dizer o Visconde que Burke era leitura obrigatória do Príncipe Dom Pedro.

Narra ele:

“Consta que, para prevenir o contágio do século, quando o espírito péssimo ditava Revoluções nas Colônias de Hespanha, ele [Frei Antônio de Arrábida, preceptor de D. Pedro de Alcântara] fazia ler com reflexão os *Extratos Políticos*, de um dos mais eminentes oradores do Parlamento Britânico Edmund Burke, o Arche. Antagonista dos revolucionários de todos os países, que muito contribuiu a salvar a sua Pátria terra clássica da Liberdade de se precipitar no caos da Anarquia. Assim o jovem Príncipe aprendeu a não confundir a conveniência de reformas necessárias de instituições defeituosas com a extravagância das Inovações atrabiliárias nas Leis Fundamentais das Monarquias”.⁹⁶

96 – LISBOA, José da Silva. *História dos principais sucessos políticos do império do Brasil*. Rio de Janeiro, Tip. Imperial e Nacional, 1826. pt. X, p. 2.

Defende o pensador britânico, com a sua autoridade, a inviabilidade do mecanismo da divisão dos poderes.

Eis as suas palavras:

“O Bom Governo Constitucional, composto dos três poderes, se pode comparar ao açúcar, que para adquirir e reter a sua própria cristalização, consistência e doçura, é necessário (conforme se diz na moderna linguagem química) que estejam em perfeito equilíbrio os seus três princípios constitutivos – oxigênio, hidrogênio, carbônico: qualquer inclinação, ou rompimento da balança, lhe destrói a natureza e virtude. Achar, pois, os dados para a manutenção do Equilíbrio dos três poderes é a incógnita do grande problema do Direito Político.”⁹⁷

Desse modo, em respeito à hierarquia imanente à ordem social, o rei aparece como o representante de Deus na Terra, aquele cujo poder paira acima de outro qualquer, não suportando compartilhá-lo.

Para debelar a opressão basta o reconhecimento dos direitos legítimos, os amparados pela tradição, pela prática costumeira dos negócios, pelo exercício da propriedade.

É mesmo para a propriedade que o Governo existe, na esfera do mais peremptório elitismo. O que assegurado por mecanismos político-administrativos, como a especialização, da função pública: a judicatura, a administração, denominadas por Burke “operações”, não vistas por ele como poderes.

Proclama:

“O governo existe para segurança do produto do trabalho, isto é, para fazer guardar o direito de propriedade. Eis o fim do governo civil.”⁹⁸

O reconhecimento dos direitos de instâncias mais baixas, com representação política no Parlamento, agilizando um tipo peculiar de liberalismo, a partir da Carta Magna, exclui a possibilidade de opressão do rei.

97 – LISBOA, José da Silva. *Direito político*, 4 (Doutrina de Burke), *op. cit.*, pp. 3-4.

98 – *Ibid.*, p. 9.

As peças básicas dos “modelos” de Burke e de Montesquieu constituem o alicerce maior da doutrina de Cairu.

No entanto, o imperativo de adaptá-las à circunstância brasileira provoca a postura lógico-epistemológica *sui generis* do preclaro baiano, adotando aqueles desníveis, aquelas descontinuidades formais-ideológicas, que fazem de sua obra algo complexo, a reclamar deslinde interpretativo eficaz.

Somente a análise desses desníveis e dessas descontinuidades, finalizando num todo coerente e significativo, dilucidará as singularidades do “modelo” que perfilha.

Destaquem-se ainda no pensador britânico alguns aspectos importantes do seu pensamento, que definem orientações ideológicas e denunciam um “modelo” epistemológico próprio do conservadorismo por ele estruturado.

Primeiramente, estabeleça-se uma diferença fundamental entre o conservadorismo como teoria política e como ideologia.

Caberia acrescentar uma terceira manifestação: o conservadorismo como produto de acomodações ou arranjos institucionais.⁹⁹

Não se tome, porém, a classificação demasiado ao pé da letra. Quase sempre se dão interferências de um desses critérios sobre outro ou outros, pela complexidade mesma que envolve as dimensões filosófica, ideológica e organizacional, todas elas submetidas a pesados determinismos sociais. O que quebra a possibilidade de apreciação unilateral do problema, a explicação por um só fator do conservadorismo.

Melhor seria ressaltar a presença dominante de um deles, jamais a sua exclusividade.

Assim, em Burke, o dado ideológico é prevalecente, dando-lhe um perfil gnoseológico deveras particular.

99 – HACKER, Andrew. *Political theory, philosophy, ideology, science*. New York, The Macmillan, 1968. pp. 344-5.

A própria circunstancialidade de sua obra aumenta esse teor ideológico, fazendo-a bem encaixada num momento histórico a partir do qual e sobre o qual se desenrola uma concepção do homem e da sociedade, toda uma visão de vasta conjuntura, entrecortada por conflitos específicos de uma transição. Aquela que marca o ocaso da antiga ordem feudal e o surgimento da nova ordem capitalista, burguesa.

A problemática política, social, econômica e cultural aí embricada vem à tona nas páginas dos publicistas afeitos ao dia-a-dia dos acontecimentos, da trama episódica no epicentro da Europa e da América, com a análise comprometida do comportamento dos grandes agentes sociais, das eminentes personalidades políticas, dos incidentes políticos e econômicos em França e na Inglaterra e colônias, quando os escritores se posicionam, defendendo certos valores e propondo, a partir deles, projetos, esquemas interpretativos, praticando discursos que denunciam, na sua organização lógico-semântica, a pura declaração ideológica.

Mas, como afirmado há pouco, não deixa de entrar aí tanto o conteúdo teórico, nitidamente filosófico, como também os mecanismos institucionais do tempo.

Em Burke configura-se rigorosamente esse entendimento.

Ele se vincula a teses, a princípios, a sistemas filosóficos, e não cabe amiudá-los no presente ensaio.

Diga-se apenas que fabrica um pensamento que se ampara, entre outros, em Aristóteles e em alguns escolásticos, as influências de peso.

Todavia, manifesta uma modalidade de filosofia, ou melhor dizendo, executa uma original maneira de urdir a perspectiva filosófica, tornando difícil a clara separação entre teoria e ideologia.

É uma filosofia que ocupa um espaço enunciativo subsumido na textura ideológica. Ela própria se intercala na seqüência de proposições ideológicas, reforçando a sua axiomática. Axiomática que se adensa nos estereótipos valorativos, nos horizontes sociais recolhidos pela circunstância, e enfadonhamente repetitivos, limitados por demais nos quadros do tempo institucional. O que já entremostra a dificuldade ou o impedimento de separação clara entre teoria, ideologia e complexo organizacional.

Está-se tratando do “conservantismo filosófico”, na terminologia de Andrew Hacker.

Abstraindo a problemática em torno daquela separação, e seguindo uma orientação pragmática, dir-se-ia que “the principles of philosophical conservatism – unlike those of status quo conservatism – are abstract as well as concrete. History and tradition, religion and authority, and property and social order should be respected; society should display variation and yet organic unity; man is prey to his passions and his reason is a limited quality; ideas should come as the product of experience and not be arrogant essays in Utopia.

“These and related principles will be elaborated upon by Burke.”⁽¹⁰⁰⁾

Ressumbra dessa citação a qualidade *sui generis* da filosofia do conservadorismo.

Ela não se entende com um pensamento rigoroso. Tal como o racionalismo cartesiano propôs.

Não ampara a intencionalidade que acompanha a estrutura enunciativa, reunindo objetos numa ordem lógico-dedutiva que exorcize a multiplicidade do real na seleção empreendida pelo *ego cogito*, afastando, como implícito, todo e qualquer produto da cultura, das instâncias aquém da esfera criativa da razão.

Nem por isso deixa Burke de assumir o racionalismo.

Mas o faz de um modo que, sem afrontar propriamente a intencionalidade cartesiana, a filosofia pura do racionalismo, porque se socorre também do seu arsenal axiomático, urde um pensamento no qual não afloram a *intentio probandi*, a argumentação dedutiva estrita, cuidada, na exposição de uma lógica implacável, fria, do cartesianismo. O que o faz um precursor do racionalismo inclinado para uma lógica subentendida, imposta por se considerar plena de evidência. Uma evidência que se encontra por antecipação dada na realidade.

Daí o realismo característico da doutrina de Burke.

As tradições, os costumes, as prescrições, o passado alimentam aquela lógica e a manifestam a todo momento na vida em sociedade, nas atividades políticas, econômicas.

O descritivismo, a linguagem corrida e solta, a se valer do dogmatismo, impulsiona a lógica implícita, os pressupostos admitidos sem discussão, até o ponto de reter o *background* emocional, poético, simbólico, intensamente metafórico, dando asas à imaginação evocativa dos hábitos e dos padrões imemoriais da nação, e transfigurando-os pelo poder narrativo.

O bom senso emerge como categoria-chave num discurso em que a realidade comum se eleva ao primeiro plano, exposta na disposição histórica dos estratos sociais, rigidamente hierarquizados e sacralizados como a “boa ordem”.

É o retrato da Inglaterra, com a sua história, com as suas instituições típicas, com as suas peculiaridades socioculturais, que Burke pinta. E a partir dele, fazendo desfilar conceitos, uma visão do mundo.

Uma realidade que se faz histórica para negar a História.

Porque esta se esfuma na pintura impressionista, retocada por significados acumulados, cumulativos, opacos, recorrentes, apenas se abrindo para os arranjos institucionais de conservação do sistema.

O conservadorismo “filosófico” se reproduz na retórica das metáforas e dos enunciados de uma lógica selvagem, rebelde aos padrões clássicos, embora paradoxalmente os utilize. Retórica que se sobrepõe e ao mesmo tempo se engasta na circunstância hipostasiada, decompondo-a no discurso dogmático, autoritário, que, assim, a deforma para preservá-la. Uma circunstância que se hipostasia sincrônica e diacronicamente no movimento sucessivo das reformas, na dialética do circuito autoperpétuo da tradição e da inovação.

Ao final, é o tempo institucional que impera nessa realidade que se quer hermética e inexpugnável às correntes do progresso, da revolução, da utopia.

Pois os mecanismos político-organizacionais da sociedade civil se reordenam sob o influxo dos valores éticos e religiosos e, através dos seus

agentes elitistas, encarnam a história verdadeira, avivam as coordenadas tradicionais da “ordem”.

Eis como o discurso, ao se desdobrar no seu espaço social, o projeta como ele é, rigidamente, instâncias superpostas de uma hierarquia implacável, desde a axiológica até a econômica, nem sequer permitindo a dessacralização completa desta última (o que paradoxalmente a exacerba na apropriação a favor do capitalismo colonialista da Inglaterra).

Ao se fazer rígido, sem as possibilidades lógicas se harmonizarem, como de direito, com as possibilidades reais, o discurso privilegia as mediações simbólicas, metafóricas, nítidas, de forma agravada, a ganharem foros de entes espirituais, auto-suficientes, determinantes, ou forças determinantes do curso descritivo, já débil na lógica do senso comum.

A semântica se condensa naquelas mediações. E quando consegue abrir-se para a circunstância viva, para os acontecimentos, para a novidade, se enreda no complexo institucional que bloqueia a mudança.

A tendência natural que se afigura impositiva é encetar a marcha reiterativa do universo de significados, do quadro ideológico, *à outrance*.

A axiologia se enreda no mesmo bloqueio, e na mesma proporção em que se torna estrita semântica.

Os valores se petrificam na linguagem. Não são indicativos de alternativas renovadoras. Não dispõem do tônus de antecipação consciente do futuro.

Por isso não constituem no discurso conservador, no de Burke, núcleos de projeções ricas de força enunciativa, de argumentação, transpondo os umbrais da retórica paralisante e do campo semântico da linguagem, por decorrência da dinâmica do real, por transformações da circunstância, trazendo a renovação, a atualização do discurso. E este, ao assumir uma função defensiva diante das profundas mudanças operadas pela Revolução Francesa na Europa e na América, pelo avanço do Iluminismo, pela ascensão vertiginosa da burguesia, quebrando as tábuas dos valores tradicionais,

feudais, ameaçam a aristocrática Inglaterra, com uma nobreza próspera dirigindo os negócios das colônias, zelosa dos mesmos valores, do liberalismo neles escudado. Então, ela resiste à impregnação da utopia, promovendo a prática descritiva, a qual recapitula a formação histórica, o passado, com a sua grandeza, com as suas criações memoráveis, redescobrimdo a linguagem dos mitos, das lendas heróicas.

O presente se torna guardião e espelho do passado para se afirmar, para se assegurar em face dos perigos externos, não da guerra, mas do *novum* que irrompe avassaladoramente em França, arrastando num turbilhão incontido as instituições seculares de grande parte do Ocidente.

É em função de tenaz luta ideológica que recobre toda uma civilização, que se arma o discurso de Burke, sofrendo impulsos de mudança, pela mediação dos valores tradicionais, entre os quais se pode até contar o pragmatismo que orienta soluções conciliatórias, reformistas.

Está-se a braços com um discurso que, já na sua época, assenta as bases gnoseológicas regressistas, furtando-se ao apoio integral da ciência.

Diz Andrew Hacker:

“Burke talked at one time of an experimental science of politics, but is soon became apparent that his conceptions of science and experimentation, were closer to the thinking of St. Thomas than they were to that of Machiavelli. Burke’s science is deductive, and its experiments take place in the great laboratory of human history. Indeed, it is not science but rather poetry which best describes this method; not the measuring stick, but rather the metaphor is the means of communication on which he relies.”¹⁰¹

Com efeito, o publicista em objeto, ao construir uma doutrina a partir do método dedutivo, haveria de pender para uma axiomática, uma dogmática, pela maneira como estendeu tal método além dos limites permitidos pela crítica científica objetiva. Justamente ao incluir aí matrizes

101 – *Ibid.*, pp. 381-2.

hipostasiados da tradição, dos costumes, das práticas sociais seculares, até dos mitos, elevando-os ao nível de categorias epistemológicas. O que se processaria logicamente ao longo de sua obra, com o respaldo principal do simbolismo, de metáforas, que, como visto linhas acima, conduziria a enunciação sob o controle da imaginação. Na verdade, um controle precário. Ela se apresentaria solta por completo, apenas firmada em critérios de verificação extremamente frágeis, como o do mero hábito social, o da vigência alongada, o da continuidade extensa, a longa duração, sinônimos ou correlativos políticos da dominação continuada.

A imaginação, que só receberia tratamento rigoroso com Husserl, fundador da Fenomenologia, amarrando-a a uma intencionalidade que é segura e demonstrada integração entre o sujeito e o objeto, se posta de forma indisciplinada na postura epistemológica de Burke, justificando a fragilidade a ela atribuída.

Ele se deixa levar pelo impulso dos sentimentos, das emoções, combinando a *ars deductiva* com o ímpeto apaixonado, partidário, em que as premissas têm muito do mitológico, do fabuloso, do maravilhoso, obstando-o a relacionar convenientemente o material histórico e a organizar a trama episódica e conjuntural, num encadeamento rigoroso.

Daí a sua narrativa sofrer as limitações do empirismo, do logicismo ideológico, da incompatibilidade entre o estabelecer os fundamentos de sua filosofia política na historicidade viva e real, na extensão total de sua dinâmica, e a justificação ou a pretensão de erigir instituições duradouras, de protegê-las contra os assaltos da Revolução, de atribuir-lhes guias seguros e prudentes da transição. Porque falta aí o enlace funcional entre história, política e ideologia. Ou entre a teoria e a *praxis*, embora elaborada a doutrina ao calor da circunstância.

De fato, não atingira o pensamento político conservador, diferentemente do Iluminismo, aqueles primeiros suportes científicos de uma mudança significativa no quadro institucional ou valorativo da época.

Sabe-se que a Revolução Francesa, por estar dotada de tais suportes, alcançaria as transformações reclamadas pelo capitalismo impulsionado pela Revolução Industrial.

Ela realizaria, portanto, a mudança, a transição no mundo ocidental, inclusive nas colônias espanholas, inglesas e portuguesas. Dispunha do necessário arsenal teórico e prático para tanto.

O conservadorismo, surgindo como reação ao movimento revolucionário, dirigia-se para a defesa intransigente da velha ordem, feitas as adaptações necessárias à sua sobrevivência.

Não é outro o objetivo da Santa Aliança, que uniu potências da Europa para montar a organização da restauração, justamente para conciliar a velha e a nova ordem, compromisso responsável pela estabilidade do liberalismo conservador, ideologia da burguesia instalada no poder.

Como esta passa a se compor com a aristocracia territorial, com os proprietários rurais, os nobres, é preciso que a todo custo se faça a conciliação no plano ideológico.

O conservadorismo burkiano vem nessa linha.

Aí, a ênfase sobre as tradições, sobre o acervo do passado, contrabalança os excessos libertários contidos na política e na ideologia liberal, na fase de ascensão da burguesia ao poder, sofrendo-lhe, portanto, as suas investidas utópicas.

Inverte-se a postura. Agora se transita da utopia, da tônica sobre o futuro, sobre o progresso incontornável, para o passado, para a experiência secular, aproveitando, porém, o que de definitivo deixara o utopismo. Pois, ao se verificar que as possibilidades lógicas vão além das possibilidades reais, percebia-se que estas últimas já representavam a contenção, a limitação da mensagem utópica, revolucionária, pela marcha possível da História, não obstante distendida em alguns momentos pela força da subversão.

O conservadorismo a esta altura podia assimilar o novo, o institucionalizado definitivamente pelos movimentos sociais e políticos recentes.

Para tanto, ser-lhe-á útil a assimilação de aspectos do Iluminismo, os de conotação mais científica que política, embora esta também fosse incorporada, como se observou no caso de Cairu.

De qualquer modo, falta ao conservadorismo a filosofia original, a teoria científica, ambas adestradas dinamicamente para acompanhar a transição, a mudança, a História.

Então, a ideologia paira acima da filosofia, da teoria, e as proposições, no contexto enunciativo, se engravidam de imagens, de símbolos, de mitos, de metáforas, que compõem o jogo do discurso, de forma dominante.

É a linguagem poética, na qual o simbolismo, a imaginação exacerbada, vão preenchendo e articulando o espaço do real, da História, sob a mobilização da circunstância, de episódios, de conjunturas, com efeito não explorados na sua contextura dinâmica. E subjugados pela atitude de prudência, de ansiedade, de insegurança, de temor em face do reino da “anarquia”, ao “caos” revolucionário.

Diante da abstração que comporta o tema da filosofia, da doutrina política, Burke se voltava constantemente para a metáfora, como para buscar o significado amplo dos acontecimentos, das mudanças, do quadro institucional, sem se afastar da linguagem comum, do senso comum, que ele tanto explorou na divulgação de sua mensagem.

Tratava-se de, sem grande esforço de exegese ou de conhecimento, comunicar aquilo que é familiar às pessoas, sentido por elas diariamente, embora com prejuízos para uma sistematização mais coerente.

Isso se adequava perfeitamente ao caráter circunstancial dos escritos de Burke, às características de seus discursos parlamentares, ao traço político-ideológico de sua comunicação.

Eis que não tinha a preocupação de fazer propriamente ciência, de formular grandes conexões axiológicas ou filosóficas, debaixo do rigor estrito da busca desinteressada da verdade.

Não desfia sistematicamente demonstrações, ao expor e descrever os objetos de suas reflexões. Ele quer dar ao público acesso, malgrado um tanto precário, a tais objetos. À ciência pura, à filosofia rigorosa, caberia o encargo de precisar melhor, de desenvolver o que ele colocou.

Assim, analisou-se a doutrina de Burke, procurando fixar os seus fundamentos gnoseológicos e ideológicos, como matrizes de um conservadorismo que influenciou substancialmente Cairu, a ponto de determinar-lhe basicamente a orientação filosófica.

Malgrado o influxo geral do racionalismo sobre as linhas mestras da obra do Visconde, da qual se destaca a cultura política do seu tempo, não há como fugir à tese de que do pensador inglês ele retirou os elementos que sublimaram por assim dizer a sua ideologia, dando-lhe toques mais refinados, mais coesos, mais sistemáticos.

Apenas nos escritos econômicos e jurídicos Cairu granjeia nítida autonomia e certa originalidade, mesmo apoiado em autores clássicos. Pelo menos, aí, demonstra maior desenvoltura, construindo uma monumental obra, ponto de convergência de todo um grande empenho pragmático.

No aspecto, porém, de uma clara ideologia, de uma orientação filosófico-política, que marca as bases do seu projeto político e intelectual, Burke representou realmente a influência maior. Pois, fundamentalmente, Cairu é um conservador que recolheu do publicista britânico os pontos doutrinários decididamente voltados para a preservação da velha ordem no meio da tormenta revolucionária, apenas ajustando-os à transição que se operava no mundo ocidental.

Nessas condições, perfilha os princípios gerais do conservadorismo, contidos nos seguintes enunciados:

a) a religião como base da moral pública;

b) a lei natural, cujo conhecimento se torna perfeito com o auxílio de Revelação, é a condição *sine qua non* da boa direção dos atos humanos;

c) o dever moral de cultuar a ordem pública estabelecida;

d) a justiça recebe a ordenação da lei natural por meio de três atributos: igualdade, liberdade e propriedade;

e) a noção de valor é inerente às de igualdade, de justiça e de liberdade;

f) conceito de ordem como garantia da pessoa, agente econômico e do exercício da propriedade;

g) reformas públicas devem ser feitas gradualmente, não vindo a abolição repentina de instituições viciadas por respeito à tradição. A serenidade e a virtude do justo meio constituem as normas que orientam essas reformas;

h) a hierarquia de classes é inata à classificação real das coisas;

i) a ordem social constitui uma projeção da ordem cosmológica;

j) há uma íntima interdependência entre a Economia e as faculdades racionais;

k) da sabedoria dos governantes depende a garantia das pessoas e da propriedade, fundamento da Sociedade.¹⁰²

Então aí os pontos fundamentais articulados do conservadorismo burkiano, e que integram o cerne do pensamento de Cairu, que a eles reúne aspectos ou subsídios de pensadores outros. A filosofia, mais do que a teoria política, bebida em Montesquieu, o constitucionalismo monárquico. Ainda que este não deixe de se compor com tal filosofia, debaixo do ecletismo tão característico dos que refletiram sobre a organização política do país naquele momento.

Aqueles aspectos ou subsídios oferece-os primeiramente Locke, o filósofo e também publicista inglês. Deste se comentam o liberalismo conservador, a ausência de proposta concreta de democracia, restringindo-se a uma remodelação institucional com vistas a melhor desempenho da classe proprietária, sob o pálio da liberdade.

Esta acaba sendo apanágio de minoria que, de conformidade com a sua condição econômica de proprietários, se agrupa em categorias hierarquizadas de eleitores.

A organização política vem atender às exigências de liberdade para os negócios de uma burguesia ansiosa por direitos plenamente institucionalizados na Carta Política, na legislação, no Estado.

102 – Da letra *a* à letra *k* fonte: LISBOA, José da Silva. *Constituição moral e deveres do cidadão*. Rio, Tip. Nacional, 1924. pp. 105-8, com exclusão das letras *g* e *h*, que têm por fonte: LISBOA, José da Silva. *Causa do Brasil*, nº 2, pp. 12, 30-1, respectivamente.

Ora, esse acento sobre a propriedade, como dado importante do ser-cidadão, do ser-político, é constante do conservadorismo e do tradicionalismo. O que vem bem ao encontro de um capitalismo mercantil ainda centrado na propriedade territorial.

Tal o ideal do governo representativo, tese largamente defendida por Locke e por outros publicistas ingleses.¹⁰³

É ainda Locke quem, de acordo com Burke, sustenta a necessidade de se evitar a todo custo a subversão da ordem social e política, a não ser na hipótese de implantação de uma tirania, quando o povo pode levantar-se contra ela.

Expressa-o, assim, por meio das palavras do Visconde:

“Presamo-nos de seguir preferência a doutrina dos grandes luminares da Grã-Bretanha, onde, mais sisuda e vastamente se tem feito estudo teórico, e exame prático, dos melhores expedientes da administração dos Estados, para o Bem Comum dos Povos, e estabilidade dos Governos, que justamente se consideram a Segunda Providência para a perpetuidade e perfeição da Ordem Social. Somos firmes na doutrina de Locke, que os americanos do Norte convidaram para organizar as suas leis.”¹⁰⁴

Pelo visto, clarifica-se notavelmente a tendência elitista entre os escritores conservadores do período.

O liberalismo que propõem é de profundo conteúdo restritivo, nada se abrindo às classes populares, aos grupos sociais despojados da propriedade. Tendência que parece iniciar-se com Kant.

O grande filósofo fecha o caminho para uma práxis sob a égide da utopia, e inclinada à realização ao longo do tempo da igualdade social.

103 – Afirma Cairu: “Os mais sábios e liberais governos consultam ao Direito de Propriedade; e é certo que as vastas propriedades são as mais firmes muralhas que defendem as menores propriedades, e formam natural federação, a inexpugnável barreira contra a tirania, a anarquia. Nos conselhos públicos a inteligência superior de alguns membros como princípio muito ativo e ambicioso precisa moderar-se pelo interesse da propriedade.” (*Rebate Brasileiro contra o “Typhis Pernambucano”*, pp. 5-6).

104 – LISBOA, José da Silva. *Apelo à honra brasileira contra a facção dos federalistas de Pernambuco*. Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 5 de agosto de 1824. pt. IV, p. 14.

Numa colocação muito aproximada da de Locke, aceita a coexistência no Estado liberal de duas categorias de cidadãos, os ativos, *die Staatsbürger*, eleitores e com plena participação na soberania, e os passivos, *die Staatsgenossen*, sem personalidade civil, apenas desfrutando da proteção das leis.

Nessa última categoria colocava as mulheres, os assalariados e os criados. Todavia, estes podem passar de uma categoria para outra, se assim a lei o permite.

Procura conciliar a liberdade com a igualdade natural, sem que, porém, o consiga. Porquanto persistem, na verdade, as grandes desigualdades.

Comenta Raymond Polin:

“Kant abre por esse modo o caminho para um liberalismo aristocrático, notável pelo rigor dos seus princípios, pela sua preocupação de emancipação política, mas também pela estreiteza de suas aplicações.”¹⁰⁵

Montesquieu, um dos filósofos que exerceram ascendência, aliás a maior, também sobre Frei Caneca, o consolidador do liberalismo radical no Brasil, tal o peso do pensamento da Restauração elitista na cultura política do tempo, por igual barra o acesso liberal à utopia. A sua concepção da História já traz esse fechamento. Ela se articula funcionalmente com a teoria política que esboça.

Aliás, não criou, ele, propriamente, uma teoria da História. No interior de uma relação constante entre a natureza e o princípio de governo, busca apanhar a evolução histórica. Esta se dá, portanto, em marcos preestabelecidos, em quadros pré-definidos, que reprimem a esperança em mudanças radicais, em transformações que rompam aquela relação constante, ensejando o advento do *novum*.¹⁰⁶

105 – POLIN, Raymond. *Iniciação política; o homem e o Estado*. Sintra, Publicações Europa-América, 1976. p. 120.

106 – ALTHUSSER, Louis. *Montesquieu: la política y la historia*. Barcelona, Ed. Ariel, 1974. pp. 62-3.

A ênfase que igualmente dá aos costumes, às tradições, na melhor linha romântica, determinantes da eficácia das leis, diz bem da sua posição.

Não sem razão considera a monarquia o regime do presente. E a monarquia com os embasamentos da ordem feudal. Uma monarquia apoiando-se na nobreza e no clero, especialmente na primeira, mas pressupondo a estrutura de ordens, dentro das quais se inserem.

As leis encontram aí arraigado suporte, donde flui o poder. Assim, a essência da monarquia é a honra.¹⁰⁷

A existência de ordens privilegiadas corta por si a possibilidade de materialização do princípio da igualdade social.

As desigualdades, na esfera do regime monárquico, são uma constante. Ao tratar da república, Montesquieu que, evidentemente, a desdenha, diz que nela se pratica a democracia. Não porém a democracia direta de antigamente, e sim a representativa. E, ainda aí, se mostra a propensão elitista do pensador francês. Porque afirma textualmente a separação dos “homens livres” dos que não o são. Tais os escravos e os artesãos. Isso nas democracias antigas, cuja separação aplaude.

Com as adaptações necessárias, transpõe o “modelo” para a teoria política de seu tempo, recomendando cuidado para não se acolher o “baixo povo” na dita representação.¹⁰⁸

Vale dizer: também na democracia devem persistir as desigualdades.

Na famosa teoria da separação dos poderes, a moderação pretendida ou a suposta autonomia absoluta de cada um deles, instituindo um sistema de freios ao arbítrio governamental, acaba, na prática, numa “combinação de potências”.¹⁰⁹

107 – *Ibid.*, pp. 84 e ss.

108 – MONTESQUIEU, Charles de Secondadt, Baron de. “The spirit of laws”. in: *Encyclopaedia Britannica*. Londres, 1952. v. 38, p. 115.

109 – ALTHUSSER, Louis. *Op. cit.*, p. 123.

Aí, o poder do monarca, que representa o Poder Executivo, consolida-se, de fato, como o mais forte.¹¹⁰

Desse modo, mesmo na monarquia constitucional, ele tem predominância. E a criação do Poder Moderador viria apenas coroar com um reforço as prerrogativas do monarca, conferindo-lhe uma posição ímpar na “divisão de poderes”.

Em tudo isso se vê o objetivo primacial dos teóricos da restauração em restringirem cada vez mais o exercício da soberania do povo. E é justamente esse objetivo que vai incentivando as desigualdades sociais, pela concentração dos direitos políticos na classe dos proprietários, com a limitação das liberdades civis.

Nessa pauta doutrinária assoma Benjamin Constant, o artífice das chamadas Constituições Censitárias, inclusive com receptividade entre nós.¹¹¹

Veja-se Silvestre Pinheiro Ferreira e a Constituição de 1824.

Não há dúvida de que, como bem disse Lemos Brito, a realeza encerra um autoritarismo contrário à democracia.¹¹²

Ela tende, na verdade, a limitar a soberania do povo, as liberdades, especialmente num país de fundas tradições autoritárias como o Brasil.

Verifica-se, pois, que os fundamentos doutrinários de Montesquieu como que prolongam os de Burke, oferecendo-lhe a componente do Constitucionalismo monárquico, dos mecanismos político-institucionais e no âmago de um contexto ideológico que abrange os pensadores mais representativos de liberalismo. Liberalismo que não absorve ainda a democracia, ficando no conservadorismo como eixo da nova organização política solicitada pelo capitalismo, pela transição que comandava.

Ele passa a constituir o depósito doutrinário de Cairu, quase naturalmente, segundo a orientação do ecletismo que adotou. O que se explica até pelo “modelo” epistemológico que esposou.

110 – *Ibid.*, p. 125.

111 – POLIN, Raymond. *Op. cit.*, p. 122.

112 – BRITO, Lemos. *A gloriosa sotaina do Primeiro Império*. São Paulo. Ed. Nacional/Brasília, 1937. p. 89.

Reitere-se a tese de que a estrutura do pensamento do Visconde se forma de influências do tradicionalismo e do liberalismo conservador, notadamente em matéria política. E, como se afirmou antes, a própria organização formal de sua obra se deixa tocar substancialmente pela recepção dos autores já citados. Ou melhor dizendo, pela coexistência de textos de Burke, de Montesquieu e de vários outros pensadores, de que é exemplo o seu *Manual de Política Ortodoxa*.

Isso servia à maravilha aos seus propósitos de conciliação entre a antiga e a nova ordem. Sempre que o prevaecente era a urdidura de um complexo político-institucional estável, que conduzisse sem traumas a transição nacional, resguardando-a de empolgamento pelo revolucionarismo, pelos ideais utópico-democráticos de Rousseau, pondo em cheque os interesses e os privilégios da classe proprietária dominante.

Nisso, inegável a extraordinária contribuição de Montesquieu. Ela se encontra na raiz da tese de Cairu, ao optar pela monarquia constitucional, fruto da restauração, e com um Príncipe Regente servindo de mediano entre o povo e o trono, no momento histórico em que as Cortes portuguesas exigem o regresso do mesmo a Portugal.

Diz ele:

“O Direito de reclamação, queixa e petição, nunca se negou ainda em Estado Despótico, quando mais em Monarquia Constitucional, em benigna Regência de um Príncipe Magnânimo, Esperança de nossa bem renascida liberdade, que, seguindo o Farol da Opinião Pública, e o Espírito do Século, adquiriu a Imortal Glória de ser o Salvador do Brasil, livrando-o das Hidras do Despotismo, Jacobinismo, Castelhanismo, sendo o Mediano e Intercessor entre o Povo e o Trono, para o Seu Augusto Pai se Resolver contra os conselhos da Cabala Maquiavélica, a prestar o Juramento de Efeituvar a nossa Regeneração Política.”¹¹³

Na linha da doutrina política da restauração, a soberania, numa Monarquia constitucional, reside no monarca. O título de majestade só cabe aos soberanos. Ele não pode ser atribuído à nação, nem à representação nacional.

O ilustre baiano:

“O tratamento de Majestade Imperial, que a Constituição no art. 100 determinou para o Senhor D. Pedro I e seus Sucessores, não deixa aos cãndidos e genuínos constitucionais a mais leve dúvida de competir-lhe o nome de Soberano. Por Direito Público e atual estilo das Potências Europeias o tratamento de Majestade só compete aos Soberanos. Quem diz Majestade, diz tudo que é Superior e preexcelso ao governo humano.”¹¹⁴

Realmente, a doutrina política da restauração guarda intacto o depósito feudal, erguendo-o mais alto que os elementos liberais presentes no constitucionalismo.

Ficou claro agora que a condição e o título de Soberano conservam-se como a velha ordem teorizou e pôs em prática nos regimes absolutistas.

Retêm, pois, a conotação absolutista, ainda sobrevivendo às monarquias o Liberalismo.

Daí o serem as monarquias constitucionais forçosamente autoritárias, não havendo como evitar que o Soberano se alce acima do Parlamento, dos outros poderes, conforme se observou anteriormente, e se instaurem mecanismos de extensão desse arbítrio. Disso é amostra viva o Poder Moderador.

Eis aí uma concepção própria de Constituição adequada à monarquia constitucional de fundas implicações matrimonialistas, privatistas, feudais, com institutos jurídicos de sociedade hierárquica, e da esfera do direito privado, interferindo no campo do direito constitucional.

A declaração de Cairu que segue tira qualquer dúvida a respeito:

“Deve-se portanto considerar a Constituição, como Carta de Estabelecimento de um Fideicomisso Perpétuo, dado pela vontade da Na-

114 – LISBOA, José da Silva. *Honra do Brasil desafrentada de insultos da astréia espadaxina*, nº 3. Rio de Janeiro, Imperial Tipografia de P. Plancher Seignot, 1828. p. 1.

ção ao nosso Imperador, não só sem reserva alguma, mas até com expressa exclusiva dos Direitos da mesma Nação em fazer novas Delegações de Poderes Políticos...”¹¹⁵

É justamente esse patrimonialismo, esse privatismo, que faz também do Soberano um proprietário de suas funções, encaixando-se fortemente no complexo de estruturas autoritárias do país.

A absolutização do Soberano, o monarca, provém do depósito feudal em referência. E, por sua vez, entende com uma concepção legitimadora da realeza.

Tal concepção é cercada de aura mágica, carismática, supostamente fundada na ordem natural das coisas e acatada ao longo da sucessão de civilização. Possui, assim, largo respaldo na tradição. Os povos naturalmente a preferem. E tanto mais quanto mais tradicionais a prosápia e a genealogia que a adornam. A monarquia tem forte alicerce histórico. Há realizado no decurso dos tempos feitos extraordinários:

“A Legitimidade da Realeza é invisível mágica, e misterioso talismã, que em todos os seculos, países, e graus de Civilização, espontânea, perene, e irresistivelmente, impele os povos a venerar, seguir, e obedecer os Príncipes Naturais do Estado, com tanto mais amor e acatamento, quanto é mais antiga e ilustre a sua prosápia genealogia, tendo ascendentes monarcas de Dinastia celebrada na História por extraordinários e grandes atos de transcendentos efeitos em Estabelecimentos Políticos, e benefícios populares... Esta Ordem tem sido estabelecida pelo Supremo Regedor da Sociedade, fundador do Governo Patriarcal.”¹¹⁶

Observe-se nessa passagem a invocação do elemento mágico, na busca de explicitação do significado de “Legitimidade da Realeza”. É a afirmação taxativa, peremptória, autoritária de uma prerrogativa da monarquia, sem que, ao longo da dissertação pertinente se faça uma demonstração do mesmo significado, ou de outros assim situados.

115 – *Ibid.* p. 10.

116 – *Ibid.* n. 17, p. 65.

Trata-se de uma colocação que se emoldura no espaço de uma postura dogmática, axiomática, manifestando um procedimento gnoseológico de propriedade do conservadorismo burkiano e de toda a corrente tradicionalista e em função do privilegiamento do dado mítico da Revelação, em detrimento do pressuposto fundamental da Razão, pelo tradicionalismo.

Isso é carreado com intensidade para o liberalismo conservador de Cairu e de outros escritores do período. Um dado que se dimensiona maiormente ao ser inserido na “experiência dos séculos”, apresentando-se como sabedoria permanente dos povos, das nações, dispensando qualquer argumentação probatória.

A submissão aos Príncipes recebe daí especial apoio, tornando-se uma obrigação religiosa, sagrada, sancionada pela Igreja na medida mesma da antiguidade da dinastia.

De envolta com essa dogmática se acha a afirmação por igual mitológica do prestígio dos reis pela sua heroicidade, pelas grandes façanhas que praticaram no curso da História, fazendo desta obra exclusiva deles, segundo uma concepção aristocrática a repousar em padrões paternalistas, dos quais provêm os “benefícios populares”.

Eis uma “ordem estabelecida pelo Supremo Regulador da Sociedade”, numa alusão clara ao governo patriarcal, conforme a Bíblia. Assim, a monarquia, no seu núcleo principal, faz-se imune à crítica, não cabendo questioná-la como forma de governo. Ela integra atributos, prerrogativas, valores eternos.

Isso, por si, garante a intangibilidade, a irresponsabilidade, a preeminência da pessoa do Soberano, ainda numa monarquia constitucional.

Não importa o mecanismo institucional reformulado no bojo da monarquia sob o constitucionalismo, porque esta não perde a sua essência, as suas bases, com tal reformulação. Ela vem na cauda de um processo de atualização da instituição, de conformidade com o “modelo” conservador, armado para resistir à transição, comandando-a habilmente, cautelosamente.

Nessas condições, Cairu lança os fundamentos de um ecletismo doutrinário ideológico, arregimentando os escritos de diferentes autores que, no fundo, apresentam identidade de pensamento.

As matrizes de pensamento não vêm ao caso, não perturbam a coerência da mensagem que quer comunicar, mesmo que se situem em planos às vezes, se não conflitantes, não coincidentes.

Obedecem a uma estratégia epistemológica, igualmente política, de unificação do material trazido a lume, com vistas à sustentação ideológica do Estado nacional brasileiro.

Burke e Montesquieu, nessa tarefa, representam as vigas mestras, mas não se omite a particularidade importante do pensamento de Cairu, que está precisamente no manuseio de uma concepção da História mais sistemática e filosófica do que a haurida no tradicionalismo e tomada de Kant.

É ela que, propriamente, se incorpora ao ideário burguês, à justificação de uma ordem econômica liberal, a da livre competição, a do individualismo nela imperante. Aí se articula um conceito de liberdade, segundo o qual os homens agem na sociedade de acordo com o que lhes parece ser o mais útil, o próprio bem particular. E o faz sob o pálio da razão, instintivamente se movem sob a sua luz. Tal com respeito aos homens razoáveis. Da razão se projetam as máximas apriorísticas, universais; obediente às quais se realizará, gradualmente, no transcurso da História, a felicidade de cada pessoa e a do corpo social.

A concepção da História aí subjacente é deveras incompleta. Faltou aos pensadores do período a consciência da necessidade de uma construção epistemológica a partir da realidade específica da História, da realidade humana. Obra que competiria a Dilthey, neokantiano, fazer por inspiração do método crítico de Kant. Pois só então seria elidida uma separação injustificável entre o mundo inteligível e o domínio do sensível.

Veja-se o impasse a que chegou a filosofia da história de Kant por ter reproduzido aquela separação. Ela incide na pura especulação, a despeito do que inovou na ordem do relacionamento teoria-práxis. E tal ocor-

re no próprio campo da filosofia da História, que conservando embora certo teor de especulação, limitava os seus altos vãos, renunciando a atingir o sentido último da evolução, como expressa bem Raymond Aron.¹¹⁷

A filosofia kantiana da História se estrutura num ensaio vindo a lume em 1784.¹¹⁸

Distingue, de início, o pensador alemão, entre manifestações fenomenais, nas quais se inserem os próprios atos humanos compartilhando da natureza e leis naturais de caráter universal.

Trata-se de dedução que promoveu ao longo da *Crítica da Razão Pura*, ao separar o mundo inteligível do mundo sensível. Evidente a transposição para o plano da *Crítica da Razão Prática*, porque ela se compadece com o conceito de liberdade da vontade.

Está-se diante de um princípio a partir do qual se desenrola a explicação kantiana da História. Ele permite uma tomada de posição peremptória a respeito dos eventos, considerados, isoladamente, na sua singularidade. Compõem tais eventos dados sensíveis que, nessa qualidade, não são passíveis de interesse pelo filósofo da História. Apenas mediante leis universais, autênticas formas, alcançam dignidade epistemológica.

Assim, o conteúdo da História não merece, no plano em questão, a atenção do investigador.

Acentue-se, porém, que as ditas leis universais resultam da descoberta de um curso regular das manifestações fenomenais.

Como se faz essa descoberta?

Através daquilo que, mais tarde, Hegel chamaria de astúcia da razão. Ou através do “jogo da liberdade da vontade humana na generalidade”.¹¹⁹

117 – ARON, Raymond. *La philosophie critique de l'histoire*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1964. p. 15.

118 – KANT, Emanuel – *História universal de um ponto de vista cosmopolita*. Buenos Aires: Ed. Nova, 1958.

119 – GARDINER, Patrick – *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. In: *Teorias da história*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1974. p. 28.

Não importa o desconhecimento das causas dos fatos. O importante, realmente, é a constatação de uma consciência no desenrolar dos eventos, que não provém da realidade externa, mas de disposições originárias dos indivíduos. Constância que se esboça no desenvolvimento contínuo dessas disposições.

Aqui Kant já deixa pressupor uma prevalência das atitudes e dos atos individuais sobre a realidade fenomênica. Ou, em outras palavras, a ascendência do eu, das suas iniciativas de fundo ético, sobre o plano da história objetiva.

Esse pano de fundo kantiano se agrupa à maravilha ao painel eclético de Cairu.

Sobrepõe-se tranqüilamente à concepção, ao entendimento da História que retira de Burke, à que extrai de Montesquieu, embasando os seus objetivos de estratégia doutrinária e até os mais rigorosamente científicos, presentes na obra econômica.

E, nesse passo, Silva Lisboa sofre a influência pela visão da História e por aspectos gnoseológicos ponderáveis da cultura política, do pensamento de então.

Todas as correntes do liberalismo, desde a conservadora até a radical, usufruem do contributo kantiano.

No escritor em foco, ele se faz presente, ajudando-o a armar o seu quadro eclético. Robustece a marginalização das circunstâncias inerentes à dinâmica histórica, selecionando apenas algumas poucas. Ou recortando-se tendenciosamente por meio de princípios, desdobrados ou não pelo silogismo, pelos posicionamentos ideológicos exacerbados quase sempre. De modo que os eventos, no seu encadeamento lógico e no seu desenvolvimento temporal, ocultam-se sob a espécie da Razão, do eu, do sujeito transcendental representado pelo monarca, pela elite proprietária, pelo complexo de estruturas autoritárias.

Os eventos são passíveis de análise. Na verdade, o são em momentos da escritura cairuense eivados do pragmatismo iluminista, do liberalismo econômico.

Isso vem esclarecer bastante o desnivelamento da mesma escritura, até planos diferentes de elocução, de articulação do discurso que a anima. E dá um sentido unitário à reflexão sobre a realidade social e política, fundada em proposições estáticas, ou de pouca dinâmica, e correlativas da passividade do *status quo*, da estabilidade das instituições, vistas como projeções de um ente espiritual – a sociedade. E esta de antemão construída, de posse de mecanismos materiais, políticos, culturais, definitivos, apenas gradativa e adjetivamente modificados pelo impulso da vontade de ação daquele *ens* ético, dos heróis, dos príncipes, que promovem as reformas necessárias, o progresso histórico, mantendo intacta a substância do mesmo ente.

Ora, evidente que tal concepção da História, de extração kantiana, recobre o caráter tosco, mitológico, da filosofia burkiana, a estrutura por demais abstrata e pouco criativa de visão da História subjacente aos escritos de Montesquieu. Enseja mesmo que Cairu elabore uma estrutura conceitual mais sólida, subsidiando consideravelmente a articulação entre a moral e a economia, entre a sociedade e as instituições políticas. Auxilia poderosamente a edificação de uma antropologia, a direção e o esboço de síntese entre o pragmático e o racionalismo, entre o afã utilitário e o espiritualismo moralista em Cairu.

A própria organização formal do seu discurso se enriquece com uma enunciação mais significativa, mais elevada, auxiliando também aquela síntese. Porque não há negar que a contribuição de Kant vem no sentido, se não de uma superação pura e simples da linguagem um tanto mítica e sacral do tradicionalismo feudal, do estabelecimento de um plano discursivo que faz tramitar propostas concretas de desenvolvimento econômico, de progresso institucional, da criação de infra-estrutura material no país, juntamente com projetos hauridos ou amadurecidos na leitura dos clássicos da economia, agora melhormente situados no interior de uma moldura social peculiar.

Anote-se, porém, que o desnivelamento do discurso cairuense continua, a despeito daquela contribuição. Ao lado, alinham-se proposições tradicionalistas, compondo contextos básicos.

É na justaposição dessas proposições, caracteristicamente ideológicas, com outras de menor densidade ideológica ou científica,

subjacentemente integradas na série de circunstâncias, de momentos que constituem a marcha da obra do Visconde, que se conclui o painel de que se falou.

Portanto, produto assistemático, assimétrico, do ponto de vista epistemológico e até ideológico, particularizando uma identidade doutrinária – a de um conservadorismo típico.

O trabalho de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, *Estudos do Bem Comum e Economia Política*, provavelmente representa o que há de mais positivo no dito painel integrado, além de expressar as melhores páginas sobre o nível pragmático do seu projeto de escritor.

Como economista, apresentou aí um corpo doutrinário e científico de grande valia, de notável originalidade, apesar dos clássicos, especialmente Adam Smith.

Há de tudo nesse ensaio: filosofia, religião, moral, economia. E ele é permeado pelo racionalismo, que mantém sob controle o pragmatismo econômico.

Isso é que franqueia a sobreimposição de níveis valorativos, ideológicos, não consentindo na autonomia completa dos níveis técnico-pragmáticos, utilitários.

Eis um exemplo:

“Sem dúvida, enquanto todos os homens não forem intimamente convencidos disso, e habitualmente obrarem pelo influxo da idéia, de que há uma Ordem Moral imutável, estabelecida pelo Ente Supremo para o bem da Espécie Humana, e que ninguém a pode impunemente violar, não é possível realizar-se a justiça, abundância e paz universal, que a Economia Política, com a luz da religião Cristã, se propõe segurar a todo o orbe habitável, pela franqueza da honesta indústria, e correspondência das nações, reciprocando seus bens e conhecimentos, de que deve resultar a propagação do Evangelho, e a adoração de Deus em espírito e verdade se estender de mar a mar, desde os rios os confins da Terra.”¹²⁰

120 – LISBOA, José da Silva. *Estudos do bem comum e economia política*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975. p. 141.

Vale dizer: Cairu articula, numa argumentação deveras generalizante, a religião (inclusive com fundamentação bíblica), a ordem moral, a providência, a justiça, a indústria, a solidariedade entre as nações, tudo confluindo para a adoração de Deus, e sob pilares materiais seguros, sob a opulência universal, meta que se realiza na História. E esta a desenha a filosofia da história de Kant, que Silva Lisboa, como se viu, acolhe integralmente.

Nesse campo, o que pesa são as disposições individuais, a ascendência do eu, ou dos eus, estabelecendo a solidariedade prevista por formas misteriosas e inacessíveis diretamente à lógica, à observação concreta.

É o “jogo da liberdade da vontade na generalidade”.

Embutida nessa colocação a utopia kantiana, que sofre pesada indigência de uma teoria do conhecimento que invalida a força total dos fatos.

Eis a presença de uma postura gnoseológica que se compõe com a dita filosofia da História, ao se firmar no Iluminismo comum a Kant e aos enciclopedistas, bem como aos moralistas ingleses, entre os quais avulta Adam Smith:

“A verdadeira teoria supõe a coleção de princípios, deduzidos de fatos gerais, longamente experimentados por sábios indagadores; e a sua prática freqüentemente é deduzida de fatos particulares, mal vistos em limitada experiência de empíricos e interesseiros.”¹²¹

Nisso vai uma seleção de eventos que significa, em última análise, a preeminência do eu, do sujeito cognoscente, do cidadão, que também é produto de uma seleção, do proprietário.

Até mesmo em economia, embora de modo mais atenuado, se nota essa orientação, sob o prefalado racionalismo.

Porque por fatos gerais podem ser considerados aqueles projetados por peculiar disposição das forças sociais, por uma particular organização da economia, do capitalismo que crescia e que penetrava os países libertos do jugo das metrópoles, fazendo sobre eles recair nova de-

121 - *Ibid.*, p. 161.

pendência. Os centros hegemônicos desse capitalismo são as novas metrópoles. E sob o controle ideológico dos valores religiosos e morais tradicionais, sancionando a ordem social existente. Tanto que há um apelo direto a uma ordem moral como pilastra da economia, da integração axiológica de modos e de relações de produção, sempre direcionada para fins compósitos, materiais e espirituais, no melhor estilo racionalista. O que vinha servir magnificamente aos objetivos da transição brasileira, marcada, no período, pela crescente institucionalização de práticas capitalistas, ainda eivadas de agrarismo, de elementos feudais, a exigir uma organização econômica compósita, tanto quanto a teoria que a explicava. Isto é: o racionalismo econômico que era importado, experimentava êxito na teorização mais extensiva e completa de uma realidade que padecia a carência de instrumentos metodológicos e científicos de verificação dessa realidade. E aquele racionalismo já trazia consigo o sinal da transição da economia inglesa, da fisiocracia para o capitalismo, conseqüentemente a formulação compósita da axiologia ético-religiosa e do empirismo econômico. Este por si só expressão ou face do racionalismo.

De relevo o que Silva Lisboa diz de Adam Smith, deixando ver o esquema claro de racionalização da economia através do mesmo “modelo” gnoseológico:

“É indisputável, que Smith se pode intitular o Proto-Economista da Europa, por ser o primeiro que elevou a Economia Política à Ciência regular, fundando a sua teoria em Princípios, estabelecendo Teoremas, e deduzindo Corolários, quase com o rigor matemático, e método analítico; com muitas idéias originais, judiciosa observação dos fatos experimentais das nações civilizadas, e perspicaz critério dos Sistemas estabelecidos; propondo, depois da discussão deles, o seu que diz óbvio e simples Sistema da Liberdade Natural, em que cada indivíduo, enquanto não viola as Leis da justiça, possa ter a faculdade de pôr a sua indústria e capital em competência com qualquer outra pessoa e ordem de pessoas, Prestando o Soberano igual e imparcial proteção a todo o ramo de trabalho útil.”¹²²

122 – *Ibid.*, pp. 120-1.

De Smith se pinta no presente quadro o partidário do método dedutivo, silogístico, como bom racionalista. A economia é uma construção da lógica, estabelecendo verdadeiros dogmas. Os quais acorrentam, vinculam o mundo sensível, da experiência, e, no âmago dele, os indivíduos, num contexto de liberdade, que é o da ordem moral, o da ordem constituída, sob o império da Providência, projetada evidentemente no jogo misterioso da livre concorrência, no jogo cego das forças do mercado.

Os fatos apreciados são rigorosamente delimitados. Não por iniciativa pautada no rigor científico, mas pelo logicismo do “modelo” gnoseológico adotado, pelo dedutivismo em que assenta, obstando que os eventos, na ordem da sua importância social ou histórica, econômica ou política, aflorem na dinâmica da perspectiva. Pois eles recebem o tratamento de um empirismo que, como dito, estampa uma das faces do racionalismo. Deixam-se, então, dobrar-se ao impulso ideológico mais facilmente. Nota-se que nem sequer obedecem a uma narrativa corrida de desdobramento factual, intercalados que são por reflexões de natureza moral, religiosa, etc., com o esvaimento da seqüência concreta, da dinâmica natural da conjuntura.

Isso também facilita a sobreimposição aguda do tradicionalismo sobre o pragmatismo econômico, determinando que este não vá além da modernização, do cuidado da produção, do consumo e da população, notoriamente, de modo a manter a sociedade global no equilíbrio imanente ao *status quo*.

Há o propósito da edificação de fábricas, de se racionalizar as atividades econômicas em geral, de incrementar a prosperidade, a indústria. Mas tudo em atinência com as máximas, os axiomas, os princípios gerais da ordem econômica, que não fogem da alçada da ordem moral, da ordem providencial de Deus, numa clara corroboração do tradicional.

Não há negar que o gradualismo, tanto preconizado por Cairu, pelo liberalismo conservador, se compadece com esse posicionamento. Ele é propriedade do reformismo, da conservação pela inovação. Através dele se alcançará o Reino da Justiça Universal.

Silva Lisboa fala mesmo em fim transcendental da ciência econômica, ao aludir a tal Reino.

É um elemento utópico, mas não antecipativo de um futuro tido como prolongamento da ordem estabelecida.

Tem a instrumentalidade da eficácia, do acicate pragmático, em última instância, do aperfeiçoamento moral e espiritual numa sociedade de opulência, da riqueza, a sociedade capitalista.

Registre-se o intento conciliador que aí transparece.

Procura-se preservar o legado tradicional, travestido ideologicamente do privilegiamento da classe dominante, como protagonista histórico, adestrando-se melhor pelo conhecimento, pela inteligência, no novo estágio do modo de produção capitalista, com o ensinamento de técnicas e de processos modernos de apropriação do excedente, do controle de sua distribuição, imbuindo-se, enfim, do pragmatismo iluminista que o liberalismo econômico veiculava.

Pretende-se articular isso com a axiologia atualizada no próprio cerne da economia política, com esta compondo-se gnoseológica e politicamente.

Trata-se de um ecletismo que já provinha de Adam Smith dos economistas clássicos, que se abeberaram da doutrina dos sentimentos morais, que, aliás, o mesmo Smith elabora em obra à parte, anteriormente à sua produção de economista. Uma doutrina que prepara a transição para uma axiologia pragmática, funcional, do capitalismo.

A respeito, escreve Silva Lisboa:

“O sobredito Smith, meu principal Mestre na Economia Política, e que primeiro mostrou com evidência, que a produção dos bens da vida se proporciona à extensão do mercado, e que, por este meio, a Mão Invisível do Criador, do conflito dos interesses particulares, extraía, pelo comércio franco legítimo, o Bom Geral, aconselhando aos Administradores Públicos o consultarem sempre a Sabedoria da Natureza na Ordem Civil, e não a presunçosa arrogância do juízo humano, assim anima aos que intentam escrever sobre as doutrinas econômicas na sua Teoria dos Sentimentos Morais.”¹²³

Aí está a demonstração mais cabal do ecletismo referido há pouco, construção epistemológica de conciliação entre duas concepções do mundo, a sacral-feudal e a pragmática capitalista, com denso revestimento ideológico manifesto na postura racionalista. Um racionalismo que, mediante a teoria dos sentimentos morais, depura a qualidade mágica, mítica, do tradicionalismo, como presente em Burke, para ficar na pátria de Smith.

Nesse ponto, clarifica-se o avanço conseguido por Cairu no domínio da Economia Política, no qual aquela qualidade mítica copiada de Burke, dos tradicionalistas, assimilando a axiologia do economista inglês.

Isso sem abandonar os padrões mitológicos presentes principalmente no seu discurso político, panfletário, na sua atividade pedagógica de comunicação das verdades do liberalismo conservador. O que deixa também manifesta a organização formal de justaposição textual, de aproximação de escrituras diferentes, em vários dos trabalhos de Silva Lisboa. Igualmente, o seu próprio contexto eclético, epistemologicamente eclético, politicamente circunstancial.

Daí emerge o que se proclamou antes acerca do adensamento científico da obra do autor em exame, ao produzir Economia Política, praticamente elaborando outro discurso. Ou desnivelando o seu discurso geral, no refinar a dimensão pragmática, fazendo outro tanto na face axiológica.

Mas, ao final, todo esse progresso não altera substancialmente a sua mensagem ideológica, que ainda também desnivelada, se mostra unívoca, inclinada para o conservadorismo, para o autoritarismo.

Assim, o complexo das estruturas autoritárias do país vai encontrando burilada atualização, dentro de parâmetros epistemológicos e políticos que, principalmente a partir de Cairu, serão periodicamente utilizados pelos novos protagonistas daquele complexo.

A retórica incrustou-se no discurso que o ampara, nas bases de uma lógica colada ao que o erudito baiano denominou “ensino da natureza”, fazendo recordar a lei natural; legado greco-romano apropriado, entre outros, por Burke, como observado.

Expõe Cairu:

“O mesmo se pode dizer da Retórica, Lógica, e mais Artes e Ciências humanas, que devem o seu princípio às faculdades dos homens, e ao próprio ensino da natureza. Não é, pois, de admirar, que tenham existido, florescido, e extinto Nações, sem que o Governo dos povos fosse erigido por sábios em regular Ciência Política, e Ciência Econômica, ambas conspirantes a bem-organizar vastos Corpos de Estados, para a sua vigorosa duração.”¹²⁴

Mais uma vez o racionalismo ostenta o seu peso.

Agora se retoma a retórica, sobre cujo exercício se comentou no capítulo anterior.

O discurso racionalista criou uma compensação artificial às suas limitações estruturais no tocante à abertura para o mundo: o normativismo.

Por ele e através dele se formaram expressões típicas, nasceram fórmulas, estereótipos, tão freqüentes nos pensadores, nos publicistas, e que alicerçaram concepções; edificações político-jurídicas, um direito natural a se sobrepor às contingências particulares.

A ausência de uma linguagem dinâmica, integrada funcionalmente com a cultura, com sólidos ligames antropológicos, cavaria a situação de se pretenderem universais aquelas fórmulas, quase todas autênticas ficções, mas absolutizadas pelo liberalismo.

A linguagem senhorial, com muita ênfase veiculada pela sociedade tradicionalista e, através da retórica, especialmente no período da Restauração, andaria de mãos dadas com a linguagem do liberalismo.

A retórica, pela sua essência, dispõe de autodinâmica, de movimentação própria, sob princípios ordenadores, com larga captação de recursos na esfera dos sentimentos e da imaginação, a pretexto de agradar a leitores ou a ouvintes.¹²⁵

Ela facilmente se mantém em diversos domínios do saber ou dos saberes. Transpõe-os mesmo atingindo todos os campos da realidade hu-

124 – *Ibid.*, p. 76.

125 – AGÜERO, J. M. Fernández. *Principios de ideología*. Buenos Aires, Edição de Jorge Zamudio. 1940. pt. 3, p. 9.

mana, implícita que lhe é uma linguagem geral, projeção indiscutível das práticas sociais. Uma constante ideológica, que assume maior ou menor intensidade, esta ou aquela configuração, a depender da circunstância histórica.

Para Roland Barthes, “a retórica é a técnica privilegiada (já que só pagando se consegue adquiri-la) que permite às classes dirigentes assegurar-se a propriedade da palavra”.¹²⁶

Até o século XIX ela reinou, numa ampla oficialização normativamente imposta, sobrevivendo hoje em certas atitudes ideológicas facilmente identificáveis.

A retórica é uma linguagem autoritária, senhorial, correlativa de uma ideologia da forma. Ela quer sobrepor-se à História e se pretende invulnerável aos seus determinismos.

Representa uma sócio-lógica e contém uma identidade taxionômica, em correspondência com o estrato histórico que lhe é inerente. E de tal sorte que, desfeito esse estrato, ela se esboroa.¹²⁷

Assim, a ciência econômica, a ciência política, integram a Retórica e a Lógica nos moldes racionalistas.

Retórica e Lógica, pelo visto, assentam em bases comuns.

Como então verificar a acima sustentada proposição segundo a qual houve considerável aproximação da realidade objetiva pelo discurso cairuense contido na Economia Política?

Naturalmente, a componente pragmática iluminista, responsável pelo seu enriquecimento na concreção, produz aquela aproximação. O que já vinha com o Liberalismo Econômico, sobreposto às persistentes tradições de pensamento, de valores, de práticas socioeconômicas do período anterior.

Tal demonstra à sociedade o caráter gradualista da transição para uma sociedade laica, materialista, entregue aos efeitos totais da Revolução

126 – BARTHES, Roland. “A Retórica antiga”. In: *Pesquisas de retórica; coletânea de estudos de vários autores*. Petrópolis, Vozes, 1975. p. 149.

127 – *Ibid.*, p. 150.

Industrial. Transição que se pratica tanto no plano do conhecimento, do pensamento, como na política, das realizações materiais.

Possui uma dimensão totalizante a Economia Política clássica, provida de abordagem com notável sentido de originalidade em Cairu, que também compartilha da visão de Sistema do Racionalismo, compondo nos refolhos da Lógica e da Retórica o vasto painel integrado dos saberes.

Diz ele, referindo-se ao que chama de *Economia Política Geral*:

“Economia Política Geral tem por objeto inquirir o verdadeiro Sistema Social, fundado nas Leis Fundamentais da Ordem Moral, isto é, o Plano Econômico do Criador, e que se diz Economia da Providência a respeito da espécie humana, a fim de ter os fundos do necessário cômodo, e delicioso à vida, além dos que a natureza espontaneamente produz, e oferece na terra as águas que a cobrem; e, em consequência, para se poderem os homens multiplicar, e bem-conviver na Sociedade, aperfeiçoando os respectivos dons de espírito, e corpo, quanto é compatível com a sua atual constituição, evidentemente decaída de seu primordial estado.”¹²⁸

Nesse quadro, o objeto da trama enunciativa, a Economia Política, nos seus fundamentos mais gerais, compreende todo o conjunto social obediente às leis da “Ordem Moral”, de essência religiosa, providencialista, como projeção de estruturas imobilistas, preso a uma filosofia da História em que a Razão [a inteligência] e a vontade auscultam os “sinais dos tempos”, que significam a voz da Providência, levando ao comportamento moralista dos indivíduos. No fundo, a adesão acrítica e irrestrita aos valores do *status quo*, do Sistema dominante, reformista, ao controle pelos poderes estabelecidos da transição.

A inquisição dessa visão global do social, subjacente ao qual a economia, conduz diretamente aos fins práticos da produção e da distribuição dos bens gerados pela terra e pela indústria dos homens. Do que provém a boa convivência e o progresso físico e espiritual entre eles, em sintonia com o estágio de civilização em que vivem, com a fase atual de uma nature-

128 – LISBOA, José da Silva. *Estudos do bem comum e economia política*. Op. cit., p. 171.

za posta na moldura do mito do pecado original. Com o que se estabelecem as bases de uma categoria das mais elevadas na epistemologia cairuense, a da inteligência.

Por ela, governantes e governados devem convencer-se de que o espírito é primordial na atividade econômica, sem o qual pouco dispõem em recursos para conseguirem os bens da vida. Constitui o elemento motor da indústria, trazendo-lhe resultados proveitosos.

Assim, a inteligência, e não o trabalho, é a causa principal da riqueza e prosperidade das nações. Com o que melhor alcançam os bens espirituais.¹²⁹

No entanto, é de inteira justiça proclamar que Silva Lisboa teve rasgos de originalidade, momentos de encontro feliz com a realidade concreta, dimensionando-a com propriedade e concitando ao seu aperfeiçoamento. Nisso chega a aprofundar o seu pragmatismo, e em ocasiões que transcendem o próprio racionalismo. Sem necessidade de dizer o mesmo com relação à filosofia da História que perfilha, e que tanto se afastava daquele pragmatismo, sobrepondo-se a ele, talvez pela precariedade mesma da conexão que engendra com o real. Pois bem, a filosofia da História agora, com a inclinação epistemológica em referência, produz o desenvolvimento autônomo da análise científica da dita realidade concreta.

É o que se conclui do exame de posicionamentos axiais de Cairu a respeito da vida econômica nacional.

Dele diz José Almeida:

“Antecipando-se em mais de um século ao debate atual sobre os objetivos básicos do desenvolvimento, ele defendeu que o verdadeiro destino da produção era assegurar o pleno emprego das pessoas e capitais, de modo que jamais faltasse trabalho honesto a quem oferecesse serviço e que a sociedade pudesse desfrutar de mais elevado padrão de vida.”¹³⁰

129 – *Ibid.*, p. 361.

130 – ALMEIDA, José. “Prefácio”. In: LISBOA, José da Silva. *Estudo do bem comum e economia política, op. cit.*, p. 23.

E adiante:

“Defensor intransigente da organização da sociedade fundada nos princípios de liberdade e de humanismo, para ele o desenvolvimento econômico deveria atingir, além dos objetivos de natureza econômica, também os de justiça social.”¹³¹

Com efeito, Silva Lisboa pratica na estrutura de sua obra econômica nítido corte, aquele desnível, desta vez mais sensivelmente, mais operacionalmente, ao imprimir direção própria, autônoma, a uma rede de enunciados tipicamente apoiados na observação lúcida, na experiência concreta de situações do mundo econômico, particularmente do Brasil, em razão mesma de dedicação aprimorada à análise das circunstâncias do país.

Nesse passo, a sua consciência ética parece inspirar-lhe os remédios eficazes para o subdesenvolvimento, para a opressão colonial, para a correlação entre a miséria moral e a miséria econômica. E na melhor tradição experimental do Iluminismo português, da qual jamais se desvinculou.

Todavia, em momento algum abdica do reformismo, do programa modernizador da sociedade brasileira, como a única alternativa de desenvolvimento, sobre o qual não tem a concepção funcional, como processo histórico radical, como mudança social estrutural, tal como hoje.

Nem a poderia ter no seu tempo, nas condições históricas do capitalismo e da produção teórica que o nutria.

Para tanto, faltava-lhe uma filosofia da História que, na verdade, trouxesse a superação da própria filosofia da História, que se transformaria em Sociologia do Desenvolvimento, conforme a tese de Alain Tourraine.

A tendência da ciência econômica, mesmo nos marcos de vasto Sistema que compreendia a sociedade, corria através dos canais racionalistas, a despeito dos avanços do método experimental, diluído ou atenuado bastante nos seus levantamentos e percepções da realidade objetiva, dada a fragilidade da articulação epistemológica do conjunto social pelo desconhecimento de conceitos, de categorias básicas, como “estrutura social”,

131 – *Ibid.*, p. 23.

“estrutura econômica”, “modo de produção”, “relações sociais de dominação”, e em atinência com “relações de trabalho”.

Não havia constructos eficazes, instrumentos poderosos da conceituação e da análise de um universo de fenômenos, como a delimitação dos seus processos, dos seus dinamismos.

Continuavam breçados os desdobramentos do Iluminismo rousseauiano, enciclopedista, da Revolução Francesa.

Qualquer movimento que pugnasse pela ascensão dos segmentos desassistidos da população do país detinha-se diante da resistência das estruturas autoritárias dominantes. Pois de imediato se inviabilizavam propostas doutrinárias e técnicas não lastreadas pelas restrições ao alargamento das fronteiras sociais, modificando o *status quo*.

A mensagem modernizadora de Cairu era consciente dessa barreira. Ela própria não conseguiu de todo efetivar-se. Muitas de suas propostas até hoje não lograram realização. Justamente pelas condições estruturais do subdesenvolvimento, ainda não conscientizado em termos globais.

Silva Lisboa dá ao capítulo XVII do *Estudos do Bem Comum e Economia Política* o título “Do Interesse do Estado em excitar no Povo o desejo de melhora de condição. E amor dos cômodos de vida, e honestos gozos”.

Em síntese, sugere ele que os trabalhadores se esforcem em melhorar de condição de vida, aprendendo ou desenvolvendo as suas capacidades de adquirir lucro, indo além da mera atividade de subsistência. O que faria deles homens com espírito de independência, de honra.¹³²

Contudo, retenha-se a relação que há entre essa proposta ou a sua motivação e o voluntarismo imanente ao racionalismo.

Volta-se então ao afirmado há pouco acerca do abstracionismo da mesma, situada fora dos seus condicionamentos socioeconômicos e políticos, desconhecendo a rigidez da estratificação social, o peso da hierarquia que a atravessa, das funções distribuídas entre as pessoas na produção, na

132 – LISBOA, José da Silva. *Estudos do bem comum e economia política*. Op. cit., p. 328.

rede de serviços, na burocracia. Ai os trabalhadores, ontológica e socialmente atingidos pelo escravismo, sofrem terrivelmente, sem contar o preconceito voltado contra o trabalho físico, manual.

De modo que a doutrina de Cairu, nesse ponto alicerçada em Ricardo, conflitava com os aspectos centrais de suas idéias políticas, nas quais o estrato da nobreza, os valores feudais, tinham especial guarida.

Subsiste entre as duas concepções, a tradicionalista e a liberal, funda descontinuidade, acentuada diacronia, a ponto de fazer aflorar o desnivelamento do discurso cairuense. E aquela incoerência ideológica, a se considerarem planos gnoseológicos isolados, se posta na dimensão global do pensamento de Cairu, coerente com a dinâmica circunstancial, com o “modelo” epistemológico, com a organização formal que o informam.

A doutrina econômica de Silva Lisboa é ético-normativa, talvez melhor dizendo os princípios econômicos de sua obra.

Tal fica bastante claro ao escrever:

“O mundo físico se rege por leis simples e fecundas, que lhe dão ordem, harmonia, beleza e perpetuidade. Algumas daquelas leis são conhecidas pelos homens e segundo as mesmas eles regulam suas ações, previnem danos e adquirem muitos bens de vida. Reunidos em sociedade, constituem um mundo moral, que parece também deve ser regido por leis de igual simplicidade e fecundidade para viverem em paz e abundância. O conhecimento e exercício destas leis é o que se chama Ciência e Prática da Economia.”¹³³

Assim assenta ela em princípios doutrinários mais do que científicos.

O depoimento trazido à baila comprova o exercício exacerbado das metáforas, produzindo o fenômeno de “assemelhação” de ordens de natureza diversas, atitude típica do Racionalismo da época.

Isso revela também o quanto Silva Lisboa se demora na esfera dos princípios, da idéia, não havendo, ainda na sua obra econômica, incursionado largamente no domínio da prática.

133 – LISBOA, José da Silva. *Princípios de economia política*. Lisboa, 1804. p. 34.

Já se observou linhas acima a indigência do conceito de práxis que utiliza. Em razão da filosofia da História que a permeia, basicamente, e enraizada na evolução do Racionalismo, em Aristóteles.

Todavia, estimulado por esse pensador e, como se verificou, por haver, na esteira de Smith e de Ricardo principalmente, alongado o alcance prático da doutrina sem efetivá-la de fato na extensão requerida, Cairu consegue abranger alguns segmentos importantes da atividade real da economia.

Antônio Paim dilucida com argúcia esse problema, ao estudar a obra do eminente baiano:

“A ação – da qual parecia privilegiar [Cairu] a que se destinava à produção de bens – aparece agora como passível de bifurcação. Na verdade, descobria a distinção estabelecida por Aristóteles entre *praxis* (que se refere ao agir, à ação moral que deriva o seu valor da intenção do agente) e *poiesis* (produção de objetos em si mesmos independentes da intenção). Semelhante circunstância em nada reduz a dignidade da economia política...”

134

Isso significa que Silva Lisboa realizou a passagem de um espaço ocupado pelo subjetivismo, pela razão absoluta, que desenvolve o argumento logicista-retórico, vinculado aos determinismos de uma objetivação própria de um mundo “separado”, originário da história empírica, não dignificada por si mesma, dispersa, derivada do acaso, da formação desordenada dos acontecimentos.

Sabe-se da *captio diminutis* atribuída pelo estagirita à História, justificando o seu conceito empiricista da mesma.

Nesse caso, o universo da economia política, o reino da produção de bens e dos processos em torno dela organizados, deveria acolher a supremacia do complexo ético-normativo; da razão, com tal reino se compondo, para não deixá-lo perdido, sem disciplina, entregue à mera cobiça dos homens, à especulação desenfreada.

A introdução da inteligência por Cairu na economia como fator determinante, como fator primordial, se faz nessa linha.

Ela representa, como dito há pouco, a razão universal, a educação controlando o trabalho produtivo, a distribuição dos seus frutos, a cooperação dos agentes e dos fatores no recinto do ente moral, o universo social.

Dá-se, então, a reunião do mundo físico e do mundo moral na história, determinando a síntese da *praxis* e da *poesis*.

A História alcança a sua dignidade.

Ela se encaixa, se ajusta no domínio social, e se racionaliza, despojando-se de seus atributos pejorativos, decaídos, entrando no reino da necessidade, que é o da liberdade. Necessidade ética, projeção de um ente ético, que é a sociedade.

Como não ver que essa concepção se engasta à perfeição numa nação de sólidos antecedentes tradicionalistas, feudais, submetida a um projeto de transição eivado de rígida disciplina, a impor a autoridade de um estado que lutava por se afirmar como autor e concretizador desse projeto?

Um estado que, naquele preciso momento, se via às voltas com a formação de um capitalismo típico, com a promoção de um fluxo modernizador que exigia prévia reflexão, disciplinamento normativo, especial aparato técnico-científico.

Momento verdadeiramente de síntese.

De novo valioso o contributo de Antônio Paim:

“...Torna-se evidente que Silva Lisboa, embora tenha chegado a estabelecer distinções entre ética, política e economia, encontra nesta última a chave para a conquista de uma vida eminentemente moral. É, na verdade, uma síntese dos demais planos e seu elo fundamental.”¹³⁵

Com efeito, a economia detém aí o plano epistemológico mais elevado, aquele que funda os demais numa articulação muito peculiar aos clássicos ingleses, Adam Smith e outros, que construíram as bases ético-

135 – *Ibid.*, p. 64.

normativas daquela ciência. Atende ao alargamento das fronteiras econômicas, ao cosmopolitismo do comércio, à universalização da Revolução Industrial, ao avanço do capitalismo no mundo.

A assimilação original que Cairu empreende desse capitalismo em termos de Brasil, do projeto de um estado nacional apto a institucionalizar novos padrões de vida econômica e um aparelho político-jurídico capaz de viabilizá-los, não prescinde da estruturação de um pensamento compósito, a se valer da ideologia política tradicionalista-conservadora e do liberalismo econômico. E de uma forma tal que o conservadorismo moralista, retirado da herança clássica inglesa se justapõe, no painel integrado da reflexão cairuense, aos valores tradicionalistas de extração portuguesa, mais intimamente ligados aos princípios monárquicos, mobiliárquicos, absolutista-religiosos.¹³⁶

136 – Destaque-se a assimilação pelos vintistas portugueses, pelos ideólogos da Revolução Constitucionalista, do Porto, todos liberais, da idéia da tradição, conforme o depoimento que segue: “Segundo cremos, o esforço constitutivo de um estado de direito, configurado como estado constitucional, a que os vintistas meteram ombros, assumindo simultaneamente um imperativo histórico, a consciência cívica está ligado a um importante aspecto do tradicionalismo liberal português, a uma tendência objetivamente evocativa e recuperadora que entende o movimento vintista como expressão de regeneração política, como intenção declarada de reestatuição das primitivas liberdades nacionais; como consciência mais ou menos fundamentada e alicerçada de um passado de ‘constitucionalismo’ que importava ampliar e atualizar. Essa tendência, que é objetivamente evocativa e recuperadora, não deve, por um lado, ser identificada com o conceito de conservantismo, nem, por outro lado, desvinculada de complexo de idéias e tendências políticas e sociais do liberalismo europeu franco-britânico.” PEREIRA, Antônio J. da Silva. *Estado de direito e tradicionalismo liberal*. Coimbra: Oficinas da Imprensa de Coimbra, 1979. pp. 36-7.

Sem dúvida, o pensamento político de Cairu, embora de modo não declarado, contém aspectos relevantes dessa corrente. Especialmente, ao se constatar a sua inserção no quadro de mudanças da época, conforme a situação seguinte: “A necessidade dialética de mudanças, associada ao contraste entre a implantação das antigas estruturas nacionais e a evolução da conjuntura econômica e social, pareceu solúvel aos olhos dos liberais vintistas mediante a modificação dos fundamentos orgânicos da sociedade. A percepção da necessidade de mudança e dos contrastes estruturais que marcavam a sociedade, fez da burguesia comercial e industrial e de um vasto setor da burguesia agrária e da burguesia de estado os intérpretes de um processo genético, ao mesmo tempo português e europeu. Este processo, na sua lógica, conduziu o estado liberal à construção de um sistema específico de subordinação ao direito, mediante a submissão a uma constituição. Este tipo de sociedade política, o estado constitucional, resultado do liberalismo é, pois, a primeira projeção histórica do estado de direito.”

Ibid., p. 38.

Trata-se de moldura das transformações socioeconômicas e políticas, intimamente associadas, assinalando o período de transição. Com o instrumental filosófico-ideológico também compartilhado por Silva Lisboa, no caso específico do Brasil, num processo protagonizado por aquela burguesia, pela monarquia.

Essa componente tradicionalista se mostrava por demais desprovida de dinamismo, não atendendo aos imperativos da nova ordem, que se dimensionava crescentemente. E que tinha como eixo a atividade material, passando por transformações significativas.

Nesse processo, o problema da coexistência de modos de produção diversos se fazia premente em países como o Brasil, surgindo a necessidade urgente da elaboração reflexiva de um tipo novo, a eclética, adaptada a uma particular transição, com uma estrutura de saberes bastante indiferenciada e ainda em fase de germinação.

A reflexão de Silva Lisboa provém da carência de uma síntese em meio a múltiplas influências ideológicas e de conhecimentos, um tanto desarticuladas, principalmente diante da pressão das circunstâncias. E sob um “modelo” epistemológico também peculiar. Nele, a economia logra formar-se como campo fundamental, justamente por ser o pragmatismo, inerente ao Iluminismo português, o fator impulsionador maior. O que explica a orientação da síntese em objeto.

Então, a economia constitui a base da integração dos campos epistemológicos diversos, numa aproximação significativa entre a razão abstrata e o utilitarismo, com a gama de variantes que reúne, o experimentalismo, o intuicionismo. Convivência eclética que já se vinha fazendo desde o afloramento do Renascimento português, com a rica seqüela dos descobrimentos marítimos.

Não padece dúvida que Cairu recapitulou tal Renascimento ou retomou a continuidade do grande movimento de expansão lusa, possível graças principalmente ao arsenal científico utilizado, ao desenvolvimento da produção de conhecimentos técnico-científicos de serventia utilitária imediata.

Isso deixou marcas profundas na instituição universitária, nos meios da alta cultura, nos órgãos mais debruçados sobre a economia, sobre o aperfeiçoamento da agricultura, das artes mecânicas, etc., a despeito da interrupção forçada no exercício desse acervo, desse depósito, com o predomínio retrógrado da Escolástica, e com ela do logicismo retórico, da cultura desligada do real, até a reforma universitária realizada por Pombal.

Para edificar e cumprir o seu projeto epistemológico, Cairu deveria de certo modo restaurar aquele depósito, que encontraria apreciável reforço no utilitarismo trazido pelo liberalismo econômico, com ele afinando pelas raízes comuns. Pois o Iluminismo forma a distensão do Renascimento, do experimentalismo que patrocinou, engendrando os fundamentos renovados das ciências naturais, físico-matemáticas.

O empirismo que dele flui gera as concepções monumentais de um Newton, de um Galileu. E isso, por sua vez, possibilitando a síntese entre o Racionalismo clássico e a ciência assim construída ou remodelada.¹³⁷

Jamais se deu, na verdade, a cisão entre razão e realidade sensível até o período de Cairu. De modo a determinar que o ecletismo deste se efetivasse numa explicitação própria, típica, do aludido binômio. Fala-se aqui da razão do racionalismo, como realidade sensível do empirismo, no fundo ambas faces do mesmo plano.

Não significaria isso que qualquer avanço ou reformulação do conhecimento, da doutrina, num espaço indiferenciado de saberes, ou um tanto indiferenciado de saberes, implicaria necessariamente na recomposição, no remanejamento daquele binômio?

Como se processa esse movimento em Cairu, mais claramente? Fique, de imediato, por assentado que ele organiza um painel integrado de discursos de níveis diferenciados o metafísico-religioso, sob um logicismo retórico bastante acentuado; o pragmático-experimental, de uma lógica dedutiva-indutiva, com linguagem mais direta em trechos práticos o intuitivo que perfaz maior densidade utilitária, com a linguagem do senso comum; o panfletário, exacerbado, autoritário, axiomático, circunstancial e político, afrontando a postura adversária e interrompendo o fluxo corrente do diálogo na fala coloquial ou na da comunicação ao público; o parlamentar, objetivo na transmissão sem atavios de conhecimentos jurídicos, econômicos, no encaminhamento de problemas nacionais, empregando poucos recursos lógico-retóricos ou silogísticos, numa apreciação objetiva das circunstâncias dos meios que levam a dominá-la.

137 – Leia-se a propósito o lúcido ensaio de: MARTIN, Gottfried. *Science moderne et ontologie traditionnelle chez Kant*. Paris, Presses Universitaires de France, 1963.

Eis um tipo de pragmatismo que desce do nível mais denso da perspectiva científica para se unir aos problemas do dia-a-dia, aos planos administrativos, aos projetos de modernização. E deixando ao fundo as bases do ecletismo, do desdobramento racionalista das operações econômicas, dos valores que comunica, da ideologia que esposa.

De sorte que em Cairu arma-se uma hierarquia de patamares epistemológicos que culmina no da Economia, lugar da grande síntese, quando o ecletismo nasce da racionalização de componentes “racionais” e “experimentais”, em última instância, a progressão a que chegou a “Razão” ao aprofundar o contacto com a circunstância, apreendida sob uma intercorrência dialética através da qual a mesma razão se vai desbastando da axiomática mais rígida e o mundo sensível se vai abrigando debaixo de generalizações, de uma visão universal das coisas.

É um processo gradualista, de longa duração, subsistindo ao confronto do Iluminismo revolucionário, ele próprio se alimentando do mesmo Racionalismo e, portanto, não afetando o controle sobre a circunstância.

Assim, o processo em tela não se revela vulnerável a rupturas, a descontinuidades, porque persiste, apenas reconicionado, o jogo da “Razão”, a explicar, em última análise, o jogo da política, da ideologia, praticado por Cairu com eficácia, competentemente, e também se deparando com o momento maior no espaço da economia.

O jogo alternativo estava bloqueado, complementemente fechado, na impossibilidade a curto ou a médio prazos da emergência de uma contraposta e radical postura gnoseológica, correlativa de radical posicionamento político.

Por outro lado, o embasamento tradicionalista e circunstancial do Brasil, Império nascente, revigorava o jogo da “Razão” praticado por Silva Lisboa. Nisso de que a moldura axiológica da sociedade agudamente subdesenvolvida, estática, patriarcalista, alimentava padrões ideológico-gnoseológicos conservadores, os concebidos no seio da “feudalidade” portuguesa, um tanto reorientados no agrarismo brasileiro. Padrões esses que adensavam o moralismo, o sacralismo da concepção da “boa ordem”, do

mundo, ínsita na elaboração racionalista mais refinada, já laicizada, do Iluminismo.

Dá-nos, nesse caso, a superposição de camadas ideológico-gnoseológicas “desniveladas”, mas confluentes no objetivo de conservação da ordem social, de privilegiamento da dominação tradicional.

Ora, numa sociedade que fortalecia, pelas suas condições estruturais, a indiferenciação ou a precária classificação dos saberes, a superposição aludida era prática corrente, ao lado de outras, ou com outras se compondo, produzindo a organização formal e ontológica do conhecimento em Cairu, a partir de um pensamento eclético operacionalizado sob o controle do Racionalismo.

Ele se apresenta, então, como superposição de discursos aglutinados, de matizes ideológicos, de estruturas narrativas, formando campos epistemológicos que se entrecruzam no painel integrado, que representam a síntese de um pensamento, síntese operada pela economia. De modo que há uma matriz racionalista que guia essa operação, obstando que ela se desvie por caminhos menos conservadores ou tocados pelo revolucionarismo.

É, portanto, um pensamento profundamente conciliador e reformista, dentro dos melhores critérios do liberalismo conservador. Para tanto, circula desembaraçadamente pelos “campos” mencionados, pelos planos superpostos dos valores, das ideologias, dos “modelos” epistemológicos, incrustados nos discursos conflitantes, na síntese final, constantemente, arrítmicos, mas dando uma presença, maior ou menor, de uma linha autoritária, que absorve em si até mesmo a possibilidade de idéias alternativas.

Contudo, por ser um pensamento gradualista, reformista, tendencialmente voltado para a transição, para a mudança, ele se abre para a conquista de espaços sociais e econômicos por parte do complexo autoritário, das estruturas dominantes. O que esclarece a perpetuidade do controle da “Razão”, o desdobramento dialético desta a que se aludiu, ensejando o processo de desmitologização da Razão e, concomitantemente, de generalização do sensível.

Observe-se, porém, que, dado o caráter político-estratégico do discurso cairuense, aquele processo não induz a superação pura e simples das

categorias tradicionalistas ou a eliminação completa delas. Porquanto persistente o “modelo” referido das justaposições epistemológico-ideológicas, da superposição do “desnivelamento” das linguagens naquele discurso. Apenas, no tocante aos fins pragmáticos da modernização, bastante presentes no mundo da economia, na enunciação parlamentar, alcança a “Razão” o desdobramento descrito.

Sempre que o interesse ideológico é prioritário, especialmente na luta política, no confronto entre liberais radicais e liberais conservadores, entre situacionistas e opositoristas, o retorno ao estilo panfletário, ao exacerbamento axiológico, ao dogmatismo tradicionalista, se faz sentir.

Em grande parte, tal ocorre, provavelmente, em decorrência de, mesmo entre aqueles radicais ou em outros grupos mais extremados, não se haver transposto o fundo de mentalidade conservadora, não se ter alcançado a consciência nítida da necessidade de inverter a pirâmide social, de reestruturar os centros hegemônicos de poder, de decisão, como pressuposto objetivo de uma dialética a aprofundar a realidade social, abrindo-se aos seus determinismos e convergindo para o seu controle até a dirigi-los no sentido da promoção dos setores marginalizados ou desassistidos da população.

Enquanto dita consciência não emergisse não havia como se dialetizar fora dos domínios da “Razão” o processo econômico e social.

Aliás, o liberalismo, sem ressalva de qualquer das correntes que o integram, é essencialmente conservador, como ideologia capitalista, não possuindo como eixo de seu processamento gnoseológico a dialética pós-hegeliana que sintonizou no social a relação *teoria-praxis*.

Nessas condições, e ainda considerando o nítido caráter tradicionalista-conservador dominante do ecletismo cairuense, a síntese que opera se orienta para a acomodação da “Razão” absoluta, autoritária, nos limites do programa modernizador da nação.

De sorte que idéias de justiça social atribuídas ao ilustrado Visconde não têm outro sentido senão o de alargar o mercado interno, mediante a disseminação de “Estabelecimentos industriais de campo e cidade”, que seriam unidades econômicas centradas na propriedade agrário-mercantil e em manufaturas de pequeno porte, fontes de emprego no seio de uma

população ainda pequena, mal estruturada, desorganizada, dependente na sua maioria absoluta dos proprietários rurais, contudo ponto de partida de significativas mudanças da economia e da sociedade.¹³⁸

Torna-se até um nobre exercício pedagógico o reiterar o perfil racionalista de Silva Lisboa na elaboração de sua doutrina econômica, a fim de se evitar, sobretudo, equívocos acerca do que se chamaria o estrito utilitarismo dessa doutrina. Pois se constitui premissa fundante de sua enunciação em qualquer nível epistemológico, direta ou indiretamente, explícita ou implicitamente, a “Razão”, com o nome de “Inteligência” ao se fazer menos absoluta e dogmática.

Há um trecho de um de seus trabalhos em que Cairu manifesta isso muito enfaticamente. Monta conexões íntimas e intercorrentes entre a ânsia de riqueza e de poder, as faculdades intelectuais, valores éticos e a inteligência, como fator primordial do progresso econômico, da elevação da moral social, do bem-estar da comunidade nacional.

Afirma ele:

“Ainda é um *desideratum* na república das letras demonstrar-se a quantidade de influxo, que a inteligência tem na riqueza e prosperidade das nações, e conseqüentemente na virtude dos povos, duração dos estados, e perfectibilidade da espécie humana. Persuadido: 1º que a inteligência é o princípio transcendente de todos os melhoramentos sociais e, por assim dizer, a idéia-mãe, donde nascem as teorias mais interessantes da Economia Política, e 2º que o Autor da Natureza decretou que a maior possível inteligência dos homens dependesse de ser a sociedade civil a mais universal e ordenada, não obstando-se ao desenvolvimento dos talentos e ao comércio franco.”¹³⁹

Então, o Visconde eleva a inteligência a “princípio transcendente”. Dela se retiram os resultados científicos indispensáveis à organização e ao desenvolvimento da economia dos países, como conjuntos que articulam a religião, a moral, a economia, a sociedade, em demanda do progresso.

138 – LISBOA, José da Silva. *Estudos do bem comum e economia política*. Op. cit., pp. 354-4.

139 – LISBOA, José da Silva. *Ensaio econômico sobre o influxo da inteligência humana na riqueza e prosperidade das nações*. Rev. Guanabara, Rio de Janeiro, t. 1, :4.

Assim, o progresso básico é o da “Razão” que os indivíduos associados assumem.

O dedutivismo se torna prevalecente ao atribuir à inteligência o instrumento de produção da teoria econômica. E essa Inteligência expande-se na sua plenitude ao ser agilizada numa sociedade fundada na universalidade da ordem, da justiça, na perenidade benfazeja do “ente moral”. O que evidencia, ao final, a integração operacional que há entre a estabilidade plena da ordem social e o exercício da Inteligência e de seus derivados: a ciência, a literatura, a prosperidade.

O “comércio franco”, expressão do liberalismo econômico, se entende como o “desenvolvimento dos talentos”.

Eis uma indicação clara dos meios reais de uma proposta de modernização, de transição social. Nela vai implícita a superação do monopólio, prática econômica dominante na velha ordem, na Colônia, instaurando-se a livre competição nos negócios, a iniciativa franca de aperfeiçoamento do modo de produção, agilizando-o com a implantação de mecanismos econômicos mais expeditos, com a expansão das fábricas, dos estabelecimentos agrícolas, com a melhor organização e cooperação das classes econômicas, estimulando a produção e a distribuição das riquezas. O que demanda o influxo da inteligência, representando ao mesmo tempo as faculdades intelectuais e o espectro axiológico, a ciência, os critérios científicos e o controle transcendental daquelas atividades enfocadas no contexto de ampla solidariedade entre os valores ético-religiosos, a educação e o desenvolvimento econômico, no leito da ordem estabelecida.

Isso demonstra bem a integração sem limites dos saberes em Cairu, fazendo emergir um “modelo” epistemológico que, se adaptado ao “campo ideológico” e ao pedagogismo do conhecimento do período, evidencia o seu particularismo. Especialmente no protagonismo aí exercido pela Economia Política.

Não é de admirar, consciente desse “modelo”, que o exegeta se veja diante de colocações esdrúxulas para a ciência operacional de hoje.

Assim, proclama Silva Lisboa que a Economia Política, principalmente o comércio entre os povos, tem sua explicação última em fundamentos religiosos e ainda pode auxiliar a propagação do Evangelho.

A influência de Montesquieu é aqui patente:

“O celebrado autor do *Espírito das Leis* no Liv. 19 cap. 18 diz – A Religião Cristã, pelo estabelecimento da caridade, culto público, participação dos mesmos Sacramentos, parece demandar que tudo se una – A Economia Política, supondo o estabelecimento desta Religião (a que a Coroa Portuguesa se gloria de ser Fidelíssima), caminha, ainda que de longe, em seus vestígios, procurando, pelo Comércio Universal, a geral benevolência, e a pacífica união de todas as regiões da Terra, comunicando-se reciprocamente os homens seus bens e conhecimentos. Daí deve resultar: 1º cumprir-se a primordial Lei Pragmática do Regedor da Sociedade – Comerás de trabalhos, cresci, multiplicaí, e enchei a Terra, 2º propagar-se a Lei Evangélica de Luz e Revelação às Gentes, para glória de Deus, e a paz aos homens benévolos; visto que um dos veículos da execução destas Leis é o Comércio franco legítimo, que tende a animar, bem dirigir, e generalizar os trabalhos úteis da Cooperação Social, e dar o maior recíproco valor aos frutos da terra e indústria de todos os países...”¹⁴⁰

De logo, nota-se o reinvestimento erudito no tradicionalismo, atitude coerente com o espírito da Restauração.

A mensagem em foco serviu de estímulo à expansão dos negócios ligados à conquista colonial, articulando Mercantilismo e Descobrimentos, muito antes do desenvolvimento do Estabelecimento Social em terras americanas, africanas e asiáticas.

Tal perdura durante todo o período colonial. E retomado, como se vê, pelo Capitalismo que se segue à Revolução Industrial, em sintonia com o arcabouço tradicionalista das instituições luso-brasileiras, dentro da conciliação eclética que preside a transição.

A estrutura ideológica é a mesma.

Isto é: continua imperando o fundamentalismo religioso, sacralizando as práticas econômico-sociais e políticas, impondo-se com os

140 – LISBOA, José da Silva. *Estudos do bem comum e economia política*. Op. cit., p. 71.

seus critérios últimos, transcendentais. E tal em níveis sobrepostos que, na realidade, não se conciliam: o axiológico e o cognoscitivo, o dos valores e o do conhecimento. Do que se infere a função de mero controle ideológico do primeiro nível.

Na verdade, o comércio, nesse contexto, ganhava a condição de prática socialmente relevante, instrumento de propagação da fé, prestando-se como veículo de dominação, de domesticação, de aceitação das relações econômicas colonizadoras.

Então, em período posterior, quando o Capitalismo se diferencia no seu modo de produção, sob a égide do liberalismo econômico, o núcleo axiológico em destaque continua influente. O que de novo comprova o controle tradicionalista da modernização, sob o ecletismo que veste o conservadorismo.

Interessante observar que o próprio componente liberal deste gera ou recicla valores religioso-traditionalistas, a serviço da expansão do Capitalismo, do Colonialismo, aumentando a complexidade da axiologia mobilizada por Cairu e por outros da mesma linha.

Isso se acha bem presente no princípio da cooperação social, que o egrégio baiano concebeu.

Escreve ele:

“Cooperação Social é a Companhia entre a Natureza e a Humanidade, e entre os indivíduos e estados entre si, para reunião de suas faculdades e forças de espírito e corpo em todas as Partes da Terra, a fim da maior produção das riquezas, e possível multiplicação e prosperidade da nossa Espécie.”¹⁴¹

Aí se apreende a base genérica da divisão do trabalho, como formulada por Adam Smith. Trata-se de uma concepção original de Cairu, que bem diz da síntese a que chegou no domínio da Economia Política. Ela esteia a empresa capitalista centrada no Colonialismo, dele tirando o dinamismo de sua expansão, justificando o seu caráter predatório. Qualifica de

141 – *Ibid.*, p. 236.

natural a desigualdade de condições materiais e espirituais entre as nações, para dessa mesma desigualdade extrair os móveis operacionais do desenvolvimento econômico-social.

A sua palavra:

“Por sábia Economia da Providência, para recíproco benefício, e doce vínculo de mútua correspondência, e liberal dependência dos estados, a Natureza diversificou as suas potências produtivas, para suprir aos homens com certas espécies de riquezas, no seu estado rude, ou manufaturado, em vários países e climas, dando aos respectivos habitantes superiores facilidades e vantagens nas operações respectivas para adquirirem tais riquezas, que os habitantes dos outros países podem invejar, mas não poderão tolher, nem competir, devendo só desfrutar por via do comércio, trocando-as por outras equivalentes produções, para que a Natureza também lhes tenha dado privativas especialidades.”¹⁴²

Anote-se o dogmatismo renitente, recalcitrante, que recobre o Racionalismo ínsito na Síntese trabalhada por Cairu, no campo da Economia Política.

A axiomática faz estacionária, eterna, a argumentação em função da já comentada filosofia da História que a permeia.

Os enunciados são definitivos e tendem a petrificar-se no tempo, como de fato se petrificaram, e se corporificam em máximas e em princípios retomados em diversificadas situações históricas, em diferentes etapas do Capitalismo, das variantes do seu modo de produção. E é justamente a Gnoseologia privativa da Teologia que aí se projeta, como ponto de convergência da narrativa compósita, partilhando elementos moralistas e uma gradação de fenômenos, de fatos concretos, pragmáticos.

A exposição econômica é carregada de conotações múltiplas, de natureza vária, psicológica, metafísica, etc., mostrando ser uma enunciação

142 – *Ibid.*, p. 237.

de síntese, específica do campo ideológico em que se inscreve e tecida de justaposições de conteúdos particulares.

Veja-se o que expressa Cairu nesse sentido: de par com a sociabilidade e a racionalidade, convém aos homens desenvolverem condições psicológicas, esforços e expectativas, para progredirem no entendimento e nas riquezas.

Há, pois, íntima interdependência entre a economia e as faculdades racionais, estendendo-se também a certos valores culturais e atributos psicofísicos.¹⁴³

Por isso mesmo, a riqueza e a prosperidade se vão fundamentar, em última análise, não no trabalho (como causa principal), mas na inteligência.

Nisso, ele pretende afirmar a supremacia do espírito sobre o corpo. E a partir dessa supremacia é que se explicita a atividade econômica:

“Se uma vez se convencessem os que governam, e são governados, que o corpo pouco pode pelas próprias forças adquirir os bens da vida, e que o espírito é que tudo vivifica (Prov. XX 27 Joan. VI. 64), impelindo e dirigindo os braços para os maiores e melhores resultados da Indústria, e que por isso a Inteligência, e não o trabalho, é a causa Principal da Riqueza e Prosperidade das Nações, não teriam caído no sofisma das escolas – não – causa por causa –; e se teria em toda a parte adotado mais justo sistema da Economia política.”¹⁴⁴

O maniqueísmo racionalista; de extração cartesiana, transparece vivamente nessa citação, insinuando-se no próprio corpo da atividade econômica, e trazendo considerável elástico ao significado de inteligência. Prova de que aquela justaposição é uma constante, surgindo como forte recurso de estratégia ideológica no convencimento pedagógico (tão usual, como visto, no Racionalismo iluminista) da doutrina econômica, na verdade instância teórica da dominação, do sistema autoritário vigente.

143 – *Ibid.*, pp. 181-2.

144 – *Ibid.*, p. 361.

E a religião se instala no núcleo central de significações do vocábulo inteligência, direcionando-o para as alternativas desejadas pelo Capitalismo durante a transição modernizadora do país. E num ponto tal que o mister empresarial, o desempenho dos que comandavam a produção e não o dos que a fazem, constitui a mola mestra do crescimento econômico, da prosperidade das nações, a despeito do princípio da cooperação social, da conciliação dos interesses de proprietários e de trabalhadores em torno do excedente.

Porque, a prevalecer o ponto de vista de Ricardo e de outros clássicos da Economia, a tendência seria privilegiar o trabalho, com consequências menos elitistas, autoritárias, no terreno da Economia.

Assim, Silva Lisboa dá amplos fundamentos ideológicos ao liberalismo contrista ou conservador no país, operacionalizando uma gama variada de elementos: o religioso, o moral, o metafísico, o econômico e o social.

Certo que não chegaria a oferecer uma sistematização filosófica disso tudo. O liberalismo conservador teria que esperar por Silvestre Pinheiro para tanto.

O “modelo” epistemológico de Cairu, como se examinou, não se coadunava com tal sistematização. Aquele filósofo produziria uma síntese mais coerente e fundada num ecletismo rigoroso, bastante distanciado da “disposição” ideológica.

O Visconde, ao abrigar a oscilação do “pensamento formal literário, ora clássico, ora reacionário”,¹⁴⁵ instaurava o traço compósito, superposto, de uma reflexão imprecisa entre a teoria e a doutrina, com a organização formal embasada em níveis particularizados de discurso. Uma prática teórica que só alcançaria o rigor da ciência em momentos de lúcido pragmatismo, de análise fria e objetiva dos fatos concretos, da organização econômica.

145 – PAULA, L. Nogueira. *Arquitetura do pensamento econômico. Op. cit.*, p. 30.

146 – NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1979. p. 22.

Trata-se, neste último aspecto, de um “pragmatismo cientificista [que] lastreava o ecletismo”, conforme ensina Fernando A. Novais.¹⁴⁶

Estava-se evidentemente diante do prolongamento do pombalismo, numa busca de adaptação à nova situação da economia.

Manufaturas, comércio e agricultura reclamavam igual atenção. Mas persistiam fortes vestígios da Fisiocracia ao lado dos projetos vasados no liberalismo econômico.

Havia o entrecruzamento de “influências inglesas [clássicos] e francesas [fisiocratas] para conformar a mentalidade econômica dos ilustrados portugueses: o resultado foi um mercantilismo bafejado pelas Luzes, o *mercantilismo ilustrado*.”¹⁴⁷

Isso se seguia às bases mercantilistas da economia portuguesa, que vinham de longe. E, como observado, já atuantes e assaz desenvolvidas no período dos Descobrimentos.

Durante a Colônia, o mercantilismo se consolidou bastante. Sobre ele se haveria de empreender aquela adaptação, considerando-se principalmente a realidade brasileira, o regime agrário-mercantil que a construiu.

Tão arraigado se encontrava esse regime econômico no país, edificado sobre fundamentos sociais incipientes, que marcaria decisivamente a direção do pensamento econômico da transição, nas suas premissas ideológicas, valorativas.

O ecletismo, de que se falou há pouco, tem nele a viga mestra. A vertente pragmatista, por sua vez, também repousa na tradição, segundo comentário acima. O de que carecia era exatamente de uma sua integração num sistema que lhe impulsionasse no caminho da modernização. Para tanto, necessitava de revigoramento no círculo de uma organização política que levasse avante o projeto da modernização sem deixar

147 – *Ibid.*, p. 230.

esvaziada a axiologia tradicional. Antes, reforçando-a numa elaboração teórico-ideológica mais refinada. E essa elaboração não se constitui obra apenas de Cairu. Outros economistas já haviam iniciado algo a respeito. Pouco antes do Visconde, o bispo Azeredo Coutinho.¹⁴⁸

Expõe o historiador Fernando Novais:

“A visão mercantilista da colonização mantém-se, pois, na base das reflexões dos ilustrados lusobrasileiros do fim da época colonial... Tal persistência, aliás, mostra bem a importância da exploração colonial como instrumento de desenvolvimento das economias centrais na fase de transição para o capitalismo industrial. Somente o desenvolvimento deste (a partir da segunda metade do século, na Inglaterra) permitiria (para a potência industrializada, ou em processo de industrialização) prescindir das compulsões institucionais do sistema, e praticar o que B. Semmel chamou, com muito acerto, o ‘imperialismo do comércio livre’. Para os países do Continente, em graus vários de defasagem em relação à Inglaterra, o dilema era precisamente este: a remoção da defasagem implicava, no plano teórico, na crítica do Antigo Regime como um todo, e pois também do próprio sistema colonial, indispensável para manter o ritmo de acumulação, sem a qual o atraso não se superava. A impossibilidade teórica de ultrapassar esse dilema sem negar o sistema como um todo imprimia um iniludível caráter ideológico às formulações reformistas; a impossibilidade prática de ultra-

148 – Lúcida exposição do pensamento econômico do mencionado prelado no-la dá o historiador Sérgio Buarque de Holanda na apresentação que faz daquele pensamento. Nela acentua um ecletismo em que “tendo absorvido, aparentemente, as doutrinas econômicas provocadas, na Europa, por uma sociedade capitalista em ascensão, AZEREDO COUTINHO procurou ver assegurados, com o socorro dessas mesmas doutrinas, os tradicionais privilégios de uma aristocracia colonial e semifeudal dos grandes proprietários do Brasil. A campanha que move incessantemente contra os monopolistas apóia-se nesse propósito” (p. 30).

E pouco além:

“... O agricultor e o comerciante têm sempre interesses harmônicos. Sem o intermediário, que procura continuamente novos e novos mercados, o produtor se verá condenado a uma existência miserável e destituída de qualquer estímulo. Há, pois, uma natural concatenação dos interesses da produção, da circulação e da distribuição da riqueza, que é preciso respeitar e por todas as formas promover. Com o livre jogo das forças econômicas, Estado e Coletividade só terão a lucrar” (p. 31).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Obras econômicas de José Joaquim da Cunha de Azevedo Coutinho*. São Paulo, Ed. Nacional. s. d.

passar as contradições levava, por seu lado, às rupturas revolucionárias, e, nelas, a colocação explícita do dilema: assim, nas assembléias revolucionárias da França, a dura opção entre os ‘princípios’ e as ‘colônias’, assim os vintistas portugueses tendo que combinar liberalismo com recolonização do Brasil.”¹⁴⁹

Recapitule-se que Silva Lisboa exhibe essa visão conservadora por ocasião da “abertura dos portos”, em 1808.¹⁵⁰ E a revigora ao longo da sua produção teórica, especialmente nos seus escritos econômicos, em caminho daquela adaptação aos novos tempos, às transformações do Capitalismo, a exigir reformulações no plano do pensamento e das práticas. O Brasil se abria à exploração da rica Inglaterra. O monopólio não mais reunia condições de subsistência. O comércio com a velha Álbion se inaugurava com vigor. As transações com praças importantes da Europa se expandiam¹⁵¹ o espírito do liberalismo se desenvolvia entre nós a ponto de se prevenirem acessos de rupturas revolucionárias. O que, aliás como se analisou demoradamente em páginas anteriores, justificava a luta ideológica mantida por Cairu em todos os aspectos e níveis de sua obra, lançando-se agressivamente contra os “anarquistas”, os “inimigos da ordem”. Vem, então, um imperativo: o de, no bojo do aparelho monárquico, controlar a transição para o novo período sem abjurar da herança legada pelo antigo regime. Isso parece explicar o forte estatismo presente nas elucubrações do ilustre baiano, principalmente no campo da Economia. Um estatismo que, se por um lado supre o vazio de iniciativas privadas numa sociedade marcada pela indiferenciação, pelo subdesenvolvimento, por outro, na trilha do velho absolutismo, quer promover as reformas, as adaptações, sem alterar substancialmente as estruturas da nação. Pois não havia “clima” para isso, não despontava sequer um

149 – NOVAIS, Fernando A. *Op. cit.*, pp. 231-2.

150 – Minuciosa descrição do papel exercido por Cairu no episódio célebre oferece-a Pinto de Aguiar sob o título “A Abertura dos Portos”. In: *Ensaios de história e economia*. Salvador, Livraria Progresso, 1960. pp. 70-80.

151 – Minucioso relato do comércio exterior brasileiro fornece-o Heitor Ferreira Lima, indicando as principais exportadoras e importadoras do estrangeiro no período, In: *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional/Brasília, pp. 136 e ss. Ver também SIMONSEN, Roberto C. – *História econômica do Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional/MEC, 1977. pp. 429-36.

movimento revolucionário abrangente, verdadeiramente radical, como foi provado. Viu-se que o fundo de mentalidade conservadora irrompeu praticamente em todos eles no Brasil, denunciando a inexistência de pré-condições axiológicas, institucionais, para uma autêntica ruptura. A não ser gradualmente, caso ocorresse porventura. Quando a abertura política iria trazendo a abertura econômica e a social.

Assim, Cairu transpõe a dependência colonial para o Império, ao reinvestir no projeto de modernização, correlativo e Inseparável do projeto de fundação do Estado Nacional brasileiro. Apenas, mudou de país: de Portugal para a Inglaterra, recompostas a doutrina e a política econômicas, pragmaticamente, mantendo-se os condicionamentos ideológicos da antiga ordem. O que constituía um trabalho de racionalização através do eclétismo. E com aquele desnivelamento de discursos, com aquela organização formal, compósita, não apresentando coerência rigorosa de argumentação globalizadora. Pois acaba encerrando-se no interior de uma síntese pouco harmoniosa, pouco integrada, como pouco integrada a sociedade do tempo.

Vinha daí o vigoroso unidimensionamento ideológico, artífice dessa síntese, da integração de materiais axiológicos e do experimentalismo pragmático, embutidos no autoritarismo, no elitismo subsistente e continuado do regime colonial um “arranjo” político-ideológico com vistas ao domínio das emergências econômicas do imperialismo britânico no Brasil, com as suas seqüelas “liberais”.

Compreende-se, destarte, que o liberalismo econômico de Cairu não é o mesmo do seu mestre Smith.

O corporativismo que inclui na sua formulação eclética demonstra-o sobejamente.

Como todas as suas intervenções justificantes da presença maior do Estado na economia da mesma forma o demonstra. Sem referir mais dados tradicionalistas que, nesse terreno, completa a síntese.

Tal ajuda a esclarecer também a pregação colonialista do mesmo Smith, dos clássicos da Economia inglesa, e com ela, do tradicionalismo, do moralismo, do apelo à religião, entre eles.

2.3 – A Fala Parlamentar

O discurso cairuense particulariza-se, do ponto de vista da organização formal e da estratégia teórico-ideológica, na articulação parlamentar.

Em linhas gerais, pode-se dizer que ele se caracteriza pelo relato simples e objetivo e pela análise dos problemas nacionais mais candentes da época.

E o faz dentro da melhor técnica, combinando o jogo da eloquência com o exame meticoloso e realista das proposições que lhe são submetidas.

Usa a retórica de uma forma que convém ao estilo da casa, sem as palavras alçarem vôos insopitáveis, ao ambiente em que tramitam os projetos da política e da administração públicas, voltados para a dialética do concreto, para a gerência das circunstâncias tumultuadas ou desafiantes de problemas que emergem da sociedade brasileira: os econômicos, os políticos, os jurídicos, etc., numa complexidade que reclama o estudo detido, a discussão aberta e atualizada, por vezes a retrospectiva histórica. Mas sempre a demandar o senso real das coisas.

Daí por que a retórica parlamentar se diferencia da retórica acadêmica ou desenvolvida no púlpito.

Ela encontra os seus limites naquela sensibilidade do cotidiano, das carências que levantam os debates, que justifica os projetos concretos, com vistas, por exemplo, à edificação de uma infra-estrutura urbana. Como também se detém nas fronteiras da argumentação calcada nas ciências prático-experimentais, no Direito, na Agronomia, na Economia, ainda que possa eventualmente se fixar, a título de introdução, nos preâmbulos laudatórios, na evocação um tanto “enfeitada” do passado, segundo o perfil retórico do tempo, ou na enunciação de teses tradicionalistas, pejadas de moralismo, de ideologia, a distinguir a facção do parlamentar. Isso se fazia inevitável num período de transição em que ainda agradam aos ouvintes os rasgos de arcadismo clássico no contexto do Romantismo, como expressa Santiago Dantas.¹⁵²

152 – DANTAS, Francisco Clementino Santiago. *Cairu, protagonista de sua época*. *Op. cit.*, p. 4.

Desse modo, o discurso parlamentar tem a sua fisionomia própria. Nele se organiza também uma síntese, diversa da construída por Cairu no domínio da Economia. Importante conhecê-la para melhor colocação do discurso autoritário do Visconde. É a síntese traduzida na visão geral da problemática brasileira, com a formação de um discurso muito peculiar, matizado pela diversificação temática, propiciando também intensa gradação ideológica, enredando, de modo descontínuo, o pragmatismo experimentalista e o tradicionalismo, no primeiro situando-se o projeto de organização política liberal-conservadora, de um regime econômico liberal, mas com acentuados traços corporativistas, estatais.

Cada intervenção demorada ou em redor de um projeto de lei também pode constituir uma síntese menor, um todo compósito, articulando as posições centrais de Silva Lisboa. O que, aliás, compartilhado por outras personalidades políticas, ilustres parlamentares, seus contemporâneos. Integrantes que são do mesmo campo ideológico, e imbuídos da mesma cultura política. Em Cairu, porém, dada a altura a que chegou no cenário brasileiro do período, aquela síntese é construída com mais vigor estilístico, com mais larga fundamentação científica, com expressiva conotação ideológica, com consciente protagonismo político e social, que a torna singular como produto da tarefa modernizadora.

Cada projeto de lei que recebe a intervenção do Visconde, ou do qual é o autor, sofre comumente longa e exaustiva apreciação, exame completo, deixando à mostra uma extraordinária erudição e uma viva clareza da problemática em torno da qual se debruça.

Até assuntos sumamente técnicos, versados normalmente por especialistas, por pessoas qualificadas que se ocupam profissionalmente deles, entram no rol de suas análises competentes, dando ao leitor, sem exagero, a sensação de assombro, de admiração, a despeito de possível discordância.

O pragmatismo desceu fundo na articulação do discurso parlamentar do mestre em objeto, ensejando um edifício sólido e duradouro de sugestões, de lições que cobrem os aspectos mais gerais e específicos da realidade brasileira.

Tudo sobre que discorre é severamente lapidado, oferecendo ao final uma síntese preciosa. A esta chega depois de verificação minudente, que alcança os momentos nucleares do objeto, propondo medidas operacionais de valia, com o fim de lograr o seu aperfeiçoamento, na senda do projeto global da modernização.

E, nesse tratamento severo, ele faz o travejamento das premissas axiológicas e da argumentação científica, conciliando ideologia, política e ciência, no leito de um discurso esteado no método analítico-sintético tão a gosto do Iluminismo.

Quer dizer: reduz o objeto temático ou o problema em discussão a dissecação paciente, olhando-o sob todos os ângulos possíveis, citando autores clássicos, especialistas de nomeada, descendo num vôo retrospectivo às suas raízes, demorando-se numa prática tradicional, em costumes pretéritos, combinando a experiência e a autoridade, numa orientação metodológica que reflete a epistemológica do discurso parlamentar do período. Este, que se o diga, não possui uma área rigorosamente delimitada. Nisso de que, em vários de seus aspectos, divide com outros discursos, o acadêmico; o panfletário etc., as tendências e a estrutura do pensamento racionalista-iluminista. O qual constitui um produto elaborado de um saber não propriamente de primeira mão ou que se tenha gerado na operação do cientista, do jurista, do historiador. Se bem que, algumas vezes, possa resultar de uma preocupação de conhecimentos, de sistematização de dados fornecidos pela Economia Política, pelo Direito, pela Política, pela História.

Contudo, não vai, nesse esforço, o intuito de fazer ciência propriamente. Senão o objetivo delimitado de situar e normalizar problemas concretos, que afetam diretamente a comunidade nacional, a administração pública, o complexo institucional do país.

Trata-se de uma matéria viva, complexa, dinâmica, a envolver o desempenho das pessoas, do governo, da sociedade, da economia, e que está constantemente a demandar retificações, reformas, iniciativas pioneiras, com o auxílio de um aparato técnico que também se faz problemático.

Assim, o discurso parlamentar se circunscreve basicamente a esse conteúdo. Vêm dele os limites do seu campo epistemológico, os indicativos de sua manifestação. Naquilo que é possível particularizá-lo.

Contudo, ele se apresenta ambíguo, um tanto dialético, ao se abrir igualmente para um plano de reflexão, de encaminhamento do objeto, enredando-o na formulação retórica, no pronunciamento ideológico, na intercalação axiomática, na invocação religiosa, no apego a costumes imemoriais, junto com eruditas apresentações de doutrinas, de descobertas científicas, de inovações na organização econômica, no aparelho institucional, que já denunciam o desnivelamento aí presente, a organização formal típica, insinuando-se nesse espaço de modo especial.

Mas a qualidade ora levantada do discurso parlamentar, pronunciadamente articulado por Cairu, dadas as proporções do seu espaço, configurativo de um momento, de uma pauta, de um debate, de um projeto, se evidencia bastante recortada, demarcada, na síntese de um projeto de lei, deixando ao leitor a impressão de um conglomerado de escrituras, aqui e ali conflitantes, contraditórias, no jogo daquele desnivelamento epistemológico, nos matizes do recobrimento ideológico na variedade ínsita ao ecletismo. Se bem que de um modo a espelhar a natureza mesma do discurso parlamentar, qualquer que seja o seu autor.

A gama de problemas, de assuntos ventilados, de proposições colocadas, motiva por si só a dispersão das matrizes gnoseológico-ideológicas, a flexibilidade do posicionamento tradicionalista-pragmático, com a aparente perda de um centro unificador das mensagens. Justamente comunicadas ao longo de um *corpus* discursivo cumulativo, que durou vários anos para se constituir, acompanhando circunstâncias diversificadas, ora com ênfase sobre o tempo institucional (o mais coerente e fundamental), ora sobre o tempo conjuntural, de qualquer maneira assentes sobre um tempo de longa duração, como identidade maior da sociedade subdesenvolvida.

Essa mesma longa duração se faz mais protagonista em alguns momentos que em outros. Depende da circunstância dominante, do fundo tradicionalista convocado, da nota de pragmatismo renovador solicitada. Variações que demarcam o espaço do pronunciamento, da fala, tornando difícil a sua articulação como um *corpus inteiriço*.

A circunstancialidade reveste aí a força de um poderoso determinismo. Mais do que na articulação do discurso da Economia Políti-

ca ou acadêmico. E até não se erraria dizendo que a circunstancialidade do discurso parlamentar de Silva Lisboa, como dos políticos de sua geração, da galeria ilustre de homens públicos que com ele edificaram o Estado nacional brasileiro, não se furtando à particularidade relevante de sua postura na temática em exame, se revela prevalentemente objetivada, e decomposta na linha de um programa, de uma proposição, de uma orientação social e econômica, de um “modelo” político, de um projeto modernizador.

O mesmo não caberia sustentar da circunstancialidade do discurso panfletário, também muito viva, e exercendo pressão sensível sobre o desdobramento do seu objeto. Com uma diferença, porém, acentuada: se consoma nas paixões exacerbadas da disputa de facções, dogmatizando as proposições, reduzindo grandemente o alongamento concreto dos problemas. Os quais, aliás, não são tratados propriamente como tais, pois distorcidos no auge, na incandescência da luta ideológica.

Isso se reflete até na constituição sintático-semântica dos enunciados, na organização formal que acaba se dando.

Como se vê, a circunstancialidade do discurso parlamentar se integra melhor e mais adequadamente no experimentalismo que, ao marcar o controle sobre o pervagar da ideologia, eleva esse discurso ao nível do saber da Economia Política. Sem, porém, atingir a síntese que nela se fabrica e a inteireza epistemológica que a cientificidade maior, aí notável, franqueia.

Eis a projeção especial de um campo ideológico, que possui os seus princípios, a sua estrutura, a sua dinâmica.

Cairu é o seu artífice primeiro no período, ao se considerar principalmente o protagonismo que exerceu no projeto modernizador, na fundação do estado nacional brasileiro.

Naquele campo ideológico se insere o discurso parlamentar, como arma operacional das mais valiosas de domínio da transição.

É que, nessa área, todo o complexo institucional, notadamente o seu encaminhamento para formas mais racionais, mais atualizadas, de par com o crescimento da infra-estrutura, se submete ao exame restrito às justificativas dos projetos de lei.

Então, a curva histórica da instituição, dos mecanismos que a impulsionam, o ápice que atingiu, o declínio que passou a sofrer, são avaliados percucientemente. Ao final, feita a triagem, fica o permanente, o eterno, o que serve de base valorativa à matéria do projeto, ou a este na sua integridade (fundamento e contexto).

Logicamente, o critério decisivo, nessa operação, é a ideologia conservadora, tal como trabalhada por Cairu.

Veja-se, contudo, que a singularidade que a reveste imprime uma direção determinada ao seu desenvolvimento, à sua própria fisionomia, gerando aí a irrupção do “desnível” já acentuado. “Desnível” que acompanha a feitura de um perfil específico, a desempenhar papel relevante nos objetivos estratégicos da obra cairuense

Assim, cada projeto de lei compõe um micro-universo, que tem as suas dimensões próprias, uma maneira especial de apresentação do campo ideológico, uma estrutura narrativa nitidamente original, de aspectos prevalentemente técnicos.

De modo que a particularidade de uma instituição, de um tema, de um acontecimento, de uma colocação, enfim funda o que se poderia chamar talvez uma abordagem monográfica daquele campo. E ela possui a sua metodologia, os seus objetivos. O que oferece uma integração bastante funcional entre a circunstância, o episódio provocador e a mesma abordagem monográfica. Torna, na realidade, atual a propositura e o tempo que a preside é o tempo da curta duração, predominantemente. Porque também se vincula ao tempo conjuntural (da média duração) e ao tempo da longa duração de acordo com as inclinações que tomam os projetos. De qualquer modo, o de curta duração se faz o agente precipitador, o que dimensiona a política conservadora naquele preciso momento.

Não resta dúvida que os eventos políticos significativos, a curva conjuntural da economia, os imprevistos coletivos condicionam a natureza, as tendências, a intencionalidade dos projetos de lei, sob o peso da herança compulsiva do passado, que se quer refeito, segundo a orientação das reformas pragmáticas.

Daí vem que, no micro-universo que o constitui, se deflagra a dialética do atual e do passado.

É a necessidade da imediata reforma de um órgão público, é a criação de uma faculdade, de uma universidade mesmo, é a solicitação de alteração de um instituto e coisas dessa ordem que põem em cheque quase sempre todo o complexo institucional. E, num decurso de tempo razoável, ele acaba transformando-se, na verdade, completando-se o projeto da modernização, em atinência com um período peculiar da história brasileira. Mas sempre preso aos critérios do conservadorismo, assimilados pelos interesses das estruturas autoritárias.

Nesse ponto, se localiza o controle político-ideológico que percorre todos os setores da produção doutrinária, de conhecimentos, desde o panfletário ao parlamentar, instaurando a unidade ideológica, a coerência interna da obra cairuense, que, assim, suporta, sem desvios sérios, o desnivelamento dos escritos, dos pronunciamentos, das lições do discurso do preclaro baiano.

Pode-se, na articulação parlamentar desse discurso, detectar patamares axiológicos. Vale dizer: os projetos de lei apresentados ou as intervenções que neles se fazem se escalonam em razão da orientação político-ideológica. O que, aliás, está de acordo com aquela abordagem monográfica. Um deles, por exemplo, converge para a defesa de institutos tipicamente feudais, ou de vigorosos traços feudais, como o que justifica os laudêmios.¹⁵³

A direção de Silva Lisboa é meridiana:

“Não vejo razão de justiça e equidade, que reclame esta lei sobre laudêmios; antes parece-me que ela ataca o direito de propriedade dos senhores de terrenos, e o direito consuetudinário do país nos aforamentos. Os que recusam pagar laudêmios tanto do valor do solo, como das plantações, e benfeitorias nele feitas, reproduzem a querela do mau rendeiro que no evangelho argüi ao proprietário de ser senhor duro, que quer colher onde não planta: porém em todo o estado civilizado, em que se reconhece a necessidade de bem se guardar o direito de propriedade, e o ajuste dos contratos lícitos, com as suas condições expressas, ou usuais do estilo do país, não estranham, nem de-

153 – *Anaísdo Senado do Império do Brasil*, Sessão de 1º de agosto de 1826. Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1878. V. 3-4, p. 6.

vem estranhar que o senhor de terras brutas, matas virgens, e pastarias naturais, ainda que não tenha nelas empregado seu trabalho e fundo exija um censo, foro, e renda de quem quer ali tirar madeiras, criar gados, e fazer culturas, e além disto estipule o que entre nós se diz laudêmio, dois e meio por cento do valor.”¹⁵⁴

Eis um testemunho evidente de posicionamento em favor da tradicional estrutura de propriedade, base do então dominante modo de produção agrário-mercantil, que se continuava intacto no projeto modernizador. É algo que deve permanecer. Entende com um direito de propriedade ilimitado, segundo os cânones jurídicos transmitidos pelos romanos, passando pelo Feudalismo, e acolhidos pelo Liberalismo. E sendo revigorado, portanto, numa ideologia conservadora, como a de Cairu.

Trata-se de uma concepção que imobiliza o monopólio da terra nas mãos dos grandes proprietários, auxiliando eficientemente o desenvolvimento do sistema agrário-mercantil, a concentração da modernização agrícola. De sorte que as normas norteadoras da transição no período preveniam qualquer tentativa de alargamento do controle sobre o excedente, sobre a produção, pelo acesso de outras camadas sociais à propriedade.

Vê-se, pois, que Silva Lisboa, no discurso parlamentar, procura robustecer a ideologia e a política conservadoras, enfocando aspectos centrais da sociedade e da economia do país. Justamente quando o Parlamento, palco de debates entre diversas correntes do pensamento liberal e reacionário, chegava até a questionar institutos tradicionais, como o da enfiteuse, do qual nasce o laudêmio.

É manifesta a alusão do Visconde a “direito consuetudinário do país nos aforamentos”, testemunhando a dita posição.

Assim, segue ele, através da avaliação monográfica (monocrática) dos problemas ventilados nos projetos da lei, assumindo ora o tradicionalismo, ora o liberalismo conservador, ambos mobilizados para a chancela à proposta modernizadora. Em alguns deles o primeiro; em outros, o segundo.

154 – *Ibid.*, p. 6.

Provavelmente, caberia falar aí de um mapa ideológico no qual operasse uma distribuição de matizes doutrinário-políticos e pragmáticos, de acordo com o tratamento dado àqueles problemas, às matérias em discussão.

Como dito, estruturam-se, nessa base, diversos micro-universos, sínteses dentro da particularidade temática, que se justapõem e, finalmente, ingressando na Síntese maior, a da obra completa de Silva Lisboa.

Isso se harmoniza perfeitamente com a estratégia epistemológico-ideológica, com a organização formal do seu discurso, feito de “desníveis”, de descontinuidades estruturais, tão a gosto de um espírito assistemático, e também com as condições que cercavam o pensamento, a produção de conhecimentos, o uso dos saberes reiterados, repisados, naquele momento.

Antes de apreciar outras iniciativas ou intervenções de Cairu no Parlamento, explicitando melhor aqueles matizes, aconselhável deter-se um pouco na linguagem que emprega nessa articulação.

Esta linguagem oferece estilo corrido, simples, direto, geralmente. Pouco retórica, é onde o pragmatismo se apresenta mais vigorosamente. Mesmo porque o espaço parlamentar é o mais apropriado para a exposição de problemas nacionais, de assuntos práticos, relacionados com o crescimento da educação, da economia, da infra-estrutura, com o debate sobre a atuação e o aperfeiçoamento do aparelho político, sobre a legislação, etc. Então, a matéria discutida deve ser focalizada com realismo, com a atenção dispensada à conjuntura econômica ou política, seguindo-se daí uma enunciação bastante concreta, utilizando uma estrutura léxico-sintático-semântica de pouca densidade, sem floreios, sem metáforas frequentes e até armando uma contextura gnoseológico-ideológica própria do tradicionalismo, como se viu.

Dá-se, pois, no discurso parlamentar cairuense, intenso esvaziamento dessa contextura, de pronunciado fundo retórico, orientando-se para a problematização do texto da narrativa, da própria demonstração silogística, retesada nos meandros do concreto.

Não se cuida evidentemente da problematização desse concreto, a partir de devassamento crítico que levantasse o peso do elitismo iníquo, do autoritarismo opressor, que denunciasses a rede complexa das estru-

turas autoritárias como agente de apropriação econômica; social e política, em detrimento dos segmentos desfavorecidos da população brasileira.

Ao contrário, promove-se a descoberta do concreto viável, conforme a visão do pragmatismo conservador. Aquele que enseja o controle atualizado da nova circunstância, advinda da superação do Mercantilismo, da prática do monopólio, do absolutismo, do obscurantismo colonial.

Agora, abriam-se alguns espaços sociais, políticos e econômicos. A demandarem ocupação, exploração.

O discurso tende, nessas condições, a se dilatar, a procurar racionalizar tais espaços. Em outras palavras, desperta para um novo contexto, onde depurados os pilares de sua sustentação, de sua articulação. O vocabulário se simplifica e, quando técnico ou razoavelmente técnico, de conformidade com a matéria versada, não se assemelha aos padrões da Economia Política, ou de saberes refinados. A não ser por poucos momentos, em curta extensão.

É a imposição decorrente da natureza do discurso parlamentar, que não dispõe da metodologia e dos objetivos da atividade científica. Antes, socorre-se aleatoriamente, apenas, dos resultados dessa, não se sujeitando ao exercício da pura criticidade, que extrai dos objetos o perfil nu, tanto quanto possível exaustivo. A pretensão aqui é outra: a subordinação da análise crítica aos critérios e fins do exercício parlamentar.

Não existe a intenção de se estabelecer uma reflexão ao nível da pura especulação. Ou a pesquisa de um tema com vistas ao seu aprofundamento, atenta a critérios acadêmicos. A finalidade do discurso se atém àquele exercício. Trazem-se à cena subsídios, informações, prestados por uma ciência já elaborada, por saberes que alimentam o lado técnico-prático de um empreendimento, de uma organização econômica, de manufaturas, de programas agrícolas. Estes, na realidade, justificam o projeto. Não o saber pelo saber. Certo que a erudição engrossa bastante as proposituras, o debate dos problemas do momento, situando-se no âmbito da justificativa. O espírito do tempo levava a isso. O que se fortaleceu com o pragmatismo pombalino, esposado por Cairu.

Trata-se do empenho de encarar os problemas de modo realista, rentável, evitando sempre que possível a retórica, a divagação, a alienação

provinda de relatos pouco interessantes, não atacando os assuntos pertinentes a uma conjuntura, a crises, muito no tom do imobilismo colonial.

Vem daí a linguagem direta, simples, cuja estrutura, cujo vocabulário, refletem a tendência do reencontro com o real, que, aliás, caracteriza o pragmatismo. Aquele real que se põe ainda num primeiro patamar, o que serve aos meros interesses da modernização, de aperfeiçoamento das técnicas e da infra-estrutura, do aumento da produtividade, da racionalização das práticas e dos usos experimentais, agrícolas e fabris, mantendo intacto o *status quo*.

Na verdade, considere-se que não estava ocorrendo no país o advento de um novo modo de produção, de novas relações sociais, com a extinção do mercantilismo, dos monopólios, e com o aparecimento do liberalismo econômico. Este não acarretava uma mudança estrutural na sociedade brasileira. Apenas desenvolveu o comércio com o exterior, com o alento novo trazido ao conjunto agrário-mercantil localizado na grande propriedade rural. O problema crucial estava, pois, no aperfeiçoamento desse conjunto, recebendo tecnologia, infra-estrutura, assistência do Estado, com o fim de estimular a produção, de se elevar a produtividade dos insumos básicos, aumentando o fluxo do comércio, das rendas (inclusive fiscais).

O realismo do discurso parlamentar pragmático é correlativo desse outro traduzido na alteração de estratégias e de dogmáticas, com a absorção de enunciados mais simples e objetivos, sem afetar de todo a base retórico-ideológica tradicional. Visto como tal discurso não fugia ao ecletismo da transição.

Há, ainda, um critério importante, que preside à fala parlamentar, contribuindo deveras para a sua organização e apresentação. Trata-se do critério político. Em razão mesmo do caráter da instituição dentro da qual se elabora. Em primeiro lugar, diga-se que a fala em foco se subordina à intencionalidade partidária, de facção. De sorte que não usufrui a plena liberdade de enfoque, de visão, do discurso científico, por exemplo.

O parlamentar, ao se definir diante da conjuntura nacional, em face dos assuntos em pauta, o faz movido por estritos critérios políticos, e não encontra espaço (institucional, diria) para expandir teses e temáticas, ainda no favor da exposição monográfica, qual a do projeto de lei.

Entretanto, no respeitante a Silva Lisboa, frise que a sua visão política é a mesma do Sistema, da monarquia constitucional, enfim da situação.

Desenvolve uma argumentação pragmático-tradicionalista dos saberes, conjurando eventos e práticas desviantes, manobras oposicionistas e dissidências fortuitas, eventuais, no bojo da justificação nos apartes que faz. E com bastante desembaraço, como, aliás, facilitada pelo “modelo” parlamentar do período. Contudo, limitada no quadro de uma instituição política, constituindo um dos poderes, ao lado do Executivo, do Judiciário e do Moderador. Recebe, por conseguinte, o sinal de abertura, que indica a sua conveniência, a sua oportunidade, do Poder maior, concentrado no Imperador.

Isso por si só determina restrições a qualquer iniciativa tendente a uma abrangência global e continuada da argumentação expendida na fala, no pronunciamento parlamentar.

Nesse sentido, ela é circunstancial. E em nível maior que o dos outros escritos cairuenses, pelo adiantamento nos domínios do real.

Sob outro ângulo, esse tipo de discurso, no círculo fechado e elitista da política maior, se deixa determinar pelo ritmo das decisões concentradas no autoritarismo imperial. Ritmo esse retardado pela precária máquina administrativa, pela burocracia que a domina. O que precipita a aguda descontinuidade das práticas modernizadoras, da ação atualizadora do governo.

Então, o discurso parlamentar é, nesse leito, dirigido pelo tempo institucional de forma incisiva. E a longa duração persiste subjacentemente quando da emergência nele do tempo cíclico ou do tempo a curto prazo, emprestando-lhe forte condicionamento, robustecendo-lhe a dimensão tradicionalista, malgrado o esforço renovador.

Daí que ele não se pode colocar no mesmo plano de desenvoltura do discurso da Economia Política, até, em alguns aspectos, utópico, futurístico.

Posto acima da circunstancialidade imediata, possui esse último um sentido mais amplo do processo histórico, por assim dizer. Capta a perspectiva da transição segundo a visão racionalista-kantiana da História. é

verdade, mas já antevendo a eficácia de mudanças socioeconômicas, até políticas, na síntese maior que promove.

Ao contrário, o imediatismo do discurso parlamentar o torna, geralmente, insensível aos prognósticos e previsões autorizados pelas tendências contemporâneas, e concretizadas a longo prazo, dentro do projeto nacional. Encarna, por isso, o empenho particularista, parcelado, ao redor da problemática do país.

Isso não significa, porém, uma postura exclusivista ou fechada, mas uma metodologia que dialetiza o particular e o geral, a visão tradicionalista da longa duração e o sentido conservador-liberal do tempo conjuntural, a médio prazo, no qual se insere o episódico. E de um modo que resulte numa longa duração expungida do tradicionalismo exclusivista, substituído por um reformismo, ou acrescentando-se uma dinâmica social mercê da consciência e da necessidade da modernização.

Vale dizer: implicitamente, o discurso parlamentar acata o projeto global da transição através do processo acumulativo de propostas isoladas, de medidas tidas como eficazes no aperfeiçoamento da legislação esparsa, e tendente ao controle da mesma modernização, disciplinando-a, sujeitando-a à tutela do Estado.

Isso não se faz, contudo, de modo lúcido ou assaz consciente. Até retrocessos podem ocorrer, e ocorrem com relativa freqüência, retardando o processo, como se anotou há pouco no caso do laudêmio. O que, por sinal, perdura até hoje tão duradoura a estrutura agrária que patrocinou.

Tal compõe o jogo daquela dialética, longe de desenvolver a velocidade do tempo social nos países atrasados.

De qualquer modo, as elites autoritárias se vão conscientizando da modernização, e abrem espaços para novas aventuras, como o decurso do tempo.

Tudo isso faz ampliar o universo e a estrutura do discurso parlamentar. Todo ele, com a perícia e a habilidade de Cairu são autênticas peças jurídicas, ou econômicas, quando não sínteses dos saberes acumulados da época, abrangendo até conhecimentos técnicos. Tudo sob a égide do

pragmatismo controlado pela axiologia tradicional, a qual também se revela a erudita, densa. E sob o controle do direito constituído.

As matérias correm os seus trâmites sem saírem dos parâmetros estabelecidos pela lei, até se converterem em realidade institucionalizada. Ou, como tal, serem rejeitadas.

Nesse aspecto, cumpre-se uma exigência própria do discurso parlamentar, e que integra a sua constituição. Trata-se de um discurso eminentemente jurídico. Não por se ocupar do objeto jurídico, sempre. Mas, por ser de sua natureza a colocação e desenvolvimento de uma problemática estruturalmente condicionada por uma organização formal, legal, por uma processualística um tanto correlativa do ritualismo feudal, e assinalando o compasso, o ritmo da temática através de sistemática legal que limita deveras o avanço das matérias, com o advento de transformações salutares.

A inteira organização político-jurídico-administrativa se esbate sobre o universo parlamentar, fazendo-o lento, acentuadamente entravado.

O tempo institucional, interligado com a longa duração ou produto dela, é o tempo da burocracia, nessas condições.

Sabe-se quanto pesava na Colônia e no Império a burocracia. Não que o Parlamento a exerça nas mesmas modalidades da Administração, do Executivo. O que ele apresenta nesse tocante, é algo inerente ao espírito e ao institucionalismo que cercam a burocracia, à falta de criatividade que a identifica, à centralização das iniciativas, dos programas de interesse coletivo, nos centros hegemônicos do autoritarismo imperial, aí mumificados pela modorra, pela demora, pelo passar dos anos. O que, aliás, configura uma situação específica de subdesenvolvimento, de atonia social, deixando aqueles centros muito sem estímulos.

O Parlamento não poderia escapar desse cerco institucional, ele próprio uma instituição.

No entanto, se acha exposto a uma ambigüidade que lhe favorece a apropriação de certa dinâmica, a que impulsiona as matérias, subordinando-as a uma pauta de discussão, de questionamentos, de superação de situações retardatárias, muitas vezes, a despeito da continuidade dos prefalados entraves formais-burocráticos.

Cultiva, pois, o confronto de teses, de princípios, de orientações, ainda que o conservadorismo, o fundo de mentalidade conservadora, que subjaz nesse confronto, seja uma constante.

De qualquer modo, ele quebra ou mitiga bastante o unilateralismo da visão autoritária imperial, descobrindo possibilidades ou alternativas novas para a transição, para a modernização, na medida em que dilata a consciência dos problemas, o aprofundamento dos objetos tratados, sobretudo para uma sociedade enrijecida no paternalismo, no autoritarismo, enriquecendo-se com novas perspectivas, com novas opções.

Isso fica bem evidenciado na discussão em torno da lei que taxa o interesse da moeda. Ela faz luz, enseja a apreciação da matéria por inúmeros ângulos, sopesando argumentos pró e contra, proveito e razões da taxa em referência.

Está-se diante de uma aula magistral, pela sabedoria dos conceitos emitidos, pela oportunidade das providências propostas, pela crítica ao sistema tributário, etc. Observem-se aí inclusive o papel do capitalista esboçado a partir da racionalidade econômica, o levantamento de aspectos da moral social relacionados com aquele objeto. E onde não falta o apelo à religião.

Tal é posto de modo simples e prático, usando linguagem direta, sem rodeios retóricos, sem armações silogísticas. O intuicionismo move-se desembaraçadamente nesse espaço, ligando as proposições não-ideológicas naturalmente, numa seqüência natural, e com pouca incidência das proposições ideológicas. Um pragmatismo a atravessar o discurso, desbastando-o de veleidades outras que não a de esclarecer e de encaminhar com segurança um problema. Um discurso-síntese, no qual o essencial recebe lúcido e penetrante tratamento, sem se demorar em demonstrações que o levariam fatalmente ao domínio dos saberes ortodoxos, rebuscados, retirando-lhe a qualidade de discurso parlamentar. Um discurso-síntese, micro-universo axiológico-gnoseológico, desenvolvendo as suas regras, estratégias e seus métodos, fundados na ciência, na moral, nos saberes da época, sem perderem a identidade própria, o alcance político que acaricia no bojo da argumentação dirigida para claros fins econômico-sociais, institucionais. Um discurso-síntese que busca o domínio da circunstância, retomando o diálo-

go avaliador, com a instrumentação da técnica e de saberes, eventualmente, no intuito de dirimir conflitos, de enfrentar problemas, de atualizar órgãos e de aparelhar as políticas econômica, social, eclesiástica, etc.

No caso agora trazido a lume, destaca-se o sentido modernizador, injetando práticas refinadas, bem na linha do capitalismo pós-Revolução Industrial, auxiliando poderosamente a atualização da organização econômico-financeira, com vistas à expansão do sistema agrário-mercantil em termos, essencialmente, de comércio e dos procedimentos monetários e creditícios que induzia.

Na espécie invocada, e respeitante à “lei que taxa o interesse da moeda”, declara:

“Sr. Presidente, o ilustre senador, que precedeu-me, soçobrou-me com tal aluvião de contradictas, que não tenho remédio, se não a baixar a cabeça, e deixar passar a torrente. Responderei, contudo, a algumas, que me lembrarem. Disse que eu só acarretara citações de autoridade, e que ele se funda na razão, que Deus lhe deu, e que a sua opinião é de verdade claríssima, como a luz do dia: não me fio só na minha razão, mas recorro à razão dos séculos, e dos sábios da primeira ordem, e não sigo o parecer do poeta: Só eu, e os meus amigos temos razão. Farei mais uma citação. O historiador do império romano, Tito Lívio, disse: *Nulla lex satis commoda omnibus est; id modo quaerit, si majori parti, et in summum prodest*. Bentham também, no seu tratado de codificação, deu a regra que as leis não deviam ser feitas a bem de poucos, mas a bem de muitos. A lei que taxa o interesse da moeda só não é cômoda aos capitalistas, mas ela é proveitosa à comunidade industriosa, e necessitada. O ilustre senador repetidas vezes insistiu em mostrar a contradicção, e injustiça do legislador, porque não impondo taxa à propriedade do cidadão, nem a seus negócios, só a impôs ao capitalista, cuja propriedade de moeda é o fruto da sua indústria, e economia, querendo governar os seus interesses particulares, e regular os preços das coisas, que todos os dias variam. Eis o fundo dos seus reiterados argumentos. Eu também só falo, não dos capitalistas bons e caritativos, mas dos usurários, e desumanos, que dizem: o dinheiro é meu: não ponho a ninguém o punhal nos peitos. Nenhum direito é ilimitado na sociedade: todos são coarctados pelo interesse do Estado. Quando nascemos, já, por assim dizer, achamos a casa, e cama postos: a nossa propriedade e vida estão segu-

ras, porque o governo tem estabelecido leis restritivas das desmarcadas propriedades, e liberdades dos violentos monopolistas. Os capitalistas estão em tácito conluio, e monopólio, para extorquirem usura dos perdulários, aflitos, e aventureiros. Devemos todos, no uso dos nossos bens, obrar dentro do círculo da moral pública, e a ninguém é lícito, em qualquer contrato, prevalecer-se da urgência dos seus compatriotas. Há em tudo justo meio e termo. Em todos os códigos dos governos regulares, observamos saudáveis restrições do direito de propriedade, e seu traspasse por contrato. Disse mais o autor do projeto que não se deviam introduzir novos dogmas na religião: que nenhum concílio havia decidido a questão da usura: que o texto da escritura: *mutuum date, inde sperantes*, sempre se entendera ser de conselho para os aspirantes à perfeição; que até o nosso Salvador parecia autorizar a usura na parábola do servo, que não negociou com o talento, que lhe confiaram, argüindo-o, ao menos, o não ter levado à mesa dos numerários para o receber depois com o seu Interesse. Respondo que o mesmo nosso Salvador expressamente declarou os tratos usurários serem próprios dos homens imorais.”¹⁵⁵

O texto de Cairu em cena constitui-se significativa peça representativa do seu ecletismo, conciliando valores tradicionais, liberalismo econômico e elementos de estatismo e de cooperativismo, como componentes estruturais de sua Economia Política.

Ele também constitui amostra bem característica da cultura iluminista, pródiga na invocação da “autoridade” e da “razão”, como suportes de prova, de demonstração, e tão agradável ao classicismo que o imantiza. A primeira sugerindo o apelo freqüente à antiguidade clássica, a ponto de fazer dos seus grandes homens, da civilização que construíram, dogmas inabaláveis, “modelos” de perfeição humana, de organização política, entre tantas coisas.

Mas, Cairu, como autêntico conservador, extremando-se no campo axiológico como tradicionalista, distende aquele apelo aos séculos medievais e modernos, atribuindo enorme prestígio a autores cujos escritos valem por uma demonstração, pela própria evidência. Tal se faz muito pre-

155 – *Anais* do Senado do Império do Brasil, Sessão de 1º de julho de 1826. V. 3-4, pp. 10-1.

sente nos seus discursos parlamentares, nos quais não entram em destaque a intencionalidade científica propriamente dita, ou de forma sistemática, como na sua Economia Política.

A “razão”, portanto, lá se acha na “autoridade”, e se continua no dedutivismo, na argumentação que desenvolve a lógica um tanto impeditiva do apanhado escorreito do real, do concreto. Embora isso, de súbito, desapareça, dando lugar ao encadeamento simples, operacional, intuitivo, dos fenômenos, das situações. O que, aliás, é muito do ecletismo da transição

O respeito à “autoridade”, aos pensadores e escritores clássicos, guardiões de toda uma tradição, de todo um legado espiritual e moral, de saberes comprometidos com o elitismo, com as estruturas de dominação, permanece ao lado do moderno, do atual, traduzido no experimentalismo renovado, na operação pragmática de resgate ou de apropriação de meios, de recursos reclamados pelo período. É justamente aquele outro lado que suscita a crítica, de que tanto carece a “ordem” dominante, para o exame metuculoso desses meios e desses recursos.

Na citação em foco, Silva Lisboa assim age, verberando contra hábito tradicional, contra prática econômica não compatíveis com a emergência de novo estado de coisas no mundo da economia. Como dizendo: os senhores não devem operar como se estivessem nos tempos coloniais, quando os abusos dos potentados se faziam sentir sem freios, sem controle. Ou agindo num mundo que não conhecia a racionalidade econômica. Agora, há disciplina, e disciplina legal, prevendo o uso correto e normal dos institutos, das relações econômicas, dos empréstimos, etc.

Assim, não se justifica a usura, a agiotagem, que repercutem perniciosamente no terreno da produção, dos investimentos, acarretando prejuízos sérios, contundentes aos homens de negócios, “industriosos”, que se entregam honestamente a suas atividades.

Observe-se que esse novo controle veio a ser possível pela presença mais afirmativa do Estado imperial, que, estruturando-se em bases político-administrativas mais sólidas e abrangentes, sentia-se com direito a cobrar prestações regulares de serviços, a impor o disciplinamento eficaz das tarefas econômicas, na medida em que isso era possível no período.

Interfere claramente aí o estatismo preconizado por Cairu: o Estado tentando complementar e apoiar o desempenho privado da economia, subsidiando-a com favores, com privilégios, etc.

Explica-se, conseqüentemente, a limitação na época do direito de propriedade. O que denunciava o advento no país do industrialismo, do incremento às fábricas, às manufaturas, ao comércio, ao ajustamento da economia agrário-mercantil, centrada na grande propriedade, ao novo espírito do capitalismo inglês, com todo aparelho técnico-jurídico que exportava com os seus produtos.

Nesse sentido, também a iniciativa pioneira de Silva Lisboa, em elaborando um tratado de direito mercantil, fornecendo princípios e normas de administração do comércio, principalmente comércio exportador, como solicitado pelo período de modernização.

Na linha ora descrita o discurso parlamentar, notoriamente o do mestre baiano, desenrola uma de suas características ou finalidades mais essenciais: a de, através do caminho de produção de leis, normalizar a edificação de uma economia, de uma infra-estrutura, de instituições realmente funcionais.

Daí se pode aferir o tipo de linguagem que utiliza: direta, explicativa, sem rodeios, metáforas ou simbolismos exagerados, na verdade dilucidativa, pedagógica, conscientizando sobre situações novas, emergentes, projetos econômicos, institucionais, tendo muito da articulação jornalística, da comunicação pronta, colada à circunstância, aos interesses imediatos do Estado imperial. Uma circunstancialidade pragmática a embasa, a propulsiona. O apelo ideológico à moral pública (moral social) é o grande recurso de mobilização de quantos se entregam à faina econômica, especialmente os protagonistas do novo regime industrial, os capitalistas, tal como concebidos no período, imprimindo-lhes coordenadas de ação, de prática regular, racional. O que se mostrava de todo imprescindível numa sociedade agudamente disfuncional, imatura, sem tradições capitalistas idôneas, com o império absoluto do paternalismo, face visível do autoritarismo, fonte de abusos, de prepotências, de corrupção, de práticas desviantes.

Nesse “clima” justificável a agiotagem desenfreada, a usura escorchante. Paternalismo (autoritarismo) que, por sua vez, se acasala com a

pouca funcionalidade de organização econômica da administração pública, com a ausência de regular rede de serviços, com a pouca rentabilidade social e técnica do complexo institucional. Tudo isso gerava o comportamento imoral, o desempenho escassamente condigno dos “capitalistas”. De sorte que, no campo em referência, irrompe uma moral social, que, em termos operacionais, se posta acima do moralismo, núcleo axiológico vago, abstrato, sem destinação objetiva. Uma moral social que se prende a uma atividade específica, técnica, com matriz utilitária, embora contendo elementos tradicionalistas, religiosos. A invocação desses elementos não retira a intencionalidade objetiva ao nível do ecletismo.

Trata-se de uma formulação axiológica particular, a merecer análise aprofundada, para mais lúcida interpretação dos horizontes econômico-sociais do período.

Há, com efeito, em Cairu, na página trazida à colação, a preocupação evidente com a regularização das atividades econômicas, até a sua completa reorganização, sob o propósito racionalizador.

Dai a união da moral e da pragmática, de forma peculiar, constituindo um “desnível” em relação a outros discursos do Visconde.

Isso vem por igual comprovar a tese defendida no presente ensaio a respeito dos discursos particularizados do mestre baiano. Aqui o tradicionalismo entra de maneira um tanto discreta, sem larga amplitude, sem dominância ostensiva.

A moral, então, aparece com relativa autonomia, muito ao costume dos economistas ingleses, e em afinidade com a racionalidade dos negócios, das operações do comércio.

Entretanto, isso não significa que tal postura, iniciada por Adam Smith e outros, se apresente íntegra no discurso parlamentar em estudo. Mesmo porque o universo desse último é maior, no sentido de conter material mais diversificado. De modo que apenas alguns temas comportam aquela postura.

Fica, porém, no mesmo discurso a eficácia do “modelo” da economia clássica, com a sua racionalidade. Além do transportado para esse campo pelo Iluminismo pragmático, nele produzindo a leveza, o

intuicionismo, a visão prática dos problemas, descarregando-os do envolvimento valorativo ostensivo, da atitude moralista, que não levavam a resultados objetivos.

Exemplo disso, desse empenho depurador no-lo dá toda uma linha de economistas já atuante na fase do declínio colonial, entre os quais avulta o Bispo Azeredo Coutinho, já referido, atentos às mudanças necessárias ao sistema econômico com vistas à sua adaptação aos novos rumos do Capitalismo internacional, especialmente o inglês.

O governo monárquico tem presença marcante nesse esforço de adaptação, como se disse. Ele assume, de fato, o grande papel, valendo-se, principalmente, do seu autoritarismo, numa idade da vida nacional em que as estruturas elitistas, monopolistas, absorventes, praticamente, de todo o excedente econômico, só se detêm na sua dinâmica expropriante, diante do poderio do Estado.

É a condição mesma do êxito, do bom encaminhamento do liberalismo econômico, numa marcha “lenta e gradual”, vencendo as resistências opostas pelos “monopolistas”. Notoriamente o preconizado por Cairu, sensível à cooperação social, à circulação das classes participantes do processo econômico, conseqüentemente até à elevação do nível de vida da população.

O realismo do discurso parlamentar de Silva Lisboa, nesse ponto, conquista singular relevo.

Aí, transparece um tipo de discurso “técnico”, na proporção em que é possível usar tal termo na época, orientado para a prática econômico-social e política, inserindo-se no aparelho institucional do Estado monárquico. Ainda que isso implique na manutenção do elemento tradicionalista no mesmo discurso. Como na hipótese em que o Visconde valoriza a nobreza de nascimento, com todos os privilégios atinentes com a riqueza territorial.

Diz ele:

“A veneração de todas as classes à Fidalguia Nacional sempre foi constante. Isso funda-se em inatos sentimentos das sociedades civilizadas. Já Cícero na sua oração *Pro Sextio* disse: todos os bens sempre favorecem à

nobreza. *Omnes boni sem per favemus nobilitati*. Em geral, no fidalgo bem afazendado com bens vinculados ha merito real, ou presumptivo.”¹⁵⁶

Eis um posicionamento que se enquadra no objetivo pragmático de modernização econômica sob o impulso do segmento social dominante. O que corre tranqüilamente em todos os níveis do discurso cairuense.

Tal objetivo tem os seus fundamentos filosóficos: os mesmos que inspiraram a reforma do ensino universitário em Portugal sob o governo de Pombal, muito claramente esboçada pelo Visconde ao se ocupar da reforma da nossa academia militar. Disserta, então, sobre o progresso das ciências. Começa por enaltecer o feito de Bacon que, “com a sua obra do *Novo Órgão das Ciências*, derribou a Escola Peripatética, que com despotismo literário predominou mais de dous mil anos, por se ter desde o restabelecimento das Letras da Europa adaptado no ensino público a Filosofia Escolástica de Aristóteles, que aliás foi de um gênio eminente, mas que por sua Lógica e Dialética, quase nada adiantou, antes entorpeceu o espirito humano... A reverência, quase sacramental, das doutrinas desse que se dizia o Mestre, foi causa de grandissimos males, que a história litteraria recorda. Tem sido muito arguido por graves Escriitores o antigo defeito das Universidades pela adopção de Autores Certos para os Estudos; donde só resultava que nellas se continuavam (e continuam) doutrinas antiquadas e errôneas, quando já no Orbe Literário eram correntes contrárias ou novas doutrinas.”¹⁵⁷

Nessas linhas, põe-se contra a proposta do ensino pela Geometria de Euclides, contra a inalterabilidade das doutrinas dos compêndios adotados. Alvitra uma Geometria mais acessível aos alunos, e a critério dos professores, com poderes inclusive para introduzir modificações.

Tudo sob o apanágio da utilidade. Desce até a considerações sobre essa particularidade na reforma da Universidade de Coimbra.

Por demais importante, convém de novo trazer à citação parte do seu pronunciamento:

156 – *Anais* do Senado do Império do Brasil, sessão de 14 de julho de 1829, pp. 95-6.

157 – *Ibid.*, Sessão de 26 de maio de 1830. p. 151.

“O ilustre autor do Projeto requer dos alunos da Academia Militar o preparatório da Lógica: mas para que, se ele sustenta que a Geometria de Euclides é a melhor Lógica prática? E que Lógica aprenderia entre nós? A de ‘Genuense’, que também se introduzia na reforma da Universidade de Coimbra, e de que não se usa nas Universidades do maior crédito da Europa, onde tanto se tem depois adiantado os Estudos de Filosofia Racional e Moral, e escrito várias egrégias obras. Tal o efeito infausto da estagnação dos conhecimentos por compêndios de doutrinas fixas por Lei, ou Autoridade Pública. Bastará citar um exemplo para se conhecer a incongruência da perpetuidade legal em ensino publico. Na Lógica do Genuense firmam-se, como regra, três sortes de evidência: matemática, física e moral; e dogmatiza-se que quando a última se opõe às primeiras, estas devem prevalecer: com isto se derribou o Critério da Verdade das Ciências Sociais, da Religião e da História, que todo se funda na evidência moral, e testemunho humano. Tal é o resultado de se adaptarem nas Aulas Obras de Escritores favoritos; e se o ilustre Autor considerou necessário o preparatório de Lógica, como preteriu o da Retórica, que faz parte da Educação literal e que tanto convém aos Militares? Presentemente, na Europa, há distintos escritores na Ciência Militar; Ordem do Dia, Proclamações e Relações de Operações Militares exigem prática de Retórica; e por isso até há obras privativas de Eloquência Militar.”¹⁵⁸

De imediato, proclame-se a impressionante erudição, a vasta extensão dos conhecimentos de Cairu, como bem o demonstram os trechos já citados. Erudição essa conveniente a um espírito profundamente eclético como o dele, cioso da necessidade de promover a integração entre o moral e o experimental, entre o tradicional e o pragmático. Principalmente com vistas à obra de transição no Brasil.

Isso alimenta uma atitude de pesquisa em todo o quadro institucional em atinência com as reformas que se faziam imprescindíveis, cobrindo setores os mais díspares, como já se pode perceber. E Cairu vai mais longe que os resultados de reforma da Universidade de Coimbra, revelando uma lógica mais atualizada que a do Genuense. Pois esta se demorou bas-

158 - *Ibid.*, p. 152.

tante no experimentalismo, acabando por abalar os alicerces da moral. O que não convinha absolutamente ao Visconde, por conflitar com o seu ecletismo.

Trata-se, na verdade, de atitude que se fortalece ao privilegiar, também no ensino militar, a retórica, com nítidos desdobramentos especializados.

Contudo, nessa última colocação, não se deixe de frisar que fica preservada a presença da “República das Letras”.

Na educação militar, contrabalançando o unilateralismo ou a influência dominante das “ciências experimentais” de certo modo. Pois incontestável que no bojo da retórica vai a ideologia da ordem constituída, conforme estudado nesse ensaio.

Com efeito, através da retórica, provavelmente, se firmava sólida pilastra no edifício da organização militar, tida como baluarte inexpugnável da “ordem”, da pátria. E, com ênfase, no período de “anarquia”, de revoltas sem conta como o em que viveu Cairu.

Viu-se que a retórica comporta uma sociológica.

Como tal, absorve os parâmetros axiológicos das estruturas autoritárias, exercendo papel regulador do comportamento corporativo e fixando-lhe inclusive os objetivos primaciais.

Recorde-se que o exército, com a fundação do Estado Nacional brasileiro, começava a organizar-se, necessitando, entre outras coisas, de disciplina. O que só seria alcançado muito mais tarde, mediante uma ideologia que o ajudasse a consolidar-se e lhe justificasse a razão de ser.¹⁵⁹

Eis que todo o empenho do Visconde opera no sentido de colaborar com a modernização do país. Modernização orientada primordi-

159 – PAULA, Eurípedes Simões de. “A Organização do exército brasileiro”. In: *História geral da civilização brasileira, II, o Brasil monárquico*. São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1970. pp. 273 e ss.

almente para o complexo institucional, para o aprimoramento da organização estatal, quando o privatismo continuava sobranceiro, ocupando larga faixa do espaço social e político da nação.

O discurso cairuense, nessas condições, ao nível parlamentar, palmilharia os caminhos do ecletismo, mas com tônica sobre um aspecto pragmático especial, a cobrir a dimensão globalizadora, sintética, das atividades sob o controle direto ou indireto da monarquia. Dimensão essa que se deixaria ao longo das falas, das intervenções, dos pronunciamentos do preclaro baiano no Congresso. E em meio a tomadas de posição ora tradicionalistas, ora reformistas ou até pioneiras, constituindo uma curva que retrata momentos de “ascensão” e de “baixa”.

Os dois exemplos a seguir dão bem uma idéia disso.

O primeiro entende com a tentativa de supressão na Lei do orçamento da cônica de bispo diocesano, a qual devida pela presença do mesmo nas sessões do Senado.

A argumentação de Cairu a propósito é tipicamente sancionadora da praxe, da secular inserção da Igreja no aparelho do Estado, das normas que a chancela.

Afirma o Visconde:

“Não posso assentir à supressão que na Lei do Orçamento se faz da Congrua do Excelentíssimo Bispo Diocesano no tempo das sessões desta Câmara. O artigo 52 da Constituição não se lhe pode aplicar. Ainda que aí se dispôs que cesse inteiramente o exercício de qualquer emprego, à exceção de Conselheiro e Ministros de Estado, é evidente que só se tem em vista o emprego civil, porém o Episcopado não é emprego civil, mais pura e simplesmente uma dignidade eclesiástica, e de eminente grau na hierarquia estabelecida pelo Fundador da nossa Religião. Ele disse – Edificarei a minha Igreja; – é portanto um Cargo de Constituição Divina, e não de Constituição Política. O Apóstolo das Gentes bem qualificou este Ofício Pastoral dos Supremos Sacerdotes – ‘Pôs-vos Bispos para regerdes a Igreja de Deus’. – Ainda que, por moderno direito canônico, e Concordatas dos Soberanos da Cristandade com a Sé Apostolica, eles tinham obtido o Indulto de nomearem os Bispos de seus

Estados, contudo, não podem os eleitos entrar no seu ministério senão depois de Confirmação do Sumo Pontífice...”¹⁶⁰

Assim, malgrado algumas operações tendentes, no governo de Pedro I, a atenuarem o peso da concorrência institucional da Igreja nos assuntos temporais, assume Cairu, nesse passo, atitude de apoio às prerrogativas eclesiásticas. O que representa, sem dúvida, manifestação conciliatória, tão agradável ao seu ecletismo.

As dignidades, a “honra” dos altos membros do clero, de longa procedência feudal, entravam no complexo institucional de forma acentuada. E tinham muito a se relacionar com o revigoração do aparelho ideológico do Estado monárquico, não obstante o empenho secularizador, laicizante, das práticas constitucionalistas.

Era algo ambíguo, dentro do programa modernizador do Império, voltado para a justificação de uma “ordem” política. Ao mesmo tempo que retardava o seu progresso institucional, operacional. Coisa, aliás, natural, naquele período de transição, quando o tempo institucional presidia a história nacional, impondo-lhe ritmos lentos.

A união da Igreja e do Estado, com as características ditadas pela Contra-Reforma, tem parte considerável de responsabilidade nessa situação. Sempre foi um embaraço aos intentos de aperfeiçoamento da estrutura monárquica constitucional. Do que dão conta os relatos sobre o Primeiro e o Segundo Império no Brasil.

A autoridade secular é levada a tomar medidas drásticas, até ilegítimas às vezes, para se afirmar perante a concorrência institucional da Igreja.

Daí os conflitos vários entre ambos no período.

Escreveu-se alhures a respeito:

“A ideologia liberal, florescente no século XIX, grassa no Império brasileiro de maneira peculiar, inflexionada pelo condicionamento

160 – *Anais* do Senado do Império do Brasil, sessão de 20 de setembro de 1830. p. 113.

sociocultural do país. A compatibilização do sistema político com a Igreja se firma sob o impulso de acentuado cesarismo, numa tentativa de afirmação *à outrance*, não obstante a profissão de fé liberal.”¹⁶¹

Não estaria Cairu, aí, feito o crente irrestrito, fazendo pesar mais as suas convicções de católico ortodoxo do que as de ideólogo da monarquia constitucional?

Ou não teria ele considerado a necessidade de preservar a união da Igreja e do Estado, defendendo as prerrogativas tanto daquela como deste?

São questões que, realmente, só devem ser respondidas em confronto com as outras posições que assumiu ao longo de suas atividades públicas.

Aqui, contudo, o importante é acentuar a dimensão tradicionalista do seu pensamento. Ou melhor: a defesa de uma norma jurídica de significado conservador, sob a craveira exegética da ideologia conservadora despida de conotações autoritárias ou cesaristas, favorecendo a política de afirmação do Império perante a Igreja. Norma jurídico-constitucional aquela cuja interpretação alcança o direito canônico e a exegese da Bíblia.

Também outra hipótese haveria de prosperar, a se preferir uma alternativa diferente: a de que estaria Silva Lisboa procurando aplicar a interpretação mais correta ao texto legal.

De qualquer modo, ainda nesse caso ele se faria paladino de uma prerrogativa eclesiástica, no cerne do seu esforço de manutenção da ordem jurídica constituída, sem propósitos reformistas. Como bem poderia animá-lo, em perfeita coerência com a política de modernização institucional a que aderiu, dando o melhor de sua erudição, do seu trabalho diuturno no magistério, na imprensa e no Parlamento.

Isso significa que Cairu não se propôs assumir radicalmente a política imperial cesarista. O que se chocava com o ecletismo conciliador que apregoou. Não se tem notícia de participação, pelo menos importante, na aplicação dessa política, profundamente antagônica ao seu

161 – MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *Evolução do catolicismo no Brasil*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1972. p. 43.

ideário católico. Ainda mais: as características e objetivos de suas atividades, respaldadas no amor à verdade, em acendrado espírito público, refratário a incursões oficiais de natureza predatória, espoliativa, que constituíam o cesarismo, na realidade, não entram nos meandros daquela política, deixando-se conduzir mais propriamente por ideais elevados, por um projeto modernizador que arregimentava, sobretudo, a racionalidade científica, ou a ideologia conservadora-liberal que prestigiava a Igreja institucional como aparelho axiológico sancionador do reformismo ínsito naquele projeto.

Em outras palavras, não é provável haver o visconde haurido o regalismo. Pelo menos, de forma ostensiva, a ponto de formar faceta saliente do complexo ideológico que abraçou.

Não colidia o regalismo com esse complexo, justamente no seu núcleo central: o tradicionalismo, como postura de apoio à política liberal que admitia?

O segundo exemplo que se quer avocar relaciona-se com o aumento do contingente de marinheiros requerido pelo então ministro da Marinha.

Trata-se de proposta que o Visconde defendeu brilhantemente, como sempre empregando o vigor de sua erudição, o poder de convencimento, a capacidade de atacar os problemas com os subsídios da História, do Direito, da Economia, com valioso senso de oportunidade, com medida utilitária, com notável bom-senso.

Sustenta ele:

“Sr. Presidente. Nesta 3ª discussão da fixação das forças de mar não posso deixar de votar pelo acréscimo de marinheiros, e artilheiros, que o Exm^o Ministro da Marinha requereu como indispensável a sustentar a existência da nossa tênue Armada brasileira em tempo de paz. Objeções dos Srs. Borges Vergueiro principalmente se fundam na reconhecida necessidade de economias, pelos atuais apertos das finanças. Mas a quem hei de crer? Aos senadores opoentes, que só propõem corte da Força Naval, sem cálculo das conseqüências, ou ao Chefe da Repartição da Marinha, que tão circunstanciadamente particularizou os motivos da carência do acréscimo de gente

para a competente Guarnição dos Vasos necessários às comunicações, socorros das Províncias de um Império tão vasto, e circunvalado do Oceano!... O célebre Parlamentário de Inglaterra, Burke, que tanto contribuiu a salvar o seu País do chão revolucionário, na sua obra da *Reforma Econômica*, mostrou que às vezes grandes despesas fazem parte da verdadeira economia. Na decadência do nosso comércio de viagem de longo curso, a conservação de considerável Armada brasileira, é a que pode sustentar as vantagens dos cortes de madeiras, e as construções navais com as indústrias que a elas se ligam. Pende neste Senado em Comissão da Fazenda uma representação, e Plano do Conselho Geral da Província do Rio Grande do Sul para o restabelecimento da cultura de Linho Cânhamo, tão necessária ao progresso da nossa Marinha, e Fábricas de Cordoarias no Arsenal, que lhe darão aumento.”¹⁶²

Emerge dessa página admirável o realismo pragmático. A visão segura do ligame entre a infra-estrutura e a economia, entre o aparelhamento maior do sistema de transporte e a defesa naval e o desenvolvimento do comércio.

Tão importante e operacional a providência, que o custo com ela dispendido resulta em economia, numa versão caracteristicamente avançada para a época, por representar notório progresso sobre a usual concepção de gastos públicos, propagada mesmo pelos pródromos do liberalismo econômico, partidários ortodoxos do equilíbrio entre despesa e receita no orçamento governamental.

Assim, Cairu vai mais longe, antecipando-se à doutrina keynesiana, que prega a intensificação das despesas públicas com a ocorrência de déficit orçamentário, com vistas ao crescimento econômico.

A intenção modernizadora que alimenta se faz presente, aí, de modo realmente extraordinário, procurando impulsionar, por meio de melhoramentos na Armada, a segurança de par com a ampliação do sustento da economia brasileira, o comércio.

Nessas condições, Silva Lisboa, no exemplo agora focalizado, declara-se partidário de política econômica avançada para o período, com

162 – *Anais* do Senado do Império do Brasil, sessão extraordinária de 7 de outubro de 1830. p. 236.

ela se ajustando à matriz ideológica de vanguarda do realismo pragmático, às operações concretas que o faziam paladino da modernização, da integração do Brasil no sistema capitalista.

Tal vem justamente corroborar a tese aqui sustentada, segundo a qual Cairu articula um discurso parlamentar-síntese, ora com manifestações tradicionalistas, ora com falas ou intervenções liberais, segundo uma orientação eclética de qualidade especial. Produto da restauração, mas distendendo os pólos da composição dialética a pontos ditados pelo empenho mordenizador, pela edificação do Estado nacional brasileiro.

O tradicionalismo, nele, se racionaliza, despojando-se do irracionalismo típico da postura de um De Bonald, de um De Maistre, tomando a feição do discurso liberal-conservador.

Apenas alguns axiomas fundamentais dos pensadores tradicionalistas se vêm acrescentar àquele discurso, tornando-o levemente eclético. Nisso de que, à maneira de Montesquieu, se intensifica a força das reformas, delimitando-as, para não comprometer a ordem social, os centros políticos de decisão, as estruturas de poder. O que significa, em última análise, um controle seguro sobre o modo de produção, sobre a organização social dele derivada, contendo os impulsos revolucionários.

A “abertura” política e econômica produzida pelo liberalismo conservador utilizava os freios ideológicos do tradicionalismo, com as particularidades nacionais, para elaborar e executar o projeto de modernização.

Uma mudança contida, cerceada.

Era o autoritarismo (manifestação tradicionalista, mais do que rigorosamente conservadora), de essência irracional, que sofre a decantação do saber erudito, em Cairu, tornando-o a parte básica do sistema liberal, quer de natureza política, quer de aspecto econômico, quando, por exemplo, o Estado é concitado a ocupar importante espaço na economia. Os conceitos-chave de “ordem”, de “sagrada Majestade Imperial”, de “honra”, de “paternidade monárquica”, etc., esteados em sólida armadura religiosa, e destacados aqui e acolá, assistematicamente, já vêm preparando, até como projeções inconscientes, a tarefa de intelectualização em plano mais sofisti-

cado, até científico, do autoritarismo, anteparo de iniciativas “perigosas” e, ao mesmo tempo, lugar institucional do projeto modernizador.

Por isso, o Estado se sobrepõe a tudo e a todos no aparelho político-institucional que tem no topo a pessoa irresponsável do Imperador, malgrado o acolhimento na Carta Constitucional dos direitos individuais, das prerrogativas do cidadão.

A opinião pública, como voz da sociedade civil, não desperta o respeito da autoridade, que se sente dela divorciada porque em esfera “superior”, preeminente.¹⁶³ A ponto de dizer Cairu:

“A História, a experiência me têm mostrado muitos exemplos de divergentes e até contraditórias, intituladas “opiniões publicas” no mesmo país, não só em diversas épocas, mas também no idêntico lugar e tempo. Eu só considero opinião publica a da vontade geral, quando se mostra unânime e constante nos reconhecidos sábios do Estado, e nos patriotas livres de espírito e partido.”¹⁶⁴

163 – FAORO, Raymundo. *Os Donos do poder. Op. cit.*, p. 288.

164 – *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão extraordinária de 13 de novembro de 1830. p. 464.

.....

3. Cairu: inflexões ideológicas do vocabulário político e social

1

A ciência da História, ao se aperfeiçoar metodologicamente, apropria-se crescentemente de eficaz instrumental lingüístico, semiológico, lexicográfico, discursivo, ao mesmo passo que continua a desenvolver a aplicação de dados quantitativos.

Vale dizer que ela deixa superada a estrutura narrativa tradicional ou a estrutura narrativa que explicita o procedimento lógico do dizer, estritamente demarcado na construção de inferências, no estabelecimento de concatenações um tanto arbitrárias, motivadas substancialmente pela subjetividade, pela maneira particular de conceber não só o mundo como também a formalização do conhecimento e do pensamento.

Assim, a história das idéias, por se constituir campo mais predisposto para experiências com signos lingüísticos, tem-se favorecido com aquele aperfeiçoamento salientemente. O que, realmente muito a beneficia, dando-lhe melhores suportes para o seu fortalecimento epistemológico.

Aliás, o emprego do novo aparato metodológico na área da História, para lograr amadurecimento consciente, não dispensa os resultados positivos de investigações teóricas que apresentem algumas reformulações conceituais e axiológicas a conferirem maior segurança e eficácia operacional

aos relatos históricos, de modo a aumentar-lhes o grau de certeza, de serventia, a extensão qualitativa do seu enfoque.

A racionalidade, distendida aos campos significativos do embasamento teórico, possibilita a abertura de perspectivas inéditas, que aprofundam o controle sobre um material profuso e variado, de várias procedências, encaixando-o numa produção de conhecimentos enriquecida pelo novo alcance de que passa a dispor.

E isso cria a prática interdisciplinar esteada em síntese mais coesa e rentável em conceitos que recobrem uma gama considerável de saberes. Como convém à ciência da História, na verdade a ciência da totalidade, que representa o ponto de unificação da Sociologia, da Política, da Economia, da Lingüística, etc.

De sorte que o aporte do método lingüístico e de análise discursiva, dentro de uma prática teórica bem conduzida, adentra a técnica e epistemologicamente, tornando-a mais funcional e objetiva. E armada, como na hipótese do presente capítulo, para larga exploração do campo axiológico.

Nesse ponto, conveniente situar de imediato a profunda identificação de signos lingüísticos com signos ideológicos.

Os primeiros, quando corretamente investigados, conduzem à descoberta de um universo coerente de valores, de guias do comportamento pessoal ou de grupos sociais, esclarecendo grandemente as atitudes políticas, os desempenhos socioeconômicos, as conotações sociopolíticas dos discursos. Nestas, principalmente, por comporem campos conceituais onde a análise textual se confunde com o próprio dilucidamento dos signos lingüísticos objetivando a exegese não apenas doutrinária mas também de alcance mais abrangente, captando as coordenadas do universo social, o jogo do protagonismo de classe, a iniciativa dinâmica dos agentes dominantes.

Trata-se de um método que revela “significações vinculadas”. Nisso de que, além do traduzir os meros dados semânticos, com eles e por eles faz chegar aos determinismos sociais

Portanto, um método estrutural, ao detectar conjuntos significativos, no interior dos quais se articulam e compõem dados de toda ordem da sociedade global.

Daí por que ele suscita uma prática teórica estruturalista, ensejando a pesquisa dos setores básicos dessa sociedade.

Assim, deve levar a um relacionamento globalizante entre a formação social, a prática discursiva e a ideologia.

A lexicografia ou o acervo lexicográfico, isolado das instâncias mais envolventes que o cercam, não pode, por si só, recompor ou fazer interpretar sociologicamente a universalidade das conotações contidas na mensagem ideológica.

Eis que aquele acervo, para a compreensão exata de sua função no contexto da existência material, das relações humanas, dos papéis sociais, deve ser complementado ou integrado por investigações histórico-sociológicas.

E a partir mesmo da percepção do jogo dialético entre as sincronias e as diacronias que atravessam a linguagem. O que importa na confluência da contemporaneidade e do passado, em se tratando do estudo de discursos veiculados em períodos progressos, como o de Cairu.

Isto posto, justificável a inferência de que a avaliação lexicográfica ou vocabular específica uma abordagem estruturalista, de aprofundamento de situações caracteristicamente político-ideológicas.

Em um dos seus magníficos artigos, declara o historiador Albert Soboul a importância da nova metodologia:

“... Se nos referimos não só aos recentes progressos da lingüística ou da semântica automática, mas também às investigações em curso sobre a crítica textual que se caracterizam por ensaios de aplicação das estruturas matemáticas: permitem esperar que a análise descritiva tradicional dos textos históricos seja ultrapassada por um recurso sistemático à medida e à estruturação lógica.”¹⁶⁵

Tem-se, nesse depoimento, densa síntese da apropriação de técnicas e de métodos da matemática, da lingüística, da semântica, com o

165 – SOBOUL, Albert. “Descrição e medida em história social”. In: *A História social, problemas fontes e métodos*. Lisboa, Ed. Cosmos, 1973. p. 42.

evidente adensamento dialético entre o qualitativo e o quantitativo, apurando a narrativa histórica.

Realmente, instala-se aí um processo de objetivação da História, considerando o desenvolvimento dessa metodologia, ou a sua crescente aplicação entre os historiadores.

Diga-se, de logo, que não se constitui finalidade desse capítulo a absorção completa de tão sofisticados recursos.

Quer-se apenas ficar no terreno estritamente vocabular, com vistas à obtenção de um melhor entendimento, do alargamento de perspectiva, do pensamento político de Cairu.

Em outras palavras, uma tentativa de complementação do que foi colocado nos capítulos anteriores, mostrando raízes socioeconômicas fincadas em solo polissêmico, recobrinco períodos diversos, modos de produção diferentes e coexistentes, simultaneamente diacrônicos e sincrônicos. O que por igual induz universos ideológicos e campos político-jurídicos confluentes, apresentando-se para uma determinada espécie de ecletismo.

Tudo agindo sobre a transição.

De modo que não se empregará aqui da nova metodologia senão algo fornecido pela análise do vocabulário político e social do Visconde, buscando os campos conceituais que estruturam o seu pensamento autoritário.

Mas, em geral, abordar-se-á o essencial da nova metodologia, com isso somente deixando-se de utilizar os dados quantitativos mais sofisticados, por desnecessários ou desvinculados dos objetivos a que se propôs alcançar o autor.

Agora, importa assentar alguns conceitos-chave que orientarão a metodologia do presente capítulo.

Nisso, ele contará com o valioso suporte de eminentes especialistas, aqueles que melhor sistematizaram e inovaram a matéria.

Primeiramente, a contribuição inestimável de Jean Dubois, autor de obra monumental que se tornou clássica pela riqueza da estrutura

conceitual e pela abundância de dados sobre a constituição axiológica das classes, dos grupos sócio-profissionais em França, entre 1869 e 1872.¹⁶⁶

E foi justamente a articulação funcional entre aquela estrutura conceitual e o conteúdo da pesquisa que possibilitou o êxito extraordinário da obra.

Pois bem. Começa Dubois por fixar o conceito fundamental de “sistema léxico”, ponto de partida, por assim dizer, de toda a elaboração teórica e síntese-guia das investigações no terreno em exame, reunindo os marcos que balizam um campo epistemológico expressivo.

Dê-se a palavra ao mestre francês:

“Le système lexical est formé d’un ensemble d’unités significatives où tout se tient, où les éléments se délimitent réciproquement et tirent leur valeur de la position qu’ils occupent à l’intérieur de ce que, depuis Jost Trier, on est convenu d’appeler un ‘champ’. Et ce dernier se définit par la fonction spécifique qu’il remplit dans le système de communication constitué par la langue. – On a choisi ici celui qui traduit immédiatement les rapports économiques, sociaux et politiques entre les diverses classes de la société. – L’unité significative se trouve, dans ce système, à la fois comme signifiant et comme signifié; le champ n’est pas seulement *sémantique* il est tout autant *morphologique*, et c’est pourquoi nous avons préféré le terme de *champ lexical*, qui ne sépare pas la *valeur d’emploi* (ou *contenu*) de *l’expression*, et n’isole pas le *signifié* du *signifiant*.”¹⁶⁷

Nessa definição do “sistema léxico” se clarifica o que se disse acima acerca de organização teórica estrutural, franqueando pesquisas de grande abrangência, nas quais os elementos de diversos setores de estudo se integram, dilucidando maiormente, e com apreciável alcance pragmático, os problemas sociais, políticos e econômicos. Principalmente levando-se em conta serem eles expostos ao jogo dialético das classes, através do qual se armam o campo da historicidade, o protagonismo histórico.

“As unidades significativas”, formando os “campos léxicos”, deixam transparecer os “campos conceituais”, no exercício de suas funções de comunicação, de expressão ideológica.

166 – DUBOIS, Jean. *Le Vocabulaire politique et social en France de 1869 a 1872*. Paris, Librairie Larousse, 1962.

167 – *Ibid.*, p. 1.

O tempo cumpre saliente papel aqui.

Todo esse “conjunto estruturado” constitui-se somente num determinado segmento do tempo, enquanto duram as circunstâncias, os condicionantes da sociedade global numa época, oferecendo-se daí um particular sistema de comunicação.

Então, há todo um vocabulário típico, que muda no transcurso temporal, cedendo lugar a outros.

Isso por si só explica a necessidade de focalizar aspectos diacrônicos e sincrônicos nesse objeto.

Vale dizer: efetua-se a verificação de campos estruturais (ou estruturados) de períodos diversificados, ao se apreenderem aqueles “conjuntos” nas modificações que sofreram ao longo do tempo.

Ao se deter, porém, num deles, e se proceder à observação do comportamento articulado de seus componentes, quando sobressai de forma característica a “estrutura”, está-se diante de movimento sincrônico.

De qualquer modo, persiste a “estrutura” no curso da História, a despeito das mudanças que vão atingindo todas as suas partes.

Não determinaria isso a resistência que marca a organização vocabular, o campo “léxico”, que é formado por elementos morfológicos e semânticos cuja integração dificulta ou obsta o esvaziamento breve dos significados?

Não é de fácil constatação as substituições dos fenômenos lingüísticos no tempo. Um ou alguns fatores históricos são incapazes de explicá-los. As próprias revoluções políticas não são fatores determinantes, senão integrados com outros, numa dinâmica generalizadora. Tal que, ao final, tem-se uma constelação ampla de determinismos que incide sobre o sistema lingüístico, modificando-o radicalmente, substituindo-o por outro.

Deu-se, nessa hipótese, uma verdadeira mudança sócio-histórica, critério técnico de periodização, do estabelecimento de novo período histórico.

Assim, o campo léxico do Feudalismo francês, por exemplo, é substituído por outro com a emergência do modo de produção capitalista na escala favorecida pela Revolução Francesa.

Infere-se, pois, que o campo considerado não se altera por ocorrências meramente lingüísticas.

Ele mantém vínculos amplos com o sistema sociocultural inerente a períodos históricos de uma nação.

É que “la langue, en définitive, reflète le caractère spécifique de l’histoire d’un peuple”.¹⁶⁸

É mesmo um componente básico daquele sistema, não havendo como dele se dissociar em momento algum. E, justamente, essa conexão se faz responsável por problemas de monta, relacionados com a comunicação semântico-ideológica dos grupos sociais, com os determinismos que pesam sobre ela, quer de natureza econômica, quer de ordem institucional.

Dubois levanta dentro desse contexto algumas questões fundamentais:

Como os fatos sociais levam à compreensão dos fenômenos lingüísticos?

Como se dá a correspondência entre a infra-estrutura econômica e o campo léxico?

Afirma o mestre francês que as pesquisas atuais não permitem conclusões seguras.

Entretanto, a análise do vocabulário político e social não deixa de defrontar-se com a questão dos vínculos entre a evolução social, de uma parte, e a dos fenômenos léxicos, de outra.

Conseqüentemente, cabe formular a indagação de como em determinado momento, numa dada sociedade, o estado léxico é a imagem da estrutura econômica e social.

É preciso guardar-se contra a generalização arbitrária do léxico para todos os setores e agrupamentos da sociedade, numa extensão forçada de homogeneidade, de uniformidade.

O léxico se diversifica de acordo com os grupos sociais e segundo os indivíduos.

168 – *Ibid.* p.1.

Possível, e ocorre muito, que as classes sociais usem, conjuntamente, inúmeros termos. Contudo, emprestam-lhes significados diferentes, freqüentemente.

Os antagonismos sociais e políticos se traduzem, assim, no léxico.¹⁶⁹

As classes sociais, ao se posicionarem contrastantemente, exibindo concepções do mundo e posturas próprias em face das peculiaridades da incidência do modo de produção sobre elas, que lhes ditam papéis específicos, conforme as relações de trabalho daí originárias, produzem os seus campos léxicos respectivos.

O vocabulário político e social se autentica pela mediação das classes, pois.

Quer dizer: no desempenho delas se fazem plenamente concreto os significados, os valores, as ideologias.

Os campos léxicos se articulam com os campos conceituais, evidenciando as formações discursivas.

Tal a posição realista.

O esforço de generalização conferido ao sistema de comunicação, para não se tornar produto de retórica, há de passar pela “leitura” de classe, quando realmente se assume funcional, objetivo.

E de imediato se afirme que o discurso racionalista, como o de Cairu tende a desconhecer esse filtro mediador da estrutura vocabular, impondo-se como discurso único, verdadeiro. O que, no fundo, vem a significar o monopólio político, econômico, social e cultural da classe dominante.

Pelo que já se situou nos capítulos anteriores, e com o que agora se expõe, as estruturas autoritárias, atuantes de forma rígida no decurso da história brasileira, especialmente à época de Silva Lisboa, condicionaram um discurso naturalmente autoritário, elitista.

Não havia discurso de outra classe que não a da dominante, a dos proprietários rurais ou de seus representantes, a elite do poder.

169 – *Ibid.*, p. 2.

Era a combinação perfeita da lexia, dos campos conceituais, das ideologias, que refletiam aquelas estruturas, assinalando-lhes os matizes de divergências no interior da mesma classe dominante.

Como ficou visto, na base desses matizes está o fundo de mentalidade conservadora, ainda quando se trate de doutrinas pretensamente avançadas, como a do Liberalismo Radical.

São matizes ideológicos até tendentes à conciliação, prática corrente na política e na cultura do país. Uma dinâmica de pouco alcance, conseqüência da ausência bastante sentida de diversificação das bases sociais da nação, de definida organização de classes, responsável pelo antagonismo saliente das orientações relativas à apropriação do excedente, à distribuição do poder, da propriedade.

Então, há que se buscar no discurso cairuense uma peculiar estruturação, que detém, ao lado de modalidades de intervenção do locutor, elementos provenientes do Liberalismo Conservador, com disposição eclética, constituindo um campo léxico no qual a polissemia transparece de maneira acentuadamente específica no contexto discursivo do complexo autoritário da nação.

Reitere-se a afirmação a respeito da intenção de se focalizar aqui apenas alguns conceitos-chave, um esquema de uma problemática difícil, complexa, ainda tateante, por não se haver constituído uma teoria do discurso.¹⁷⁰

No entanto, o pouco desenvolvido ajuda a fazer luz sobre um tema de muita atualidade, o dos pressupostos léxico-semânticos do discurso ideológico.

Sem dúvida, tem-se aí via fecunda de investigação, podendo trazer a claro a melhor compreensão de problemas graves do pensamento brasileiro, situando com mais acerto as suas tendências, as suas correntes, no âmago das formações sociais.

170 – Expõe Régine Robin: “Malgré tant d’efforts, de directions et d’orientations diverses, la linguistique du discours en voie de constitution ne nous donne pas pleine satisfaction au plan théorique”. *Histoire et linguistique*. Paris, Armand Collin, 1973, p. 79.

Porque um dos méritos dessa empresa é este: promover a inserção do quadro ideológico dentro dos círculos de existência material, de modo mais eficiente, operacional, “estruturalista”, ao levantar todo um período, ou segmentos globalizados desse período.

Aliás, diria que o enfoque valorativo do discurso integra a tendência contemporânea de extrair daí o microcosmos mesmo da realidade social, o universo de signos que tem a sua correspondência no universo material.

Comenta Régine Robin:

“Le discours est toujours rapporté à ses conditions de production et c’est d’ailleurs ce qui autorise tout choix de corpus à analyser. Cette linguistique du discours intègre à son objet tout ce qui dépasse la simple logique de la communication dénotative. Elle se veut attentive à l’univers connotatif ou langage, au jeu des implications et des présuppositions, enfin à tout ce qui relève de l’énonciation. Elle s’assigne également pour objet le champ rhétorico-stylistique, la stratégie des arguments du discours, sa structure enfin.”¹⁷¹

Com efeito, o discurso encerra motivações, pressupostos, objetivos, implicações axiológicas, uma forma, uma estratégia que tem muito de político, de uma intencionalidade prática, a defesa de uma causa, os mecanismos ocultos do modo de produção, de direcionamento das relações sociais.

Tudo isso emerge no campo do léxico, cumprindo ao pesquisador desvendá-lo.

Certo que esse campo sofre uma delimitação arbitrária.

Não há critérios rigorosos de eleição deles.

Entretanto, possível a demarcação de léxicos dentro de estruturas distintas.

171 – *Ibid.*, p. 79.

Sabe-se de antemão que a totalidade dos léxicos não é uniforme. Sofre variações. Inscrevem-se eles em “campos” com as suas leis próprias, com a sua autonomia.

As modificações suportadas por alguns vocábulos se refletem nos demais do mesmo campo. O que comprova a unidade do conjunto, o jogo sincrónico de suas articulações.

Mas, é através da função exercida pelo léxico no âmago da estrutura social, que, principalmente, se gera aquela unidade.

É aqui que se dá a integração funcional entre lingüística e sociedade.

Tal se manifesta objetivamente ao nível da comunicação, ou melhor dizendo, da função de comunicação, quando “le champ lexical se trouve défini par *l’expérience*, traduit linguistiquement. Le lexique, objet de cette étude, traduit les rapports d’ordre économique, social et politique qui existent entre les diverses classes de la société”.¹⁷²

Nesse caso, vocábulos como *capitalista, povo, burguesia, ordens*, traduzem bem aquelas relações, exibindo um potencial de conotações ideológicas demonstrativas de uma estrutura de classes. E estas, no *continuum* das lutas sociais e políticas, se estendem ao vocabulário comum, assimilando-as como adjetivações ou como novos pontos de referência de todo um sistema.¹⁷³

O uso do vocabulário político e social passa, pois, pelo crivo ideológico das classes, denunciando o antagonismo entre elas. Antagonismo que não significa apenas luta aberta, mas as contradições e divergências estruturais de “posições” no contexto da sociedade global.

Isso é comum num país com organização de classes bem implantada. Então, aqueles antagonismos indicam claramente a divergência ou a diferença de papéis, de participação no produto econômico, a ponto de se armarem valores e objetivos sociais diferenciados mais na estrutura

172 – DUBOIS, Jean – *Le Vocabulaire politique et social en France de 1869 a 1872. Op. cit.*, p. 2.

173 – *Ibid.*

social. Ainda que se estabeleça a “conciliação” entre as classes, uma política de harmonização dos interesses dos grupos socioprofissionais.

Assim, o vocabulário político e social é comum na sua apresentação exterior.

As diversificações semântico-ideológicas brotam da ótica de cada classe, emprestando ao léxico significados oponentes.

O vocábulo *capitalista*, por exemplo, tem um significado para a burguesia e outro para os trabalhadores.

O aspecto morfológico do léxico é que impede a sua dissolução completa, muito provavelmente, garantindo a comunicação intergrupar, geral, nacional.

E num país em que inexistente aquela organização de classes, pela flagrante indiferenciação social, pelo atraso?

Nessa hipótese, não se deu ainda o crescimento econômico, mercê da industrialização, do aparecimento de formações urbanas com distintos grupos socioprofissionais, com um proletariado autônomo, consciente, ao lado de empresariado organizado.

Em situação dessa natureza, caracteristicamente estrutural, não há como recusar a incidência singular da estrutura vocabular.

Não se pode, aqui, invocar o clássico antagonismo de classes, a luta aberta dos grupos socioprofissionais em torno de interesses econômicos, basicamente.

Como só existe um segmento social representativo, o dos proprietários, concentrando todo o poder econômico, político e social, forma-se o unidimensionamento da sociedade brasileira, ao tempo de Cairu.

A estratificação social aí é peculiar.

Daí o já referido anteriormente a respeito da apropriação completa, do monopólio da linguagem, da estrutura vocabular pelo segmento dominante. O que significa conter tão-somente essa estrutura vocabular o pensamento, as orientações valorativas, as conotações semânticas, a concepção do mundo da classe proprietária.

Acontece que a classe em objeto se apresenta com divisões políticas, com grupos nos quais entram profissionais liberais, funcionários, pessoas da alta administração. Divisões essas que se digladiam pelo poder.

Aí reside o interesse primordial motivador de uma disputa, na verdade de grandes proporções, justamente em decorrência do caráter excludente do poder. Isto é, os que ascendem às posições de mando num estado patrimonialista como o do período moviam guerra sem tréguas aos adversários, virtualmente inimigos, perseguindo-os sem clemência, negando-lhe pão e água.

Numa sociedade em que o controle do poder político sanciona com terrível eficácia o poder econômico e social dos proprietários-correligionários, senhores absolutos nos seus domínios, afetando substancialmente a condição dos proprietários-excluídos, a estrutura vocabular espelha com exatidão tal antagonismo, mostrando os matizes ideológicos das facções em luta, todas geralmente elitistas-autoritárias, fazendo o jogo acirrado da disputa violenta, quando então o léxico se reveste de conotações afetivas, passionais. O que se nota mais propriamente no vocabulário panfletário.

Como analisado no capítulo anterior, o confronto entre as facções políticas se desenha à perfeição no panfleto.

Porém, ele representa um *nível* do discurso onde os matizes ideológicos expostos no vocabulário político e social se apresentam com mais representatividade. Nisso de que traduzem imediatamente os suportes políticos daqueles matizes, ou esclarecendo as bases circunstanciais do confronto.

Com isso, percebe-se logo a correspondência entre os níveis do discurso cairuense: o panfletário, o doutrinário e o parlamentar, e os campos léxicos, que possuem fronteiras um tanto fluidas mas com numerosos traços característicos, delimitadores do espaço que cada um ocupa.

É levando na devida conta tal correspondência que se intentará esboçar no atual capítulo o vocabulário político e social do discurso de Cairu.

No entanto, cumpre de início precisar melhor a natureza do sistema léxico inerente ao discurso geral do período, de modo a estabelecer pressuposto fundamental, contido na expressa unidimensionalidade ideológica da sociedade brasileira de então, o qual determinante do caráter apenas matizado das “posições” valorativas, da estrutura vocabular.

Trata-se de um sistema léxico, por isso mesmo, coeso, bastante uniforme, que obedece aos parâmetros da cultura racionalista, procriando uma estruturação semântica das correntes do liberalismo, não criando jamais rupturas nos significados imanentes à mentalidade conservadora. Ainda nos surtos do radicalismo. Mesmo porque, essas correntes serviam a interesses conservadores, à propriedade, aos objetos monopolísticos de poder.

Nesse caso, podiam prosperar diferentes formas de ecletismo, como na obra de Cairu, todas elas *conciliatórias* ao plano da estrutura vocabular.

No fundo, promovia-se apenas a articulação de campos léxicos aproximados, sintonizados, na afirmação autoritária, no serviço da modernização, da transição.

Nessas condições, não cabe situar aqui uma pretensa contraposição de signos lingüísticos (*lexias*), a partir de campos léxicos oponentes.

Isso evidentemente não ocorreu no Brasil, durante o período em objeto, pelas causas apontadas.

Tem-se, então, de precisar aqueles matizes ideológicos, construídos na luta político-ideológica pelo projeto modernizador de Cairu. O que produz a emergência quase contínua de *lexias*, correlatos de campos conceituais, destacando o conflito entre o liberalismo conservador e o revolucionarismo. Também o absolutismo, ao se profligarem as formas econômicas e políticas que obstam o impulso da transição.

Observe-se, pois, a necessidade de expor realmente a especificidade lexicográfica da obra de Cairu. Especificidade essa que se apresenta bastante matizada ao cobrir vários níveis de discurso.

Poder-se ia até dizer tipos de discurso, atentando-se para momentos e circunstâncias várias, em função das quais dá-se a emissão de mensagens múltiplas.

Justifica-as mesmo orientações valorativas que respondem a tarefas de doutrinação, de panfletagem, de pragmática parlamentar ou econômico-jurídica.

Assim, parece imporem-se de antemão alguns critérios metodológicos que evitem o trabalho dispersivo, um tanto vago.

Tais critérios não oferecem o rigor de uma prática teórica, aliás, não devidamente sedimentada, amadurecida, a que joga com a lexicografia.

Então, o que se deve de início assentar diz respeito ao problema da referida diversidade.

É preciso descobrir um instrumento léxico-conceitual unificador?

Provavelmente, o critério básico a salientar seria a busca de correspondência entre o vocabulário político e social (filosófico) de Cairu em dois planos. Primeiro, aquele que revela o fundo de mentalidade conservadora no seu apoio tradicionalista, com apelo reiterado à velha ordem. Tal atravessaria os escritos cairuenses mais voltados para a defesa dos princípios da “ordem”, das tradições monárquicas, do depósito feudal. O segundo informa pesadamente esse acervo, despontando assiduamente na invocação dos Padres da Igreja, de passagens da Bíblia, do moralismo típico da visão racionalista dos valores religiosos, numa atitude permanente de defesa, de procura constante do equilíbrio dosado pela Restauração.

O vocabulário político e social traduz essa atitude de guarda, de preservação dos vínculos da ordem vigente, de forma a não quebrar os anseios e as tarefas da transição.

Os campos conceituais que estrutura configuram mensagens nesse sentido.

O léxico, por conseguinte, é recolhido geralmente de períodos anteriores, sendo notórios os do Feudalismo, como logo mais se verá.

O objetivo metodológico primordial consiste na apresentação de amostras desse léxico em escritos do Visconde, a freqüência com que ocorrem, com prováveis tentativas ligeiras de quantificação.

Aí se tentará a descrição de campos léxico-conceituais (e distribuição), oferecendo análise objetiva de constantes e de variáveis numa área de estudo que refoge, sobretudo, à generalização arbitrária.

Com efeito, isso confere mais rigor à pesquisa de um pensamento, situando-o em bases concretas, extraindo-lhe as sinuosidades ideológicas.

Não se trabalhará no sentido da articulação daqueles campos léxico-conceituais com outros organizados em discursos que não o do tipo em apreciação. A não ser quando tal se produz no interior do mesmo discurso, seja o panfletário, seja o doutrinário ou o parlamentar.

Nessa hipótese, reúnem-se condições apropriadas para tanto.

Somente no final da constituição dos campos típicos a cada nível daquelas formações discursivas ensaiar-se-á uma análise comparativa sem grandes pretensões, visando apenas ao incremento da funcionalidade da aludida correspondência.

Se essa prática levar ao dilucidamento de alguns problemas que cercam a leitura dos escritos de Cairu, como de tantos outros da história das idéias no Brasil, e concernentes ao instrumental de análise e aos cânones de interpretação, já produziu o êxito desejado.

2. O fundo de mentalidade conservadora do período da transição em objeto manifesta-se no sistema léxico de maneira particular, efetuando inflexões semânticas no vocabulário político e social.

As facções, os agrupamentos político-ideológicos, recortam aí os seus “campos” respectivos.

E, por vezes, a qualificação intelectual dos protagonistas é decisiva na demarcação desses campos.

Em se referindo a Cairu, aflora salientemente um vocabulário político e social (filosófico) por conseqüência da elaboração de saberes que intenta e da reorientação do material erudito que gera, cabendo-lhe a iniciativa criadora de um pensamento bastante influente no país. Um pensamento que sedimentou, logicamente, a sua própria organização léxico-semântica.

Não é preciso que se vá aos antecedentes do ilustre baiano para se apresentar eficazmente a estrutura vocabular inerente à mentalidade conservadora, numa retrospectiva histórica que alcançaria os tradicionalistas e

os constitucionalistas portugueses, os chamados tradicionalistas liberais, sem deixar de fora a ideologia da Contra-Reforma haurida por escritores da Colônia e economistas da estirpe de Azeredo Coutinho.

Aquela estrutura, retrabalhada por Cairu, nele se detém muito particularmente, representando um momento luminoso o do lançamento das bases de uma ideologia, a da transição, e deixando ver as diversas linhas doutrinárias a se comporem no ecletismo.

Cada uma dessas se ocupa de atitudes mentais, políticas e socioeconômicas, ora do passado, ora do presente, com o sentido de adaptação à circunstância brasileira e ao projeto de transição que a anima.

Assim, em Cairu se cruzam ou se superpõem várias camadas doutrinárias que, destacadas, reconstituem de certo modo aqueles antecedentes.

A corrente tradicionalista-feudal é a primeira a se visualizar com a sua organização vocabular típica.

Como se desenha essa nos escritos do Visconde?

No seu pensamento político, ela transparece com maior frequência. Justamente por conter ele o cerne de seu posicionamento filosófico-ideológico, as matrizes de um ideário que percorrerão todos os níveis do seu discurso, ainda quando assumindo princípios liberais.

Três peças retratam bem o dito pensamento político, exibindo um vocabulário político e social característico: o *Manual de Política Ortodoxa*, *Princípios da Arte de Reinar* e *Apelo à Honra Brasileira contra a Facção dos Federalistas*.

As duas primeiras sistematizam um complexo filosófico-ideológico, de conotações religiosas, literárias e jurídicas, um verdadeiro painel de doutrinas tradicionalistas e conservadoras, com concessões liberais que as atualizam. Algumas são trazidas em largos recortes, de obras de vários autores e até da Bíblia, constituindo uma modalidade indireta de reforço dos valores dominantes. Uma superposição discursiva que aumenta a carga de significados, dentro de uma colocação estratégica bastante definida, ajustando, formando, consolidando bases ou campos conceituais contraditórios no discurso de Cairu propriamente dito.

Nesse caso, não há uma vinculação imediata entre a estrutura vocabular e aqueles campos conceituais.

Trata-se de uma organização discursiva que, à distância, perfaz um *corpus* doutrinário motivador, justificante, as premissas deslocadas e dispersas de enunciações posteriores, até imprevistas, por constituírem os princípios maiores ou abrangentes de uma ideologia política.

Assim, o capítulo IV de *Princípios da Arte de Reinara* começa dizendo que “a Verdadeira Política é o Temor de Deus, o respeito de Deus, a dependência de Deus, e a amizade de Deus; e a verdadeira arte de reinar é guardar Sua Lei. Os políticos antigos estudavam pelos preceitos de Aristóteles e Xenofonte; os políticos modernos estudam pelas malícias de Tácito, e de outros indignos de se pronunciarem neste lugar. A verdadeira Política, e única, é a lei de Deus. Se Deus sabe mais que eles, e é a Verdadeira, e única Sabedoria; estudem-se, aprendam-se, e sigam-se as razões de Estado de Deus”.¹⁷⁴

Com efeito, o levantamento do vocabulário da citação trazida à colação não se correlaciona diretamente com a doutrina política do escritor que a empregou, com os conceitos que veicula, mas desce até o território do inconsciente onde deitam raízes remotas as ideologias, integrando subjacentemente o fundo de uma mentalidade, lugar de controle maior dos valores, até da institucionalização de um pensamento.

O vocabulário típico de Cairu, pronunciadamente visível nos seus escritos panfletários e doutrinários, deixa ver a mudança semântica configurativa do período de transição.

Grande parte dele é de extração feudal, porém com adaptação com sentido à nova ordem, aos quadros da monarquia representativa.

Nisso perdura certa indecisão, especialmente nos trabalhos em que o ecletismo se faz sentir com mais vigor, plantando a conciliação entre o tradicional e o moderno.

174 – LISBOA, José da Silva. *Princípios da arte de reinar*. Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1832. pt. 1, pp. 18-9.

Aliás, tal indecisão semântica é própria do impulso da transição, que, naturalmente, conserva muito do período anterior, da vivência sociocultural colonial, dos valores que orientam a dependência completa da nação, tornando-a submissa em tudo por tudo, construindo a mentalidade conservadora com profundas raízes na consciência coletiva.

Então, a rede de estruturas autoritárias compõe os determinismos sociais responsáveis pela passividade dos estratos sociais “inferiores”, pelo paternalismo que alcança até segmentos dominantes, seguindo as regras do hierarquismo.

A “veneração” ao Soberano, o reconhecimento da preeminência da pessoa do Imperador sobre todos os poderes, justificando o mecanismo do Poder Moderador na organização política do país.

Pois bem, o vocabulário político e social utilizado por Cairu na sua obra deixa transparecer essa relação de dependência. E de uma forma bastante elucidativa, já que ela indica a mencionada modificação semântica, acompanhando os “desníveis” do discurso, as articulações estratégicas de um pensamento que se alimenta basicamente da integração de peças doutrinárias compósitas.

Na exposição das diacronias e das sincronias que seguem a estrutura vocabular da obra em exame, verifica-se a possibilidade de se problematizar o tempo, as temporalidades, no curso da mesma obra.

Ficam aqui apenas algumas questões levantadas, como abertura de discussões maiores no lugar devido.

Há uma correspondência absoluta entre as alterações semânticas do vocabulário político e social e o “desnível” do discurso cairuense, denunciando a modernização ou a atualização de um pensamento?

Antes, não seriam aquelas alterações deslocadas de pretensos marcos temporais, apenas enfatizando momentos estratégicos e funcionais de um discurso, cujo ecletismo não comporta avaliações correspondentes de tempo?

O juízo mais prudente aconselharia concessões a ambas as questões, creditando-lhes a cada uma parte da verdade.

É que a colocação do problema se deve processar no interior da estratégia discursiva em que o contexto léxico se posiciona correlativamente aos valores empregados na argumentação, na narrativa, direcionando-as para os fins propostos, de acordo com a circunstância do momento, com os interesses políticos emergentes, com o andamento do projeto modernizador.

Em função mais de variáveis pragmáticas, do que propriamente de descontinuidades históricas, se fariam as ditas alterações ou até as permanências semânticas.

Não obstante, o fator temporal, condizente com as transformações geradas pela transição, influi sem dúvida na roupagem nova do vocabulário político e social da obra em estudo.

De qualquer modo, não se omita o fato de a longa duração penetrar fundamente a linguagem.

Aquela transição não dispunha de força transformativa capaz de subvertê-la ou anulá-la. Guardava, portanto, quase incólume, o legado colonial, o passado, na instrumentalização de sua inércia, do seu tônus repetitivo.

Daí o vigor reiterado de palavras-chave de vocábulos que encarnavam significados transcendentais, estratégicos, centrais, para a ideologia da dominação, sacralizando as estruturas de poder. Naquilo antes estudado e pertinentemente ao enlace saber-poder, detendo o controle das oscilações semântico-conceituais, por si mesmas não oferecendo perigo para possíveis emergências de pensamentos alternativos.

Aqueles vocábulos-chave estão sempre presentes nos escritos cairuenses e pouco sofrem modificações, como que resguardando o fundo de mentalidade conservadora, autoritária.

Tome-se, por exemplo, o vocábulo *honra*, encontradiço até nas lições de economia política do mestre baiano, retendo sempre as suas conotações feudais-tradicionistas, as quais apenas atenuadas num contexto discursivo mais pragmático, mais técnico, em decorrência do mesmo contexto, do campo conceitual em que se insere, e não propriamente de alteração semântica sofrida.

A composição eclética assim o determina, e não há como fugir à constatação de sua integridade. Mesmo porque ela desempenha aí um

papel especial, num tipo de discurso em que as virtualidades do passado pesam por demais.

Eis, *verbi gratia*, aquele vocábulo integrando o título da parte III da *Causa do Brasil*, periódico editado por Cairu.¹⁷⁵

O título é “Honra Européia”.

A matéria dessa parte, como situada, propõe uma interpretação assaz significativa do termo *honra*.

Um conceito que empresta uma larga abrangência, recobrando as prerrogativas (com claro referente feudal) do Brasil e da Europa, especificadas pela divisão das atividades econômicas entre “países industriais” e “países agrícolas”, conforme o ensinamento de Adam Smith.

A abertura dos portos do Brasil veio atender ao cumprimento de tais prerrogativas, podendo-se “considerar como o Manifesto de Geral Benevolência a todos os governos e povos pacíficos, e com especialidade aos dos estados da Europa, para os quais, na ordem natural das cousas, tendem os produtos d’América, como objetos de permutação (na maior parte) das manufaturas dos diferentes países mais adiantados em população, e Indústria nas artes superiores.”¹⁷⁶

Forma-se, destarte, o empenho pela defesa de um direito natural, o do comércio livre entre Europa e Brasil, na verdade um ponto de honra, numa inofismável manifestação ideológica em que o vocábulo, dadas as suas altas conotações éticas e sociais, cumpre elevada função.

Importante assinalar que os setores dirigentes do nascente sistema econômico liberal no país, através de Cairu, fazem, no lugar trazido à verificação, apelo a recursos semânticos da velha ordem, para revigorar a nova ideologia econômica.

A apelação à “ordem natural das coisas” e à “honra”, numa apologia daquele comércio com as nações “amigas”, diz bem dessa prática. Vocábulos ou expressões que suportam valores feudais integrados no universo capitalista, denunciando também os sinais da transição, da mudança não concluída de todo e que abriga ainda componentes ideológicos do período anterior.

175 – VIANA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)*. Op. cit. p. 393-6.

176 – LISBOA, José da Silva. *Causa do Brasil*. Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1822. p. 21.

O vocábulo *honra*, pois, insere-se nesse contexto e instrumentaliza racionalizações do interesse da situação emergente.

Noutro terreno aflora o mesmo vocábulo, desta vez com o seu significado original, íntegro, traduzindo o caráter da feudalidade.

Constitui por igual o título de outro periódico.¹⁷⁷

Tem-se aí um paladino da realeza, dos atributos da monarquia, especialmente da sacralidade com que se reveste a pessoa do Imperador.

O campo conceitual insito ao termo *honra* é amplo, apenas tomando por ponto de referência o mesmo terreno.

É interessante mostrar que, dentro do dito campo conceitual, se inscrevem outras “lexias”, numa articulação densa e às vezes hierárquica, geralmente fazendo parte de uma cultura, no caso, a feudal, da qual o vocabulário político e social funda o universo axiológico de continuidade e, também de descontinuidades históricas, visíveis no período da transição, e que, por isso, se prestam a mais apurada avaliação.

Então, Soberano, Majestade, Legitimidade, Senhor, Fideicomiso Perpétuo, emergem a cada momento, reconstituindo na sua integridade os valores políticos e sociais da Idade Média, e numa constelação em que a Honra exsurge como lexia maior e unificador do campo conceitual.

As potencialidades éticas e religiosas daqueles vocábulos convergem para a justificação do tema intitulado Honra.

E isso contribui deveras para a autonomia da cultura feudal no recinto mesmo do período posterior, e notoriamente no decurso da transição.

Há, nesta hipótese, a sincronia entre criações do passado e objetivos político-ideológicos do presente.

Aí, ganha relevo o paternalismo, tão inerente à dignidade imperial, à pessoa do monarca, marcando indelevelmente a projeção do “Pai de Imensa Majestade”, Deus.

177 – LISBOA, José da Silva. *Honra do Brasil desafrontada de insultos da astréia espadaxina*.

Nessas condições, escreve Cairu:

“D. Pedro, magnanimamente limitou a própria Potência, que antes tinha em si concentrada, diante de outros Poderes.”¹⁷⁸

Nisso de que o soberano concedeu prerrogativas suas aos poderes legislativos e judiciários, aceitando o constitucionalismo. Porque, acompanhando o raciocínio do visconde, a essência da monarquia é a concentração do Poder Político numa só pessoa, constituindo faculdade sua o dividi-lo. Sem que, porém, deixe de conservar a preeminência. O que justifica o deter ele o Poder Moderador, além do Executivo.

A honra, segundo o léxico, comporta conotações não apenas éticas mas também sociais. E estas se demoram, entre outros, no domínio dos privilégios, das isenções. Daquilo que faz de alguém ou de um grupo social algo superior, com maiores distinções e com o atributo de distribuí-las.¹⁷⁹

Nisso tudo se salienta o profundo autoritarismo que vai da sociedade civil ao Estado brasileiro.

Um tradicionalismo renitente que assume notória participação no processo de modernização das relações de produção, do aparelho político-administrativo.

Ainda no periódico do mesmo número, o vocábulo *soberano* intensifica o padrão autoritário e elitista, próprio do “modelo” político da época, e perfeitamente assinalado por Cairu.

Ele estabelece um campo conceitual bastante indicativo de cobertura moralista dada ao Imperador, às funções que exercita, fazendo dele uma entidade sobreposta ao povo, à nação.

Reveste ele o significado de nume tutelar da nação, apontando-lhe o melhor caminho, velando pela sua felicidade.

178 – *Ibid.*, n. 3, p. 110.

179 – FIGUEIREDO, Cândido de. *Dicionário da língua portuguesa*, 14 ed. Lisboa, Liv. Bertrand, s. d. v. 2.

Enfim, monopoliza a sorte do país, decidindo o que lhe convém. Como o pai que orienta os filhos, dando-lhes o de que precisam e corrigindo-os quando necessário.

Diz o erudito baiano:

“O Soberano é quem protege, é quem salva.”

“Uma das condições necessárias para o aumento da sociabilidade é a existência de uma Potência Social, capaz de coibir as paixões dos homens; e esta potência deve ser tal que, atemorizando unicamente os maus, faça que os bons gozem de mais completa segurança. Por isso deve reunir três qualidades principais – sabedoria para discernir o bom; – bondade para amá-lo; – e força para o estabelecer, e fazer respeitar. A este Poder dá-se o nome de Soberania.”¹⁸⁰

O autor enceta nítida correlação entre Soberano e Soberania, adensando e clarificando o campo conceitual subjacente.

Neste despontam fortes traços de religiosidade.

Mais uma vez, os valores religiosos paternalistas se impõem dominantemente, sacralizando a figura do monarca numa identificação acentuada entre a estrutura autoritária de poder e as instituições religiosas centradas na Igreja, embaçadas pelo mesmo contexto axiológico.

Ao expressar que “o Soberano é quem protege, é quem salva”, atribui-lhe função salvífica, ínsita nos credos salvacionistas, nos quais tal função, inseparável do papel messiânico, é unida à proteção, com raízes etimológicas extraídas da cultura feudal, da prática da servidão, e absorvida pelo culto cristão.

De sorte que o paternalismo retorna invariavelmente na temática política de Cairu.

Para ele, todo o tecido social é tecido moral, cuja existência, manutenção e fortalecimento se deve à guarda e proteção do Soberano.

180 – LISBOA, José da Silva. *Honra do Brasil desafiada de insultos da astréia espadaxina*, n. 3. p. 12.

Uma Potência Social, superiormente benigna, ao combater os maus, naturalmente os subversivos, desordeiros, os anarquistas, os que atentam contra a boa ordem.

Então, o Soberano realmente protege e salva a sociedade da desagregação, intentada por tais elementos, conservando-a, impedindo que se destróça a hierarquia das classes, que se subvertam as estruturas de dominação.

Tipo de discurso que funciona numa sociedade marcadamente subdesenvolvida, na qual a segregação dos estamentos sociais “inferiores” constitui a tônica. E, de repente, receosa dos eventos revolucionários que chegavam à América.

Nesse passo, emerge o vocábulo bom, que unifica num largo campo conceitual os valores contidos na Propriedade.

Já se falou acerca do homem bom, aquele que conta com recursos materiais, que é proprietário, lugar de acumulação de virtudes várias: a providência, a diligência, a prosperidade, dentro da temática calvinista que impregnou o Capitalismo, o liberalismo econômico, a concepção de Silva Lisboa.

De novo, o moralismo de fundo religioso se incorpora ao campo conceitual em exame, reforçando os instrumentos de controle social. O que tinha, na verdade, certa eficácia num país socialmente pouco coeso e integrado, com instituições funcionando precariamente, sem a operacionalidade capaz de coordenar os papéis sociais e políticos a ponto de se sedimentarem vínculos razoáveis entre o Estado e a sociedade civil. E com vantagens apreciáveis para uma estruturação dinâmica de classes, para a organização social, para a participação maior dos segmentos da população na produção, no excedente, no produto final.

Nessas condições, o moralismo, que preenche os campos conceituais destacados, se faz correlato do autoritarismo, do elitismo, do concentracionismo exacerbado vigente na nação.

A sabedoria, o primeiro requisito da soberania, consiste, nas próprias palavras de Cairu, na arte de identificação dos bons, assegurando-lhes proteção.

Fica claro aqui a destinação dos bens, dos privilégios, para a classe dominante, para os proprietários.

O segundo requisito – a bondade – é justamente o enlace da qualificação subjetiva do governante com a situação objetiva dos bens, dos que se apoderaram dos critérios socioeconômicos articuladores do complexo de estruturas autoritárias, exercitando-os em proveito do grupo a que pertencem.

Finalmente, a força configura o mecanismo coercitivo inseparável do Estado.

E assim se prosseguirá com a descrição de campos conceituais embutidos no vocabulário político e social de Cairu, os quais integram valores-chave de um pensamento liberal-conservador, ajudando a fazer luz sobre problemas vários defrontados pelo analista.

Contudo, deixe-se claro que o vocabulário em foco, constituindo logicamente o produto de uma formação social, compõe o acervo cultural de uma comunidade de literatos, de homens de pensamento. E na modalidade reconhecida de apropriação elitista do saber.

Então, vocábulos usados por um escritor o são também por outros.

O importante, nesse caso, é apreender a particularidade com que os escritores organizam campos conceituais a partir do manuseio comum da estrutura vocabular de uma língua.

Isso vai depender da matriz ideológica, da orientação epistemológica de cada um deles.

De sorte que o emprego homogêneo de vocábulos-chave por escritores de tendências conflitantes nada significa por si mesmo.

Em capítulo anterior deste ensaio, mostrou-se a existência de uma cultura política, de um legado filosófico, que caracteriza um período histórico. O que muito favorece até o perfilhamento dos mesmos campos conceituais por pensadores divergentes.

Veja-se o quanto o Iluminismo constituiria base comum de correntes várias do pensamento filosófico e político, sofrendo adaptações e recondiçionamentos ao sabor das circunstâncias nacionais.

Assim é que se pode apontar, entre outros, o vocábulo Ignorância, como engendrando um campo conceitual único entre liberais conservadores e liberais radicais.

Cairu não se furtaria a essa situação.

Mesmo o seu discurso econômico a absorve.

Ao comentar o esforço do Conde de Barca em prol da vinda de “estrangeiros industriosos” para os trabalhos da agricultura, auxiliando o seu desenvolvimento, diz que Ignorância e Cabala frustraram seus políticos e filantrópicos desígnios”.¹⁸¹

O primeiro termo guarda profundas conotações pejorativas, reunindo um universo de desvalias.

O racionalismo está no fundo de seus significados, considerando a primazia que concedia ao saber, ao conhecimento.

Este dava poder, abria espaços para todas as iniciativas, sem atenção a obstáculos, às mediações que se entrecruzavam no caminho das políticas.

Ora, numa ideologia como a de Cairu, que superestimava o saber-poder, a ignorância representava algo de profundamente aviltante.

Possível até se estabelecer uma correlação entre o termo e a maldade, a falta de bens, a não condição de proprietário.

Atente-se mais para o fato de a ignorância, concebida dessa forma, constituir-se produto de uma concepção elitista, autoritária, do mundo, na qual aparece como uma situação de marginalidade, de afastamento das estruturas de poder, de não assimilação do conhecimento por elas produzido.

Vê-se, pois, o imenso espaço ocupado pelo vocábulo na composição e integração dos campos conceituais da época, do pensamento de Cairu.

É, com efeito, bastante elucidativa uma gama de seus aspectos.

181 – LISBOA, José da Silva. *Império do Equador na Terra de Santa Cruz*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1822-1823. p. 39.

Há uma expressão encontradíssima nos escritos de Silva Lisboa, que sanciona ao máximo o teor conservador, por vezes regressista, de seu pensamento.

Trata-se de algo que sintetiza uma ideologia, com extenso envolvimento de matrizes religiosas e políticas, uma significativa fórmula axiológica, que se planta no centro de uma estratégia reacionária de luta contra o revolucionarismo, contra as tentativas mais liberais de mudança.

Ela constituiu a bandeira dos movimentos absolutista-regressistas em Portugal e no Brasil.

Agostinho de Macedo, o teórico do Miguelismo na Ibéria,¹⁸² panfletários do Recife, do Rio de Janeiro, partidários da restauração de Pedro I, adeptos da Sociedade Secreta que, nesse sentido, urdiram conspiração, são protagonistas daqueles movimentos.¹⁸³

A expressão construiu um campo conceitual riquíssimo, apelando para a fundação religiosa e eclesial do Poder Civil, como nos tempos da monarquia absoluta, quando Igreja e Estado, seguindo o “modelo” da Contra-Reforma, estão unidos, agilizando uma ideologia política fortemente sacralizada em prol dos interesses da Monarquia. Ao mesmo passo que, da parte da Igreja, uma ideologia religiosa com notórios acentos temporais. O que, afinal de contas, produzia uma densa concepção política de preservação da ordem social, pela sua elevação ao plano dogmático, fazendo recrudescer o legalismo, o moralismo.

182 – As linhas-mestras da doutrina absolutista-regressista de Agostinho de Macedo encontram-se na sua obra panfletária, existente no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Dela se destacam: – “Justa defesa do Livro Intitulado os Sebastianistas e Resposta prévia a todas as Sátiras, e invectivas, com que tem sido atacado seu autor José Agostinho de Macedo. Lisboa, Imprensa Régia, 1810”. Refutação do monstruoso e Revolucionário Escrito impresso em Londres intitulado *Quem é o Legítimo Rei de Portugal?* Lisboa, Imprensa Régia, 1828, trabalho mais elaborado e sistemático intitula-se: *A Verdade ou Pensamentos Filosóficos sobre os objectos mais importantes à Religião, e ao Estado*, por José Agostinho de Macedo. Lisboa, Imprensa Régia, 1828.”

183 – Avaliação do perfil doutrinário-ideológico de Agostinho de Macedo, de sua influência na atuação da sociedade secreta “Coluna do Trono e do Altar, bem como o desempenho desta no movimento pró-restauração de Pedro I no Brasil”. In: MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *Ideologia e conflito no nordeste rural*. Op. cit., pp. 71 e ss.

O “Altar e o Trono” são, pois, as colunas do edifício social. Derruídas, virão o caos, a desordem, a anarquia, o reinado dos “maus”, dos “ímpios”, dos “ateus”, daqueles sem princípios, que tencionam satisfazer os seus apetites de mando, as suas ambições desmedidas.

Não é sem razão que a locução se faz reiteradamente invocada pelos regressistas, os conservadores mais radicais no período de revoltas, de movimentos sediciosos, como em 1832, por ocasião das refregas pela restauração de Pedro I.

Pois bem, Cairu não poderia furtar-se ao uso da mesma, tão tradicional nos círculos conservadores, para exercer a defesa da Monarquia, da ordem política e social constituída, e para melhor instrumentalizá-la ideologicamente no papel de condutora da transição.

Escreve ele:

“As sociedades secretas intentavam derrubar o Altar e o Trono.”¹⁸⁴

Então, volta-se decididamente contra os que pretendem impor um projeto de mudança contrário ao seu.

Era preciso que se anatematizasse vigorosamente tal projeto malsinado, para afastá-lo da cena nacional, por malferidor dos interesses das estruturas autoritárias, por comprometer os objetivos de mera adaptação do aparelho político, do modo de produção, do capitalismo em voga. Portanto, sem violentar as relações sociais baseadas na economia agrário-mercantil, bem como as condições políticas e o nível dos negócios nela montados.

Isso fica melhor entendido recordando que a dita instrumentalização ideológica da religião se dava sob uma concepção de Catolicismo institucional, haurida pela organização política monárquica, a serviço do seu embasamento ético.

Religião natural, no estilo de autores iluministas como Rousseau, Locke e outros. Se bem que outra camada ideológica se sobrepusse a esta, e projetada pelo tradicionalismo europeu e pela herança da Contra-Reforma.

184 – LISBOA, José da Silva. *História dos principais sucessos políticos do império do Brasil*. Op. cit.

Tal posicionamento se coaduna com “a necessidade de Religião e Instrução para a estabilidade do Império, e glória dos Imperantes”.¹⁸⁵

Aí, o vocábulo *Instrução* entende com a necessidade de eliminar ou de superar seu antônimo *Ignorância* já analisado, e origem de males sem conta, de marginalidade diante do Saber-Poder, dos sólidos vínculos entre o conhecimento e a vontade no Racionalismo, entre a apropriação dos valores clássicos do humanismo, do Cristianismo, e o usufruto de seus subprodutos políticos e econômicos. E diretamente conduzidos à prática efetiva, sem mediações de qualquer espécie.

Religião e Instrução formam, pois, campos conceituais elásticos e que se entrecruzam na afirmação da Razão monárquica. Razão de um complexo axiológico e de uma orientação política sob o comando de um Estado que se quer fortalecido e guia da transição. Razão monárquica que se faz Razão social, sob o mecanismo da concessão, da outorga. Tanto assim que os Imperantes absorvem, e só eles, a glória da realização objetiva dessa Razão. E com o apoio buscado na Sagrada Escritura, com a recapitulação do velho sistema patriarcal de Israel.

Outro vocábulo, indicativo das raízes feudais da doutrina política de Cairu e fiador dos conceitos de autoridade, de obediência aos governantes (monárquicos), é fidelidade, cercado de unção religiosa, de carisma ético.

Inclui-se também na constelação paternalista.

Forma uma continuidade na prática institucional portuguesa transposta para o Brasil, e apontando para a *submissão*, outro vocábulo que com ele se acasala.

As conotações valorativas que mantém são bastante significativas para a percepção mais clara do autoritarismo tão imanente à Monarquia, ainda quando mitigada com o arcabouço liberal.

Na verdade, aquela constelação instala campos conceituais articulados entre si e convergentes para a exaltação, para a glória dos Imperantes,

185 – LISBOA, José da Silva. “Cairu, doutrina exemplar”. In: *Manual de política ortodoxa. Op. cit.*, p. 1.

com o esplendor das fórmulas e do ritual religiosos. O que, em regime constitucional, mistificava as pessoas deles perante as elites e o povo.

Incontestemente a força do mito que encarnavam numa sociedade atrasada, dando-lhes extraordinário prestígio.

Não há como deixar de reconhecer que a fidelidade estava latente na ordem política e social, constituindo valor e postura reais.

Ora, quando ela é argüida por Cairu no momento mesmo da edificação do Estado nacional brasileiro, evidencia-se a sua constância, e larga aceitação, pelos estratos sociais submissos e pela elite dominante, pelas estruturas autoritárias. O que se entende melhormente numa sociedade profundamente estigmatizada pelo patriarcalismo, habituada a transferir para os governantes a iniciativa e a solução dos magnos problemas do interesse da coletividade.

Assim, o campo léxico manipulado por Silva Lisboa no espaço tradicionalista de sua obra é pontilhado de um vocabulário que recapitula a estrutura conceitual do regime absolutista, subjacente nas construções político-ideológicas do preclaro baiano. As quais dispõem de vigor estratégico de grande monta na justificação do Estado nascente, na avaliação de seu poderio organizacional, no direcionamento do projeto de modernização institucional, infra-estrutural, com vistas ao aperfeiçoamento e ao progresso das atividades econômicas.

Era o aparato político-institucional fortemente centralizado, demandando não propriamente uma redefinição ideológica mas um substancial reforço de seu quadro axiológico através principalmente da reiteração autoritário-patriarcalista.

Daí o elevado índice de absolutismo do governo de Pedro I, coisa que não se compagina exclusivamente com o seu temperamento, senão também com o determinismo histórico daquela reiteração.

Tal encontra uma explicação lógica.

O unidimensionalismo axiológico, de que se cuidou em capítulo anterior, afasta qualquer possibilidade de diálogo ao redor de alternativas para a mencionada ordem autoritária.

De modo que ela se absolutiza e se faz a única verdade. Concepção dessa qualidade, de fundas raízes moralistas, leva senão sempre ao radicalismo político, habitualmente à intolerância, ao recrudescimento autoritário, ao monólogo, ao fechamento do sistema monárquico.

Ela se assume excludente, e labuta pela “preservação” do mesmo sistema, da “ordem”, repetidamente em cada um dos seus movimentos afirmativos.

Daí vem a inteira impossibilidade de uma abertura aos argumentos ideológicos do “outro” partido, o da desordem, o da anarquia.

Ao versar sobre a mentalidade do “bom operário” subliminar ao Catolicismo conservador, integrista, reinante em Portugal de 1870-1910, colhendo um período um tanto arbitrário mas culminante na produção de obras e de eventos pertinentes, diz João Francisco de Almeida Policarpo, exímio historiador das idéias:

“O bom operário, ordeiro, cristão, cumpridor, e já de uma forma não de todo consciente, conservador, passava a ser agora, mais e mais, estrênuo defensor da ordem social estabelecida, e heroicamente cristão, na resignação e aceitação tranqüila dos seus deveres, e em nada favorecendo ou contribuindo no sentido de atentar contra as instituições. Estas se atinham à coerência e à clareza que definem as grandes certezas, e repousavam (com confiança) na consciência de que se detinha – definitivamente – a solução dos problemas. Nestas certezas e nesta confiança, e no monolitismo axiológico e social que lhes estavam ligadas, definia-se a atitude integrista. Com a consequência fundamental representada pela impossibilidade de diálogo. Este exige, com efeito, uma ‘resposta’ e as respostas já estavam dadas.”¹⁸⁶

Guardadas as devidas proporções, e tendo em vista os desníveis de “situações” históricas, acolha-se a analogia entre o exposto nesta citação e o derivado dos campos conceituais referentes à absolutização da verdade imperial, das estruturas autoritárias do nascente Estado nacional brasileiro, e tão presente no vocabulário tradicionalista-feudal.

186 – POLICARPO, João Francisco de Almeida. *O Bom operário; estudo de uma mentalidade*. Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1979. p. 42.

Tal vem significar a sua inserção no tempo da longa duração. Pois aflora constantemente nos períodos subseqüentes.

Com efeito, é o monolitismo axiológico e social do período vivido pelo Visconde um dado fundamental para a compreensão do discurso autoritário, dogmático.

Pode-se levantar a questão seguinte: sendo ele tão cioso das certezas que preserva, como admitir que retenha densos componentes do Iluminismo, contrapostos *ab origine* ao tradicionalismo?

Antes de tudo, anote-se que o discurso cairuense, ao se fazer eclético, não perde a sua feição autoritária, não abdica do dogmatismo que se amarra às suas raízes contra-reformistas e feudais, ao cerne ideológico das estruturas autoritárias em voga na Colônia, e agente do uso compulsivo e absorvente da argumentação.

Nessas condições, o elemento iluminista-liberal é apanhado nessa compulsão, havendo paralisado o seu *élan* libertário. O que aliás vinha ocorrendo desde a recepção do Iluminismo em Portugal, ao governo de Pombal.

Agora, viável recusar a qualificação de integrista ao discurso em tela, tornando aquela analogia incompleta, embora permaneça substancialmente.

Apenas ao expor a constelação tradicionalista-religiosa de valores, em união íntima com a fundamentação da ordem política e social, ele se apresenta integrista.

Ao se lhe justaporem outros níveis, mais pragmáticos, mostra-se receptivo a várias doutrinas e “posturas”, fazendo-se mais flexível. Mesmo em virtude de uma utopia que rasga horizontes novos, e cria possibilidades de crescimento material, de mudanças para as atividades econômicas, por exemplo.

Contudo, ainda assim não aparece o diálogo, provavelmente por falta de interlocutores, de atores com papéis socialmente diferenciados na cena nacional.

Mas já é tempo de analisar o vocábulo *Ordem* no discurso cairuense.

Ao longo da história brasileira, desde a Colônia ao Império, ele assume variações, mantendo-se, porém, o seu conteúdo moral.

Tais variações ou matizes são descritos por Arnaldo D. Contier, talvez o historiador pioneiro nos estudos lexicográficos ou lingüísticos aplicados à História no Brasil.

Por aí se vê que o vocábulo ganha até significados contraditórios no decurso evolutivo.

Assim, os insurgentes de 1817 associavam-no ao conceito de “Revolução” emitido pelos contra-revolucionários em documentos publicados após o sufocamento da insurreição pelo Conde de Arcos.

Nesse quadro, significava o “povo” em “posse dos seus legítimos direitos sociais”.

Já os agentes da Coroa empregavam-no como vinculado ao conceito de “Contra- Revolução.”

Em 1822, dava conta o autor do uso da *lexia* “ordem”, agregada a “fidelidade ao sistema” por círculos oficiais de São Paulo.

Aponta em 1832 o emprego da mesma “*lexia*” para designar o estado de obediência à lei.

Em todo este percurso do vocábulo *ordem* destaca Contier “conteúdo moral”, escorando-o.¹⁸⁷

Isso corrobora o explanado há pouco.

Por conseqüência, não é ociosa a adjetivação que o Visconde faz da ordem, demonstrando cabalmente as suas conotações moralistas.

É comum falar em boa ordem, que ele próprio define muito claramente:

“A boa ordem consiste em contribuir cada indivíduo com o seu engenho, e braço, para se colher o necessário à comunidade, e ter a

187 – CONTIER, Arnaldo D. *Imprensa e ideologia em São Paulo (1822-1842)*. Petrópolis, Vozes, 1979. pp. 182-4.

certeza de patrocínio da Autoridade reconhecida a fim de defesa de sua pessoa, e do fruto da respectiva indústria, e, conseqüentemente, para a Manutenção da Propriedade.”¹⁸⁸

Observe-se que aqui se dá uma distensão da “lexia”, passando a cobrir um campo conceitual maior, abrangente.

Envolve disposições pessoais, motivações internas do ego, que levam a resultados prestimosos socialmente verificados e com vistas às tarefas produtivas, de modo a não se interromper a distribuição de bens.

Nesse afã, se patenteia a clássica divisão: trabalho intelectual e trabalho manual, emanação da ideologia capitalista, da economia clássica, enfatizando o seu caráter elitista. Sinal de que compactuava com os regimes políticos conservadores, com as estruturas autoritárias.

Servia-lhes de complemento modernizador nas nações egressas da situação de Colônias. Portanto, assegurando à propriedade maiores recursos e desenvolvimento, a partir e dentro do sistema agrário-mercantil.

Notável como, na definição trazida à colação, se situa a propriedade, a unidade básica da organização econômica e social, do aparelho político imperial, destacadamente o alvo integral da boa ordem.

Esta, com os seus pilares axiológicos tradicionalistas, com projeções ideológicas totalizantes, alcançando todas as instituições e práticas da sociedade global, redefinidas e reajustadas, objetivando a modernização da propriedade, que se confundia com a modernização da economia, do sistema agrário-mercantil exportador nela apoiado.

O Estado nacional vinha dar segurança a esta tarefa modernizadora.

Na citação em apreço fundem-se as tendências tradicionalistas e liberais-pragmáticas, a síntese de um pensamento.

A boa ordem é a da Monarquia, “lugar” de concentração e de propagação dos valores de “estabilidade” político-social, de manutenção dos

188 – LISBOA, José da Silva. *Constituição moral, e deveres do cidadão*. Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1824. pt. 3, p. 15.

Princípios e das instituições implantados na Colônia, que, assim, preserva, protege as estruturas autoritárias, dando-lhes a direção, o primado do “modelo” de transição reclamado pelos centros hegemônicos do Capitalismo.

A propriedade se mantém como a base do modo de produção, das relações sociais, nela se agilizando o esforço de adaptação às exigências do comércio internacional.

A boa ordem vinha em tempo para revigorar a ideologia da dominação no período.

Em Cairu a ideologia da ordem é deveras saliente e de cunho totalizante, determinando a associação de diferentes campos conceituais, que se explicitam a partir da análise do seu vocabulário político e social.

Assim, a “lexia” pátria mantém estreita vinculação com a boa ordem, tendo, aliás, largo emprego nas doutrinas tradicionalistas e conservadoras.

Sustenta ele:

“Pátria se entende a Comunidade dos Cidadãos, que, reunidos por sentimentos fraternais, e necessidades recíprocas, fazem de suas forças respectivas uma força comum, cuja reação sobre cada um deles toma o caráter conservador e benfazejo de Cidadãos, que formam um Banco de interesse: na pátria formam uma família de doces afeições; o Patriotismo vem a ser a Caridade ou amor do próximo, com extensão a toda a nação. Ora, como a Caridade não se pode separar da Justiça, nenhum membro de família pode pertencer o gozo de suas vantagens, senão em proporção de seus trabalhos...”¹⁸⁹

De começo, note-se o caráter conciliador, de composição, que exsurge proeminentemente do texto em exame.

Daí vem o sentido de comunidade, que sonega a participação igual e completa de quantos a integram, e que assume a conservação do *status quo*, da nação encarada, tal como em Hobbes e em Locke, em pensa-

189 – *Ibid.*, pt. 1, p. 115.

dores do Liberalismo Clássico, como um mercado, no qual os interesses dos proprietários, dos produtores, dos comerciantes, dos assalariados se conciliam, usufruindo os primeiros a plenitude da cidadania, dos direitos econômicos e sociais.¹⁹⁰

A religião, com os seus princípios e conceitos fundamentais, como a caridade e a justiça, instrumentalizada ideologicamente, chancela o jogo harmonioso daqueles interesses, de modo a preservar a boa ordem, os quais têm como agentes classes profundamente desiguais, pessoas que guardam a separação enorme entre elas, e mediatizada pela propriedade, pelos privilégios, pelo poder.

“Sentimentos fraternais e necessidades recíprocas” formam uma locução que integra humanitarismo cristão e pragmatismo econômico, simbiose no caso deveras forçada, possibilitada pela ênfase retórica, que confisca valores, desenraizando-os dos condicionamentos socioculturais, com propósito de dominação.

Fácil, então, se falar em “força comum”, projeção do mecanismo ocultador dos conflitos, das diferenças entre grupos, entre interesses, entre facções. Se bem que, paradoxalmente, também traduzisse a situação de “monolitismo axiológico e social”, referida acima, o monopólio do poder político, econômico e social pela classe proprietária.

A expressão *Banco* de interesse revela bem a conotação de economia de mercado que se quis emprestar àquela Comunidade dos Cidadãos, numa clara alusão à filiação aos valores de um liberalismo que forcejava por se sedimentar numa sociedade patriarcalista, de acentuada dependência aos padrões feudais-autoritários.

Talvez contivesse ela alguma dose de utopia, ao prever de modo implícito o desenvolvimento de um mercado interno no país, quando então se poderia falar de uma autêntica comunidade de cidadãos, com capacidade de iniciativa, de aceitação ou de recusa no mundo dos negócios, na economia de mercado, nas relações sociais, nas manifestações e na participação políticas.

190 – MACPHERSON, C. B. – *Op. cit.*, pp. 75 e ss, 172 e ss.

Na ausência dessas condições, avultava o conteúdo retórico da “lexia” patriotismo, tida como “caridade ou amor ao próximo, com extensão a toda a nação”.

A estrutura social tremendamente injusta do período desautorizava tal, a ponto de Cairu se vê na contingência de justificar as desigualdades sociais como obra da natureza, conforme se examinou. E em atinência com o campo conceitual destacado da “lexia” Justiça, por sua vez associada ao vocábulo Caridade, de conformidade com o explicitado há pouco acerca da interligação, do entrecruzamento de múltiplos campos conceituais em Cairu, na tentativa de estruturar a sua doutrina, o seu discurso.

A Justiça, segundo o seu entendimento, pressupõe que as vantagens advindas das atividades dos membros da família (da nação) levem em conta a “proporção de seus trabalhos”. Indicativo evidente de acatamento prévio de uma ordem social e econômica que prima pelas imensas desigualdades, quando apenas ínfimo segmento da população é constituído de proprietários e a grande massa de escravos ou de agregados, de gente sem profissão definida ou vivendo do subemprego, de pequenos ofícios.¹⁹¹

A Caridade, então, acaba anulando-se, ficando na mera beneficência, na filantropia que não percute no produto econômico, ou não ocasiona o seu desfrute.

Veja-se a manobra tática do Visconde, denunciando a sua postura autoritária (ideológica).

Subverte o autêntico campo conceitual expresso na “lexia” Caridade, justamente para impedir os desdobramentos sócio-econômicos que contém.

Por isso, aprisiona-a no recinto da axiologia e das práticas da sociedade atrasada, altamente concentracionista, monopolista.

Ao não se conceder recursos, meios e participação, papéis ativos e voz ao grosso das camadas sociais na organização econômica, na vida política, de modo a promovê-lo, cabendo-lhe parte apreciável do excedente, elimina-se a possibilidade do exercício genuíno da caridade.

191 – “Memória estatística do império do Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 58, pt. 1, :91-9, 1895.

Esta fica acorrentada a um conceito distorcido de justiça. Ou visualizada segundo a ótica paternalista-autoritária. Ou tomando aprioristicamente como eterna a ordem política e social. O que recebe apoio da “lexia” família, tornada sinônimo de pátria, numa torção ideológica que “privatiza” a nação, a sociedade global, entregando-a aos cuidados paternalistas do Imperador, do sistema.

Concerne a um posicionamento, aliás, generalizado na época, de estridente conservadorismo, e visível tanto nas esferas políticas quanto nos círculos da Igreja.

Recorde-se que, nesta linha, pauta a doutrina de encíclica do Papa Gregório XVI, de 15 de agosto de 1832, onde se lê:

“Circulando escritos no vulgo subversivos da fidelidade e submissão devida aos Príncipes, e estando, em conseqüência, a chama da sedição abrasando-se em toda a parte, deve-se empregar toda a diligência em prevenir que o povo seja seduzido, para não aberrar do caminho do dever.”¹⁹²

Portanto, a sanção religiosa à ordem política instrumentalizava o paternalismo autoritário e anatematizava terrivelmente como pecado grave, como ofensa à lei natural, ao direito divino, atos e manifestações atentatórios do sistema constituído.

A “subversão” guardava, então, conotações delituosas agravadas pela natureza sagrada da autoridade, erguida por Deus, reflexo de Sua vontade.

“Trono e Altar” constituía, desse modo, expressão daquele entrecruzamento de campos conceituais, ou da coexistência de escalas de valores, hierarquicamente coesos, como todas as criações da sociedade feudal-tradicionalista, e organizando a estrutura axiológica da dominação imperial, do complexo autoritário.

A religião, como produto institucionalizado a serviço do poder, outorgando-se fundamento moral supremo da “ordem”, do aparelho político da sociedade brasileira de características predominantemente

192 – *Apud* “Doutrina exemplar”, *op. cit.*, p. X.

patriarcalistas, justifica a infâmia que recaía sobre o ateu, sobre o agnóstico, sobre o indiferente, sobre o incréu, no fundo, quase sempre, o que não presta obediência aos valores, normas e orientações estritamente eclesiais, ou da autoridade eclesial, cumprindo também, *a latere e ad intra*, papéis seculares, políticos, o que aumentava o teor de condenação, de repressão ao exercício subversivo.

Eis uma demonstração clara nos dizeres de Savandy, escritor da época:

“Há uma anarquia moral, muito pior que a anarquia popular, porque ela abala os fundamentos da Ordem Social. Temos visto muitos Princípios e Credos, ainda que não exatos, sustentarem os Estados, em falta de boas instituições e Leis; porém onde se achará remédio para desordem que se concentra no coração! Quase todo o vínculo religioso se tinha extinto entre nós.”¹⁹³

Por conseguinte, cumpre conciliar a determinação histórica de mudanças com a necessidade ontológica de manutenção da ordem constituída.

Não se podem furtar as nações ao imperativo de alterações no aparato político, no quadro das instituições econômicas e sociais, pela força coercitiva do tempo.

Contudo, ao deferi-lo, é de toda conveniência preservar os fundamentos daquela ordem, sob pena de se ver instaurado o reinado da anarquia.

Segue daí o primado das tradições, não, porém, no sentido que lhe dá o radicalismo de um De Bonald, de um De Maistre e de outros. Sim, em conformidade com um tradicionalismo que aceita as conquistas liberais, sofrendo-lhes as aberturas para a ampla reformulação institucional, para a participação das massas no processo político: enfim, para a ruptura definitiva com as estruturas autoritárias, notadamente pela tendência de absorção de crescente teor de democracia. Nessa direção, adveio a monarquia constitucional no Brasil, organizando um Estado nacional bastante cioso das prerrogativas e dos papéis da nobreza territorial, da classe proprietária, do velho patrimonialismo político, do regalismo, portanto, da tradição.

193 – *Apud Manual de política ortodoxa, op. cit.*, p. 68.

A “lexia” Reformas, geralmente acompanhada do adjetivo “públicas”, indica-o precisamente, no empenho daquela conciliação.

Significativa a tese de Cairu:

“Compensamos, conciliamos, balanceamos. Deste modo somos habilitados a unir em um todo coerente as várias anomalias, e princípios contraditórios, que se acham nos escritos e regulamentos dos homens. Daí se origina, não a excelência na simplicidade, mas (o que lhe é superior) a excelência na composição. Onde os grandes interesses do Gênero humano se transmitem pela longa sucessão de gerações, também a sucessão de reformas deve ser admitida nos conselhos das resoluções que profundamente envolvem tais interesses.”¹⁹⁴

Empregando a clássica terminologia filosófica, dir-se-ia que tais reformas não alcançam a essência, mas os acidentes.

É bastante explícito Silva Lisboa ao doutrinar que “na Reforma não há mudança na substância das cousas”.¹⁹⁵

Reitere-se por importante, a coerência da articulação entre os campos conceituais nos escritos do Visconde, em harmonia com a hegemonia de significados do seu vocabulário político e social.

Assim, a “lexia” *liberdade*, associada pelos liberais radicais e pelos revolucionários a movimentos e a lutas contra o Estado absolutista (controlando o depósito sagrado do tradicionalismo), no preclaro baiano, nos partidários do liberalismo conservador, e aqui com manifesta influência de Burke, o vocábulo se cinge aos parâmetros do legalismo, da *ordem* constituída, da autoridade e da autoridade paternalista, com o seu teor moralista. Esta se sobrepõe ao objetivo de proteção aos direitos individuais, de salvaguarda dos legítimos interesses *civis* das pessoas, como no mais autêntico liberalismo, que concilia *liberdade* e *autoridade*, sem quebra desta, aliás reformulada para melhor preservada, diante das transformações econômicas e sociais operadas pela burguesia, que conquistava novas posições, novos direitos, acabando por ocupar o espaço social e político dominante.

194 – LISBOA, José da Silva. *Direito político. Op. cit.*, p. 20.

195 – *Ibid.*, p. 23.

A postura cairuense traduz bem o ajustamento do campo conceitual da “lexia” liberdade às características do nascente Estado brasileiro, representando o ponto de unificação e de coordenação das estruturas autoritárias no país.

O importante para ela é o disciplinamento normativo, de modo que os cidadãos saibam ou devam saber os limites de suas atividades, de suas prerrogativas, de seus direitos.

Tais limites, por sua vez, condicionam-se ao jogo daquelas estruturas, perpetuando o *statu quo*, as injustiças, as grandes desigualdades que encerra. Nisso, termina por perpetuar também o arbítrio dos potentados, dos detentores do poder, dos latifundiários, dos proprietários, numa sociedade tipicamente rural, sem ingerência sensível do Estado, da força conciliatória dos representantes da Justiça, do aparelho administrativo. O que se fazia comum numa organização socioeconômica escravocrata.

Nessas condições, a “lexia” liberdade oculta pesados mecanismos de dominação, sob a roupagem do constitucionalismo, do legalismo e, portanto, compaginando-se com as outras “lexias” da linguagem cairuense, dentro daquela articulação coerente de campos conceituais.

Mas, tome-se o trecho de um escrito do autor em estudo, para comprovação.

Ei-lo:

“O Bom Sistema da legislação é um dos maiores Benefícios Políticos que se possa fazer à qualquer Paz. Sendo conforme ao Prol Comum constitui e consolida a verdadeira liberdade civil. Esta não consiste na libertinagem de fazer cada individuo o que lhe dá na vontade, ofendendo a razão, e aos regulamentos do Estado; mas na imunidade de opressão contra a força que se não derive de autoridade legítima, sendo francos e certos os recursos aos Superiores Competentes, para desagravo dos ofendidos e prevenção dos abusos. Havendo bom Sistema de legislação, e Administração da Justiça, preenche-se o voto da Comunidade; e se

pode dizer que no País predomina o Império das Leis, e não o arbitrário poder dos homens.”¹⁹⁶

Primeiro de tudo, verifique-se o cuidado de Cairu no enfatizar o papel do Estado no exercício da liberdade civil, um ensaio válido de afirmação deste Estado em momento decisivo de sua existência, o de sua fundação entre nós, como para prevenir a usurpação por forças concorrentes (reunidas no privatismo) de suas atribuições, de papel crucial que lhe foi cometido na história brasileira, o da consolidação do ordenamento político.

A concepção tem muito de Burke, ao dissertar sobre as liberdades civis na Inglaterra, conforme visto no capítulo anterior. Então, o Estado se erige como razão da liberdade, sem assumir, entretanto, o Absolutismo. Porque as suas prerrogativas, os seus mecanismos são compartilhados pelo Parlamento, pelos poderes, pelas instituições que, a partir da norma jurídica, conquistam desenvolta autonomia, funcional desempenho.

O problema, entre nós, é que, em virtude do atraso social do subdesenvolvimento, o funcionamento institucional aparecia precário, de fato prevalecendo o autoritarismo político, consorciado ao autoritarismo econômico e social.

Todavia, é preciso afirmar que o advento do Estado nacional trouxe para a nação progresso na órbita institucional, de certo modo sofrendo bastante o poderio privado e estabelecendo mecanismos de gestão político-administrativa que aperfeiçoaram o campo de tarefas do Estado, malgrado a constância do autoritarismo, até hoje.

Na verdade, uma das motivações determinantes da organização monárquico-constitucional entre nós foi a necessidade de se conterem aquelas forças concorrentes do privatismo. As quais, de fato, oprimiam desabusadamente, sem limites, sem paradeiro, as populações indefesas, cuja crônica é copiosa em eventos tristes e criminosos.

Sem dúvida, a lembrança do período colonial ainda estava muito presente no espírito dos fundadores do Império, animando-os a exconjur

196 – LISBOA, José da Silva. *Memória dos benefícios políticos do governo de El Rei Nosso Senhor D. João VI. Op. cit.*, pp. 17-8.

iniquidades da opressão que, em última análise, acabaria voltando-se contra o próprio Sistema, contra os representantes de El-Rei, contra os funcionários da Coroa. De sorte que o problema se resumia na legitimação da autoridade, e não no aniquilamento da opressão, que persistiria, apenas respaldada pelo controle da lei. Este controle, por extensão, também jurisdicional, evitaria os abusos gritantes ou por demais escandalosos, insuportáveis.

A esta altura, de bom alvitre proceder à avaliação de “lexias” que se encaixam mais propriamente no contexto da transição entre os escritos de Cairu.

Há uma expressão *Reino da Justiça Universal* cujo campo conceitual engloba o utopismo insito à sociedade modernizada pelo crescimento do comércio entre os povos.

Isto é, aquela sociedade que se põe na meta do projeto de modernização da economia nacional, iniciado com a abertura dos portos, em 1808. Daquela expressão e de seu respectivo campo conceitual decorre o processo de ideologização desta abertura, no fundo servindo aos interesses da Inglaterra através de fórmula típica do liberalismo econômico (o da especialização das atividades econômicas, com o binômio nações industriais – nações agrícolas).

Para tanto, utiliza categorias metafísico-religiosas e éticas, elevando a ciência ao rol das doutrinas transcendentais no que diz respeito a uma fundamentação axiológica de que não prescinde com vistas ao controle ideológico da transição, conforme visto.

O Reino da Justiça Universal seria uma cópia do Reino de Deus, para o qual contribuiriam decisivamente as operações de produção e de distribuição dos bens materiais. O que, incontestavelmente, proporciona vivos acentos de antecipação do futuro, numa linha bem próxima à das utopias de hoje. Com a diferença de agora, caracterizarem-se elas por um realismo escatológico, deixando para trás o racionalismo que as envolvia.

Observe-se, nesse ponto, a manobra estratégica de Cairu, dotando a sua ideologia da transição de um suporte dinâmico e duradouro, buscando motivar e dar objetivos definidos ao afã modernizador. Então, aponta uma sociedade na qual os conflitos e a indigência não mais existirão.

A liberdade nela se instalará, desaparecendo a força, numa clara alusão à eficácia do contrato nas relações econômicas e à extinção da violência como instrumento de aproximação ou de troca de produtos. E numa referência implícita às vantagens do liberalismo sobre o absolutismo também no mundo dos negócios. Ao mesmo tempo que alia o utopismo ao pragmatismo no proclamar o imperativo do estudo experimental da economia.

Aí vai o depoimento do Visconde:

“O Transcendente destino desta ciência [Economia Política] é o firmar e estender o Reino da Justiça Universal, exterminando a violência e indigência da Sociedade, substituindo fiel Convenção à força, e promover a correspondência da Humanidade em todos os países, para os homens reciprocarem, em franco ajuste, seus bens e conhecimentos, a fim de poder cada indivíduo ter o mais convinável emprego, e a maior possível abundância do necessário, cômodo e grato à vida, que as suas circunstâncias admitam. Para esse efeito cumpre inquirir as Leis Naturais, que regulam a Produção, Acumulação, e Distribuição dos frutos da terra e indústria dos Estados, e a sua População.”¹⁹⁷

Seria ocioso alongar reflexões sobre o conceito de Economia Política em cena, bastando recordar o que se comentou a propósito no capítulo último e referentemente ao espaço aí preenchido pela “síntese”, pela coordenação entre dados axiológicos e elementos pragmáticos. O que explica a “situação” do campo conceitual nela formado pela expressão *Reino da Justiça Universal*.

Com isso, a ideologia cairuense ganha um novo estilo de racionalização, preparando os espíritos, a elite dirigente, a classe proprietária a aceitarem como derivação da “ordem natural das coisas” a reestruturação da política econômica, firmada num “modelo” que rompia de vez com o monopólio.

Outra expressão que compõe campo conceitual imanente a um entendimento elitista e autoritário da sociedade global, e que deita raízes por igual no racionalismo, na superioridade da inteligência sobre a matéria

197 – LISBOA, José da Silva. *Estudos do bem comum e economia política*. Op. cit., p. 55.

ou seus subprodutos, do conhecimento sobre a ignorância, é formada por Classes Ilustradas. Concerne àquela camada social que detinha o saber-poder o monopólio do discurso sobre a verdade política, econômico-social, cultural. E mais os grupos socioprofissionais que giram em torno de sua órbita, como magistrados, professores, funcionários públicos, sacerdotes, os que sancionam com a escritura e com a educação média e superior às decisões, à vontade, à concepção do mundo daquela camada social mais privilegiada.

Diz Cairu:

“O Governo deve atender à opinião pública das classes ilustradas: mas não condescender com a população móvel, e mudável, agitada por ambiciosos demagogos.”¹⁹⁸

Observe-se aí a contraposição estabelecida entre “classes ilustradas” e “população móvel e mudável”, para definir o autoritarismo, o elitismo do Visconde.

A distância entre a classe que detém o poder, o controle das tarefas econômicas, das posições sociais, as instâncias do Saber e os grupos sociais que não “merecem” o nome de classes, porque não integradas devidamente no processo social, quase todos marginalizados. Do que resultam o desajustamento deles, o estarem a reboque das “classes ilustradas”, o constituírem massa de agitação dos políticos “revolucionários”, das sedições.

Apesar de lhes instilarem a ideologia dominante, de permeio com o paternalismo, tornando-os sensíveis ao mito ao redor da “Sagrada Pessoa” do Imperador e de outras figuras da elite dirigente, eles têm o seu discurso próprio haurido nos meandros da cultura que engendram, levando-os a assumirem posturas “desviantes”, que chocam os valores, ou gestos, os rituais da ortodoxia oficial, da classe dominante.

Daí o desprezo com que são vistos e tratados.

Tal se liga com aquele monolitismo social e axiológico já refe-

198 – LISBOA, José da Silva. *Manual de política ortodoxa*. *Op. cit.*, p. 137.

rido, com a precariedade da integração social, com o monopólio dos papéis por uma minoria, com o hábito, com o preconceito de não tolerar o que se afasta dos padrões impostos pelas estruturas autoritárias.

A “população móvel, a mudável” compõe semas de inquietação, de inconstância, qualificações de pessoas migrantes, que se deslocam constantemente, por força das dificuldades socioeconômicas que as oprimem. O que não se faz devidamente compreendido pela camada dominante. Ou por ela mistificado sob mecanismos de repressão ideológica.

Aliás, esse dado é encontradiço em todos os níveis político-ideológicos, desde o tradicionalismo mais exacerbado até o liberalismo radical, como examinado.

É a demonstração cabal da incapacidade de a elite dirigente, proprietária ou culta, valorizar como de justiça o universo cultural dos segmentos sofridos e marginalizados da sociedade, de incentivar a sua ascensão e integração nos papéis ordinários e funcionais da economia, etc. Justamente em virtude de condicionamentos estruturais desumanos e monopolistas, frágeis na institucionalização ampla e condigna das fontes de trabalho, das relações sociais.

A coisa chega a ponto de se fazer usual o vocábulo “população”, com o envolvimento conceitual do ridículo, do deboche, do desrespeito à pessoa humana, de desvalia social de um grupo pobre, miserável, não proprietário.

De novo se processa o enlace com outros campos conceituais já examinados.

Veja-se, por exemplo, a correlação entre aquela desvalia, atingindo de pleno grandes segmentos da população do país, e a classe proprietária, a indicar a apropriação das virtudes gerais que exornam a elite.

Associa-se a moralidade à propriedade.

Os homens bons são os proprietários. Os maus, os malvados, são os despossuídos de bens. O que fica suficientemente patenteado no calor das revoltas, quando as massas se agitam e acompanham os dissidentes da política oficial, as facções em luta, ou se tornam insubmissas diante da opressão intolerável.

E, reiterando a rígida coerência do discurso cairuense, anote-

se a grande extensão conceitual pejorativa que ele, dentro da melhor tradição da cultura conservadora, confere aos gestos do povo, da “populaça”. Disso são exemplos os qualificativos “inferiores” e “iliteratas” a ele atribuídos, instrumentalizando uma manobra ideológica de desmoralização das filosofias e dos movimentos políticos revolucionários ou contrários à orientação ortodoxa. As elaborações populares não representam mais que aparências da “verdade”, não dispõem de conteúdo substancial, e resvalam na precariedade das coisas. O que significa matéria enganosa e inconsistente acha-se nas esferas da turba, dos despossuídos, dos despojados de privilégios.

Então, os democratas, os revolucionários, os que hasteiam a bandeira do puro constitucionalismo, os que pugnam pelas conquistas da Revolução Francesa ostentam as “mazelas”, as “inconstâncias”, as “frivolidades” do povo, com ele fazendo coro.

Declara Silva Lisboa:

“Boa Ordem é reclamada por todos; mas têm sido tão extensamente experimentadas as fatias Ilusões Populares sobre a Constituição Política, nas classes inferiores e iliteratas...”¹⁹⁹

Infere-se desta concepção a tese da incapacidade, da permanente minoridade do povo.

Como que a natureza decaída o fere terrivelmente. Mais do que a elite dominante, compensada pela superioridade das virtudes, ontologicamente imbricadas no saber literário.

Este, em Cairu, acasala a retórica e a pragmática, e funda a ideologia da transição, espancando os fantasmas da “anarquia”, da “desordem”, dos “devaneios populares”, no momento de redefinição do “modelo” político, do regime econômico, preservando os velhos controles autoritários.

Aliás, observa-se nos escritos de Cairu um certo maniqueísmo, em virtude mesmo do antagonismo constante, que percorre toda a sua

199 – *Ibid.*, p. 138.

ideologia, e que tem como um dos conceitos-chave a intercorrência entre dominantes e dominados, entre proprietários e não-proprietários, entre as elites letradas e a população iliterata, servindo, como se viu, para a articulação semântica do seu conservadorismo, para a sua justificação. O que não deixa de refletir os condicionamentos estruturais da sociedade brasileira no período, sem uma organização de classes, levando ao monolitismo axiológico e social. De sorte que a recusa a seguir as regras do jogo das elites dominantes acarretava negra condenação moral.

Nesta hipótese, bastava qualquer gesto ou sinal de apoio aos desvalidos, ou remoto aceno de melhoramento de sua sorte, para atrair severas reprimendas e censuras dos agentes oficiais.

Depondo sobre o período da regência de D. João VI em Portugal, quando irrompe a Revolução Francesa, escreve Cairu:

“Com hipocrita Proclamação de universal igualdade e liberdade, e vil abatimento do que chamavam Aristocracia da Nobreza, opulência e literatura, tentaram estabelecer a Lei Agrária dos facciosos demagogos de Esparta e Roma, seduzindo todas as elasses que vivem de seu honesto trabalho sob a comum Proteção do Direito estabelecido em todos os países de Constituição Monárquica, para atacarem as Propriedades e transcenderem da sua esfera. Guerra aos Palácios e Paz às Cabanas foram o pavoroso pregão com que os Corifeus Maquiavelistas, ou Fanáticos, prepararam a queda da sua e das alheias Monarquias, para, em toda a parte destituírem, se lhes fosse possível, Altares, Tronos, Estabelecimentos, produzindo anarquia, tirania, selvageria.”²⁰⁰

O depoimento vale, realmente, por uma demonstração insofismável do maniqueísmo referido, condensado no “pregão” *Guerra aos Palácios e Paz às Cabanas*, a formar campos conceituais em confronto. E com o adendo de ridicularia, oposto ao de magnificência.

Cabana e Palácio os “lugares” respectivamente dos “homens sem posses, sem virtudes”, e dos “homens bons, nobres, virtuosos, proprietários”.

200 – LISBOA, José da Silva. *Memória dos benefícios políticos do governo de El Rey Nosso Senhor D. João VI*. Op. cit., p. 22-3.

Compreende-se, diante disto, o horror à lei agrária, com horrosas conotações de atentado, de violência, de subversão, especialmente por tocar no ponto nevrálgico do modo de produção feudal-tradicionalista, cuja axiologia é retomada vigorosamente por Cairu, na reorientação do sistema agrário-mercantil.

Trata-se de propriedade. E propriedade latifundiária, mantida incólume, preservada, sob o manto protetor do individualismo fundado no Direito Romano.

Ainda no depoimento transcrito assomam três “lexias” configurativas da associação permanente entre a Igreja, a Monarquia e o instituto econômico e social.

Este último, aliás, possui um sentido muito lato.

Estabelecimento, pela sua origem etimológica e pela sua apresentação semântica, faz-se um conglomerado de campos conceituais, podendo significar: “Casa comercial ou lugar em que se faz comércio. Instituição, instituto. Ordem, estatuto.”²⁰¹

Os dois termos grifados têm referentes caracteristicamente tradicionalistas.

Traduzem o fundamento, a estabilidade, expressos na divisão social das ordens, com os competentes documentos formais, jurídicos. O que já denuncia a fixação do legalismo, insinuando-se e prosperando no discurso da ordem, do *statu quo*, que, afinal de contas, são instituições originariamente, semanticamente estáveis, com o correspondente moralismo, robustecido naquela tríade associada: Altares, Tronos, Estabelecimentos.

201 – FIGUEIREDO, Cândido. *Dicionário da língua portuguesa*. *Op. cit.*, verbete “Estabelecimento”.

.....

4. Indicações Biobibliográficas de José da Silva Lisboa

4.1 Dados biográficos

Nasceu em 16 de julho de 1756, na cidade do Salvador, e ali fez seus primeiros estudos. Matriculou-se em 1774 na Universidade de Coimbra onde freqüentou os cursos jurídico e filosófico. Formou-se no ano de 1779 sendo já nesse tempo substituto das cadeiras das línguas grega e hebraica no Colégio das Artes. De regresso à Bahia foi nomeado professor de filosofia racional e moral, magistério que exerceu por vinte anos. Voltando novamente a Portugal compôs e publicou suas primeiras obras de direito mercantil e economia política. Com a mudança da Corte para o Brasil, alcançou grande notoriedade ao defender o livre comércio (livre cambismo, como então se denominava). Inicia a difusão das idéias de Adam Smith entre nós. Com o movimento que desemboca na Independência, torna-se ativista político e ativo panfletário. Integrou a Assembléia Constituinte (1823) e o Senado (1826/1835). Morreu no Rio de Janeiro, no dia 20 de agosto de 1835. O Império agraciou-o com o título de Barão e, posteriormente, Visconde de Cairu.

4.2 Livros publicados

Preceitos da vida humana ou obrigações do homem e da mulher seguidos do dever de justiça. Rio de Janeiro, [s. d.]. 182 p. (Edição póstuma).

Princípios de direito mercantil e leis da marinha. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1798. 2 t.

_____. Lisboa: Tipografia Chalcográfica Tipoplástica e Literária do Arco do Cego, 1801-1807. 7 t.

_____. 6. ed. Rio de Janeiro: Tipografia Acadêmica, 1874.

- _____. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1963. 870 p.
- Princípios de economia política*. Lisboa: Imprensa Régia, 1804. 202 p.
- _____. 2. ed. Edição comentada e anotada por Nogueira de Paula. Introdução Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro: Pongetti, 1956. 358 p.
- Observações sobre o comércio franco do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1808. 214 p.
- Reflexões sobre o comércio de seguros*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810. 40 p.
- Reflexões sobre o comércio de seguros*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1874.
- _____. 3. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1944.
- Refutações das reclamações contra o comércio inglês, extraídas de escritores eminentes*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810. 2 t.
- Razões dos lavradores do Vice-Reinado de Buenos Aires para a franqueza do comércio com os ingleses contra a representação de alguns comerciantes e resolução do governo*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810. 58 p.
- Observações sobre a franqueza de indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810. 2 t.
- _____. 2. ed. Salvador: Tip. de Manuel Antônio da S. Serva, 1811.
- Observações sobre a posteridade do Estado pelos liberais princípios da nova legislação do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810. 99 p.
- _____. 2. ed. Salvador: Tip. de Manuel Antônio da S. Serva, 1811. 55 p.
- Memória econômica sobre a franqueza do comércio dos vinhos do Porto*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1812. 56 p.
- Ensaio sobre o estabelecimento de bancos para o progresso da indústria e riqueza nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1812.
- Extrato das obras políticas e econômicas de Edmundo Burke*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1812. 2 t.

- _____. 2. ed. Lisboa: Imprensa da Viúva Neves e Filhos, 1822. 88 p.
- Memória da vida pública de Lord Wellington*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1815. 2 t.
- “Apêndice” à *Memória da vida pública de Lord Wellington*. Rio de Janeiro : Imprensa Régia, 1815. 234p.
- Parecer acerca das moedas de Portugal e do Brasil (1816)*. Manuscrito existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- Sinopse da legislação principal do Sr. D. João VI pela ordem dos ramos da economia do Estado*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1818. 174 p.
- _____. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1940.
- Estudos do bem comum e economia política*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1819-1820. 12 t.
- Memória dos benefícios políticos do governo del rei, nosso senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1818.
- _____. 2.ed. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1940.
- Constituição moral e deveres do cidadão*, com exposição da moral pública conforme o espírito da Constituição do Império. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1824.4 t.
- Introdução à história dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1825. 31 p.
- Suplemento à Constituição Moral, contendo a exposição das principais virtudes e paixões e apêndice das Máximas da La Rochefoucould e doutrinas do cristianismo*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1825. 104 p.
- Reflexões contra as reflexões de Mr. Chapuis*. Rio de Janeiro: Tipografia de Plancher, 1826. 40 p.
- Escola Brasileira ou introdução útil a todas as classes, extraída da sagrada escritura para uso da mocidade*. Rio de Janeiro: Tipografia Planchet Seignot, 1827. 3 t.
- História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1827/1830. Parte I e Parte X.

Leituras de economia política ou direito econômico, conforme a constituição social e garantias da Constituição do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Plancher Seignot, 1827. 2 v.

Cautela patriótica. Rio de Janeiro: Tipografia de Plancher Seignot, 1828. 4 p.

Causa da religião e disciplina eclesiástica do celibato clerical defendida da inconstitucional tentativa do padre Diogo Antônio Feijó. Rio de Janeiro: Tip. de Pedro Plancher, 1828. 126 p.

Espírito da proclamação do senhor D. Pedro I à Nação Portuguesa. Rio de Janeiro: Imperial Tipografia de Plancher Seignot, 1828.8 p.

Cartilha da escola brasileira para instrução elementar da religião do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1832. 2 t.

_____. 2. ed. Impressa por Justino Henriques da Silva. Pará, 1840.

Discurso pronunciado na Câmara dos Senadores na sessão de 18 de junho sobre a 5ª proposição do projeto de lei de reforma, vindo da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Tip. Planchet Seignot, 1832. 8 p.

Manual de política ortodoxa. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1832. 214 p.

Princípios da arte de reinar do príncipe católico e imperador constitucional, com documentos pátrios. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1832. 64 p.

Regras da praça ou bases de regulamento comercial, conforme os novos códigos de comércio da França e Espanha e legislação pátria. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1832. 100 p.

_____. 2. ed. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874.

Substância da fala sobre a 3ª proposição do projeto de lei de reforma da Constituição, a 8 e 14 de junho. Rio de Janeiro: Tip. Planchet Seignot, 1832. 7 p.

Estudos do bem comum e economia política; ou ciência das leis naturais e civis de animar e dirigir a geral indústria, e promover a riqueza nacional e prosperidade do estado. Introdução José Almeida. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975. 466 p. (Série Pensamento Econômico Brasileiro, 1).

4.3. Jornais e Panfletos (*)

Jornais

Conciliador do Reino Unido (sete números, com 67 págs., editados pela Imprensa Régia, do mesmo modo que os seguintes, entre 1/3 e 25/4 de 1821).

Sabatina Familiar de Amigos do Bem Comum (cinco números, entre 8/12/1821 e 5/1/1822, com 38 págs., precedidos de um prospecto).

Reclamação do Brasil (quatorze números, assinados “Fiel à Nação”, com 28 páginas, entre 9/1/1822, dia do Fico e 23 de maio do mesmo anos).

Roteiro Brasília ou *Coleção de Princípios e Documentos de Direito Político* em série de números (assinado pelo autor, compreende onze números num total de 196 págs. – 1822).

Império do Equador na Terra de Santa Cruz (quinze partes, entre outubro de 1822 e janeiro de 1823 – 152 págs. – a maioria com subtítulos, como as que se seguem: I. Voto filantrópico do Roberto Southey, escritor da História do Brasil; II. Breve resposta à cabala antibrasílica; III. Observações de um novo político anônimo da França; IV. Defesa do Estado; V. Triunfo Imperial; VI. Justiça Política; VII. Ignomínia dos carbonários; VIII. Sagrada Coroação; IX. Desfôrço patriótico; X. Protesto brasileiro; XI. Extermínio da democracia; XII. Estado cisplatino; XIII. Demarcação do Brasil).

Causa do Brasil (juízo dos governos e estadistas da Europa publicado em dezesseis partes, no total de 135 págs., entre 12 de outubro de 1822 e 20 de março de 1823).

Atalaia (segundo Valle Cabral, teriam circulado quatorze números que não se conservaram).

Triunfo da Legalidade contra Facção de Anarquistas (quatorze números, assinados com o pseudônimo de “Imperialista Firme”, entre 9 de dezembro de 1825 e 28 de janeiro de 1826).

(*) Tanto os jornais como os panfletos são aqui ordenados de acordo com a classificação do prof. Hélio Vianna no livro *Constituição à história da imprensa brasileira: 1812-1869*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

Honra do Brasil desafrontada de insultos da Astréia espadachina (trinta e um números, entre 8 de abril e 20 de agosto de 1828, sob pseudônimo de “Escandalizado”, 124 págs.).

Panfletos

a) Repercussões do Constitucionalismo português³

Dialogo entre Filósofo e Pastor (poema em decassílabos, provavelmente de 1821, 7 págs.).

Notas ao despacho circular do Congresso de Laibach (três folhetos de 1821, o primeiro com o título indicado, 8 págs.; o segundo intitulado “*Continuação das notas ao despacho da circular do Congresso de Laibach*” (págs. 9 a 16) e, o terceiro, “*Fim das notas ao despacho circular do Congresso de Laibach*, págs. 17 a 30).

Despertador brasiliense (1821, 3 págs. em duas colunas).

b) Primeiras conseqüências do “Fico”

Heroicidade brasileira (1822, 3 págs.).

Glosa o ordem do dia e manifesto de 1º de janeiro de 1822) do ex-general das armas Jorge de Avilez (1822, 4 págs.)

Agradecimento do povo ao Salvador da Pátria) o se”hor Príncipe Regente do Reino do Brasil (assinado “Um cidadão”, 1822, 3 págs).

c) Polêmicas jornalísticas e políticas

Defesa da “Reclamação do Brasil” (1822, 2 págs.) SLR 84.2.37. *Manual Apologético das “Reclamações do Brasil”* (em quatro partes, de 19 a 23 de julho de 1822, 16 págs.).

Falsidades do “Correio e “Reverbero” contra o escritor das “Reclamações do Brasil” (23/julho/1822, 2 págs. A exemplo dos dois últimos e do periódico que motivou sua publicação, assinados “Fiel a Nação”).

Protesto do diretor dos Estados o acordo da Junta Eleitoral da paróquia eleitoral de São José (7/agosto/1822, 4 págs.).

O Quartel das Marrecas (setembro de 1823, 4 págs.).

O vigia da Gávea (outubro de 1823, 4 págs.).

Tamóias dos Tamoios (novembro, 1823).

Água vai calmamente as Malaguetas (junho, 1824; conservaram-se os números 3 e 4).

d) Contra a Confederação do Equador

Rebate Brasileiro contra o Tifis Pernambucano (30 de abril de 1824, 15 págs.).

Apelo a Honra Brasileira contra a facção dos federalistas de Pernambuco (29/junho a 6/agosto/1824, em seis partes, contendo cada uma quatro págs.).

História curiosa do mau fim de Carvalho e Cia. a bordoadada de pau brasil (12/agosto/1824, 4 págs.).

Pesca de tubarões do Recife em três revoluções dos anarquistas de Pernambuco (assinado “Matuto”, 1824; 12 págs.).

Exortação aos baianos sobre as conseqüências do horrendo atentado da Sedição Militar cometida ía Bahia em 24 de outubro de 1824 (19/novembro, 1824, 4 págs.).

e) Pelo reconhecimento da Independência

Independência do Império do Brasil apresentada aos monarcas europeus por Mr. Beauchamp⁽¹⁾ (três partes, datadas de 20, 25 e 30 de setembro de 1824, 32 págs.).

De esforço patriótico contra o libelo português do Anônimo de Londres, inimigo da Independência do Império do Brasil (23/outubro/ 1824, 19 págs.).

Guerra de pena contra os demagogos do Brasil e de Portugal (1824; citado pelo próprio autor; não se conservou).

(1) Alphonse de Beauchamp, escritor francês, autor de *Histoire du Brésil depuis sa découverte en 1500 jusqu'en 1810-1815* e de *L'Independence de l'Empire du Brésil présentée aux Monarques Européens* (1824)

(2) Dominique-Georges Pradt (1759/1837), autor do livro *L'Europe et L'Amérique en 1822 e 1823*, Paris, 1824

Contestação da História e Censura de Mr. de Pradt⁽²⁾ *sobre sucessos do Brasil* (1825, com a assinatura de Barão de Cairu, título com que só recentemente fora agraciado - 152 págs.) SLR 38.3.6 Contradita a Mr. Chapuis (6) (1826, 24 págs.).

Reflexões contra as reflexões de Mr. Chapuis⁽³⁾ (Imperial Tipografia de Plancher, Rio, 1826, 40 págs.).

f) *Contra Buenos Aires, pela União da Cisplatina Desafrenta do Brasil a Buenos Aires desmascarado* (1825, 6 págs.).

Recordação dos direitos do Império do Brasil à Província Cisplatina (em três números, assinado “Antianarquista”, 1826).

g) *Contra a abolição do Celibato Clerical.*

Causa da Religião e disciplina eclesiástica do celibato clerical, defendida da inconstitucional tentativa do padre Diogo Antônio.

Feijó (Publicada sob o pseudônimo de “Velho Canonista”; Imperial Tipografia de Pedro Plancher, Rio de Janeiro, 1828, 126 págs.).

Defesa do ataque do padre Feijó ao velho canonista (1828), 8 págs.

h) *Em defesa da soberania do Imperador*

Sustentação Jurídica do Tratamento de Soberano que compete a Sua Majestade Imperial em virtude da sua aclamação de Imperador Constitucional e Defensor do Brasil, publicada com o título de “Correspondência” em o Diário Fluminense (Assinado “Um amigo da tranqüilidade social”, em três partes de quatro págs. cada, 1828).

Sua Majestade Imperial o senhor d. Pedro I é o soberano pelo mesmo título de Imperador Constitucional do Brasil (Assinado “O verdadeiro amigo de seu país”, 1828).

i) *Contra a Usurpação de d. Miguel*

(3) Pedro de Chapuis, jornalista francês residente no Brasil, combateu o reconhecimento da Independência do Brasil por d. João VI, rei de Portugal, em 15 de novembro de 1825, o que afinal lhe valeu a expulsão do país (março de 1826)

Espírito da Proclamação do Senhor d. Pedro I à Nação Portuguesa (Imperial Tipografia de Plancher-Seignot, Rio, 1828, 8 págs.).

Cautela Patriótica (Imperial Tipografia de Plancher-Seignot, 1828, 4 págs.).

4.4 Discursos parlamentares⁽⁴⁾

Substância da fala do Visconde de Cairu ao Senado sobre a reforma da Constituição, em 30 de maio de 1832, 6 págs.

Substâncias da fala sobre a 3ª proposição do projeto de lei de reforma da Constituição, a 8 e 14 de junho; Tip. Plancher-Seignot, Rio de Janeiro, 1832, 7 págs. SLR 99A 18.7. nº 6.

Discurso pronunciado na Câmara dos Senadores na sessão de 18 de junho sobre a 5ª proposição do projeto de lei de reforma, vindo da Câmara dos Deputados; Tip. Plancher-Seignot, Rio, 1832, 8 págs.

Causa do Brasil no juízo dos governos e estadistas da Europa (publicado em dezesseis partes, no total de 135 págs., entre 12 de outubro de 1822 e 20 de março de 1823) SLR. 84.2.13.

Atalaia (segundo Valle Cabral, teriam circulado quatorze números que não se conservaram).

Triunfo da Legalidade contra Facção de Anarquistas (quatorze números, assinados com o pseudônimo de “Imperialista Firme”, entre 9 de dezembro de 1825 e 28 de janeiro de 1826).

Honra do Brasil desafiada de insultos da Austrália espadachina (trinta e um números, entre 8 de abril e 20 de agosto de 1828, sob o pseudônimo de “Escandalizado”, 124 págs.).

(4) Os discursos parlamentares editados em separata, ao que supõe, por iniciativa do próprio autor, versam exclusivamente sobre a discussão da lei, afinal aprovada a 12 de outubro de 1832, autorizando a reforma da Constituição, na legislatura seguinte. O projeto, oriundo da Câmara, previa, entre outras coisas, a eliminação do Poder Moderador e da vitaliciedade do Senado, contra o que se insurge José da Silva Lisboa. Dos Anais da Constituinte e do Senado – ao tempo em que o frequentou – constam inúmeros outros pronunciamentos. Embora revelem, como disse o Visconde de Barbacena, ao substituí-lo na tribuna do Senado (sessão de 27-7-1826), “espantosa erudição”, são muito mais documentos para a história do período que do teor de suas idéias, suficientemente expresso na enorme bibliografia que produziu.

4.5. *Estudos sobre José da Silva Lisboa*

- AMARAL, Braz do. Visconde de Cairu. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 170, 1939.
- AMZALAK, Moses Bensabat. José da Silva Lisboa, *Visconde de Cairu*. Brasília, Coimbra, v. 2. p. 281-325, 1943.
- BARROS, F. Borges. Perfil do Visconde de Cairu. *Rev. do Inst. Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 19, n. 40, 1914.
- BELCHIOR, Elyσιο de Oliveira. *Visconde de Cairu, sua vida e sua obra*. Rio de Janeiro : Ed. da Confederação Nacional do Comércio, 1959. 131 p.
- BEZERRA, Alcides. *O Visconde de Cairu; vida e obra*. Rio de Janeiro, 1937. (Publicações do Arquivo Nacional, v. 34).
- BOUCINHAS, José da Costa. *Cairu, Eonomista. Rev. de Ciências Econômicas*, São Paulo, v. 7, n. 1, jan. 1945.
- CABRAL, Alfredo do Valle. *Vida e escriptos de José da Silva Lisboa; Visconde de Cairu*. In: Arquivo Nacional. Rio de Janeiro : Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1958. p. 11-71.
- CALMON, Inocência M. de Góis. Cairu, jurista e advogado. *Rev. do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n. 62, 1936.
- CARVALHO, José Maurício de. *Caminhos da Moral Moderna. A experiência luso-brasileira*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1975.
- CARVALHO FILHO, Aloisio. Cairu, político e intelectual. *Rev. do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n. 62, 1936.
- DUTRA, José Soares. *Cairu*. Rio de Janeiro : Editora Vecchi, 1943, 165 p. *Cairu*. Rio de Janeiro : Melso, 1964.
- ESTADISTAS baianos – José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 15, n. 34, 1908.
- FRANCO, A. Arinos de Melo. *O Visconde de Cairu*. Digesto Econômico, São Paulo, n. 28, 1947.

- GUIMARÃES, Alberto Carlos d'Araújo. Silva Lisboa, Visconde de Cairu. *Rev. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 3, 1942. (Tomo especial).
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Inatualidade de Cairu. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 mar. 1946.
- LIMA, Alceu Amoroso (Tristão de Athayde). Cairu e Roosevelt. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 nov. 1936.
- _____. Cairu. *A Ordem*, Rio de Janeiro, n. 9/10, 1936.
- LISBOA, Bento da Silva. José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu. *Rev. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 1, 1839.
- MACHADO, Augusto Alexandre. Cairu e a Escola Liberal. *Rev. do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n. 62, 1936.
- MAGALHÃES, Basílio de. José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu. *Digesto Econômico*, São Paulo, n. 71.
- MENEZES, Djacir. Cairu. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 jul. 1956.
- MORAIS, Eugênio Vilhena de. No bicentenário de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1956.
- NOBRE, Oswaldo de Souza. O Visconde de Cairu. *Cairu*, São Paulo, n. 1, 1949.
- PAIM, Antônio. *Cairu e o liberalismo econômico*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1968. 118 p.
- PAULA, Luiz Nogueira. *Introdução aos princípios de economia política de José da Silva Lisboa*. 2. ed. Rio de Janeiro, 1956.
- PINHO, José Wanderley de Araújo. *Discursos em homenagem a Cairu*. Brasília : Câmara dos Deputados, 1935.
- SILVA, João Manoel Pereira da. *Os varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais*. Paris : Garnier, 1858. v. II.
- VEIGA, Manoel Luiz. *Reflexões críticas sobre a obra de José da Silva Lisboa, intitulada Princípios de Direito Mercantil*. Lisboa, 1803.

VIANA, Hélio. O Visconde de Cairu e as companhias particulares de homens de letras. *A Ordem*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 8, ago. 1942.

_____. Retificações à bibliografia do Visconde de Cairu. In: *Anais do 1º Congresso de História da Bahia*. Salvador, 1950.

.....

5. Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. *La Ideología como lenguaje*. Madrid, Taurus Ediciones, 1971.
- AGUERO, J. M. Fernandes. *Principios de ideología*. Buenos Aires, Ed. Jorge Zamudio, 1940.
- AGUIAR, Pinto de. *Ensaio de história e economia*. Salvador, Progresso, 1960.
- AIRES, Matias Ramos da Silva Eça. *Reflexões sobre a vaidade dos homens*. São Paulo, Martins, 1966.
- ALMEIDA, José. Prefácio. In: LISBOA, José da Silva. *Estudos do bem comum e economia política*. Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1819.
- ALTHUSSER, Louis-Montesquieu. *La política y la historia*. Barcelona, Ed. Ariel, 1974.
- AMZALAK, Moses Bensabat. Economistas brasileiros, José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu. *Revista Brasília*, Coimbra, 2, 1943.
- ANALIS do Senado do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Típ. Nacional, 1878.
- ARON, Raymond. *La Philosophie critique de l'histoire*. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1964.
- BAGGE, Dominique. *Les idées politiques en France sous la restauration*. Paris. Presses Universitaires de France, 1952.
- BAKTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro, Ed. Forense-Universitária, 1981.
- _____. *Marxismo e filosofia de linguagem*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1979.
- BARRETO, Vicente. *O Estudo do pensamento político brasileiro*. Rio de Janeiro, IUPERJ. s. d. (mimeo).

- BARTHES, Roland. *Sade, Fourier, Loyola*. Paris, Ed. Du Seuil, 1971.
- _____. A Retórica antiga. In: *Pesquisa de retórica*; coletânea de estudos de vários autores. Petrópolis, Ed. Vozes, 1975.
- BAUDRILLARD, Jean. *Pour une critique de l'économie politique du signe*. Paris, Gallimard, 1972.
- BERLINCK, E. L. *Fatores adversos na formação brasileira*. São Paulo, Ipsias, 1948.
- BEZERRA, Alcides. *O Visconde de Cairu*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1937.
- _____. A Filosofia na fase colonial. In: *Moralistas do século XVIII*. Rio de Janeiro, Ed. Documento, 1979.
- BRITO, Lemos. *A Gloriosa Sotaina do primeiro império*. São Paulo, Ed. Nacional/Brasileira, 1937.
- BURKE, Edmund. *Réflexions sur la révolution française*; Introdução. Paris. Nouvelle Librairie Nationale, 1912.
- _____. *Selected work*; introdução. Edited. by J. Bate, New York, The Modern Library, 1960.
- _____. *Textos políticos*. México, Fundo de Cultura Econômica, 1942.
- CABRAL, Alfredo do Valle. *Vida e escritos de José da Silva Lisboa*. Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1881.
- CAMPOS, Eduardo. *As Irmandades religiosas do Ceará provincial*. Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 1980.
- CARRATO, José Ferreira. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo, Ed. Nacional/Brasileira, 1968.
- CARVALHO, Joaquim Augusto Simões de. *Memória histórica da Faculdade de Philosophia*. Coimbra, Imprensa Universitária, 1872.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Elite política imperial*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1980.
- CARVALHO FILHO, Aloísio de. "Cairu, político e intelectual". *Rev. do Inst. Geog. Hist. da Bahia*, Salvador (62) 1936.

- CASSIRER, Ernst. *Filosofia de la ilustración*. México, Fundo de Cultura Econômica, 1943.
- COHN, Norman. *En pos del milenio*. Barcelona, Barral Ed., 1972.
- COLEÇÃO das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, s. d.
- CONTIER, Arnaldo D. *Imprensa e ideologia em São Paulo (1822-1842)*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1979.
- COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. *Lutas de famílias no Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Ed. Nacional/Brasiliiana, 1980.
- DEVASSAS e Seqüestros. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. 1978 v.45.
- DIAS, Maria Odila da Silva. "Aspectos de ilustração no Brasil". *Rev. Inst. Hist. Geog. Brasileiro*, 278.
- DICTIONARY of the english language; International edition. Chicago, *Encyclopaedia Britannica Inc.*, 1964, v. 1.
- DOMINGUES, Mário. *O Marquês de Pombal, o homem e a sua época*. 3ª ed. Lisboa, Liv. Romano Torres, 1970.
- DROZ, Jacques. *Histoire des doctrines politiques en France*. Paris, Presses Universitaires de France, 1948.
- DUARTE, Nestor. *A Ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo, Ed. Nacional/Brasiliiana, 1939.
- DUBOIS, Jean. *La Vocabulaire politique et social en France de 1860-1872*. Paris, Larousse, 1962.
- DUJOVNE, Léon. *La Filosofía de la história en la antigüedad y en la edad media*. Buenos Aires, Ed. Galatea-Nueva Visión, 1958.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do poder*. Porto Alegre, Globo, 1975.
- FAYE, Jean Pierre. *La Critique du langage et son économie*. Paris, Ed. Galilée, 1973.
- FERNANDES, Florestán. *Apontamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo"*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1979.

- FERREIRA, Joaquim. Luis Antônio Verney e o verdadeiro método de estudar. In: *O Nascimento da moderna pedagogia*: Verney. (vários autores) Rio de Janeiro, PUC/Ed. Documentário, 1979.
- FIGUEIREDO, Cândido. *Dicionário da língua portuguesa*. 14. ed. Lisboa, Liv. Bertrand, s.d.
- FRANÇOIS, Frédéric. Filosofia analítica, lingüística e ideologia. In: JAKOBSON, Roman et alii. *El Lenguaje y los problemas del conocimiento*. Buenos Aires, Rodolfo Alonso Ed., 1971.
- FREITAS, Décio. *Os Guerrilheiros do imperador*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1978.
- FOUCAULT, Michel. Os Jogos do poder. In: *Políticas da filosofia*. Lisboa, Moraes Ed. 1977.
- GARDINER Patrick. *Teorias da História*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1974.
- GEIGER, Theodor. *Ideologia y verdad*. Buenos Aires, Amorrortu Ed., 1972.
- GRAMSCI, Antônio. *Obras escolhidas*. São Paulo, Liv. Martins Fontes, 1978.
- GUILHERME, Wanderley. *Paradigma e história*. 1975. (mimeo.)
- HACKER, Andrew. *Political Theory, philosophy, ideology, science*. New York, The Macmillan, 1968.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Obras econômicas de José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho*. São Paulo, Ed. Nacional, s.d.
- HORKHEIMER, Max. *Crítica de la razón instrumental*. Buenos Aires, Ed. Sur, 1973.
- KANT, Emanuel. *História universal de um ponto de vista cosmopolita*. Buenos Aires, Ed. Nova, 1958.
- KENNETH, Maxwell. *A Devassa da devassa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- KIRK, Russel. *The Conservative mind from Burke to Santayana*. Chicago, Henry Regenery, 1953.

- LACROIX, Jean. *Posições do ateísmo contemporâneo*. São Paulo, Ed. Herder, 1965.
- LAMOUNIER, Bolivar. Formação de um pensamento político autoritário. In: *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difel, 1977. v. 9.
- LAMPEDURA, Giuseppe Tomace di. *O Leopardo*. São Paulo, Abril Cultural, 1979.
- LIMA, Alceu do Amoroso. *Introdução histórica aos "Princípios de economia política de Cairu"*. Rio de Janeiro, Ed. Pongetti, 1956.
- LIMA, Heitor Ferrelira. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional/MEC, 1977.
- MACEDO, José Agostinho de. *Justa defesa do livro intitulado os Sebastianistas e resposta prévia a todas as sátiras, e invectivas, com que tem sido atacado seu autor, José Agostinho de Macedo*. Lisboa, Imprensa Régia, 1810.
- _____. Refutação do monstruoso, e revolucionário escripto impresso em Londres intitulado "Quem é o legítimo rei de Portugal?". Lisboa, Imprensa Régia, 1828.
- MACEDO, Ubiratan Borges de. *A Liberdade no império*. São Paulo, Ed. Convívio, 1977.
- MACHADO, Augusto Alexandre. Cairu e a escola liberal. *Rev. Inst. Geog. Hist. da Bahia*, Salvador, (62), 1936.
- MACPHERSON, C. B. *La Teoria política del individualismo posesivo*. Barcelona, Ed. Fontanella, 1970.
- MANNHAEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Porto Alegre, Globo, 1952.
- MARTIN, Gottfried. *Science moderne et ontologie traditionnelle chez Kant*. Paris, Presses Universitaires de France, 1963.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo, Ed. Cultrix, 1976, v. 1.
- MEMÓRIA estatística do império do Brasil. *Rev. Inst. Hist. Geog. Brasileiro*. 58: 91-9, 1895.

- MERCADANTE, Paulo. *A Consciência conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- MONTENEGRO, João Alfredo de Souza. *Evolução do catolicismo no Brasil*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1972.
- _____. *Ideologia e conflito no Nordeste Rural*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1976.
- _____. *O Liberalismo radical de Frei Caneca*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978.
- MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Barón de. *The Spirit of laws*. Londres, Encyclopaedia Britannica, 1958. v. 38.
- NOVAIS Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo. Ed. Hucitec, 1979.
- OSAKABE, Haqira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo, Kairós, 1979.
- PAIM, Antônio Ferreira. *Bibliografia filosófica brasileira (1808-1890)* (No prelo. Texto cedido pelo autor).
- _____. *Cairu e o liberalismo econômico*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1968.
- PAULA, Eurípedes Simões de. A Organização do exército brasileiro. In: *História geral da civilização brasileira*, II, o Brasil monárquico. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.
- PAULA, L. Nogueira de. *Arquitetura do pensamento econômico*. Rio de Janeiro, Oficina Gráfica da Universidade do Brasil. 1961.
- PÊCHEUX, Michel. *Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours*. In: *Langages*, mar. 1975.
- PEREIRA, Antônio J. da Silva. *Estado de direito e tradicionalismo liberal*. Coimbra, Imprensa de Coimbra, 1979
- POCOCK, J. G. *Politics, language & time*. Londres, 1972.
- POLICARPO, João Francisco de Almeida. *O Bom operário; estudo de uma mentalidade*. Coimbra, Centro de Historia da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1979.

- POLIN, Raymond. *O Homem e o Estado*. Sintra, Publicações Europa-América, 1976.
- PORTELLI, Hughes. *Gramsci et la question religieuse*. Paris, Éditions Anthropos, 1974.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo, Liv. Martins Fontes, 1977.
- RICOEUR, Paul. Le Projet d'une morale sociale. In: *Christianisme social*, maio/out. 1966.
- ROBERT, Paul. *Dictionnaire alphabétique & analogique de la langue française*. Paris. Société du Nouveau Littré, 1968.
- ROBIN, Régine. *Histoire et linguistique*. Paris, Armand Colin, 1973.
- SABINE, George. *História das teorias políticas*. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1961.
- SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino. Cairu, protagonista de sua época. In: *Figura do Direito*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1962.
- SILVA, J. M. Pereira da. *Os Varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais*. Paris, s. d.
- SIMONSEN, Roberto C. *História do Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional/MEC, 1977.
- SOBOUL, Albert. *Descrição e medida em história social*. In: *A História social, problema, fontes e métodos*. Lisboa, Ed. Cosmos, 1973.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- SOUZA, Braz Florentino Henrique de. *Do Poder moderador*. Brasília, Senado Federal, 1978.
- STANLIS, Peter J. *Edmund Burke and the natural law*. Michigan, The University of Michigan Press, s. d.
- THEIMER, Walter. *História das idéias políticas*. Lisboa. Ed. Arcádia, s.d.
- TOUCHARD, Jean. *História de las ideas políticas*. Madrid, Ed. Técnos, s.d.

TOURAINÉ, Alan. *Production de la société*. Paris, Du Seuil, 1973.

VASCONCELOS, Zacarias de Goés. *Da Natureza e limites do poder moderador*. Brasília, Senado Federal, 1978.

VERON, Eliseo. "Discurso, poder, poder del discurso". In: *Anais do primeiro colóquio de semiótica*. São Paulo.

VIANA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945.

VITA, Luís Washington. *Esorço da filosofia no Brasil*. Coimbra, Atlântida, 1964.

.....

Índice Onomástico

A

Adorno, Theodoro W. – 24, 26, 51, 58.
Aguero, J. M. Fernández – 209
Almeida, José – 212
Althusser, Louis – 192, 193
Amzalak, Moses Bensabar – 93
Aquino, Tomás de – 166
Arcos (Conde de) – 300
Aristóteles – 166, 181, 216
Aron, Raymond – 200
Azeredo Coutinho – 232, 255, 283

B

Bacon – 53
Bakhtin, Mikhail – 19, 87
Barata, Cipriano – 121, 138
Barca (Conde de) – 293
Barreto, Vicente – 43
Barthes, Roland – 70, 210
Baudrillard, Jean – 30, 35
Bentham – 167, 250
Berlink, E. L. – 118
Bezerra, Alcides – 80, 82
Bonifácio, José – 71
Borges Vergueiro – 262
Braudel – 54
Burke, Edmund – 59, 87, 145, 152, 153,
154, 155, 156, 157, 158, 160, 162, 164,
165, 166, 168, 169, 171, 172, 173, 175,
176, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185,
186, 188, 189, 190, 191, 194, 195, 199,
208, 210, 263, 307.

C

Cabral, Alfredo do Vale – 80, 143
Cairu (Visconde) – 20, 21, 23, 26, 28, 32,
33, 34, 37, 46, 49, 50, 51, 52, 54, 57,
59, 60, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71,

72, 73, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 87, 88,
90, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 104, 105,
106, 107, 108, 109, 110, 112, 113,
116, 118, 119, 120, 121, 129, 123,
124, 126, 128, 132, 133, 134, 136,
137, 138, 139, 140, 141, 145, 146,
147, 149, 150, 151, 152, 153, 155,
157, 160, 172, 173, 175, 176, 177,
178, 179, 180, 187, 189, 190, 191,
194, 195, 196, 198, 199, 201, 202,
203, 205, 206, 207, 208, 211, 212,
213, 214, 215, 216, 217, 218, 219,
220, 221, 223, 224, 225, 226, 227,
228, 229, 230, 232, 233, 236, 238,
239, 240, 241, 242, 243, 244, 246,
247, 251, 252, 253, 254, 255, 257,
258, 259, 261, 262, 263, 264, 265,
269, 270, 274, 278, 279, 280, 281,
282, 283, 284, 285, 287, 288, 289,
290, 291, 292, 293, 295, 296, 299,
300, 301, 302, 304, 307, 309, 310,
311, 312, 314, 315, 319.

Campos, Eduardo – 1000
Caneca (frei) – 52, 64, 65, 80, 192
Cartier, Arnaldo D. – 300
Carvalho, Joaquim Augusto Simões de –
144
Carvalho, José Murilo de – 89
Cassier, Ernest – 74, 143
Cícero – 166
Cohn, Norman – 84
Comte – 167
Constant, Benjamin – 177, 194

D

Dantas, Francisco Clementino Santiago –
50, 93, 235
De Bland – 264, 306

De Maistre – 264, 306
Descartes – 52, 110, 145
Dias, Maria Odila da Silva – 116, 117
Dilthey – 199
Domingues, Mário – 50
Duarte, Nestor – 99
Dubois, Jean – 270, 271, 273, 274
Dujovne, León – 85

F

Faoro, Raynundo – 265
Faye, Jean Pierre – 22
Fernandes, Florestan – 27
Ferreira, Joaquim – 64
Ferreira, José – 71
Figueiredo, Cândido de – 289, 316
Foucault, Michel – 20, 86
François, Frédéric – 95
Freitas, Décio – 61

G

Galileu – 220
Gardiner, Patrick – 200
Geiger, Theodor – 94
Gramsci, Antônio – 83, 107
Gregório XVI – 305

H

Hacker, Andrew – 180, 182, 185
Hegel – 200
Henrique (dom) – 114
Hobbes – 58, 151, 302
Holanda, Sérgio Buarque de – 232
Horkheimer – 148
Husserl – 186

J

João II – 114
João VI – 64, 72, 315
Jost Trier – 271

K

Kant – 145, 191, 192, 199, 200, 202
Kirk, Russel – 160, 162, 164

L

La Croix, Jean – 145
Lamounier, Bolívar – 42, 43
Lampesuda, Giuseppe Tomacedi – 54
Laski, Harold – 158, 159
Lemos Brito – 194
Lima, Alceu Amoroso – 80, 93
Lima, Heitor Ferreira – 233
Lisboa, José da Silva – V. Cairu (Visconde)
Lívio, Tito – 250
Locke – 53, 58, 162, 165, 190, 191, 192,
295, 302

M

Mably – 120
Macedo, Agostinho de – 294
Machado, Augusto Alexandre – 80, 93
Macpherson, C. B. – 53, 58
Mannheim, Karl – 96
Martin, Gottfried – 220
Martins, Wilson – 82
Marx – 36, 167
Mercadante, Paulo – 97
Mill, Stuart – 88
Montenegro, João Alfredo de Sousa – 52,
55, 95, 103, 261
Montesquieu – 151, 165, 175, 176, 177,
178, 180, 190, 192, 193, 194, 195,
199, 201, 202, 226, 264
Mussoline – 22

N

Newton – 220
Novais, Fernando A. – 230, 231, 232, 233

O

Osakade, Haquira – 49

P

Paim, Antônio Ferreira – 120, 216, 217
Paula, Euripedes Simões de – 258
Paula, L. Nogueira – 92, 230
Pêcheux, Michel – 21
Pedro (dom) – 178, 287

Pedro I – 78, 118, 176, 196, 294, 295
Pereira, Antônio J. da Silva – 218
Pinheiro Ferreira – 194
Pinto, Luís de Aguiar Costa – 99
Pocock, J. G. – 38, 40, 39
Polcarpo, João Francisco de Almeida – 298
Polin, Raymond – 192, 194
Pombal – 49, 63, 219, 299
Portelli, Hughes – 83
Pulantzas, Nicos – 110

R

Ricardo – 215, 216, 230
Ricoeur, Paul – 30, 31, 133
Robin, Régine – 86, 275, 276
Rousseau – 120, 167, 195, 295

S

Sabine, George – 170
Saboul, Albert – 269
Salvandy – 172
Simmel, B. – 232
Silva, I. M. Pereira da – 80

Silvestre Pinheiro – 80, 230
Simonsen, Roberto C. – 233
Smith, Adam – 88, 203, 205, 206, 207,
208, 216, 217, 227, 234, 254, 287, 319
Sodré, Nelson Werneck – 134
Sousa, Brás Florentino Henriques – 177

T

Tehimer, Walter – 171
Touchard, Jean – 171
Touraine, Alain – 67, 78, 213

V

Vasconcelos, Zacarias de Góis e – 177
Verney, Luís Antônio – 64
Veron, Eliseo – 45
Viana, Hélio – 140, 287
Viana, Vítor – 134
Vieira – 59
Vita, Luís Washington – 78

W

Wanderley Guilherme – 43